

SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOLOGIA



REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. XXII • PORTO • 2011

DIRETOR:

João Teixeira Lopes, Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

CONSELHO EDITORIAL:

Anália Torres, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL);

António Firmino da Costa, Departamento de Sociologia e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL);

Carlos Manuel da Silva Gonçalves, Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Cristina Parente, Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Fernando Luís Machado, Departamento de Sociologia e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL);

Isabel Dias, Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Luís Vicente Baptista, Departamento de Sociologia e Centro de Estudos de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Marta Lima, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em *Latindex*.

TIRAGEM - 150 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EXECUÇÃO GRÁFICA - Tipografia Nunes Lda
Rua Novo Horizonte, 313
4475-839 Maia

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
ARTIGOS	
O caso William Beckford: Ostracismo e errância de um jovem fidalgo inglês nos finais do séc. XVIII Maria de Lourdes Lima dos Santos	11
Pensando a morte desde a religião – para pensar a cultura desde a morte Ângelo Cardita	39
Utopia e Ciência contemporânea: novo paradigma? Filipa Ribeiro	55
Convergências e divergências na representação da cidade para “todos”: a visão dos políticos, dos técnicos e dos cidadãos Cecília Delgado	73
Desemprego feminino envelhecido: Uma história de resistência à invisibilidade Pedro Araújo	95
Análise do modelo organizacional de uma associação de Comércio Justo portuguesa Sandra Lima Coelho	111
Condições de Produção da Arte Feminista na Rússia. Públicos e Práticas de Recepção: <i>The History of Gender and Art in Post-Soviet Space Žen d’Art 1989 - 2009</i> no MMOMA Rui Pedro Fonseca	129
Estimando a Elasticidade do Efeito da Assiduidade às Aulas no Mérito Académico consoante a Classe Social no Ensino Superior Português Maria de Lurdes Fonseca	155

From educational ideals to local realities: qualitative unpacking of stereotypes and segregation in PISA 2006 Pedro Moreno da Fonseca	177
A visibilidade da deficiência – Uma revisão sobre as Representações Sociais das Pessoas com Deficiência e Atletas Paralímpicos nos <i>media</i> impressos Olga Pereira, Inês Monteiro e Ana Luísa Pereira	199
A odisseia da transformação do Direito da Família (1974-2010): um contributo da Sociologia Política do Direito João Pedroso, Paula Casaleiro e Patrícia Branco	219
NOTÍCIA/NEWS	
International Research Group for the Social Study of the Weekend: <i>Enhancing the comparative study of the social uses of time</i> João Queirós	239
RECENSÃO	
Constituindo realidades: sobre <i>A força do direito</i> de Pierre Bourdieu Márcio Cunha Carlomagno	245
NORMAS	251

EDITORIAL

Uma disciplina segura das suas fronteiras, do domínio acurado dos seus objetos, protocolos científicos, patrimónios teóricos e metodologias, não receia nem o trabalho inter e pluridisciplinar, nem tampouco as inovações epistemológicas que podem resultar do diálogo fecundo com outras áreas do saber. Se é verdade que o conceito de “fenómeno social total” tem sido paulatina e precipitadamente abandonado, não parece menos certo que a multiplicação de ângulos de abordagem continua a ser uma condição de densificação das análises sociais.

Este número da *Sociologia* apresenta excelentes exemplos desse diálogo: entre a sociologia, a história e a literatura (artigo de Maria de Lourdes Lima dos Santos); entre a sociologia e a arquitetura (artigo de Cecília Delgado); entre a sociologia e o Direito (artigo de João Pedroso, Paula Casaleiro e Patrícia Branco), para além de vários outros artigos que demonstram o alargamento da análise sociológica a domínios muito heterogéneos, sem que com isso se perca a especificidade de um olhar. Exemplo, enfim, de que os trânsitos interdisciplinares podem superar o mero exercício do elogio retórico, renovando as próprias práticas científicas.

João Teixeira Lopes

ARTIGOS

O caso William Beckford

Ostracismo e errância de um jovem fidalgo inglês nos finais do séc. XVIII

Maria de Lourdes Lima dos Santos¹

Resumo:

No presente texto analisa-se um processo de ostracismo, num determinado tempo e espaço social, procurando identificá-lo através dos motivos que estão na sua origem, das formas por que se manifesta e da evolução por que vai passando. Nesta abordagem privilegia-se a caracterização das estratégias do ostracizado com vista a tentar contrariar o dito processo, muito particularmente no que respeita à rede de relações de convivialidade que vai tecendo e ao leque de actividades que a elas associa. O documento base da análise é um minucioso registo que o ostracizado redige diariamente, durante o período aqui contemplado.

Palavras-chave: Ostracismo; Homossexualidade; Sociedade portuguesa de Setecentos; Memória/Diário.

1. Intróito

Recentemente, reencontrei um livro comprado há vários anos na Biblioteca Nacional: *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, Introdução e Notas de Boyd Alexander, Tradução e Prefácio de João Gaspar Simões, incluído na série Portugal e os Estrangeiros, numa 3ª edição da Biblioteca, datada de 1988. Lembrando-me que o tinha achado interessante, resolvi relê-lo com mais demora e atenção, agora sem as pressões de trabalho que me tinham obrigado anteriormente a percorrê-lo demasiado depressa. Fiquei fascinada e intrigada.

O presente texto é uma reflexão a partir das muitas questões suscitadas ao longo desta (re)leitura: questões quanto às contradições e ambiguidades da visão do autor sobre a sociedade portuguesa do seu tempo; questões quanto aos possíveis objectivos e estratégias implicados na sua estadia aqui; questões quanto às suas idiossincrasias reveladas através das próprias auto-avaliações.

É sabido que Beckford tem vindo de há longa data a ser alvo da atenção de vários autores que sobre ele produziram escritos de diferente qualidade – uns fantasistas,

¹ Investigadora coordenadora jubilada do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Maria de Lourdes Lima dos Santos escreve de acordo com a antiga ortografia.

preconceituosos ou infundados, outros mais preocupados em rigorificar e aprofundar a informação existente. Entre esses escritos encontram-se abordagens de natureza histórica, biográfica e literária relativas à vida e obra de Beckford. São de outra natureza as reflexões que aqui irei apresentar. Elas correspondem à indagação que, a partir da minha releitura, fui desenvolvendo em torno do processo de ostracismo de que Beckford foi alvo, processo aparentemente inesperado quando tem em mira um jovem fidalgo bem-parecido, charmoso, cultivado e riquíssimo.

Sem ignorar, naturalmente, a informação que pude obter a partir da panóplia de escritos produzidos sobre a figura em causa, é fundamentalmente no citado *Diário* que assentam as considerações do presente texto. E é particularmente a parte relativa à estadia em Portugal aquela com que me ocupo. Aliás, embora, como o título indica, o *Diário* também contemple a estadia seguinte em Espanha, esta ocupa menos de metade das páginas da estadia em Portugal -- no primeiro caso há registos para sete meses e no segundo somente para dois, apesar de Beckford ter permanecido em Espanha ainda mais cinco meses (o *Diário* relativo a Portugal inicia-se em 25 de Maio de 1787 e termina em 28 de Novembro do mesmo ano; o *Diário* relativo a Espanha inicia-se logo a seguir, em 10 de Dezembro, e termina em 27 de Janeiro de 1788).

Os elementos a que irei recorrendo – elementos de contextualização histórica e social e de identificação do perfil da figura em causa, através das suas acções, relações e visões do mundo – têm como último desígnio procurar reconstituir o dito processo de ostracismo. Nas suas linhas gerais, essa reconstituição passa por identificar:

- A. Os fundamentos que estão na origem do processo;
- B. As expressões por que o mesmo se manifesta;
- C. As vulnerabilidades do ostracizado face à rejeição;
- D. As estratégias que o ostracizado desenvolve para contornar/vencer a rejeição;
- E. O evoluir do processo e o seu desfecho relativamente ao período de permanência do ostracizado em Portugal (Maio a Novembro de 1787), conforme é documentado pelo *Diário*.

2. Pontos de partida

A abrir o caso William Beckford, três perguntas:

- A. O que leva Beckford a vir a Lisboa?
- B. O que leva Beckford a ficar em Lisboa durante sete meses?
- C. Em que medida essa vinda e essa estadia informam o processo de ostracismo e errância que o atingiu?

Relativamente à primeira pergunta, sabe-se que Beckford embarcou em Falmouth com destino à Jamaica e que esta viagem não era da sua vontade (Alexander, 1988).

Tendo enjoado até fazer escala em Lisboa, em Março de 1787, recusou voltar a embarcar e ficou nesta cidade que não conhecia. Estava, então, com 27 anos e já fizera várias viagens (Holanda, Itália, Suíça, etc.), quer no quadro do turismo pedagógico muito em voga entre a jovem aristocracia inglesa, quer, posteriormente, como recurso de fuga/refúgio, caso da sua ida para a Suíça, uma vez desencadeada a terrível campanha de lorde Loughborough, em 1784. Ao que parece, o facto de este último ser opositor político de Beckford (nessa altura com assento no Parlamento) esteve na origem do aproveitamento que fez do conhecimento que tinha da relação de natureza homossexual entre um seu jovem familiar e Beckford, publicitando-a na imprensa. Os escândalos à volta dos comportamentos amorosos de Beckford já não eram novidade em meios muito restritos, mas esta revelação nos jornais iria torná-lo um excluído. Partiu para a Suíça em 1785, já casado à pressa, daí voltando em 1787 depois de a mulher ter morrido de parto. Regressado a Inglaterra, verificaria que o caso não fora esquecido – sem condições para permanecer no seu país, seria compelido pelos familiares a embarcar para a Jamaica, onde possuíam vastas plantações de açúcar, na expectativa de que o escândalo entretanto se dissipasse. Já sabemos que a viagem terminou em Lisboa.

Se estes dados ajudam a entender como Beckford veio parar a Lisboa, não são, contudo, suficientes para entender a sua permanência nesta cidade durante tão largos meses, permanência em que desempenhará papel fulcral a figura do marquês de Marialva.

Repare-se que o *Diário* sobre Portugal abre em Maio, tendo o seu autor desembarcado aqui em Março. O primeiro registo mostra-nos Beckford já instalado numa casa perto do Palácio das Necessidades, ocupado com distrações já tornadas habituais – o passeio de carruagem pela zona de Belém, ao longo do cais, “como de costume” – e na companhia de pessoas com que já se familiarizara – caso do velho abade Xavier que vivia com a família Marialva. De resto, logo na primeira página do *Diário*, fica a saber-se que também já se relacionara com o próprio Marialva (D. Diogo, o 5º marquês), de acordo com a descrição da forma como é recebido por D. Pedro, filho do marquês: “com muita deferência, objecto que eu era da particular predilecção de seu pai.” (registo de 25 de Maio). Como terá feito conhecimento com o marquês? É de ter presente que D. Diogo fazia parte dos Grandes da aristocracia portuguesa e desempenhava na corte importantes funções junto da rainha D. Maria I. Mas talvez se deva antes perguntar como terá feito conhecimento com o abade Xavier (tio de Pina Manique), uma vez que parece ter sido quem propiciou o contacto entre Beckford e Marialva, conforme aquele revela: “Foi ele [o abade] quem primeiro lhes [ao Marialva e à família] falou de mim, pintando-me sob as mais inflamadas cores, e pode dizer-se que foi ele quem lançou à terra as sementes de uma dedicação que tão vigorosa vai crescendo”. (registo de 8 de Junho). Segundo Boyd Alexander, terão sido as exuberantes manifestações de devoção religiosa de Beckford que conquistaram o abade e o incitaram a querer aproximá-lo do marquês. Pertencendo este à facção da nobreza beata e conservadora, a devoção (simulada ou não) de Beckford teria funcionado como um trunfo para o relacionamento com Marialva. Fosse ou não por

essa via, na verdade cedo se estreitaram as relações entre ambos. Mesmo admitindo, como presumem alguns autores, que Beckford tivesse exagerado ao descrever a dedicação e empenho de Marialva para consigo, não seria presumível que tal se verificasse propriamente no *Diário* mas antes, porventura, em textos mais tardios, preparados para publicação (*Portuguese Letters; Letters from Italy and Sketches of Spain and Portugal* e *Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaca and Batalha* – o primeiro datado de 1834-35 e os outros dois de 1835), onde, por vezes, algumas partes do Manuscrito do *Diário* foram utilizadas depois de revistas por Beckford. Com efeito, o dito Manuscrito parece poder considerar-se como um documento de natureza confidencial, conservado como tal pelo seu autor, dado que só viria a ser conhecido depois da sua morte. Embora certas passagens do *Diário* tivessem sido escritas segundo o modelo epistolar (artifício literário então muito em moda), talvez prevendo a sua futura publicação, esta não veio a verificar-se. Acontece também que alguns dos registos do *Diário* são literariamente mais cuidados e elaborados do que outros de natureza mais imediatista e, muito provavelmente, rabiscados à pressa. Remetendo de novo para Boyd (Boyd, 1988)² julgo que podem distinguir-se três níveis de elaboração crescente no material que integra o *Diário*: 1. apontamentos rápidos tirados de um livrinho de bolso que Beckford levava habitualmente consigo e usava como auxiliar de memória; 2. registos do Manuscrito escritos mais ou menos apressadamente e, por vezes, rasurados, apagados ou com acrescentos; 3. registos do mesmo Manuscrito escritos de forma nitidamente mais cuidada e desenvolvida. Um outro maior nível de elaboração é já exterior ao *Diário* e corresponde a versões retrabalhadas de alguns daqueles registos para virem a ser publicadas, conforme acima foi referido.

Mas poderá presumir-se, como pareço estar a insinuar, que o grau de ‘veracidade’ (circunstancial e não só) diminui na razão inversa do grau de elaboração? Por si só, a hipótese é decerto simplista, se não mesmo absurda. No entanto, ganhará desde já alguma verosimilhança tendo presente que, na situação em causa, aquela maior elaboração, orientada para a publicação, implicaria a possibilidade de alcançar leitores adversos ou, pelo menos, leitores incrédulos que Beckford quererá convencer e conquistar (é necessário não esquecer que a sua situação de ostracizado perduraria, embora relativamente mais atenuada, até ao fim da sua vida). Neste sentido, a pôr-se a questão da fiabilidade das descrições e considerações de Beckford, o *Diário*, na sua globalidade, poderá tender a ser menos controlado ou mais ‘verídico’ do que os escritos que publicou. Assim, parece razoável tomar como credível a demonstração do empenho de Marialva em apoiar Beckford durante a sua estadia em Lisboa, conforme o atestam insistentemente os registos ao longo do *Diário*.

Este empenho, como se verá, corresponde a um dos pólos de tensão (o de sinal positivo) despoletados pelo processo de ostracismo. Ao outro pólo, o negativo, corresponde a rejeição do embaixador de Inglaterra em Lisboa, Walpole. Na verdade,

² Observações sobre o Manuscrito, *Diário*, pp. 23 a 30.

para que o jovem fidalgo inglês pudesse ficar em Lisboa a viver de acordo com o seu estatuto, era indispensável ser apresentado à rainha pelo dito embaixador. Acontece que Walpole, quer por pressões políticas vindas de Inglaterra e de ingleses aqui residentes, quer pela sua própria hostilidade em relação ao ostracizado, manteve-se sempre inflexível, bloqueando sistematicamente todas as tentativas do marquês de Marialva para apresentar Beckford a D. Maria I³.

3. O nó da questão

Face ao não reconhecimento por parte de Walpole, não deixa de ser intrigante o empenho de Marialva e de outros destacados membros da aristocracia e do clero portugueses no sentido de contrariar aquela posição do embaixador.

Não estariam informados sobre o escândalo? Assim parecerá de acordo com uma observação de Beckford relativamente ao empenho do abade: “Desconfio que o meu zeloso amigo, mais dia, menos dia, vai ter com o embaixador e pergunta-lhe qual a razão para me tratar como tem feito, num tom que o obrigará a uma explicação. Daí há-de vir ou a paz ou sérias hostilidades.” (registo de 1 de Julho). Ou estariam informados mas não acreditavam que fosse verdade? Ou, ainda, estariam e acreditavam mas encaravam o caso com tolerância – porque seduzidos pela riqueza e pelo charme de Beckford ou porque, em Portugal, se julgavam esses casos com menos severidade do que em Inglaterra? Provavelmente, uma ou outra destas várias posições ter-se-á feito sentir entre os diferentes amigos e apoiantes do jovem inglês.

Tendo como pano de fundo este problema da não apresentação de Beckford à rainha enquanto instrumento de exclusão, poderá ser útil passar em revista o que acontecia, nos finais do séc. XVIII, relativamente a duas dimensões da vida social: 1. práticas homossexuais; 2. práticas da vida de corte.

Quanto à primeira dimensão, parece ter sido notória, na Inglaterra de Setecentos, a divulgação na imprensa periódica de numerosos casos de homossexualidade levados a tribunal (Norton, 1997⁴). Tratava-se, predominantemente, de acusados de modesta condição social, cujos processos eram alvo de detalhados relatos nos jornais, quer em termos de notícias, quer de artigos de opinião, condenando com a maior veemência os chamados crimes de sodomia, onde se incluíam tanto as práticas de homossexualidade como as de pedofilia. Era comum os autores dos artigos responsabilizarem os implicados pela desonra que lançavam sobre o nome da Inglaterra, deplorando, ao mesmo tempo, que fosse dada publicidade a tais crimes, donde resultava uma ofensa à moral dos leitores dos jornais. Neste sentido, alguns propunham, como Daniel Defoe,

³ Recusa, note-se, repetida em Espanha onde Beckford também não conseguiu que o embaixador inglês, aí em funções, o introduzisse na corte.

⁴ Listagem dessa divulgação nos jornais. Curiosamente, conforme nestes ensaios se pode ler, Beckford, quando reinstalado em Inglaterra, organizou um dossier de recortes de imprensa com notícias sobre os vários julgamentos e prisões por sodomia que tiveram lugar nessa altura da sua vida.

que os condenados fossem “sent expressly out of the world, as secretly and privately, as may consist with Justice and Law” (Norton, 2002). Nos casos em que os implicados eram de condição social favorecida, as coisas passavam-se, em regra, de forma mais discreta e reservada, procurando-se não lhes dar visibilidade. Por exemplo, no meio literário, o biógrafo do poeta Thomas Gray (1716-1771) esforçou-se por apagar as relações amorosas deste com o romancista gótico Horace Walpole e outros com que manteve uma correspondência reveladora. No meio militar, por sua vez, uma relação como a que ocorreu entre Alexander Hamilton e John Lawrens, oficiais ao serviço de Washington, lutando pela independência da América, deu também lugar a uma troca de cartas de amor, por volta de 1779, cartas que, quando conhecidas, foram alvo de tentativas de interpretação destinadas a negar a presença daquele sentimento (Norton, 1998). Sabe-se igualmente que, no meio aristocrático, alguns jovens eram mandados pelas famílias para as colónias, tal como procuraram fazer com Beckford, esperando, assim, que fossem esquecidas histórias escandalosas daquela natureza. Todavia, o caso de Beckford parece ter sido marcado por uma perseguição mais intensa e duradoura do que era habitual no seu meio, talvez porque dobrado de intrigas políticas, por um lado, e pela sua insistência, por outro, em receber o reconhecimento social a que se achava com direito.

Quanto à segunda dimensão acima referida – práticas da vida de corte – recordo que, segundo o modelo da *sociedade de corte* de Norbert Elias (Elias, 1982), a ‘posição’ nesta sociedade dependia da consideração dos outros membros da corte e, fundamentalmente, do favor do rei para com o cortesão em causa. Entre os elementos constitutivos dessa posição contavam-se a fortuna, o título e a honra. Para manter ou promover a sua posição na corte, o cortesão precisava ainda de possuir determinados saberes, nomeadamente saber observar os outros, saber manipulá-los e saber controlar os seus próprios afectos, em suma, saber ser premeditado, discreto e disfarçado. Até que ponto, na segunda metade de Setecentos e na corte da rainha de Portugal, essas características da *sociedade de corte* se verificariam? E em que medida poderiam ter concorrido para a não apresentação de Beckford à Rainha? Nos pontos seguintes, procurarei analisar aspectos das duas dimensões referidas, no contexto português em que se movia o autor do *Diário*, utilizando a informação que daí se pode retirar para a caracterização da sua rede de relações e das estratégias que desenvolve.

4. Constituição de uma rede de relações

Na rede de relações de Beckford em Lisboa encontram-se, como em qualquer outra rede, casos de maior ou menor continuidade e regularidade no relacionamento, de maior ou menor intensidade e satisfação e de mudança de qualidade ao longo do tempo. Também como em qualquer rede de relações, estas podem surgir e desenvolver-se a partir de iniciativas com diferente origem – por parte das relações já existentes; do próprio sujeito centro da rede; daquelas e deste conjugadamente – e em resposta a necessidades de diferente natureza, regidas por sentimentos de empatia e atracção, de

dependência, de dominação, de oportunismo, etc. Mas, para lá destas generalidades, importa aqui tentar detectar as específicas configurações da rede de Beckford e o seu significado no quadro do processo de ostracismo em que ficou aprisionado.

Como já vimos, entre as primeiras relações de Beckford, quando se instala em Lisboa, destaca-se a família Marialva, muito em particular o 5º marquês, o seu filho D. Pedro e o velho abade Xavier, este há tantos anos ao serviço dos Marialvas que era como se pertencesse à casa. O grão-prior da Ordem de S. Bento de Aviz, irmão natural do 4º marquês, também entra rapidamente no círculo dos mais próximos e constantes companheiros de Beckford. Aliás, muitas das relações que este vai estabelecendo com aristocratas portuguesas são de casas ligadas à casa Marialva⁵, designadamente o conde de Assumar e o marquês do Lavradio (casa Cadaval); o marquês de Angeja e o conde de Vale dos Reis (casa Angeja); os marqueses de Penalva, pai e filho (casa Penalva), etc. Não raro, é o próprio Marialva que os apresenta a Beckford, como, por exemplo, se verifica no seguinte relato do *Diário*: “O marquês trouxe consigo um pelotão de jovens aristocratas para jantar hoje comigo: seu irmão D. José, o conde de Assumar, D. Bernardo de Lorena [conde de Sarzeda], o conde de Óbidos e D. Diogo de Noronha [conde de Vila Verde]. O marquês tem estes homens todos presos por um fio e brinca com eles como se fossem fantoches. A forma como os fez esperar por mim prova bem a sua influência” (registo de 11 de Junho). Um outro exemplo é o contacto com o duque de Lafões, feito também através de Marialva que, mais tarde, o levará a visitar Beckford na casa do Ramalhão onde este, entretanto, se instalara. A família Penalva também cedo demonstrará que não hesita em recebê-lo e Beckford refere com muito agrado a sua primeira visita ao palácio de Sta. Apolónia: “Almocei em casa dos Penalva, onde tive a mais cordial e amistosa recepção (...). Havia uma franqueza e um bom humor na cortesia dos meus anfitriões que me cativaram por completo.” (registo de 6 de Junho). Poucos dias passados, os Penalva iam, por sua vez, à casa de Beckford: “Para o jantar tivemos os Penalva e o conservador João Teles e tudo correu amistosa e agradavelmente.” (registo de 17 de Junho). Estas relações no meio aristocrático vão-se intensificando e, inclusivamente, ganhando um maior grau de intimidade, designadamente junto da família Marialva, o que muito sensibiliza Beckford: “Fui cedo para o palácio Marialva, onde o marquês me recebeu com tais manifestações de afecto e confiança que creio bem nunca nenhum estrangeiro conheceu em Portugal. Apresentou-me à marquesa e a suas filhas como se eu fosse um parente. Cessaram todas as reservas, todas as cortinas foram corridas, todas as salas abertas, e as crianças brincaram e deram lição como se apenas estivessem presentes os pais. O grão-prior e o abade não sabiam como exprimir o seu contentamento ao verem-me assim no seio da sua família.” (registo de 27 de Junho). Não admira que, pouco tempo depois, escreva no *Diário*: “Se a primeira nobreza me começa a receber como íntimo das suas famílias e a distinguir-me oferecendo-me importantes divertimentos, o sapo [Walpole] rebenta e toda a feitoria vai ficar coberta de veneno.” (registo de 7 de Julho).

⁵ *Diário*, Apêndice II – Árvore genealógica e ligações dos Marialva, pp. 229 e 230.

Para além das figuras referidas, outras com elevados cargos – no clero, na magistratura, na diplomacia, etc. – vão integrando a rede de relações de Beckford. Entre os mais próximos encontram-se Bezerra, futuro embaixador e Secretário de Estado da Guerra e Negócios Estrangeiros, e o seu amigo D. José, o morgado de Mateus, também futuro embaixador a quem se iria dever a famosa edição de *Os Lusíadas* (em 1817). Também monsenhor de Aguilar, prelado da Patriarcal, cedo se torna uma presença frequente na casa de Beckford que lhe admira a abertura de espírito e comenta, referindo-se à posição crítica do mesmo face à Igreja: “Em Portugal, mesmo no ano de 1787, tal conduta é uma loucura e receio bem que ele venha a sujeitar-se um dia a qualquer severa punição.” (registo de 16 de Junho).

Embora menos assíduo, Teles de Sousa, desembargador do Paço e juiz conservador da feitoria inglesa, acompanha os Penalva quando trocam visitas com Beckford e é um entusiástico apoiante deste contra Walpole. Apoio que não deixa de surpreender Beckford: “Não sei o que ele [Teles de Sousa] espera de mim; mas, sempre que me encontra, todo ele é sorrisos e cumprimentos. Cobre Mr. Walpole com as mais azedas invectivas e declara guerra implacável contra os próprios membros da feitoria que o nomearam seu protector.” (registo de 6 de Junho).

Este comentário remete para dois dos diferentes olhares com que Beckford era encarado em Lisboa – um tem a ver com a imagem de que desfrutava como capaz de interceder a favor de determinadas petições, apesar da sua situação de marginalidade relativamente à corte; outro tem a ver com a apreciação negativa que dele fazem, em geral, os membros da feitoria inglesa. Quanto ao primeiro, Beckford várias vezes dá conta, explícita ou implicitamente, de motivações de natureza oportunista por parte de alguns peticionários que dele se aproximam cumulando-o de lisonjas e bajulações. Uns esperam receber do jovem milionário os benefícios materiais que este não raro dispensava (dávias em dinheiro, individuais ou a conventos, obras religiosas, etc.). Noutros casos, os favores esperados são sobretudo em termos de capital social e simbólico, designadamente possibilidades de acesso, através de Beckford, junto de figuras importantes, muito em especial de Marialva, mas acesso também ao ambiente de elegância e riqueza de que o inglês se rodeava. Aliás, Beckford, à sua maneira, cultivava igualmente este tipo de relacionamentos oportunistas.

É claramente ilustrativa do que venho referindo uma passagem do *Diário* que vale a pena citar apesar de longa: “D. José de Brito [cavaleiro da Ordem de Cristo] e o abade vieram jantar comigo. Começo a ter fama de pessoa de muito respeito, e estou a ser considerado como tendo uma tão activa influência junto dos Marialvas e, por conseguinte, junto de Sua Majestade, que a todo o momento sou solicitado para pedir favores. D. José conta-se no número dos peticionários. Pretende ser nomeado para o lugar de um dos três mestres-de-campo da ilha da Madeira, onde ele tem uma grande propriedade, e se lhe meteu na cabeça que uma ajuda minha podia resolver o assunto. Antes de me fazer o pedido semeou em volta de mim as mais lindas flores de devoção, pensando que isso seria para mim o que havia de mais aromático na presente disposição das minhas narinas. E é assim que eu passo por um perfeito beato e vim a receber uma epístola hipocritamente açucarada do padre Almeida [Teodoro

de Almeida, pregador oratoriano, ‘um dos luminares da literatura portuguesa’, nas palavras de Beckford, páginas atrás] solicitando-me que ofereça a duas donzelas que acabam de entrar para o seu amado Convento da Visitação roupa íntima e de cama. Vou ter muito que fazer, realmente, se me der para enroupar todas as galinhas que a velha raposa Almeida resolver levar para o seu esconderijo. Mas, como este é o seu primeiro pedido, não posso recusar-me a fazê-lo. É um perigoso velhaco, confessa metade das mulheres importantes de Lisboa, e, se eu tratasse a sua impertinente pretensão como ela merecia, poderia expor as flores da minha reputação devota a uma geada que as crestaria antes de a consciência as revigorar.” (registo de 20 de Junho).

Quanto ao segundo aspecto – apreciação negativa da feitoria inglesa acerca de Beckford – são recorrentes os comentários azedos deste relativamente às hostilidades dos seus compatriotas aqui residentes. O marquês observava perplexo a perseguição de que o seu amigo era alvo, sem conseguir entendê-la. Beckford refere frequentemente a indignação de Marialva que aí fundamentava a sua tentativa de o convencer a ficar em Portugal: “Como é que pode pensar em voltar para um país cujos habitantes o perseguem até ao extremo da Europa com tão acre malevolência? – disse ele [Marialva] – sei que não é conhecido nem de Mr. North, nem de Lorde Eduard Fitzgerald, que aqui estiveram ultimamente. Claro que nada fez para os injuriar, e, no entanto, não há rancorosa opinião que eles não tenham expedido a seu respeito. (...) fique conosco, que o estimamos, o lastimamos e o respeitamos. A Rainha, neste caso, há-de-lhe dar mostras de simpatia e toda a Corte o há-de acolher com distinção.” (registo de 2 de Julho). Sabe-se que tal não virá a verificar-se mas, por outro lado, não se fica esclarecido quanto ao teor das rancorosas opiniões expressas pelos ingleses a que Marialva aludia. Há, no entanto, ingleses que apoiam Beckford, caso de um capitão White, “um dos poucos ingleses que me não tem reduzido a pó” (referido no mesmo registo acima citado) de um general Forbes, ao serviço do exército português, e de alguns (raros) negociantes residentes em Portugal. Ainda em relação aos apoiantes ingleses, uma particular referência para o seu agente e banqueiro Horne, companhia constante ao longo da estadia de Beckford. Trata-se de alguém que parece desfrutar de uma posição destacada aqui. Vemo-lo a receber o seu conterrâneo milionário nas casas que tem em Lisboa e em Sintra; a levá-lo a conhecer o que hoje se designaria como pontos de interesse turístico da capital; a apresentar-lhe algumas famílias inglesas e a indicarlhe personalidades portuguesas que convinha visitar; em suma, a procurar facilitar a inserção de Beckford. Há também duas irmãs inglesas, as *misses* Sill, que, desde os primeiros registos do *Diário*, aparecem quase diariamente na casa de Beckford que tem especial estima pela irmã mais velha (esta casaria, em 1788, com Bezerra, outro visitante assíduo já atrás referido). Escreve a respeito dela: “Continuo muito satisfeito com miss Sill mais velha. Tem excelente coração e lúcido critério e muitíssimo mais gosto e imaginação do que é costume nas pessoas prudentes e sensatas.” (registo de 31 de Maio). Trava igualmente relações com alguns outros estrangeiros aqui residentes, caso de Gildemeester, cônsul holandês, recém-proprietário do palácio de Seteais que inaugura com uma grande festa para a qual convida Beckford (nesta altura a morar no Ramalhão). Este comparece, fazendo-se acompanhar pelo marquês. Encontra-se aí com

alguns negociantes ingleses que tinham casas em Sintra – um indicador de distinção – e com alguns membros do corpo diplomático alemão e holandês. Irá trocar visitas com os Gildemeester e frequentar os chás da sua nova aliada, Madame Gildemeester, de quem diz: “É na realidade muito superior à generalidade das mulheres do seu país e tem uma maneira franca de se exprimir, cheia de espírito e discernimento. Não pertence à classe das pessoas misericordiosas e não poupa ninguém. Tivemos uma grande conversa de má-língua e unimos forças para dizer cobras e lagartos da gente da feitoria.” (registo de 19 de Agosto).

A animosidade contra Beckford, porém, não se manifestava apenas entre os ingleses da feitoria mas fazia-se sentir igualmente entre alguns elementos da nobreza portuguesa, conforme o *Diário* não deixa de revelar – caso do duque do Cadaval que, aliás, detestava e era detestado pelo seu parente Marialva; caso também da tia deste, a condessa de S. Vicente, irmã da marquesa de Marialva, que, como Beckford escreve, estava longe de acreditar nele: “Tem uma língua venenosíssima e estou certo de que muitas ferroadas me devem ter dado já por causa da minha grande intimidade com o herdeiro dos Marialvas.” (registo de 18 de Junho). Ao que parece, nem todos, aqui, ignorariam os rumores sobre o ‘escandalo-Beckford’ e nem todos acreditariam tratar-se de meras intrigas caluniosas.

Voltando às relações de sinal positivo, e a partir da análise da respectiva rede, podemos, nesta altura, demarcar três eixos dominantes na configuração dessa mesma rede: 1. ancoragem de grande parte das relações na ligação com os Marialvas; 2. gravitação das relações em torno dos problemas causados pela posição de Walpole; 3. constituição de um núcleo duro de relações (com maior proximidade e continuidade) onde se distinguem dois grupos – um focado no prestígio da casa Marialva e constituído por marquês/abade/grão-prior/D. Pedro, outro não tão elevado socialmente mas, ao que parece, apoiando Beckford de forma mais directa na gestão dos seus assuntos correntes, constituído este por Bezerra/D. José de Mateus/Horne/misses Sill.

5. Estratégias de contra-ostracismo

Tendo presentes os três eixos acima avançados, verifica-se que é no sentido daqueles mesmos problemas ligados à sua exclusão da corte que convergem as estratégias de ocupação do tempo accionadas por Beckford (lugares que frequenta, actividades a que se dedica). Assim, para além do tempo gasto em visitas e retribuição de visitas, avulta também o tempo gasto a frequentar missas e cerimónias religiosas. E esta última é uma actividade muito ambigualmente desempenhada por Beckford. A devoção a Sto. António, muito intensa em Lisboa, é sem dúvida um recurso muito importante ou mesmo central nas estratégias do jovem inglês para tentar suscitar adesão e simpatia nos meios influentes do clero e da nobreza e assim concorrer para ultrapassar os efeitos negativos da posição de Walpole. Contudo, não resulta claro até que ponto Beckford controla as suas exhibições de devoção. Na verdade, os comentários irónicos que faz ao longo do *Diário* relativamente ao seu papel de devoto e a racionalidade com que reage às muitas superstições que observa contradizem os comportamentos de êxtase

por que se deixa arrebatar, contagiado pelo frenesim dos pregadores, atordoado pela pompa das cerimónias religiosas, esmagado pelas cenas de mortificação e penitência. Alguns registos são demonstrativos destas posições contraditórias. Por um lado, deparamos com a expressão da distância que mantém face ao papel de devoto que cultiva: “Ouço dizer que não se fala de outra coisa senão na minha devoção. Realmente, esta brincadeira começa a ter os seus inconvenientes. Estou a ser constantemente importunado com deputações de conventos, epístolas e saudações beatas em latim, inglês e português, convites para festividades religiosas e doces em papel recortado que me enviam abadessas e donzelas rogando-me que interceda para que elas sejam recebidas como esposas do Senhor em qualquer convento sob os auspícios do meu mui venerando Santo António. Quem não quer ser lobo não lhe veste a pele. Fui eu que me meti claramente neste aperto, e agora não tenho outro remédio senão sair dele como puder.” (registo de 14 de Junho). Na mesma linha ‘herética’, dá conta da sua reacção às credices destemperadas do marquês quando este, querendo ajudá-lo no impasse em que se encontra a questão da apresentação à rainha, lhe pede emocionado que se recomende a Sto. António e lhe rogue “que se sirva da sua poderosa intercepção para o guiar nos caminhos da vida”. A exortação que Marialva então lhe faz, leva Beckford a comentar: “Sentia-me aflito ao ver-me diante de um homem, que eu tanto prezava e estimava, assim perdido no labirinto do fanatismo, e inteiramente convencido da existência de miraculosas interposições. Se o caso da minha apresentação prometia transitar das mãos de Melo [o 1º ministro Melo e Castro] para as de Santo António, era certo e sabido que eu não tinha outra coisa a fazer senão tratar das bagagens e dizer adeus a Portugal!” (registo de 2 de Julho).

Mas, por outro lado, vemo-lo enredar-se nos seus excessos de manifestações devotas, mesmo que depois as relate com algum cinismo, como quando descreve o seu comportamento numa das missas do Convento da Boa Morte onde ia com frequência: “Eu tremia dos pés à cabeça e o mesmo acontecia ao marquês. Os meus joelhos começam a ficar calejados, tanta vez me ajoelho aqui. Verdeil [o médico particular que viajava com Beckford] é de opinião que eu hei-de acabar num eremitério ou então doido – ou talvez as duas coisas ao mesmo tempo. E também que eu tornei o marquês dez vezes mais temente a Deus que antes de me conhecer, e que nessa ordem de ideias, encorajando-nos assim um ao outro, não tarda que acabemos por produzir seja o que for em tudo digno de uma casa de doidos.” (registo de 4 de Novembro).

No quadro das suas formas de ocupação do tempo (inseparáveis da rede de relações que mantém), o desempenho do papel de devoto e o charme com que recebe na sua casa funcionam como dois instrumentos da estratégia que Beckford desenvolve com vista a contrariar o processo de exclusão que lhe é movido. Ambos podem ser consideradas como componentes de um modelo de contra-ostracismo, embora não devam, como é óbvio, ser pensados tão linearmente, uma vez que o desempenho do papel de devoto envolve, como vimos, alguma identificação não controlada, e o charme com que recebe é, por sua vez, indissociável da própria necessidade de se mover num ambiente de conforto e requinte, perseguindo, simultaneamente, o objectivo de seduzir os seus visitantes-apoiantes.

Veja-se, a respeito desta segunda componente, duas significativas passagens do *Diário* sobre a sua casa do Ramalhão depois de a ter decorado a seu gosto: “Voltei cedo para casa, assim que escureceu, e fiquei agradavelmente surpreendido ao ver a metamorfose que sofrera a minha sala-lanterna: estava transformada numa esplêndida tenda [decoreação orientalista então em moda na Europa]. Os panejamentos caindo em amplas pregas sobre os amplos sofás e os espelhos produziam um belo efeito e formavam aconchegantes recantos. Quatro tripeças de ouro brunido, sustentando lustres de reluzente cristal, meio ocultos pelos reposteiros de chintz inglesa, contribuíam largamente para a riqueza do ambiente”. Dias depois acrescentaria que era ali que gostava de estar, “estiraçado na esteira a ler Tíbulo e a escrever contos. É a primeira vez, desde que cheguei a este país, que me sinto bem.” (registos de 28 e 31 de Agosto). Esta é uma encenação de magia para si próprio – fica encantado a ver os espelhos multiplicarem a profusão de reposteiros, “imaginando ter penetrado, graças à magia de um feiticeiro, uma série de encantadoras mansões” – mas é também uma encenação de sedução para os outros – “o cenário dos meus aposentos, a música escolhida por mim, os livros e gravuras espalhados por toda a parte, levavam-lhe [a D. Pedro] a imaginação para um novo mundo de ideias Ou eu estou muito enganado, ou por muito tempo ele irá lembrar-se deste período da minha estada em Portugal” (registo de 2 de Setembro). Neste caso, a sedução visava particularmente D. Pedro, mas o gosto em captar a admiração/aprovação dos seus convivas alargava-se a outros relacionamentos que não tinham aquela natureza íntima. Os seus dotes para o canto, a dança e o piano juntavam-se ao décor e tornavam certamente muito apetecível a frequência da casa de Beckford.

O marquês lamentava-se sempre que as suas obrigações de cortesão o obrigavam a ir para junto da rainha, impedindo-o de estar com Beckford, o que não é surpreendente, uma vez que a vivacidade deste o tirava do aborrecimento em que habitualmente passava os dias. Tanto o marquês como o seu filho, de acordo com o *Diário*, “não sabem em absoluto o que hão-de fazer de si próprios. Passam a vida a bocejar e a vadiar da forma mais apática e desconsolada” (registo de 3 de Agosto). Na casa do jovem inglês, Marialva, que não costumava fazer qualquer exercício, dançava animadamente e acompanhava mesmo as brincadeiras do amigo, conforme este conta: “Andámos ao pé-coxinho, saltámos por cima de um lenço colocado alto, e divertimo-nos como autênticos meninos de escola. Franchi [cantor da Patriarcal que Beckford convidava para cantar na sua casa] deve ter pensado quão invulgar divertimento era aquele de andar a brincar familiarmente, com um marquês, estribeiro-mor, e um fidalgo rico. O prazer que ele teria de ir contar na Patriarcal as nossas proezas!” (registo de 20 de Agosto).

Em contraponto, a vida da corte, a que Beckford não conseguia aceder, exigia uma estrita etiqueta que parece conservar-se ainda muito próxima do auto-controle cortesanesco do período barroco. Marialva mostra-se frequentemente cansado do seu serviço da Corte e entediado com as obrigações do privilégio que lhe assiste de acompanhar a rainha. A este respeito, confidenciaria a Beckford: “Que tarde deliciosa eu vou passar, fechado num quarto com a Família Real, a senhora abadessa [do

convento que a rainha ia visitar] e o arcebispo confessor de Sua Majestade, todos a girar o polegar, a observar a chuva, a dizer que este tempo não é próprio da estação, e depois uma pausa, a que se segue a merenda, isto é, uma refeição ligeira: compotas e doces de fruta e frutos de conserva de todas as cores que é preciso comer e elogiar, sejam bons ou maus.” (registo de 27 de Junho). Particularmente ilustrativa quanto ao tipo de etiqueta que imperava na corte, é uma descrição que Beckford faz de uma festa na casa do marquês, em Sintra, festa em que participava a família real e que, na sua situação de marginalizado, o rico fidalgo inglês ficou a ver de uma janela... A cerimónia constava de uma sumptuosa merenda e de um fogo-de-artifício. Quando a rainha e a princesa se sentaram, precisamente debaixo da janela atrás da qual ele se encontrava, a cena é relatada nestes termos: “Fez-se um fúnebre silêncio. O conde de Sampaio e o visconde de Ponte de Lima ajoelharam diante das augustas personagens numa tão rendida devoção como a dos muçulmanos diante do túmulo do seu profeta ou a dos tártaros em presença do Dalai Lama. Só o meu amigo [Marialva], do lado oposto ao de Sua Majestade, parecia conservar o seu à-vontade e a sua jovialidade (...). O conde de Sampaio, camarista da semana, serviu o chá à Rainha, e quando lho apresentou, pôs os dois joelhos em terra.” (registo de 17 de Outubro).

A somar ao facto de a rainha ser demasiado irresoluta e os seus ministros demasiado timoratos face ao poder de Walpole, ou melhor dito, face ao poder da Inglaterra, também o clima de dependência dos cortesãos face à figura real – tão próximo ainda do modelo da etiqueta da *sociedade de corte* – concorreria para o insucesso das manobras que Marialva parece ter desenvolvido com vista a conseguir que D. Maria I recebesse Beckford. Curiosamente, cerca de seis anos depois, na sua segunda vinda a Lisboa (em 1793), é, enfim, apresentado na corte, malgrado os protestos furiosos de Walpole que aqui permaneceu como embaixador até 1800. O que terá mudado? Uma das mudanças a referir poderá ter sido o afastamento da rainha que, dada a sua crescente insanidade, é substituída por D. João VI (então ainda regente em nome da rainha). Neste sentido, será de dar crédito aos comentários do marquês relatados anos antes no *Diário*: “Entre amargos suspiros, por causa da minha próxima partida, [o marquês] garantiu-me que esta também era muito sentida pelo príncipe e princesa do Brasil, os quais abertamente tinham acusado a Rainha e os ministros da mais mísera covardia por me deixarem sair de Portugal tão descontente” (registo de 17 de Outubro). Aliás, parece que, após a sua segunda vinda, Beckford teria sido incumbido pelo regente de uma missão diplomática junto do governo inglês⁶ – um indício da boa vontade que o futuro rei de Portugal lhe dispensaria (pelo lado da Inglaterra a missão não viria a merecer qualquer atenção...).

Retomando o período abarcado pelo *Diário* de Portugal, e tendo ainda em vista a questão da etiqueta ou auto-controle do modelo da sociedade cortesanesca, é interessante encontrar em Beckford várias manifestações de inadequação a tal modelo. A este respeito revela-se muito significativo um registo que descreve a sua visita à

⁶ Introdução de Boyd Alexander em *Diário*, p. 20.

casa do ministro Melo, acompanhado pelo marquês. A conversa alongou-se por uma hora e meia, sempre em torno da obstinação de Walpole em não querer apresentar Beckford à rainha. Melo esgrime o melhor que pode a técnica da dissimulação cortês – evoca os méritos do falecido pai do inglês (homem poderoso com uma enorme fortuna ganha no negócio do açúcar e investida na navegação e na banca, o que lhe permitira casar com uma aristocrata de riqueza antiga) e reconhece que Beckford tem “todo o direito em ser apresentado em qualquer corte com a maior distinção”. Ao mesmo tempo reafirma, inabalável, a inconveniência de subverter os sistemas estabelecidos e, portanto, diz Beckford, desesperado, “reconhece a impossibilidade de me ver apresentado por qualquer outra pessoa que não seja o ministro britânico.” (registo de 1 de Julho). Com a paciência esgotada pelas cortesias e pelos fingimentos de Melo, contrapõe-lhe um discurso exaltado e despede-se de forma desabrida, deixando Marialva, conforme narra depois, “a lançar mão das habituais frases emolientes, próprias dos cortesãos, a fim de aplacar a tempestade.” Remata o relato comentando: “O que eu gosto de me meter em sarilhos! Para mim um sarilho assim é como uma bebida alcoólica. Desperta-me o espírito e espevita-me a imaginação.” (o mesmo registo de 1 de Julho). Na verdade, o auto-controle que se esforça por manter para conseguir levar por diante as suas estratégias quebra-se, não raro, deixando surpreendidos os que assistem aos seus rompantes.

Longe de se identificar com o perfeito cortesão, Beckford antes se aproxima da figura do romântico arrebatado, dificilmente resistindo aos impulsos do momento que o fazem, por vezes, abandonar precipitadamente lugares e pessoas que o enfadam. Apesar disso, entre a contenção cortesanesca e o excesso romântico, a sua duplicidade permite-lhe transitar entre uma e outro, porventura incentivado pela luta que trava contra a sua situação de excluído. É interessante verificar como o próprio Beckford reconhece essa dificuldade de poder vir a ser um bom cortesão: “Partindo do princípio de que Sua Majestade me daria a honra de me conceder uma chave dourada [chave simbólica do cargo de camarista] e um título pomposo, que mal me iria sentir escravizado pela prisão e a etiqueta de uma sala de visitas! Daria um péssimo cortesão e acabaria por cair em completa desgraça no dia em que me visse obrigado a acompanhar a Rainha numa das suas visitas a conventos ou a ficar sentado a uma mesa de jogo.” (registo de 6 de Julho).

6. Cronologia de um processo de exclusão

Uma cronologia das sucessivas iniciativas, desenvolvidas ao longo da estadia de Beckford, no sentido de possibilitar, ou não, a sua apresentação à rainha constitui, em si mesma, uma informação ilustrativa do processo de ostracismo que aqui procuro analisar. Os registos do *Diário* que aludem às referidas iniciativas são a fonte disponível que vou utilizar para traçar essa cronologia:

28 de Maio

A primeira iniciativa surge logo no quarto registo do *Diário*. Aí, Beckford dá conta de uma reunião dos marqueses de Angeja e do Lavradio (respectivamente Chanceler do Tesouro e Presidente da Mesa de Desembargo do Paço) com Seabra e Silva (ex-Secretário de Estado de Pombal), reunião em que quase só se terão ocupado com o seu caso e em que Seabra terá dito que Marialva não estava a conduzir bem a pretensão. Nesta fase, a atenção de que Beckford está a ser alvo por parte destas importantes figuras leva-o a pensar que o problema se resolverá em breve e ele deixará “de ser o principal assunto de conversa em todas as mesas de jogo, repartições e escritórios de Lisboa”.

3 de Junho

Relata, desapontado, que chegaram três pacotes a Lisboa e nenhum lhe trouxe qualquer carta, o que significa que não recebeu as esperadas credenciais. Não deixa de comentar a este propósito: “Estou seriamente inclinado a acreditar que Walpole intercepta as minhas cartas”.

19 de Junho

As manobras de Marialva a seu favor animam-no. Horne é de opinião que acabarão por vencer as dificuldades com que têm vindo a deparar-se. Com esta expectativa, Beckford escreve: “Estou morto por saber quando e como Sua Majestade me vai receber em audiência”.

23 de Junho

Recebe com desagrado a notícia (através de Horne) de que a rainha continua indecisa quanto a conceder-lhe audiência e de que “o facto de me ver desatendido pelas minhas relações em Inglaterra dá lugar a não poucas especulações. Melo e os outros ministros não sabem o que hão-de fazer pelo facto de eu me ver tão completamente abandonado.”

27 de Junho

Entretanto, Horne, ao que parece, vai aproveitando todas as oportunidades para fazer referências elogiosas a Beckford junto dos cortesãos. Marialva, por sua vez, vai porfiando nas suas tentativas. Mas, como aquele escreve, as cabalas do corpo diplomático e a tibieza de Melo dificultam a resolução do problema: “Tem sido Melo, com as suas insinuações e suspeitas, que vem torcendo e enrolando as coisas no sentido de evitar uma apresentação formal. Quer ficar de bem com toda a gente. A Rainha já de si é bastante irresoluta; dispensa bem que o ministro lhe aumente a reserva de irresolução de que dispõe.” Beckford, contudo, está convencido de que a rainha está impaciente por o ver mas não consegue dar ordens a Melo para que o apresente dispensando a habitual etiqueta (a intermediação do embaixador). Assim, anota a este respeito: “[a Rainha] teria gostado de me receber nas Caldas como por acaso. Mas o marquês não queria ver-me apresentado às escondidas, por isso mesmo

resolveu conduzir as coisas de maneira clara à vista de Walpole, de seus colegas e de seus satélites”. Seria, porventura, este desassombrado propósito de Marialva que Seabra considerara ser uma estratégia inadequada (Seabra que Beckford, no registo de 28 de Maio, definira como “mais sinuoso que a serpente do Paraíso”). O marquês, sempre empenhado, convence-se, e procura convencer o seu jovem amigo, de que a questão se resolverá facilmente caso este o “autorize a informar Sua Majestade de que é sua intenção estabelecer-se em Portugal”. Beckford resiste e não deseja comprometer-se a tomar essa decisão, uma vez que, conforme escreve várias vezes, espera poder voltar às suas terras de Fonthill com que sonha frequentemente, tal como numa noite em que adormece exausto, farto do calor e da poeira de um verão abrasador em Lisboa: “O fresco aroma dos meus pinheiros de Fonthill parecia acenar-me em sonhos. Soava-me aos ouvidos o balir dos meus cordeiros e o mugir dos meus rebanhos no profundo vale de Lawn Farm. Estarei eu para sempre banido desse feliz cenário da minha infância?” (registo de 24 de Junho). Esta última proposta do marquês deixa-o “mais agitado e mais indeciso do que nunca”, sem saber qual a melhor forma de ultrapassar os efeitos da marginalização que condiciona a sua vida, sentindo-se como “uma verdadeira criança, sem qualquer plano traçado, abandonado ao curso dos acontecimentos e deixando que ele me leve sem destino (...); não sou nem uma coisa nem outra, nem vicioso nem virtuoso, e, entretanto, a vida que levo é a mais estúpida que pode imaginar-se.”

1 de Julho

Marialva leva Beckford a visitar Melo para tentar convencer este a prescindir da etiqueta que obriga Beckford a ser apresentado pelo embaixador Walpole. A tentativa resulta baldada (já atrás fiz referência a esta visita a propósito do comportamento não cortesanesco de Beckford).

3 de Julho

Continuam os esforços de Marialva para convencer o seu amigo a estabelecer-se em Portugal e continua a resistência deste a tal desígnio, uma vez que, conforme diz no *Diário*, “Ainda não desisti por completo de vir a restabelecer-me na minha pátria e de gozar, digno e tranquilo, os relvados que mandei fazer e as matas que mandei plantar”.

5 de Julho

Marialva conta a Beckford a conversa que teve no Paço com Walpole, conversa que seguiu o rumo previsto: “muitas queixas e indignação de um lado, muito sobresalto e rubor do outro”, negando o embaixador que tivesse autorização da corte inglesa para o seu comportamento com Beckford.

6 de Julho

O pacote da Mala trouxe finalmente uma carta do embaixador de Portugal em Londres, Pinto de Sousa Coutinho, para Melo a quem recomenda Beckford. Os amigos deste, Bezerra e D. José de Mateus, consideram a chegada da carta um acontecimento

muito favorável, mas Beckford não concorda e, sobretudo, desagrada-lhe o tom da missiva: “A minha humilde pessoa recomendada à protecção e benevolência de Melo deve lisonjear-lhe a vaidade muito mais do que eu desejava, e fá-lo-á cantar de galo”. Cansado de todo o processo, interroga-se uma vez mais sobre o seu destino: “Quando deixarei eu de representar o papel de judeu errante e de ser o espanto e admiração de toda a gente, como se tivesse estampado no rosto o estigma da maldição! Apetece-me desistir de todas as disputas e construir o meu ninho no primeiro país cujos habitantes me prometam conservar os súbditos ingleses à distância.”

14 de Julho

Mostrada a referida carta ao marquês, este concorda com o amigo sobre a inadequação dos termos em que vem escrita e resolve escrever, ele próprio, ao embaixador português, o que fará nesta mesma data: “O marquês escreveu ao Pinto uma longa e enérgica carta cheia de elogios à minha conduta neste país. Suponho que a sua intenção é mostrar aos meus estúpidos parentes que mereço alguma consideração.”

28 de Agosto

Durante uma visita ao mosteiro de Mafra, quando Beckford e Marialva descansam à beira de uma fonte, em amena conversa, o problema da permanência daquele em Portugal é abordado e o marquês avança uma estratégia nova: “Por mim (...) tomo a responsabilidade de lhe arranjar o primeiro casamento do reino, e de o aparentar, por um tal casamento, com todas as cabeças coroadas da Europa”. Vai ao ponto de dizer que não é preciso Beckford renunciar à religião protestante porque lhe arranjarão uma dispensa de Roma e assegura-lhe: “A Rainha quando vir que está disposto a casar com a mais distinta senhora da sua corte, usará de todos os seus poderes e influência para o reabilitar na sua pátria, solicitando do seu rei que lhe conceda o pariato, que sabemos que lhe estava prometido e só não lhe foi dado há três anos por motivo de intrigas movidas pelos seus inimigos”. Beckford, entre surpreendido e lisonjeado face a esta proposta de Marialva, sente-se embaraçado, suspeitando que a noiva em vista seja a filha do marquês. Inventava dificuldades várias, tais como conseguir a anuência dos seus parentes, enfrentar as frequentes viagens entre Portugal e Inglaterra para que nem ele nem a futura mulher estivessem muito tempo longe das respectivas terras e famílias, etc. Argumentos que não demovem Marialva, crente na eficácia destes seus projectos.

22 de Setembro

O marquês insiste para que Beckford aperte com a gente de Inglaterra sobre o caso da apresentação à rainha mas aquele escreve: “Estou farto de ouvir falar desta apresentação. Já não quero saber disso para nada. Como uma pessoa que está à espera três ou quatro horas pelo seu jantar, já perdi o apetite. Não aconteceu o mesmo com o marquês. A sua impaciência por conseguir a minha admissão no Paço parece aumentar em vez de diminuir.”

25 de Setembro

Marialva organiza um encontro de Beckford com um tal padre Rocha, confessor do arcebispo (este último, inquisidor-geral e conselheiro da rainha, na casa do qual os dois amigos também já tinham estado). Beckford fica com uma boa impressão do padre Rocha que, “posto seja inquisidor e frade dominicano, não tinha nada o aspecto de uma pessoa empedernida e de meter medo. Os seus modos denunciam um conhecimento dos homens e dos hábitos de sociedade que raramente se adquirem dentro das paredes de um convento”. Diz-lhe com muita clareza que se não fosse imediatamente apresentado à Família Real, deixaria Portugal e regista com optimismo: “Rocha compreendeu-me muito bem, e não tenho dúvidas que apresentará as minhas ideias ao seu patrono melhoradas e aumentadas”.

28 de Setembro

Marialva chega à casa de Beckford muito abatido e informa-o de que “Walpole, a conselho de Melo, tinha tido a audácia de fazer uma representação, em nome da corte inglesa, contra a minha apresentação a Sua Majestade a Rainha de Portugal”. A rainha, acrescenta Marialva, “não sabe o que há-de fazer (...). Está o mais possível a seu favor e convencida que o senhor é uma vítima inocente das mais torpes maquinações, mas toda a sua boa disposição foi frustrada por este ataque. Agora não ousa recebê-lo”. Beckford responde de pronto: “Oh, por amor de Deus! Que ela não pense mais nisso. Estou pronto a manter-me à distância. A minha resolução está tomada. Vou fazer as malas e partir. Agora já nada me detém”.

29 de Setembro

A notícia sobre a representação escrita por Walpole marca um momento de ruptura no desenvolvimento das estratégias de contra-ostracismo que Beckford, apesar das suas reticências e ambivalências, ia sustentando, apoiado em Marialva. Efectivamente, a partir daí, dá ordens para preparar a sua partida. Vai referindo no *Diário* as lamentações dos amigos mais próximos perante a sua eminente partida, bem como as interpretações de alguns deles sobre a notícia da representação de Walpole, caso do general Forbes que “não acredita numa só palavra de tudo o que me disseram, e está persuadido de que foi o próprio arcebispo, movido pelo Rocha, quem inventou esta história, para evitar embaraços e perplexidades”.

8 de Outubro

As suspeitas do general Forbes parecem confirmar-se quando Beckford vai a casa do arcebispo e o vê “Muito afável e dado a abraços mas tudo me faz crer que estava morto por se ver livre de mim (...) Forbes tinha razão; o pobre marquês foi enganado. O arcebispo e a sua real ama estão convencidos de que (...) a minha permanência nos seus domínios pode ocasionar-lhes mais perturbações do que vantagens. O velho passarão, crente do seu embuste, parecia sobre brasas”.

5 de Novembro

Apesar dos preparativos do seu amigo para a partida, Marialva não desiste das suas tentativas e tem uma longa conversa com Melo a respeito da qual Beckford comenta: “mas eu não dou nada pelo resultado dela: o espírito do meu pobre amigo parece em tremenda confusão”.

10 de Novembro

Marialva escreve uma nova carta ao embaixador Pinto, intercedendo por Beckford.

11 de Novembro

Reunião de Marialva com um capitão inglês, Mac Donald, e com Verdeil para discutir a maneira de “se produzir uma mudança total no procedimento de Walpole”. Mac Donald parece ser um novo trunfo a usar, ele próprio, aliás, movido por interesse pessoal na medida em que, se conseguir demover Walpole, Marialva empenhar-se-á em arranjar-lhe uma promoção. Beckford, apesar de tudo, ainda afirma: “Se isto der resultado, ficarei em Lisboa”.

18 de Novembro

Relato de mais um incidente da contenda entre Marialva e Walpole: “Não tardou [o marquês] a soltar uma torrente de insultos contra Walpole, que tinha levado tão longe a sua audácia que escrevera uma furiosa carta ao secretário de Estado a queixar-se de ameaças do marquês e a pedir a protecção e o apoio da Rainha”. Melo, entre dois fogos, não sabe o que fazer e acaba por mostrar a carta a Marialva. Beckford fecha este relato com o seguinte comentário: “Percebi que o embaixador [Walpole] estava disposto a tudo sacrificar, verdade, prudência e decência, tudo, numa palavra, para complacência do seu ressentimento”.

19 de Novembro

Walpole não se limita a criar dificuldades a Beckford em Lisboa, mas igualmente as fomenta em Inglaterra, onde faz circular a sua versão dos acontecimentos que deixa alarmados os familiares daquele. Beckford lamenta a facilidade com que os seus parentes se deixam assustar tão tolamente: “A minha pobre irmã que, não obstante os seus estudos de geografia, pouco sabe dos costumes e hábitos de Portugal, supõe que os assassinios e envenenamentos são coisa corrente em Lisboa, e, como eu ofendi esta vingativa nação, insultando e arremedando algumas das suas principais personagens, é de esperar que venha a ser vítima de uma bala ou de um punhal (...). Em vez de recorrerem [os parentes de Beckford] a Pinto como fonte de informação, ei-los que sorvem todos os insignificantes jorros de calúnias que encontram no caminho (...) como se fossem uns pobres mudos despojados do poder de averiguação e de pesquisa”.

24 de Novembro

Comentando a ida de Marialva ao Paço “na firme resolução de falar à Rainha com toda a franqueza”, Beckford, já sem ilusões, escreve: “Mas eu sei que estas resoluções se desvanecem na presença da Soberana”.

27 de Novembro

Últimas despedidas na véspera da partida. O *Diário* encerra desta forma: “O meu amigo [o marquês] e eu passámos duas horas em íntima conversa e, para o reanimar, disse-lhe que era provável que voltasse a Portugal dentro de um ou dois anos. Pela sua parte, prometeu-me nunca perder de vista um só instante a ruína de Melo e a dos interesses ingleses em Lisboa”.

Num balanço desta cronologia, passo a destacar alguns aspectos:

a. Natureza intensiva e regular das iniciativas registadas no *Diário* visando a apresentação de Beckford à rainha

Não há qualquer mês em que não se registre pelo menos uma iniciativa (caso dos meses de Maio, Agosto e Outubro), sendo que, nalguns outros, o número é bastante mais elevado (Junho e Julho com cinco registos e Novembro com sete). No total há vinte e quatro registos com referências sobre a questão em causa⁷. Os meses com uma só referência são, compreensivelmente, o primeiro mês do *Diário* (Maio); o mês de Agosto, quando Beckford está a viver no Ramalhão e a passear por Sintra onde se encontram os Marialvas e Horne, bem como grande parte dos notáveis de Lisboa fugidos ao calor da capital; o mês de Outubro que ele aproveita para fazer excursões a cavalo em Sintra e arredores antes de deixar a casa do Ramalhão e voltar para Lisboa a preparar a partida. Curiosamente, é em Novembro, o mês dessa partida, que se regista o maior número de referências — são os últimos golpes e contra-golpes em que se envolvem Marialva, por um lado, e Walpole, por outro.

b. Centralidade da figura de Marialva nas iniciativas referidas

Isto relativamente aos contactos que o marquês proporcionou a Beckford (encontros com o ministro Melo, com o arcebispo S. Caetano, inquisidor geral e conselheiro da rainha, com o padre Rocha, confessor do próprio arcebispo) e às tentativas que desenvolveu (cartas ao embaixador Pinto, pressões sobre Walpole, esforços para persuadir a rainha a dispensar a etiqueta da apresentação mediada por Walpole). Vimos já que dois dos argumentos que pretendia usar — estabelecimento de Beckford em Portugal e seu casamento com uma distinta dama da nobreza portuguesa — tiveram de ser abandonados uma vez que o implicado não se decidiu a aceitá-los.

⁷ De notar que, na parte relativa a Portugal, o *Diário* contém 167 dias de registo praticamente quotidiano, ficando em falta apenas 28 dias (lacunas de 9 dias em Julho; de 1 dia em Agosto; de 11 dias em Setembro; de 2 dias em Outubro e de 5 em Novembro).

c. Carácter ambíguo e contraditório do comportamento de Beckford quanto à questão da apresentação à rainha

Se este, por um lado, manifesta empenho em conquistar o interesse, a admiração e a aprovação dos que vão integrando a sua rede de relações com vista a criar uma opinião favorável sobre si e assim poder superar o cerco de Walpole, também, por outro lado, manifesta indecisão, relutância ou mesmo desagrado face à necessidade de tomar determinadas posições que poderiam, eventualmente, ajudar a ultrapassar o impasse em torno da sua situação de *outsider*.

d. Complexidade do jogo de forças em presença

Jogo que ultrapassa a polarização Walpole-Marialva, envolvendo diferentes agentes com diferentes interesses, alguns hoje dificilmente identificáveis. Beckford defronta-se com a hostilidade de Walpole e com o poder deste enquanto representante de um país aliado/dominador de Portugal e, ao mesmo tempo, defronta-se também com a indeterminação de uma rainha medrosa, embora poderosa devido ao lugar que ocupa, e com a desconfiança, inveja e compadrios de muitos elementos da feitoria inglesa, bem como de nobres e notáveis portugueses de facções adversas à casa Marialva e/ou, empenhados em não desagradar a Walpole. O apoio do marquês a Beckford parece ser, simultaneamente, uma questão de amizade e uma questão de honra, e a sua porfia vai aumentando à medida que vai sendo manietado pelas manobras dos seus adversários. Acabará derrotado, para isso tendo contribuído, quer a incapacidade da rainha em vencer os seus medos, quer a conivência que se verificou entre alguns dos cortesãos e o embaixador inglês. A convergir para essa derrota, é de sublinhar ainda: o facto de os parentes e amigos de Beckford em Inglaterra não terem tomado qualquer iniciativa para o apoiar; o facto de Marialva querer fazer a sua apresentação de “maneira clara à vista de Walpole, de seus colegas e de seus satélites”, não deixando lugar para dúvidas sobre quem teria vencido a contenda e o facto de o próprio Beckford, dadas as suas reservas e indeterminações, ter dificultado a definição de estratégias mais incisivas.

De acrescentar que é manifesta ao longo do *Diário*, sobretudo nos primeiros meses, uma relativa inadequação das posições do seu autor face a um contexto de que subavalia componentes que lhe são adversas, designadamente a sua convicção de que:

1. receberá credenciais de Inglaterra, malgrado o desfavor em que aí era tido por seus pares e familiares;
2. poderá em breve regressar às suas terras em Fonthill, onde vai ordenando que façam obras e melhoramentos, malgrado ter sido ostracizado de Inglaterra;
3. ultrapassará os obstáculos levantados por Walpole na medida em que é apoiado por Marialva e se tem comportado devidamente (em termos das suas manifestações de devoção e de sociabilidade mundana).

7. Ligações perigosas

Relativamente às duas dimensões da vida social atrás referidas – a das práticas de natureza homossexual e a das práticas de natureza cortesanesca – não foi ainda explorado o material do *Diário* sobre as questões implicadas nas primeiras, motivo nuclear, afinal, do processo de ostracismo que se tem vindo a analisar.

Quanto ao escândalo propriamente dito (ligação com Courtenay, sobrinho do adversário político de Beckford, lorde Loughborough), há, no *Diário*, algumas vagas denúncias do carácter persecutório das manobras dos inimigos de Beckford em Inglaterra. Para além disso, aparecem também, nas páginas iniciais, algumas linhas alusivas àquela ligação – veja-se o relato de um agradável sonho de que o jovem inglês foi acordado pelo ladrar dos cães: “Creio que andava a passear com William Courtenay por encostas de verdes outeiros, ponteadas com laranjeiras em flor. Nossos olhos, banhavam-nos lágrimas de afecto e perdão, e íamos de mãos dadas, e era como se tivéssemos esquecido por completo as dores que um ao outro havíamos causado.” (registo de 30 de Maio).

Esta ligação não parece ter-se prolongado para lá da sua denúncia pública, mas o editor do *Diário* informa-nos de que Courtenay (visconde do mesmo nome e conde de Devon) “levou uma vida escandalosa, fugiu do país em 1811 para não ser preso e morreu solteiro e obscuro em Paris” (Boyd, 1988: 181)⁸. Pelo seu lado, Beckford, uma vez em Lisboa, toma as maiores precauções para esconder os seus afectos por jovens do mesmo sexo.

De qualquer modo, a bissexualidade parece ser uma classificação mais adequada para caracterizar o comportamento erótico de Beckford do que uma homossexualidade estrita. Limitar-me-ei, neste ponto, a considerar algumas manifestações desse comportamento enquanto factores capazes de ser disruptivos em relação ao modelo de contra-ostracismo que integra as estratégias accionadas por Beckford durante a sua estadia em Lisboa (veja-se atrás o ponto 5). Neste sentido, há a distinguir no *Diário* referências a ligações/aproximações socialmente reconhecidas umas – as de natureza heterossexual – e socialmente proscritas outras – as de natureza homossexual.

Entre as primeiras destaca-se a relação com a sua mulher Margaret de quem teve duas filhas e que morreu três anos após o casamento. A publicitação do escândalo Beckford – Courtenay dá-se quando aquele e a mulher estavam em Powderham onde se encontravam Courtenay, sua tia e o marido desta, o já referido Loughborough. Isso não parece ter prejudicado o afecto que unia Beckford e Margaret, a qual, aliás, o defende expressamente contra os seus parentes numa carta a que alude Boyd Alexander⁹. No *Diário*, Beckford é sempre muito emotivo quando fala de Margaret, caso, por exemplo, da passagem em que descreve um seu passeio pelas margens do Tejo, junto à velha quinta de Marvila, propriedade de Marialva – a paisagem fá-lo recordar-se do lago de Genebra e de “muitas outras circunstâncias que rodearam a perda daquela a quem

⁸ Nota 40.

⁹ Introdução de Boyd Alexander, *Diário*, p.15.

amava mais do que à própria vida (...). Voltei para casa sombrio e desconsolado, chamando em vão, já que não me pode ouvir, a companheira das minhas horas mais felizes, outrora tão viva e florescente, agora fria e pálida no seu sepulcro de Fonhill, a mais bela e ingénua criatura, tão terna para o seu pobre William e aquela que soube perdoar com tão doce e afectuosa jovialidade os seus erros infantis.” (registo de 4 de Junho). Os elementos românticos aqui convocados reaparecem noutras passagens, tal como na descrição do efeito que sobre ele teve a leitura de um romance, *Lady Julia de Mandeville*, história de dois amantes infelizes que lhe evoca o seu próprio sofrimento quando, um ano antes, perdera “o único ser a quem verdadeiramente amei”, deixando-o em lágrimas ao recordar “a pálida imagem da minha Margaret” (registo de 14 de Outubro).

A referência às lágrimas é frequente em vários registos e corresponde, sobretudo, a recordações associadas a Margaret e à sua mansão de Fonhill. No entanto, para além de ser expressão da emotividade de Beckford, essa profusão de lágrimas terá de ser entendida no contexto das manifestações de sentimentalidade usuais no século XVIII, tal como o demonstram os textos literários de então, quer sejam de natureza ficcional, quer de natureza intimista (diários, cartas). A regra de que ‘um homem não chora’ só mais tarde iria impor-se, passando as lágrimas a ser relegadas para domínios subalternizados – o do sentimentalismo feminino e, em particular, o do sentimentalismo dos não cultivados (Vincent-Buffault, 1994). No séc. XVIII, porém, tratava-se de uma manifestação de sensibilidade requintada que era considerada louvável viesse ela de mulheres ou de homens.

Retomando as ligações/aproximações de natureza heterossexual de Beckford – verifica-se que, para além da relação com a sua mulher, são raras no *Diário*, na parte relativa a Portugal, outras alusões dessa natureza (há, por exemplo, vagas insinuações quanto às suas manobras de sedução que têm por alvo uma vizinha em Lisboa), embora na parte relativa a Espanha, isso já não aconteça. Aí, Beckford vê-se cercado de fogos e, como ele diz, “é delicioso sermos aquecidos, mas se não recorro a todos os átomos de prudência que existem na minha natureza, acabarei reduzido a cinzas” (registo de 1 de Janeiro de 1888). Referia-se simultaneamente ao seu arrebatamento pela encantadora mulher do príncipe de Listenais – “Prometemos um ao outro encontrarmo-nos em Paris e abandonarmo-nos ao maravilhoso delírio da nossa nascente paixão” (registo de 12 de Janeiro daquele mesmo ano) – e ao seu entusiasmo pelo filho do chaid de Tripoli, um rapazinho de 12 anos que conheceu na casa do embaixador da Turquia em Espanha – “Chama-se Mohamed o rapazinho. São um encanto a lânguida ternura dos seus olhos, a doçura dos seus traços e a fascinação do seu sorriso.” (registo de 1 de Janeiro). Regressando às páginas sobre Portugal, e ainda sobre as referências relativas a ligações/aproximações heterossexuais, será de considerar aquela que não passou de uma eventualidade, aqui e ali discretamente apontada: a de um possível casamento com D. Henriqueta, a filha de Marialva.

Esta é uma questão que levanta alguma perplexidade, tanto no que respeita ao presumível empenho do marquês no projecto dessa união, como no que respeita ao desinteresse de Beckford a tal propósito. Dos registos do *Diário* não consta qualquer

proposta explícita de Marialva a Beckford quanto ao casamento deste com D. Henriqueta, mas apenas uma proposta de casamento com uma senhora portuguesa, a mais distinta da corte de D. Maria I, conforme atrás ficou referido. É antes a Verdeil, o médico de Beckford, que o marquês o terá dito expressamente. Verdeil, por sua vez, ao relatar essa conversa a Beckford, adverte-o quanto às “inúmeras dificuldades que se levantariam no caso [daquele] casamento em Portugal e estabelecimento [de Beckford] no reino.” (registo de 3 de Setembro), dificuldades que não são objecto de qualquer comentário no citado registo. Beckford, contudo, já tinha dado conta de quanto esse projecto o preocupava, depois de ouvir, alguns meses antes, o abade repetir várias vezes as insinuações acerca da simpatia de D. Henriqueta por ele – se, por um lado, nota que esta, “no que diz respeito a sangue e parentescos, poucas a igualam em toda a Europa” e que, no caso do irmão morrer, “ela imediatamente se tornará a herdeira dos títulos, bens e altos privilégios dos Marialvas”, por outro lado, isso não parece entusiasma-lo, antes o deixa preso numa grande indeterminação, sentindo-se a errar num labirinto, de tal modo que escreve: “Ainda não sei, mesmo agora, para onde virar-me e já me sinto cansado de principiar a minha rota.” (registo de 23 de Junho). A sua resistência a este projecto do marquês não deriva, contudo, de qualquer aversão a D. Henriqueta a quem se refere, não raro, em termos de apreço. Caso de um registo em que a descreve a dançar um minuete com o irmão, D. Pedro, frente à rainha numa festa na casa de Marialva que Beckford observou de longe: “A irmã [D. Henriqueta], embora visivelmente embaraçada com a augusta presença, dançou com imensa graça, oferecendo a sua mão com essa modesta dignidade que nenhum mestre de dança sabe ensinar, pois é o resultado de uma mistura de nobreza, de candura e de inocência.” (registo de 29 de Outubro).

Ao que parece, Marialva alimentaria ainda um outro projecto de casamento de que Beckford toma conhecimento uma vez mais através das insinuações do abade “sobre a deliciosa esposa que seria [a filha de Beckford] para o herdeiro dos Marialvas”¹⁰, o que aquele comenta asperamente no *Diário*: “Deus me livre! A minha alegre pequenita herdou muito do gosto do seu pai e da sua mãe por tudo quanto é belo e elegante para gostar deste empertigado e lúgubre, de rabicho de porco, que é D. Pedro!” (registo de 15 de Julho). Embora Beckford viesse a mudar a sua opinião sobre D. Pedro, a verdade é que nenhum dos projectos casamenteiros de Marialva é do seu agrado, para o que teria concorrido a sua resistência a radicar-se em Portugal. Pelo lado do marquês, por sua vez, não deixa de ser um tanto surpreendente ver o seu empenho em casar a filha com um estrangeiro que, embora muito rico e ligado à nobreza inglesa, não é um ‘Grande’ e carrega sobre si o estigma de uma suspeição desconfortável. Acresce que constava que D. Henriqueta estava para casar com o duque de Lafões como, aliás, viria a acontecer um ano depois (em 1788), o que o marquês comunicou a Beckford, nessa altura em Madrid. O duque, embora já com cerca de 70 anos, integrava-se socialmente, esse sim, no modelo exclusivista de conjugalidade de grupo que dominava na aristocracia portuguesa. Modelo marcado por forte homoga-

¹⁰ D. Pedro, aliás, nunca chegou a casar, extinguindo-se com ele o título de marquês de Marialva.

mia social e endogamia familiar que perduraria até aos finais do séc. XVIII, quando começaram a verificar-se casamentos com filhas de financeiros ou com fidalgos de província (Monteiro, 1993). Provavelmente, o projecto de casamento de D. Henriqueta com Beckford correspondia a um conjunto de motivos que agregariam a simpatia que o marquês sentia por Beckford, o desejo de fortalecer a situação financeira dos Marialvas e a própria vontade de triunfar sobre os seus inimigos políticos – neste último caso, o dito casamento, podendo funcionar como garante para a aceitação do seu amigo na corte, implicaria a derrota de Walpole e seus apoiantes.

Passando às ligações/aproximações de natureza homossexual, a mais ameaçadora para as estratégias de contra-ostracismo de Beckford é, sem dúvida, a que envolveu D. Pedro, o filho de Marialva. Há referências a outros jovens com que também se encanta mas de modo muito mais episódico e ligeiro. Caso, por exemplo, do filho do marquês de Penalva, um rapazinho de catorze anos que, arrebatadamente, no entusiasmo da música e da dança, pegara nas mãos de Beckford e as beijara, segundo as palavras deste, “com uma ternura de que os nossos frios corações do Norte não podem fazer a mais pequena ideia” (registo de 17 de Junho). Caso dos jovens músicos da Patriarcal que ele gostaria de ficar horas a ouvir na galeria de música mas, sabendo que não era apenas a música que o seduzia, controla-se e aparenta frieza – “o receio de escândalo manteve-me em prudente silêncio e com ar muito grave” (registo de 29 de Maio).

Um outro caso é o de Franchi que tocava cravo na Patriarcal e que iria também tocar na casa de Beckford, levado por um dos seus mestres (tratava-se de músicos como Lima, Leal e Policarpo que o inglês contratara). A primeira actuação de Franchi na casa de Beckford é descrita nestes termos: “Os seus olhos pareciam maiores do que nunca, e tanto me fitavam que eu não pude deixar de corar. Apanhou o meu estilo de cravista instantaneamente e interpretou várias ouvertures e sonatas à primeira vista, exactamente à minha maneira (...). Pude conservá-lo fascinado, a meu lado, durante horas, escutando as notas infantis da minha voz e a dissolver-se como neve ao sol” (registo de 1 de Julho). Aliás, esta relação com Franchi terá um reatar inesperado mais tarde, em Fonthill, colocado ao serviço de Beckford como seu secretário, seu agente de compras de obras de arte e seu homem de confiança para facilitar aproximações de natureza homossexual (Norton, 1998).

Quanto à situação de enamoramento por D. Pedro, o *Diário* mostra que ela se desenvolve com dificuldades não apenas pela ameaça que representa para a aceitação que Beckford procura junto dos que o rodeiam, mas pela própria resistência deste ao dito enamoramento. Ao longo dos primeiros meses, surgem manifestações de interesse por D. Pedro, logo contrariadas pelo desgosto que lhe provoca o habitual abatimento e sisudez do jovem Marialva, características adversas ao gosto de Beckford por uma exuberância infantil que não se coíbe de exhibir: “Os meus actos, gestos, atitudes, sempre que me apraz, tornam-se realmente tão descuidados, tão desportivos e tão flexíveis como os de uma criança” (registo de 3 de Julho).

Um parêntesis para notar que esta identificação com um modo de estar infantil aparece, não raro, associada aos seus comportamentos tendencialmente homossexuais e funciona no sentido de os justificar como, por exemplo, conforme acima se viu,

quando se refere à afectuosa jovialidade com que Margaret soube perdoar “os seus erros infantis” [sublinhados nossos], sendo desta forma que designa o caso com Courtenay.

Voltando a D. Pedro, levará algum tempo até que este seja capaz de o acompanhar naquela exuberância e até que Beckford o reconheça: “D. Pedro e eu, de dia para dia mais presos um ao outro, corríamos de mão dada ao longo das alamedas, pulando e saltando como corças, agarrados aos azareiros [loureiros], cujas flores nos caíam por cima da cabeça.” (registo de 8 de Setembro). Tendo anteriormente designado D. Pedro como “garoto empertigado e lúgubre”, diria depois: “Nunca tinha visto D. Pedro tão bem. Começa a ser pueril e atractivo” (registo de 25 de Julho). Considera que o ambiente que cultiva na sua casa – a música, as gravuras e os livros que espalha por toda a parte – estimularam a imaginação do jovem Marialva e o abriram para um outro mundo. Em Outubro, já a preparar-se para deixar Portugal, dá conta do seu enamoramento: “Estou em crer que D. Pedro e eu nunca somos felizes longe um do outro. Deixá-lo é para mim um tormento. Fez-se tão vivo e encantador, tão diferente da pessoa que eu vim encontrar seis meses atrás, que não posso deixar de pensar que um benévolo feiticeiro, graças a um toque de varinha mágica, me emprestou poderes para eu levar a cabo esta metamorfose, para meu prazer e recreio.” (registo de 18 de Outubro). Passa a estar num estado de agitação em que se debate entre entusiasmos – “D. Pedro gosta de mim! Já lhe senti a doçura dos lábios. Os seus queridos olhos já me confessaram o segredo do seu coração” (registo de 22 de Outubro) – e uma melancolia que o leva a querer desistir da partida, intento que Verdeil combate decididamente: “[Verdeil] empregou toda a sua eloquência a mostrar a loucura e a ignomínia da minha presença em Portugal e o perigo que havia de D. Pedro vir a alimentar por mim uma dedicação profunda e sem limites.” (registo de 23 de Outubro). Aliás, apesar de todas as tentativas de discrição, o enamoramento não passaria despercebido junto dos mais próximos amigos de Beckford, designadamente o grão-prior¹¹ e o abade que, complacente, propicia alguns dos passeios dos dois jovens. O marquês seria dos poucos que não parece ter-se dado conta da natureza desta ligação.

Curiosamente, a par do encanto com D. Pedro cresce o encanto com Lisboa, cidade inicialmente olhada por Beckford com enorme desprezo: “Quanto mais conheço Lisboa, menos gosto da cidade. Não tem a riqueza nem a dignidade de uma capital. Parece antes uma série de feios povoados ligados uns aos outros. As igrejas, em geral, são desprezivelmente pequenas (...). A maior parte delas tem a sua torre no detestável gosto da antiquada moda das caixas dos relógios franceses” (registo de 4 de Junho). No entanto, por altura da sua partida, observa: “Agora que vou deixá-la, já Lisboa não me parece nem tão estúpida, nem tão barulhenta, nem tão desagradável como até aqui. Não posso apartar os olhos da alegre e luminosa superfície do rio. Tenho mil projectos para largos passeios de barco e para ouvir música e merendar à sombra dos caramanchéis de parreiras que ficam ao longo das suas margens.” (registo de 15 de Outubro).

¹¹ *Diário*, p. 90, nota 385.

Todavia, como já se sabe, tendo sido impossível legitimar a sua permanência em Portugal, Beckford, nos finais de Novembro de 1787, abatido e desgostoso, partirá para Espanha que irá deixar no ano seguinte, uma vez mais sem conseguir ser apresentado na corte. Voltará a Lisboa cinco anos mais tarde (1793-95) e, pela terceira e última vez, em 1799, mas para estas estadias já não dispomos de registos minuciosos e intimistas como os deste tão singular *Diário*.

Referências Bibliográficas

BOYD, Alexander (1988), *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, 3ª ed., Lisboa, Biblioteca Nacional.

ELIAS, Norbert (1982), *La Sociedad Cortesana*, México, Fondo de Cultura Económica.

MONTEIRO, Nuno (1993), “Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos sécs. XVII e XVIII”, in *Análise Social*, 123-124, 921-950.

NORTON, Rictor (ed.) (1997), *Gay History and Literature*. [Consult. em Maio de 2011]. Disponível em: <http://rictornorton.co.uk>.

– (1998), *My dear boy: gay love letters through the centuries*. [Consult. em Maio de 2011]. Disponível em: <http://rictornorton.co.uk>.

– (2002), “Daniel Defoe, on the public persecution and punishment of sodomites, 1707”, in *Homosexuality in eighteenth-century England: a source book*, 8 August 2002. [Consult. em Maio de 2011]. Disponível em: <http://rictornorton.co.uk>.

VINCENT-BUFFAULT, Anne (1994), *História das Lágrimas*, Lisboa, Editorial Teorema.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract

The aim of this paper is to propose an approach to a process of ostracism, considering the nature of its starting point, its forms of expression and its evolution in a specific social time and space. The main focus of the analysis is a characterisation of the strategies built by the ostracized subject in order to undermine the mentioned process, namely through the conviviality net he weaves and the related activities he engages in. A detailed diary left by the ostracized subject is the document base on which this article is grounded.

Keywords: Ostracism; Homosexuality; Portuguese society of the eighteenth century; Memoir/Diary.

Résumé

Ce texte analyse un processus d'ostracisme dont on cherche à décrire ses origines, formes d'expression et évolution, à un temps et espace déterminés. On s'occupe surtout de la caractérisation des stratégies de l'ostracisé pour essayer de s'opposer au processus en cours, notamment en ce qui concerne le réseau de ses relations de convivialité et les activités où il s'engage. La base documentaire de cet article est un journal personnel, très minutieux, que l'ostracisé a écrit le long du période en cause.

Mots-clés: Ostracisme; Homosexualité; Société portugaise du XVIIIe siècle; Mémoire/Journal intime.

Pensando a morte desde a religião – para pensar a cultura desde a morte

Ângelo Cardita¹

Resumo:

Este artigo propõe uma reflexão sobre a morte a partir da relação entre a religião e a cultura, mais concretamente, demonstramos como a morte obriga o sujeito “transcendental” a situar-se, assumindo a sua finitude, e como este sujeito “situado” é, na verdade, o sujeito religioso e ritual. A dimensão cultural aqui em jogo liga-se ao cristianismo e ao seu destino nas sociedades ocidentais modernas. A cultura ocidental moderna é, de facto, marcada pela morte de Jesus. Esta morte e a sua interpretação estão nas origens da cultura e da sociedade modernas ocidentais. Propomo-nos, por isso, pensar a morte desde a religião e pensar a cultura desde a morte.

Palavras-Chave: Morte; Rito; Cristianismo.

“Para que tenham a vida” (*Jo* 10, 10).

Introdução

“A morte tem que ser levada a sério”, afirmava gravemente o teólogo espanhol Juan Luiz Ruiz de la Peña, na sua antropologia teológica (Ruiz de la Peña, 1988: 136). Retirando o ser humano do mundo e do tempo, expulsando-o de todas as relações – até da relação consigo mesmo – “a morte é o fim do homem inteiro”. Mas o mesmo teólogo também escreveria, em contexto de reflexão escatológica, que com a morte se dá “a chegada do homem a si mesmo e, com isso, o começo da sua permanente forma de ser” (Ruiz de la Peña, 1996: 269). A morte, levada a sério na sua crueza biológica, é também a morte capaz de levantar interrogações sobre o destino do ser humano: finitude e infinitude. “Realidade dialéctica, a morte apresenta-se como inimiga e amiga,

¹ Investigador no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e *Free Researcher* na Faculdade de Teologia da *Katholieke Universiteit Leuven* (Bélgica).

como fim e começo, destruição e consumação, paixão e ação” (Ruiz de la Peña, 1996: 267). “A morte revela a vida na sua plenitude e faz ensombrar a ordem real” (Bataille, 1973: 64). Para levar a morte a sério, é necessário tomar consciência das questões que ela levanta, mas precisamente aqui surge uma séria dificuldade, levantada pelo paradoxo da morte. Este deve ser, pois, o ponto de partida que nos levará a valorizar as formas religiosas de lidar com a morte, como formas “situadas” de pensar a morte. É sobre este pensamento que a cultura e a sociedade são instituídas. Portanto, do pensar a morte desde a religião seremos levados a pensar a cultura desde a morte pensada religiosamente, abrindo assim para um fundo antropológico de compreensão do ocidente à luz da cruz de Cristo.

1. O paradoxo da morte

Será mesmo possível pensar a morte? Não certamente a *minha* própria morte, na medida em que, para além do colapso dos mecanismos biológicos do corpo que possuo e sou, coincide ainda com a dissolução do meu eu enquanto consciência transcendental. No momento da minha morte, não posso, portanto, exercer qualquer soberania, mas ser submetido (quer disso me dê conta ou não) a uma passividade completa e absoluta, a passividade da não-existência, que destrona, aniquila até, o ego-consciência. Apesar disto, seria possível imaginar a morte e o morrer de outrem? Será possível imaginar conscientemente o processo do apagamento da consciência? A resposta tem que ser necessariamente negativa: o ego não pode pensar nem imaginar a sua ausência irrecoverável. Falta-lhe o substrato de uma tal experiência, que seria na verdade a mais pura e radical das “não-experiências”. A morte é acessível apenas exteriormente (Macho, 2000), não se gere desde o pensamento transcendental. “O verdadeiro sentimento da morte, tal como o sente o ego, é o estilhaçar da sua estrutura transcendental, a possibilidade da sua própria desorganização nas suas múltiplas dimensões (categorial, transcategorial, intercategorial, como nas interações entre as faculdades), brevemente, o seu desmoronamento” (Khosrokhavar, 2001: 191). Será antes o pensamento transcendental a descobrir na morte o seu princípio e o seu horizonte?

Para já, a morte revela ao ego a sua real natureza e, portanto, a carga ilusória de todo o ponto de vista objetivador. A morte não só derruba o sujeito do trono do pensamento absoluto como o subjuga da forma mais humilhante, a única completamente desconhecida para o ego transcendental: a sua desapareição. Pensar a morte, para o sujeito transcendental, é, portanto, impossível. O sujeito que se entregar a tal tarefa terá obrigatoriamente que renunciar à própria condição de sujeito.

A morte só poderá, então, constituir uma questão para o sujeito “situado”, o sujeito que se sabe a caminho da morte e, portanto, da completa anulação. O sujeito situado é o sujeito dependente e limitado, velho o bastante para morrer à nascença e, no entanto, suficientemente dotado de confiança na existência para colocar a morte e a angústia entre parêntesis. Quem nos diz que o sol voltará a aparecer amanhã? Quem nos

garante que despertaremos vivos? A banalidade do nosso quotidiano, a programação das férias do próximo verão, a expectativa e o esforço por mudar situações para melhor confirmam e reforçam a nossa confiança na existência. Não se deixar iludir por isto, como se o fim não estivesse já anunciado, é o segredo do sujeito situado.

A morte não é pensável pelo sujeito transcendental, antes o próprio facto da morte desmascara todas as suas pretensões, obrigando-o a reconhecer-se situado. A morte é, portanto, uma questão que se coloca ao nível “categorial”, uma questão de gestão da existência dentro de limites plausíveis, timidamente confirmados pela nossa confiança na existência, mas sempre sujeitos à falência total e repentina. A morte constitui o horizonte da ação e do pensamento do sujeito situado. O sujeito transcendental concebe-se como identidade angélica, logo imortal, espiritual, acima do mundo; o sujeito situado sabe-se destinado a morrer (embora não saiba em que é que isso consista e por isso o tema), é carnal e partilha o destino da matéria.

A distinção entre sujeito transcendental e sujeito situado não é absoluta, constituindo apenas uma polarização de duas formas de pensamento e da sua articulação com o mundo². Mas é uma distinção útil para perceber diferenças. Muitas vezes, quando nos aproximamos do mundo das religiões, esperamos delas algo que não têm de facto para dar. Assim, julgar que o principal contributo religioso para pensar a morte se encontra nas ideias sobre a sobrevivência após a morte é saltar por cima da questão. O destino religioso para além da morte é uma resposta religiosa para o valor e identidade do sujeito – únicos e insubstituíveis – *aqui e agora*. Contaminadas pelo neo-platonismo, a ideias do céu, da recompensa, da ressurreição, são, em geral, concebidas como libertação do espiritual de toda a prisão material, quando – aquém e além da linguagem mítica – o que as religiões dizem é que cada ser humano vale por si, tem identidade, sentido e valor próprios. Quando uma pessoa morre, morre verdadeira e totalmente. Morre. Não há uma dimensão escondida que sobreviva numa dimensão celestial, entregando o corpo à fome insaciável da terra. Ver este dualismo no mundo religioso é aproximar-se dele com os olhos do sujeito transcendental que facilmente se revê e transmuta nas dimensões espirituais (a “alma”) das concepções antropológicas religiosas. Pelo contrário, a hipótese de trabalho que poderíamos esboçar aqui é a de que as religiões constituem uma das respostas primordiais, desde o ponto de vista dos sujeitos situados, à questão da morte. Nas suas crenças e mitos sobre a sobrevivência depois da morte, deveríamos procurar respostas ao problema da identidade e valor de cada ser humano, enquanto nos seus ritos poderíamos verificar estratégias de gestão da morte e do morrer. As religiões são, portanto, segundo esta hipótese de trabalho, formas concretas de pensar a morte.

² “A unidade do ego entre o transcendental e o empírico encontra a sua solução na sua capacidade de transcendentalizar o empírico. Por este meio, ele consegue lançar uma ponte entre as suas dimensões empírica e transcendental, a sua condição transcendental ante a experiência empírica e aquela que resulta da sua imersão no mundo concreto” (Khosrokhavar, 2001: 197).

2. Morte e religião

As religiões lidam com a contingência através do rito. A antropologia aceita este pressuposto ao ver nos ritos funerários indicadores de humanidade. Mas estes ritos não são os únicos a dramatizar a morte. Os ritos de iniciação dependem do intercâmbio da vida e da morte, sujeitando os neófitos a uma morte simbólica como condição do seu acesso à vida. Não admira, portanto, que a própria ideia de passagem se aplique à morte e que esta possa ainda ser preparada através da ritualização. Neste contexto, há ainda a destacar o sacrifício e a sua paradoxal afirmação do valor da vida como a única dádiva digna do divino.

a) Ritos funerários como indicadores de humanidade

O critério antropológico-cultural de reconhecimento do religioso e do humano abre no sentido anunciado, ao valorizar a existência de ritos funerários como indicadores de cultura e, portanto, de humanidade. Não se trata apenas da gestão e da despedida do cadáver, mas do próprio morrer, que nas culturas pré-modernas se realizava ritual e socialmente. Atualmente, a dimensão ritual do morrer foi substituída por versões médicas e paliativas que, em definitivo, prolongam – ou tentam prolongar – a lógica do sujeito transcendental. Neste contexto, as reivindicações pelo direito a morrer são indícios da reemergência do sujeito situado. No sentido do sujeito situado, ainda, os ritos funerários não são apenas precursores de medidas de higiene pública racionalizada, mas atos de reconhecimento do caráter biológico da morte e de afirmação da identidade da pessoa humana (que o cadáver foi ou está a ponto de deixar de ser).

Os ritos tendem a esconder o processo de decomposição do olhar dos vivos, ao mesmo tempo em que deixam o cadáver à mercê dos mesmos. São, portanto, atos culturais de reconhecimento da dimensão biológica (ou atos de inscrição da biologia na cultura) e são atos sociológicos de aproximação ou controle do desconhecido, impuro e perigoso, cristalizados no cadáver. As máscaras funerárias (mas também a forma de vestir e preparar os corpos) preservam o olhar dos vivos, reafirmando a identidade (e também, em geral, a posição e função sociais e políticas) do defunto. A máscara é a pessoa. Por isso, ainda, os ritos permitem que os vivos se despeçam dos seus mortos e os homenageiem. Os ritos funerários inauguram e dão eficácia ao luto, concedendo muitas vezes um estatuto novo ao defunto, que é assim inscrito na memória social da família e da tribo como ancestral. Os ritos gerem tanto as “passagens” do defunto, como as dos vivos: o defunto passa da cultura à biologia; os vivos reafirmam a inscrição da biologia na cultura; o defunto passa da sociedade do presente para a memória coletiva; os vivos reconfiguram a vivência familiar e social através do novo estatuto de ancestral do defunto.

b) Transmutação da morte e da vida: os ritos iniciáticos

Destinados a confirmar o sujeito no seu novo estatuto ou função social, os ritos iniciáticos desenvolvem-se a partir da transmutação da vida em morte e da morte

em vida (Eliade, 2004 e Turner, 1995). Os neófitos devem passar pela morte para aceder à vida nova. Trata-se de uma passagem simbólica, mas que testemunha tanto a consciência duma existência sob o signo da morte, como a esperança da vitória sobre a mesma. Para além da importância desta passagem, importa realçar a capacidade ritual para colocar o neófito numa situação de morte. A liminaridade ritual, nos ritos iniciáticos, corresponde à morte simbólica do neófito, de modo que a reagregação dramatiza o seu renascimento. Os ritos iniciáticos incluem um momento de efetiva passagem pela morte. São, portanto, atos linguísticos performativos que assentam sobre a capacidade de imaginar (e até de antecipar) a própria morte. Não admira que os ritos funerários revelem também uma dimensão iniciática e de passagem. Se os ritos iniciáticos são capazes de simbolizar a morte do neófito, os ritos funerários inserem a morte num universo de sentido modulado sobre a ideia de passagem. No fundo, tanto os ritos funerários como os ritos iniciáticos revolvem em torno da ideia de transmutação da morte e da vida.

c) “Ars moriendi” – a arte de morrer

A contemplação da morte e a preparação para uma boa morte caracterizaram a Idade Média (Ariès, 1975) e são, ainda hoje, marca da meditação monástica budista (Grimes, 2000: 223-5). Podemos ler o facto negativamente, como um desequilíbrio macabro do imaginário social, ou positivamente, como uma forma simbólica de relação com a finitude. Atualmente, escondemos a morte, temos vergonha da dor e omitimos o luto ritual (Ariès, 1970). A morte nos hospitais é, muitas vezes, um acontecimento na solidão. A comparação entre estas duas formas de relação com a finitude (a preparação para a boa morte e a ocultação da morte) deve ser feita a partir da pergunta pelo sentido e valor da vida: qual delas reconhece à vida sentido e valor para ser vivida? Neste sentido, a *ars moriendi* configura sempre uma *ars vivendi*, a “arte de morrer” sinaliza uma “arte de viver” do mesmo modo que a morte pertence à vida (biológica, social e cultural). Emerge, novamente aqui, o dado ritual, pois “a ideia de uma boa morte é menos sobre moralidade do que sobre prática ritual” (Grimes, 2000: 223). O rito pode, então, fazer a mediação entre o biológico e o cultural, não só ao nível social amplo, mas também ao nível pessoal, quase como uma propedêutica para o ato de morrer.

Esta propedêutica ritual pode acompanhar e reforçar a curva existencial pessoal a que se refere Leonardo Boff (1988: 36-7), como o dinamismo de abertura do biológico, que acaba na morte, à interioridade, que lança o ser humano para o infinito. O rito prepara para a cisão com a temporalidade operada pela morte, oferecendo uma chave hermenêutica e performativa de entendimento – e até de antecipação – da morte como momento de entrada numa dimensão mais profunda do mundo.

“Para a pessoa ilustrada, a morte acontece; isto é tudo. E cada qual está em perfeita consonância com o evento. Como a respiração, as pessoas vêm e vão, mas com uma prática ritualizada e regular, os Budistas determinam como vão” (Grimes, 2000: 225). Combinando a rigidez da tradição com a novidade de cada *performance*, numa figura circular desenhada pela repetição, o rito configura a temporalidade,

rompendo-a simultaneamente. Não é preciso ser um rito muito elaborado; basta uma entrega ritualizada à meditação, o controle e tomada de consciência da respiração ou uma simples fórmula de oração, recitada cada dia na mesma ocasião, assumindo uma postura corporal adequada: a meditação e a oração, enquanto ações performativo-rituais, libertam o orante do tempo cronológico para o inserir – ainda que fugazmente – na eternidade e no infinito. A repetição, neste sentido, nada tem a ver com uma atividade aborrecida, mas com a participação num tempo fora do tempo e num espaço fora do espaço. Os ritos cíclicos proporcionam a ideia de eternidade (Rappaport, 1999), enquanto os ritos de passagem disponibilizam a ideia do trânsito e da transformação ontológica da pessoa (Eliade, 2004). É sobre este mecanismo que a morte pode ser antecipada como passagem para outra dimensão da existência.

d) O sacrifício, a ordem social e o valor da vida

No mundo da relação entre morte e ritos, devemos dar o merecido destaque aos sacrifícios, nomeadamente aos sacrifícios humanos. Enquanto ritos destinados a dar a morte, os sacrifícios dependem já de um mecanismo altamente complexo, a nível cultural, social, económico e político. Por muito violento e primitivo que possa parecer, o sacrifício não se pode conceber apenas como um mecanismo de vingança desenfreada para reencontrar a pacificação social (Girard, 1990). Pelo contrário, o seu estatuto ritual insere-o num jogo de regras bem estabelecidas, desde os critérios para escolher a vítima adequada até às condições em que se deve realizar o sacrifício de forma propícia. Ainda que por um mero capricho das entidades divinas, há, na ordem humana, uma motivação clara, perfeitamente conhecida e estabelecida para o sacrifício. “Digna dos deuses, só a vida humana”, afirma o sacrifício. Por isso, quer se trate de pedir ou de retribuir algo aos deuses, é um sacrifício que se deve realizar. No sacrifício temos, pois, em jogo, de forma concentrada e simbólica (por mais paradoxal que pareça), o princípio do valor da vida humana (sacrificável só em relação ao divino).

Entre a *vítima*, que aceita o seu estatuto sagrado e avança para a pedra³, e o crente, que aceita os sofrimentos e a morte como forma de testemunho da sua fé, o que temos é uma diferença qualitativa na forma de entender a ordem cósmica e religiosa do mundo. O *mártir* assume voluntariamente a condição de vítima sacrificial, não já como componente de equilíbrio cósmico, mas como firme resistência passiva num contexto pouco recetivo às suas crenças e atitudes. Mas a afirmação antropológica é a mesma, pois ambos se deixam imolar segundo a vontade de algum deus. Se oferecem a vida é porque a receberam e também porque é o que de mais precioso possuem para retribuir pelos favores divinos.

O importante a reter é o mecanismo em ação no sacrifício: dádiva e retribuição, a que correspondem a infinita gratuidade divina e a nunca completamente saldada dívida humana. Mas também o princípio de abstração, inaugurado pelo complexo sistema de substituição das vítimas por ofertas simbolicamente equivalentes. Assim, no sacrifício,

³ O caso do *suicídio ritual* deve ser considerado aqui como uma variante do sacrifício.

temos também a simbólica da ordem social, política e económica do mundo, com as suas hierarquias, sistemas de poder e de valor (Godelier, 2000). A própria ética moderna, com a sua afirmação clara dos direitos de cada ser humano, entre os quais o primeiro é precisamente o direito à vida e à vida com qualidade, encontra raízes no sacrifício religioso. Não é verdade que a vida só é “sacrificável” em nome de valores mais altos (a pátria, um filho, o esposo ou esposa, um projeto...)?

Não defendemos aqui a violência como o princípio da ordem social, apesar de reconhecermos o interesse do sacrifício religioso para a compreensão da sociedade secularizada moderna. O sacrifício é absolutamente necessário para a ordem social e qualquer tentativa de erradicação do mesmo só produzirá transmutações violentas e desreguladas. Podemos não chamar-lhe “deus”, mas continuaremos a ter “absolutos” a exigir dádivas, até à oferta da própria vida. Ajudar a distinguir o “absoluto” do “relativo”, nas suas formas e consequências ético-sociais deve ser, hoje, uma das mais nobres tarefas da teologia e das ciências das religiões.

e) O enterro dos “senhores da lança”

No seu estudo sobre a religião dos Dinkas, Godfrey Lienhardt descreve e discute um rito tão bizarro, quanto peculiar: o enterro de um vivo. O rito é tão estranho e difícil de entender fora do contexto social e religioso dos Dinka que, na altura em que Lienhardt convive com eles, já o rito está proibido pelo governo e tende a ser realizado com vítimas de substituição ou dissimuladamente. Muito esquematicamente, o rito decorria da seguinte forma. Chegado à velhice ou acometido por doença grave, o senhor da lança pedia para ser enterrado. O senhor da lança, aquele que “tem a vida”⁴, não pode morrer como os demais homens e animais, mas, de alguma forma, ser subtraído ao envelhecimento e à doença terminais. A comunidade deve dar o seu consentimento e preparar o rito. Este é acompanhado de sacrifícios, em ambiente festivo. Afinal, a vida de todos depende do senhor da lança. A cova é aberta. O senhor da lança é levado sobre escudos e depositado na cova, ainda vivo. A cova é coberta com estrume. Há mais sacrifícios e a festa continua.

Como se pode verificar, este rito não é exatamente um rito funerário, pois o senhor da lança ainda está vivo. Parece-se mais a um sacrifício, mas tem aspetos de preparação da morte e também recorda um rito de passagem. O rito do enterro dos senhores da lança é, de certa forma, inclassificável, mas tem a capacidade de revelar muito eficazmente a centralidade da morte para a religião e para a sociedade. De facto, como sublinha Lienhardt, para além do reconhecimento da morte pelo moribundo e familiares, o que o rito faz é modificar a experiência pública dessa morte. Através do rito, evita-se a perda da “vida” que aconteceria caso o senhor da lança morresse como os demais. O rito não se preocupa tanto com o moribundo quanto com o benefício da comunidade dos vivos. Ao dar a morte ao senhor da lança, os Dinkas representam

⁴ “Pensa-se que os senhores da lança têm mais vida neles do que a necessária para os manter somente a eles e por isso mantêm as vidas de outras pessoas e de suas reses” (Lienhardt, 1985: 209).

“a conservação da ‘vida’ que eles pensam que recebem dele, e não a conservação da vida pessoal do senhor. Esta última, com efeito, é-lhe finalmente arrebatada pelo seu povo para que pareça que a separam da ‘vida’ pública que tem a seu cargo e que não deve abandoná-los no momento da morte do senhor” (Lienhardt, 1985: 306).

O rito do enterro de um “senhor da lança” dramatiza assim o triunfo da “vida” social sobre a morte (mesmo a morte pessoal). Deve, por conseguinte, ser entendido em relação com os sacrifícios⁵, de acordo com o critério geral da estruturação da experiência pelo rito que orienta a investigação de Lienhardt. Tal como no sacrifício⁶, no enterro do senhor da lança, trata-se da libertação da sua “vitalidade”, de modo a torná-la acessível a todos, mantendo-a na comunidade.

3. Morte, cristianismo e secularização

O intercâmbio entre vivos e mortos é um dado sociológico e cultural da maior importância, não podendo ser rompido sem graves consequências. Tal como o exemplo do enterro dos senhores da lança sugere, a vida social e a compreensão e aceitação da morte estão interligadas. Como a sociedade dinka, também o ocidente vive de uma morte: a morte de Jesus na cruz. Para explicar este facto sem assumirmos imediatamente (embora sem a negarmos) a compreensão “dogmática” cristã do mesmo é necessária uma teoria antropológica mais ampla, no contexto da qual a morte de Jesus adquira um significado social e cultural. As teses de Hocart proporcionam os elementos estruturais embrionários para esta tarefa, permitindo interpretar o cristianismo, sob o signo do “rei morto”, como a religião do “fim da religião” e capaz de restaurar a troca simbólica da morte no ocidente secularizado.

a) As teses de Hocart

Arthur Maurice Hocart (1883-1939) foi um dos antropólogos que mais profundamente explorou as relações entre rito e morte. Para ele, o rito originário, a partir do qual os demais se desenvolveram, foi o rito fúnebre, mais concretamente, uma espécie de sacrifício-coroação do rei. Hocart constrói pacientemente esta hipótese, a partir daqueles que considera os ritos mais antigos, os ritos totémicos, e do princípio de transmissão do “poder” que os anima. Os ritos cósmicos, mais evoluídos, põem em ação o mesmo princípio, mas de tal forma que a semelhança de qualidades dá

⁵ Os sacrifícios dos Dinkas são essencialmente sociais, representando o drama da sobrevivência, isto é, o jogo da vida e da morte. “Pois quando se faz o sacrifício, a vítima morre enquanto o paciente vive ainda e a sua vida, por débil que seja, continua a ser uma vida em relação com a morte da vítima. Portanto, um sacrifício dinka é, em parte, a representação do drama da sobrevivência humana” (Lienhardt, 1985: 287).

⁶ “(...) para a compreensão do que os dinkas supõem que ocorre nos seus sacrifícios, é importante cair na conta de que quando um animal se move vigorosamente nas suas agonias de morte a sua vida não se “perde”. Libertado dos limites concretos do seu corpo, a sua vitalidade torna-se acessível a outros” (Lienhardt, 1985: 208).

origem a entidades divinas. A unidade de todos os ritos, de acordo com a hipótese de uma origem comum, é confirmada precisamente pela ideia de que a passagem ritual não é o ponto de partida do rito mas a sua consequência. Hocart defende, portanto, a origem cultural da cultura e a gênese ritual das instituições. Não se trata apenas de valorizar aspetos comuns entre os vários ritos de culturas diversas, mas de traçar uma genealogia ritual da cultura, inscrita no mundo dos ritos. É assim que, através da ligação dos ritos à coroação dos reis e desta à morte sacrificial dos mesmos reis, Hocart elabora as suas teses.

Hocart procura um rito primigénio em que a “personagem principal” e a “vítima”, isto é, o “sacrificante” e o “sacrifício” coincidam. Para que alguém se torne rei, deve morrer: os primeiros reis eram, com efeito, reis ausentes ou reis mortos. Portanto, “a cerimónia de coroação é o substituto da entrega à morte; na origem, tornar-se rei consistia em ser a vítima ritual no curso de um sacrifício humano” (Hocart, 2005: 138-9). Baseando-se no sacrifício-desmembração do Homem narrado no Rigveda, Hocart esboça a seguinte hipótese: “o Homem é a personagem destinada a ser morta para assegurar a prosperidade. Pela sua morte, ele torna-se rei” (Hocart, 2005: 142). Este rito originário era, portanto, uma espécie de sacrifício-coroação-funeral do rei, que assim era elevado a um estatuto divino ou quasi-divino.

Poderíamos questionar as teses e perspetivas de Hocart, concretamente no sentido de saber se não se trata aqui de uma “cripto-cristologia”, mas o que se deve reter é, antes de mais, a intuição das origens rituais da cultura e a sua eventual comprovação no âmbito da morte. A tese de Hocart se não confirma, pelo menos dá um reforço considerável aos parâmetros aqui apresentados para “pensar a morte desde a religião” desde a perspetiva do sujeito situado, abrindo ainda caminho à possibilidade de “pensar a cultura desde a morte”. Nos seus elementos estruturais, esta perspetiva pode ajudar a discernir um fundo antropológico sobre o qual, numa dialética do universal e do particular, ler tanto o enterro do senhor da lança dos Dinkas como a crucifixão de Jesus. Não se trata, em ambos os casos, de mortes destinadas a dar a vida? Isto é, mortes que estão na origem da sociedade e da cultura e sob o horizonte das quais estas constantemente se estruturam e renovam?

b) Morto por todos, todos nele vivem

Na sequência do Novo Testamento, a morte de Jesus na cruz pode ser lida como uma coroação e entronização que revelam a sua natureza de rei celeste e onde, para além disso, há coincidência entre o “sacrifício” e o “sacrificante”. Por outro lado, a interpretação sacrificial da morte de Jesus afirma o caráter único da sua morte e as suas consequências. “Morto por todos, todos nele vivem”.

“(…) Cristo ressuscitou dos mortos, primícias dos que adormeceram. Com efeito, visto que a morte veio por um homem, também por um homem vem a ressurreição dos mortos. Pois, assim como todos morrem em Adão, em Cristo todos receberão a vida” (*1Cr* 15: 20-2; cf. ainda *Rm* 5: 17-9). Ainda que o Novo Testamento fale de “ressurreição”, Jesus é de facto um “rei morto”. A ressurreição não é uma reanimação e define a nova condição de Jesus depois da morte. No Evangelho de João, a morte

de Jesus na cruz coincide com a sua glorificação, quando “ele foi ‘levantado’, não só fisicamente elevado sobre a cruz, mas espiritualmente exaltado diante dos olhos do mundo” (Stott, 1986: 205). Na *Carta aos Hebreus*, esta morte é interpretada como uma morte sacrificial pela qual Jesus teve de passar para ser coroado de glória e honra e assim difundir a graça de Deus. “Vemos, todavia, a Jesus, que foi feito, por um pouco, menor que os anjos, por causa dos sofrimentos da morte, coroado de honra e glória. É que pela graça de Deus ele provou a morte em favor de todos os homens” (*Hb* 1: 9). O sacrifício de Jesus superou todos os sacrifícios, precisamente porque se ofereceu a si mesmo e já não precisa de oferecer mais ofertas. “Ele entrou uma vez por todas no santuário, não com sangue de bodes e de novilhos, mas com o próprio sangue, obtendo uma redenção eterna” (*Hb* 9: 12; cf. ainda *Hb* 7: 26-7). Fazendo eco destas passagens, John Stott comenta:

“É este ato histórico, envolvendo a sua morte pelos nossos pecados, que a Escritura chama o seu sacrifício redentor e que foi realizado de uma vez por todas. Não só não pode ser repetido, como não pode ser aumentado ou prolongado. ‘Acabou’, gritou ele. É por isto que Cristo não tem o seu altar no céu, mas só o seu trono. Ele senta-se sobre ele, reinando, terminada a sua obra expiatória, e intercede por nós baseado no que foi feito e acabado” (Stott, 1986: 267-8).

Jesus é, portanto, um “rei morto” e é enquanto tal que se torna princípio de vida e salvação. A centralidade da eucaristia neste processo hermenêutico confirma a sua dimensão ritual. “Todas as vezes, pois, que comeis desse pão e bebeis desse cálice, anunciais a morte do Senhor até que ele venha” (*ICr* 11: 26)⁷. Por outro lado, cada cristão é “em Cristo”, isto é, participa simbolicamente na sua morte, pelo batismo. “Ou não sabeis que todos os que fomos baptizados em Cristo Jesus, é na sua morte que fomos baptizados?” (*Rm* 6: 3). Toda a existência do cristão⁸ é, portanto, participação na morte de Cristo: “quer vivamos, quer morramos, pertencemos ao Senhor” (*Rm* 14: 8; cf. ainda *Cl* 3: 2-3, *Gl* 2: 19-20, *Ap* 14: 13).

Os antropólogos e os cientistas sociais também podem ler o Novo Testamento. A dicotomia entre religião e revelação, cuja transcrição epistemológica consiste numa delimitação absoluta e hermética dos âmbitos de investigação da antropologia e da teologia tem efeitos contraditórios. Entendido como “religião revelada”, o cristianismo contrapõe-se às “religiões naturais”. Desta forma, subtrai-se a qualquer aproximação analítica, promovendo simultaneamente a crítica às demais religiões⁹. A superação

⁷ “A ceia do Senhor (...) não dramatiza o seu nascimento ou a sua vida, as suas palavras ou ações, mas apenas a sua morte” (Stott, 1986: 68).

⁸ Mas segundo *ICr* 15, 20-28, “em Cristo todos receberão a vida” e só no fim é que a morte será destruída, “pois é preciso que ele reine”.

⁹ O enterro dos senhores das lanças dos dinks, por exemplo, torna-se problemático por ser, de facto, muito semelhante, na forma e na interpretação, à morte de Jesus. Afirmar sem mais que a morte de Jesus é redentora e, ao mesmo tempo, que a morte de um senhor da lança é fruto da irracionalidade primitiva, não faz justiça a nenhuma destas mortes.

desta rutura só se pode conseguir a partir de um pressuposto mais amplo que salte por cima de toda a dicotomia. A hipótese da existência de formas antropológicas arquetipais que constituam o fundo comum das religiões disponibiliza um tal pressuposto. Isto permite afirmar que toda a religião floresce necessariamente em terreno antropológico, reconhecendo também que este pode ser fecundado pelas “sementes do Verbo”. Neste sentido, a mensagem do Novo Testamento pode dirigir-se a toda a humanidade, mas só à custa de uma “recondução antropológica” que torne inteligível o sentido da morte de Jesus “por todos” como condição de possibilidade do direito *de todos* a uma vida digna e com qualidade.

c) Rito, morte e secularização

A cultura ocidental e a fé cristã não se podem separar facilmente, sob pena de perdermos as duas. A própria *secularização* pode ser entendida como um processo interno ao cristianismo. Nos termos das teses de Hocart, ao reconhecimento da eficácia redentora da morte de Jesus corresponde, em termos antropológicos mais amplos, a sua proclamação como “rei morto” e, por conseguinte, a constituição de toda uma ordem social e cósmica sob o domínio deste rei. Isto permite tanto a consolidação da fé cristã no ocidente como a progressiva separação dos âmbitos religioso e social. Afinal, em Cristo, confluem o verdadeiro rei, o verdadeiro sacerdote, o verdadeiro homem e o verdadeiro Deus. É enquanto “rei morto” que Cristo tudo domina. Neste sentido, o reino de Cristo pode ser considerado como o horizonte da cultura ocidental. Cristo é, portanto, a instância de sentido “transcendental” de todos os aspetos e dimensões “categoriais” da cultura ocidental, desde a religião à política. O ocidente nasce e vive do sacrifício de Jesus. O prolongamento deste processo no “sacrifício” da presença do religioso no âmbito social e político é perfeitamente coerente e deve ser entendido como um facto cristológico. Neste sentido, a secularização e a laicidade estão genealógicamente inscritas no rito e na morte, mais concretamente, no rito sacrificial que transformou o profeta galileu num “rei morto”. O cristianismo é, pois, a religião do “fim” ou da “saída da religião”. Mas a ligação do cristianismo à secularização não implica propriamente o seu desaparecimento como religião. Se por “fim da religião” entendermos o fim de toda a hegemonia religiosa (Gauchet, 1985: 133), então, o cristianismo será também a religião da abertura ao outro e, portanto, da aceitação do pluralismo (naturalmente, às custas da sua própria recontextualização).

Na sua obra *A troca simbólica e a morte*, Jean Baudrillard lê a modernidade secular à luz da ausência da contradádiva, ou seja, da interrupção do intercâmbio entre a vida e a morte. Agora, tudo está submetido à ficção económica e política do valor, a lei do código, que é a lei da morte generalizada, banalizada. A esta situação, só a subversão da morte, a desordem simbólica, poderá fazer frente. “Há que atirar a morte

Com efeito, enquanto a morte de Jesus se deveu *também* à irrupção de uma repentina loucura coletiva, a morte do senhor da lança é *também* pessoal e comunitariamente entendida como dádiva da própria vida. Por conseguinte, a diferença entre o “revelado” e o “natural” nas religiões não deverá ser pensada como dado originário imediato, requerendo antes uma complexa mediação antropológica.

contra a morte – tautologia radical” (Baudrillard, 1996: 14), restituir a vida à morte¹⁰. Baudrillard não se refere explicitamente ao cristianismo, preferindo estabelecer o contraste entre a ordem “primitiva” e a modernidade, entre o simbólico e o real. E o que nos separa dos primitivos é precisamente a ausência, melhor, a negação da troca simbólica¹¹. Ora, a função que o cristianismo pode desempenhar neste contexto é a de restituir a vida à morte. Através da memória da morte de Jesus, que é primordialmente ritual, o cristianismo pode restaurar a troca simbólica. Mas esta memória deverá libertar-se de toda a tentação hegemónica.

Baudrillard pode ser lido na sequência de Weber. A situação com que o primeiro se defronta é estabelecida pelo segundo, ao mostrar como, particularmente com o Calvinismo, a ascese religiosa se transformou em ascese puramente secular. Weber estabelece uma correlação entre a doutrina calvinista da predestinação, a atitude ética a que esta induzia e a racionalização da existência no mundo. Isto dá-se sob o signo da “supressão absoluta da salvação sacramental através da Igreja” que pôs um termo ao “grande processo histórico-religioso do desencantamento do mundo” (Weber, 2005: 94). O calvinista preocupa-se apenas com a sua salvação pessoal, a qual só pode ser certificada por “uma conduta cristã de vida que leve ao aumento da glória de Deus” (Weber, 2005: 99). Esta consiste na ação, isto é, no “trabalho profissional racional” (Weber, 2005: 127). Uma tal valoração religiosa do trabalho é, para Weber, “a alavanca mais poderosa da concepção de vida que designámos por ‘espírito do capitalismo’” (Weber, 2005: 133-4).

Desligada de qualquer aspeto “mágico” (sacramental), esta ascese secular situa o crente no meio do mundo e faz do seu trabalho e do êxito económico que o acompanha os certificadores da salvação. Esta passa, então, a jogar-se inteiramente no âmbito do mundo e da racionalização dos esforços em vista do sucesso económico. Estavam, pois, criadas as condições para que, nos termos de Baudrillard, a “lei do valor” se impusesse anulando toda a “troca simbólica”. Mas se o processo de “desencantamento do mundo” acaba na generalização da morte, o instrumento para fazer frente à morte, restituindo a vida à morte, terá que ser aquilo que tal processo suprime, ou seja, a “magia do rito”. A cultura ocidental tem sido lida nos termos do desencantamento do mundo. Contudo, se quisermos restituir a vida à morte, teremos que redescobrir a sua dimensão religiosa, muito concretamente, o seu referente eucarístico: a morte

¹⁰ “Contra a ilusão insensata dos vivos de se pretenderem vivos com exclusão dos mortos, contra a ilusão de reduzir a vida a uma *mais-valia absoluta* dela resguardando a morte, a lógica indestrutível da troca simbólica restabelece a equivalência entre a vida e a morte – na fatalidade indiferente da sobrevivência. Morte recalca na sobrevivência – a própria vida não passa então, segundo o refluxo bem conhecido, de uma sobrevivência determinada pela morte” (Baudrillard, 1997: 13). “A vida restituída à morte é a própria operação do simbólico” (*idem*: 18).

¹¹ “Eis o facto fundamental que nos separa dos primitivos: a troca não acaba com a vida. A troca simbólica não tem um termo, nem entre os vivos, nem com os mortos (nem com as pedras, nem com os animais. É uma lei absoluta: obrigação e reciprocidade são intransponíveis. (...) Mas também se poderia dizer que tal não nos separa dos primitivos, e que *se passa exatamente o mesmo connosco*. Através de todo o sistema da economia política, a lei da troca simbólica não mudou um jota: continuamos a fazer trocas com os mortos, mesmo negados e proibidos de viverem connosco – só que pagamos com a nossa morte incessante e com a nossa angústia de morte, a rutura das trocas simbólicas com eles” (Baudrillard, 1997: 25).

de Jesus na cruz. Não se trata de regressar à ordem social, ritualmente estruturada, da Idade Média, mas de reconhecer que a secularidade ocidental é, não só interna ao cristianismo, mas também uma *forma de configurar a relação religiosa*, cuja principal característica é precisamente a sua libertação de toda a tentação hegemónica. Apropriando-se do rito na lógica da cruz (Chauvet, 1991: 496-513), ou seja, da entrega da vida por todos, o cristianismo submete-o à mesma lógica: o pão partido permuta-se simbolicamente no “corpo dado”, o vinho compartilhado no “sangue derramado”. Por outro lado, a interpretação sacrificial da morte de Jesus esclarece a autêntica finalidade do sacrifício. É uma morte “fora de muros” que realiza o que os sacrifícios do Templo se propunham, um acontecimento “não religioso” que cumpre a religião. O cristianismo é a religião da saída da religião na medida em que o seu sacrifício decreta o fim de todos os sacrifícios. A eucaristia e toda a ritualidade cristã vivem deste paradoxo: são ritos religiosos destinados a abrir espaço à autonomia do secular, na exata medida em que fazem memória da morte que inaugurou o desencantamento do mundo.

No dia 11 de junho de 2002, realizou-se, em Paris, uma cerimónia em memória dos mortos da rua. O rito decorre no salão de um hotel, em perfeita neutralidade religiosa. A afiliação religiosa dos participantes pouco importa ante o imperativo da reconciliação de toda a humanidade. É sobre este substrato que a reivindicação política tem lugar, através da reinvenção secular do rito. Este denuncia tanto o empobrecimento simbólico do laço social, como a contradição de uma sociedade que afirma os direitos e a dignidade, mas onde há indivíduos a morrer abandonados e no anonimato. Este rito parece situar-se nos antípodas das exéquias cristãs, na sua dramatização da morte em Cristo, mas, segundo a análise de Hervieu-Léger, deve compreender-se na lógica de um processo de secularização interno ao cristianismo¹². Mesmo em contexto de laicidade, o rito pode ainda protestar contra a morte e fazer da memória dos mortos o princípio de todo o apelo ético.

Conclusão

Frente à impossibilidade – e ao horror até – de pensar a morte, o eu transcendental cede lugar a um eu situado. O pensamento religioso deriva precisamente de um sujeito que reconhece uma passividade originária, anterior a qualquer objetivação. Pensar a morte desde a religião equivale, portanto, a perceber que o paradoxo da morte é vital e fecundo: da morte nasce a vida; à luz da morte, a vida tem sentido e vale a pena ser vivida. O mecanismo que permite uma transmutação constante da morte em vida é o rito, estratégia única de relativização do eu transcendental, obrigando-o a reconhecer-

¹² “O reconhecimento desta humanidade comum torna-se, sobre uma modalidade inteiramente secular tanto quanto intramundana, a única conceção plausível de uma ideia secular da salvação que se dá provavelmente, para um certo número de participantes, como a única representação aceitável da salvação cristã. (...) Para todos os efeitos, a cerimónia dos mortos da rua pode ser analisada – na sua própria reivindicação laica – como uma modalidade limite de um processo de secularização interno do cristianismo” (Hervieu-Léger, 2007: 96).

se situado numa tradição, numa língua, numa cadeia de memória, e devedor de uma graça que nunca poderá saldar completamente, a não ser com a própria vida.

Também a vida social e cultural assenta numa morte ritual. A vida de todos depende da morte de um só, que se torna assim o horizonte de sentido da civilização a que dá origem, o “rei morto” que “dá vida” a todos os factos sociais. As intuições de Hocart neste sentido, devidamente desenvolvidas, poderão contribuir para a constituição de um fundo antropológico comum de compreensão do religioso, que permita ler factos tão distantes e tão próximos entre si, como o enterro dos senhores das lanças, a morte de Jesus na cruz e os novos ritos seculares. A transmutação simbólica da ética, nos ritos seculares, e a permuta entre a morte de um e a vida de todos, nos sacrifícios, são equivalentes dinâmicos em termos sócio-culturais amplos, que confirmam a centralidade religiosa da morte, anunciando, ao mesmo tempo, a vitória da vida.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Ph. (1970), “La mort inversée. Le changement des attitudes devant la mort dans les sociétés occidentales”, in *La Maison-Dieu*, 101, 57-89.

– (1975), *Essai sur l’histoire de la mort en Occident du Moyen Age à nos jours*, Paris, Seuil.

BATAILLE, G. (1973), *Théorie de la religion*, Paris, Gallimard.

BAUDRILLARD, J. (1996), *A troca simbólica e a morte I*, Lisboa, Edições 70.

– (1997), *A troca simbólica e a morte II*, Lisboa, Edições 70.

BOFF, L. (1988), *Vida para além da morte. O presente: seu futuro, sua festa, sua contestação*, 11ª ed., Petrópolis, Vozes.

CHAUVET, L.-M. (1991), *Símbolo y sacramento. Dimensión constitutiva de la existencia cristiana*, Barcelona, Herder.

ELIADE, M. (2004), *Ritos de iniciação e sociedades secretas. Nascimento místicos. Ensaio sobre alguns tipos de iniciação*, Lisboa, Ésquilo [original francês: 1959].

GAUCHET, M. (1985), *Le Désenchantement du Monde. Une histoire politique de la religion*, Paris, Gallimard.

GIRARD, R. (1990), *La violence et le sacré*, Paris, Albin Michel.

GODELIER, M. (2000), *O enigma da dádiva*, Lisboa, Edições 70.

GRIMES, R. L. (2000), *Deeply into the Bone. Re-Inventing Rites of Passage*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press.

HERVIEU-LÉGER, D. (2007), “Secularisation et ritualité: peut-on parler de ‘rites seculiers’?”, in A. Natale Terrin (ed.), *Riti religiosi e riti secolari*, Padova, Messaggero, pp. 79-105.

HOCART, A. M. (2005), *Au commencement était le rite. De l’origine des sociétés humaines*, Paris, La Découverte [original inglês: 1954].

KHOSROKHAVAR, K. (2001), *L’instance du sacré. Essai de fondation des sciences sociales*, Paris, Cerf.

LIENHARDT, G. (1985), *Divinidad y experiencia. La religión de los Dinkas*, Madrid, Akal.

MACHO, Th. (2000) “Tod und Trauer im kulturwissenschaftlichen Vergleich”, in Jan Assmann (ed.), *Der Tod als Thema der Kulturtheorie. Todesbilder und Totenriten im Alten Ägypten*, Frankfurt/Main, Suhrkamp, pp. 89-120.

RAPPAPORT, R. A. (1999), *Ritual and Religion in the Making of Humanity*, Cambridge, Cambridge University Press.

RUIZ DE LA PEÑA, J. L. (1988), *Imagen de Dios. Antropología teológica fundamental*, Santander, Sal Terrae.

– (1996), *La pascua de la creación. Escatología*, Madrid, BAC.

STOTT, J. (1986), *The Cross of Christ*, Leicester, Inter-Varsity Press.

TURNER, V. (1995), *The Ritual Process. Structure and Anti-Structure*, 2nd ed., New York, Aldine de Gruyter.

WEBER, M. (2005), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, 6^a ed., Lisboa, Presença.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract

This article proposes a reflection about death starting from the relationship between religion and culture, more concretely, we show how death constrains the “transcendental” subject to situate itself assuming its finitude, and how this “situated” subject is, in fact, the religious and ritual subject. The cultural dimension here at play connects with Christianity and to its destiny within western and modern societies. Modern western culture is, in fact, rooted by Jesus death. That death and its understanding are at the origins of the modern western culture and societies. Thus, we propose here to think death from the viewpoint of religion and to think culture from the viewpoint of death.

Keywords: Death; Ritual; Christianity.

Résumé

Cet article propose une réflexion sur la mort à partir du rapport entre religion et culture, plus concrètement, on montre comment la mort oblige le sujet “transcendental” à se situer, en assumant son finitude, et comment le sujet ainsi “situé” c’est en réalité le sujet religieux et rituel. L’aspect culturel ici rapporté se connecte au christianisme et à son destin dans les sociétés occidentales modernes. En effet, la culture occidentale moderne est marquée par la mort de Jésus. Cette mort et son interprétation sont à l’origine de la culture et des sociétés occidentales modernes. On se propose donc penser la mort à partir de la religion et la culture à partir de la mort.

Mots-clés: Mort; Rituel; Christianisme.

Utopia e Ciência contemporânea: novo paradigma?¹

Filipa Ribeiro²

Resumo:

Este artigo argumenta que se deve avançar para um novo paradigma da ciência através da introdução do conceito de utopia, entendido como o lugar do desafio, sendo também a imaginação em ação e a invenção de desejos. A utopia desafia as noções de liberdade, de ciência e de conhecimento; é nesse sentido que a utopia é, ela própria, uma forma de conhecimento porque, por um lado, busca o conhecimento dos lugares da vontade e do espírito, da aspiração e do desejo e, por outro, assume-se como relação entre os modos de pensamento e sua extensão. Analisa-se como é que este paradigma da ciência contemporânea surge e identifica quais os seus principais elementos constitutivos.

Palavras-chave: Ciência; Conhecimento; Utopia; Consciência; Modernidade.

1. O lugar do desafio

Utopia pode ser definida como *lugar do desafio*, sendo também a *imaginação em ação* e a *invenção de desejos*. Enquanto *imaginação em ação*, a utopia adquire um valor preditivo (o que a aproxima da ciência), pois consegue julgar e escolher, entre as várias perspetivas, quais as que podem transpor os limites; consegue, acima de tudo, sentir (*conhecer é também sentir e saber sentir*). Enquanto *invenção de desejos*, a utopia elenca vários valores que, por sua vez, geram várias utopias, sendo que todas têm um factor comum: a relação com a verdade. Por fim, a utopia desafia (e falo de desafios meta-utópicos) as noções de liberdade, de ciência e de comunicação; é nesse sentido que a utopia é, ela própria, uma forma de conhecimento porque, por um lado, busca o conhecimento dos lugares da vontade e do espírito, da aspiração e do desejo e, por outro, assume-se como relação entre os modos de pensamento e sua extensão. E

¹ O presente trabalho foi elaborado no âmbito do mestrado em Comunicação e Educação em Ciência, cuja tese intitula-se “Utopia, Ciência e Comunicação: o contributo para o jornalismo”, sob orientação da Prof. Doutora Fátima Vieira, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

² Licenciada em Jornalismo e Comunicação, Mestre em Comunicação e Educação em Ciência pela Universidade de Aveiro. Investigadora no Centro de Investigação em Políticas do Ensino Superior e doutoranda na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

caso esse conhecimento dos lugares seja o tal não-lugar de que se pensa quando se fala em utopia, o conhecimento é uma utopia, pois a busca do conhecimento está sempre ligada a uma busca sobre a possibilidade do conhecimento. No fundo, a comunicação de ciência, a partir do conceito que desenvolverei mais à frente, supõe-se como uma revelação da utopia: uma utopia construída visando a criação e o fortalecimento dos laços entre os homens; uma utopia voltada essencialmente para o desenvolvimento de lastros de formação, capazes de conferir a máxima dignidade à condição de homens livres e, por isso, homens de ação para a esfera pública e privada.

Atualmente, a Ciência deve ultrapassar duas características principais: as suas limitações e insuficiências. Mais do que repensar a ideia de ciência, há que encarar a ciência como um problema, inserindo-a numa discussão mais ampla sobre o futuro do Homem e o sentido da sua vida, bem como aliar ao processo do conhecimento científico outros tipos de conhecimento, nomeadamente o conhecimento participatório, conhecimento transcendental, conhecimento universitário, conhecimento local, conhecimento de desenvolvimento, conhecimento religioso e ético, conhecimentos metafísicos e o senso-comum. Este constitui o verdadeiro lugar da ciência na cultura. Como diz Edgar Morin, “embora haja disposição para a ampliação do conceito de ciência, é evidente que este conceito se subordina frequentemente às ciências da natureza, ditas positivas e rejeita uma concepção menos unívoca, mais aberta (...). Essa definição de ciência ignora assim os factos perceptíveis em relação aos dados da consciência, do subjectivo que é uma realidade” (Morin, 2007: 29). Também Dalai Lama alerta: “A ciência é de uma importância vital, mas é apenas um dedo da mão da humanidade, e o seu maior potencial só pode ser concretizado na medida em que tivermos o cuidado de ter isto presente. De outro modo, arriscamo-nos a perder o sentido das prioridades. A humanidade pode acabar por servir os interesses do progresso científico, e não o inverso” (Lama, 2006: 19).

A ideia de que existem «duas culturas», e *a fortiori* de que essas duas culturas se contradizem, é uma mistificação. A divisão tripartida do conhecimento organizado é um obstáculo a uma compreensão mais completa do mundo e do indivíduo dotado de espírito. Ao invés, deve buscar-se uma outra ciência em que se procura saber de que modo as relações com o saber reproduzem ou alteram as formas sociais e as práticas materiais do nosso quotidiano; uma outra ciência que se inscreva no universo do conhecimento global, no universo das relações pessoais e sociais e no universo do aperfeiçoamento espiritual de cada indivíduo. Para este reconhecimento do triplo valor do conhecimento científico e da tripla função do conhecimento e a afirmação da necessidade de manter estas três faces no campo da investigação, da comunicação importa: compreender em que medida pode a comunicação de ciência atingir ou (trans)formar a identidade do indivíduo e qual(is) o(s) contributo(s) da comunicação para a (re)construção de um aperfeiçoamento espiritual. Isto pressupõe que já não interessa saber como o conhecimento circula, mas sim saber como o conhecimento (se) transforma. É por esta razão que os discursos proféticos sobre a “era da comunicação” e sobre os “cibermundos” soam tão distanciados dos fenómenos sociais que tomam em consideração o indivíduo e a sua evolução enquanto ser humano e ser pensante;

esses discursos proféticos estão igualmente alheados de uma transformação que conduza a uma compreensão, no sentido weberiano do termo, de um conhecimento comunicável e útil para outros.

“Por um lado, o colapso das duas culturas é uma realidade que nenhuma acção de retaguarda consegue travar. Por outro lado, esta situação aponta para um futuro em aberto. Esse futuro em aberto e a reintegração dos factos e dos valores na construção do conhecimento autorizado, uma consequência dos ‘estudos da complexidade’ implica o imperativo ético dos humanistas de imaginar e trazer à existência, no quadro contingente das ‘condições de possibilidades’ de Santos, uma reorganização das estruturas do conhecimento que conduza a um mundo substantivamente mais racional” (Lee, 2003: 96).

Estamos, pois, perante a questão de saber acerca da natureza e do estatuto da ciência na contemporaneidade. Como lembra Ricardo Ferreira, “um dos projectos humanos, com importância fundamental para o homem contemporâneo e voltado para a recuperação da perda de segurança e o decorrente sentimento de angústia, foi o projecto da ciência moderna” (Ferreira *et al.*, 2002: 243). Bauman acrescentou a ideia de que a ciência se configurou como um empreendimento voltado para a sustentação da ordem e a supressão do acaso e da contingência (Bauman, 2007). Por outras palavras, a ciência moderna teve como utopias máximas a ordem e a previsibilidade. Para isso a ciência moderna apoiou-se na ideia de uma realidade externa constituída fundamentalmente de regularidades, regidas por leis matemáticas independentes do sujeito do conhecimento (Ferreira *et al.*, 2002). Essa ciência moderna, baseando-se essencialmente num método indutivo-dedutivo, garantia essas regularidades pelas características epistémicas do método científico, atrás das quais ainda hoje se esconde e justifica. Essas características são: i) a exatidão preditiva (com a teoria científica é possível prever fenómenos mesmo que estes não se vejam; uma boa ciência tem de ser capaz de prever coisas que ainda não vemos); ii) coerência interna (se a teoria está correta, o sistema é coerente); iii) consistência externa (não pode ir radicalmente contra o que já é sabido; a descoberta tem de se integrar em algum lado de que já se sabia); iv) capacidade unificadora; v) simplicidade e elegância (relacionadas com a matemática); vi) fertilidade/fecundidade (criatividade). Por sua vez, estas características imputam ao conhecimento científico alguns atributos também amplamente reconhecidos: i) real ou factual, porque assume que toda a forma de existência se manifesta de algum modo; ii) contingente, já que as suas proposições ou hipóteses têm a sua veracidade ou falsidade conhecidas através da experimentação e não apenas através da razão como acontece no conhecimento filosófico; iii) sistemático, porque é ordenado logicamente, formando um sistema de ideias (teoria) e não de conhecimentos dispersos e desconexos; iv) verificável, pois as afirmações ou hipóteses que não possam ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência; v) falível, pois como demonstrou Popper não é definitivo nem absoluto; vi) aproximadamente exato, dado que novas

aproximações podem reformular o acervo das teorias existentes.

Citando Bruno Latour, Peter Wagner faz referência a um paradoxo sobre o que se designa ser a reivindicação de um conhecimento superior: por um lado, os cientistas rejeitam a responsabilidade sobre os perigos da aplicação do seu conhecimento, mas, por outro, aceitam os elogios do conhecimento útil que produzem. Para Latour, esse paradoxo é parte do que ele chama a constituição moderna; se a atitude científica reivindica um distanciamento – objectivante – do mundo, ela é capaz não só de olhar para o mundo, mas também de agir sobre ele, a partir, aparentemente do exterior. Dito de outro modo, e de acordo com Vítor Oliveira Jorge, “este raciocínio dicotómico – nós e os outros – é em si próprio extremamente redutor, porque nos induz a pensá-los no seu conjunto como os Outros de nós, como modalidades diversas de ser o oposto ou o diferente de nós” (Jorge, 2005: 29). A este propósito, Peter Wagner refere:

“Se a modernidade, quer ela exista realmente, quer ela seja um projecto emancipatório e sempre inacabado, tem a ver com a liberdade e a autonomia, isto é, a autodeterminação, ela tem também a ver com a auto-regulação. A história da modernidade foi, seguramente, uma história de barbaridades, e o conhecimento instrumental baseado na ciência foi utilizado para as justificar (...). O desafio do conhecimento é, antes, o de procurar a relação adequada a cada situação entre a expectativa e a experiência” (Wagner, 2003: 113-114).

Peter Wagner conclui o seu raciocínio afirmando:

“(...) há necessidade de uma revolução, mas talvez não sob a forma de um novo paradigma que governe todas as nossas práticas científicas de busca de conhecimento, e sim sob uma forma que situe as práticas científicas num lugar neste mundo, relativizando as suas reivindicações de certeza epistémica ao fazê-las comunicar com outras formas de envolvimento com o mundo. Porque, devido às fortes assimetrias no mundo do conhecimento, estamos longe de uma situação desse tipo, é necessária uma revolução. Mas essa revolução não implica uma guerra, apenas uma dose considerável de senso comum ou, talvez, um novo senso comum” (Wagner, 2003: 115).

Wagner abre, ainda que de forma vaga, a possibilidade de um novo lugar para a espiritualidade no conhecimento científico, sendo essa uma das bases para o conhecimento global. Esse novo lugar e esse novo conhecimento resolveriam aquilo a que Immanuel Wallerstein chamou de bifurcação das estruturas de conhecer que parecem ser caóticas.

As características que, segundo Michael Ruse (2002), permaneceram no conceito de ciência que sempre mudou ao longo da História culminaram na frase lapidar do famoso biofísico Bernulf Kanitscheider: “A ideia de um conhecimento seguro do

mundo, mesmo que se trate apenas das noções fundamentais mais genéricas, é hoje considerada como fracassada” (Weissmahr, 1983: 118). E foi a plena consciência deste “fracasso” (que não é de todo um fracasso, mas antes uma oportunidade para a ciência e para os cientistas) que levou ao questionamento da ciência moderna. Para François Gros, o verdadeiro desafio reside na possibilidade de reinserir a Ciência nos seus contextos histórico, filosófico e cultural. É esse o preço a pagar por se estar na posição em que melhor se pode explicar, e de certa forma justificar, a procura de mais conhecimento científico, o que implica o difícil objetivo de restabelecer a adequada ligação entre as humanidades e as ciências exatas. Por sua vez, o escritor Mário Vargas Llosa considera que “talvez seja mais conveniente condensar a noção de cultura, restringindo-a exclusivamente à dimensão espiritual da vida humana na qual os conhecimentos e as crenças – ideias e os mitos – se confundem. Isto proporcionar-nos-á uma perspectiva que nos permitirá entender o mundo de uma certa maneira, situarmos nele com um mínimo de confiança e de segurança” (Llosa, 2003: 286)

Maria Manuel Jorge, em contraponto a uma ciência romântica, propõe-nos um “novo modelo do saber” que será, talvez, o resultado positivo da fragmentação e especialização das ciências com base no aparecimento do que ela chama de “híbridos culturais”. Entre estes, a autora identificou os seguintes: a bioética, enquanto novo território entre a ciência e a ética que permite “pôr finalmente em escuta mútua regiões do saber que pareciam em processo de definitiva ruptura” e a ciência pós-normal (conceito que “procura exprimir não apenas a constatação de que as controvérsias científicas se prendem numa rede de determinações que ultrapassam a comunidade científica, mas sobretudo, o facto de que a ciência começa a ser forçada a sobrepor à sua maneira de trabalhar fechada uma abertura à sociedade e um “imaginário ecológico” (Jorge, 2001: 114) que surge entre a ciência e o senso comum, bem como a ciência-cultura.

Na visão de Maria Manuel Jorge, é nos híbridos culturais que se encontram as competências exigidas para alcançar o discernimento, o que só se consegue quando “aprendemos a viajar pelos diferentes territórios, o que, à partida nos exige a todos o cultivar de um imaginário ecológico. Essa é que é, para mim a metodologia holística e a propedêutica, para lá do conhecimento, à sabedoria (...)” (Jorge, 2000: 130).

Com efeito, uma das formas de dar sentido à ciência passa por essa abertura a outros territórios do saber. Como explica Dürr,

“Para Heisenberg, as ciências físicas e naturais eram, ao mesmo tempo, filosofia e arte. Conhecimento, compreensão e observação estavam no centro das suas aspirações científicas. A ciência, com ele, desenvolvia-se num diálogo vivo, na contenda comum e amigável por uma realidade, uma ideia ou uma compreensão. A relação das partes com o todo esteve, de certo modo, no centro das suas atenções. Essa questão incluía também a relação do indivíduo com os seus

semelhantes humanos, com a sociedade, com as criaturas vivas, com a terra, com a criação como um todo. A complementaridade entre a precisão analítica, que exige isolamento, e a relevância para o todo que se baseia fundamentalmente na interligação e inserção, torna-se clara nesta relação. As ciências naturais e humanas, com a sua metodologia analítica, o seu modo de pensar fragmentador em nome da precisão, não conseguem compreender o sentido propriamente dito da realidade, que decorre unicamente do relacionamento cm tudo, da inserção do indivíduo com o todo” (Dürr, 1999: 20).

Isto levar-nos-ia às recentes discussões sobre interdisciplinaridade e transdisciplinaridade que não cabem no âmbito deste trabalho; além disso, essas mesmas discussões (teóricas) ainda se encontram numa fase muito inicial, pelo que as conclusões ainda não se afiguram como suficientes. Na verdade, como justifica Dürr, presenciamos hoje a difusão de um novo paradigma que já não se orienta pelo termo estático de “estado”, mas sim pelo termo dinâmico de “processo”, no qual o todo é mais que a soma das partes, se as partes estiverem intimamente interligadas e tudo estiver a fluir. Com efeito, o pensamento científico foi muito fértil em reduzir uma variedade tremenda de problemas heterogêneos a realidades mais simples e de pôr a descoberto, com isso, a sua familiaridade interior, a sua raiz comum. Além disso, esse pensamento demonstrou uma capacidade espantosa de crescer, através de novos graus de abstração, o que mostrou os seus limites. Os limites ilustram que o pensamento científico nunca será suficiente para conhecermos a realidade na sua totalidade.

Contudo, se nos cingirmos a essa viagem pelos diferentes saberes teremos dificuldade em saber como é que cada um deles, ou mesmo todos ligados entre si, nos poderão afetar enquanto indivíduos. A simples acumulação ou religação de conhecimentos não basta. “O saber obtido através das ciências naturais permite agir sobre o mundo, de forma construtiva ou destrutiva, mas tem relativamente pouco efeito sobre nós mesmos” (Riccard e Thuan, 2001: 7). O físico Trinh Xuan Thuan sugere que a espiritualidade pode completar a ciência, indo até onde ela nada mais tem a dizer, em especial no domínio da ética (Riccard e Thuan, 2001). Por outras palavras, “o esforço espiritual ou contemplativo deve, pelo contrário, levar a uma transformação profunda da nossa maneira de compreender o mundo e de agir sobre ele” (*idem*, 23) Este esforço espiritual (que passa sobretudo pela busca do conhecimento espiritual que acompanha – e não se opõe – o conhecimento científico) é importante porque o que fazemos, dizemos e pensamos não tem apenas uma importância moral ou ética; é também a forma que nos molda a nós e ao nosso mundo: “A nossa representação do mundo resulta da totalidade das experiências vividas pela nossa consciência, desde tempos imemoriais. Reciprocamente, esta consciência é condicionada pela nossa conformação física, do nosso cérebro e do nosso sistema nervoso. Também aqui reencontramos a noção de causalidade recíproca” (*idem*: 150).

Um outro contributo para uma ciência além de si mesma é dado por autores como

o filósofo Giorgio Agamben (1993) e o antropólogo Timothy Ingold (2000), que estão, nesta altura, a trabalhar no conceito de «ciência pós-humana» (referindo-se o termo “humano” à vertente de espécie e à vertente da transcendência), segundo o qual o objetivo desta nova ciência não seria o de prever ou controlar, mas o de estabelecer relações através do conhecimento, sendo este entendido como a atividade de habitar o mundo em que o que importa não é o que fazemos, mas sim o que valorizamos.

2. Ciência e utopia

Relativamente ao conceito de “ciência pós-humana”, argumentamos que não se trata tanto de se almejar uma nova ciência, pois isso seria apenas mais uma formulação teórica, mas talvez uma ciência utópica, já que, entre as funções da utopia, consta aquela que se encarrega de examinar as possibilidades denominadas impossíveis que podem, um dia, tornar-se factíveis, realizáveis, sem contudo levar a aspiração à condição de pesadelo. Existem, naturalmente, divergências entre estes dois conceitos, algumas das quais já foram apontadas por José Eduardo Reis: 1) A ciência prossegue a formulação e a verificação de teorias que explicam os processos e os mecanismos do mundo dado, estando a utopia orientada para a reinvenção especulativa e, em princípio, melhorada desse mundo; 2) são ambas modalidades de representação e ação reguladas pelas categorias da certeza e da objetividade axiomática – no caso da ciência – e pelas do possível e da subjetividade especulativa – no caso da utopia; 3) a antítese entre ciência e utopia pode ser mitigada ou suspensa mediante o estabelecimento de um denominador comum fundado no reconhecimento da presença de marcas de idealidade em ambas as esferas de pensamento, sendo que esse denominador comum ideal entre ciência e utopia existe em dois planos: plano construtivo/formal (Plano da linguagem) e outro generativo/motivacional (plano da cognição). Segundo Reis, no plano construtivo-formal, relativo à linguagem, a semelhança entre ciência e utopia reside no facto de ambas serem formas de representação simbólica-discursiva e construções abstratas que envolvem operações ideais de “refinamento” da experiência empírica; na ciência essas operações são convertidas em enunciados de rigor sobre a natureza e funcionamento do mundo referencial, enquanto que na utopia essas operações são convertidas em enunciados de coerência especulativa sobre a (im)possível natureza e funcionamento de mundos meta-referenciais. Além disso, como explica Reis, a forma como a utopia modelou a atividade do pensamento científico constata-se pela:

“(…) intersecção para que aponta um dos mais estimulantes e fascinantes desenvolvimentos da ciência contemporânea, da esfera do conhecimento objectivo epistemológico com a do conhecimento subjectivo ontológico, repõe a pertinência de convocar a utopia para esse projecto de investigação de uma mesma realidade substancial, em que matéria e consciência (ou espírito) são concebidos como termos indissociáveis, complementares, se não mesmo isomorfos de uma

mesma realidade universal” (Reis, 2007).

Sistematizando, utopia e ciência variam consoante os momentos históricos e refletem, por isso, todas as suas vicissitudes. Enquanto narrativa, a utopia tem uma atração pelo fim, sendo que as utopias antecipam o futuro e criam a ideia de ideal. Já o dia a dia da ciência desenrola-se inteiramente no campo de tensão entre o querer saber e o querer fazer, mas a sua incompletude resulta do facto de ainda não contemplar o saber ser. Isso só será possível quando a ciência se tornar mais plástica, mais aberta a realidades paralelas e menos presa por dogmas e métodos. O próprio conceito de verdade assume várias vertentes que confluem para a qualidade das relações humanas. A ciência atual acontece ainda através de uma cortina de resistência, obstruída por preconceitos, por ambições e por medos. É como se a ciência só se ouvisse a si mesma, ou seja, o seu próprio barulho interior. Desta forma, a ciência afasta-se da verdadeira realidade das coisas e perde a criatividade que a devia acompanhar. Mais: esta ciência obstruída obriga-nos a entrar em ciclos viciosos que só pensamos sobre o que conhecemos, pois a ciência (e a mente) agarra-se sempre ao conhecido. Esta é, portanto, outra semelhança entre utopia e ciência, pois, como diz Heleno, a “utopia teme a contingência e a liberdade e, por isso, terá de programar todos os pormenores com a minúcia que se exige. Faz apelo à uniformidade e defende uma língua universal. E é neste sentido que é lícito dizer que se as utopias são verdades prematuras também não deixam de ser falsidades tardias” (Heleno, 2000: 92). Também a ciência, para ser criativa no verdadeiro sentido da palavra, tem de se libertar do passado a todo o momento, pois, neste caso, o passado faz muitas vezes sombra sobre o presente.

Por sua vez, a nossa razão não se baseia apenas no nosso intelecto, mas antes na nossa capacidade de estabelecer conexões causais, juízos de valor oriundos da nossa existência, de tradições, religiões, etc. Como frisa Dürr, a “ciência natural diz-nos o que é, mas não dá qualquer indicação sobre o que deve ser, sobre como devemos agir. O Homem, para poder agir, tem necessidade de uma compreensão que ultrapasse o que a ciência lhe ensina – precisa de orientação pelo transcendente” (Dürr, 1999: 117). Acredito que este transcendente se divide em duas dimensões: a consciência e o espírito. Em cada uma dessas dimensões produzem-se níveis de conhecimento diferenciados, mas complementares e interdependentes. Na dimensão do espírito, é a compreensão da dualidade matéria-espírito que leva ao esclarecimento progressivo e evolutivo da consciência. Por sua vez, essa dualidade (não no sentido dicotómico) consiste, do lado da matéria, no trabalho do conhecimento e, do lado do espírito, no trabalho dos pensamentos, das emoções, dos sentimentos, das ações, dos desejos e da intuição. O resultado deste processo consubstancia-se na nossa identidade que é continuamente transformada pelo tempo (estrutura ordenadora essencial) e pela comunicação (na sua função de equilíbrio e de mediação entre todas estas instâncias). Não será demais referir que esta proposta resulta também da minha surpresa ao verificar que a profunda mudança na compreensão da Realidade em resultado dos trabalhos de físicos como Bohr, Heisenberg, Einstein e Planck – que datam de há quase um século – ainda hoje não se reflete na nossa sociedade, nas nossas perceções da ciência, na

nossa forma de comunicar ciência e na nossa forma de encarar o conhecimento. Ao invés, permanece ainda uma visão muito aquém da verdadeira compreensão filosófica e existencial que esses trabalhos facultam, o que é mais um extraordinário exemplo da nossa resistência à mudança e da nossa inércia para pensar não apenas em paradigmas novos, mas até em paradigmas paralelos. Com efeito, “a nova física vai no sentido de indicar que a Realidade, no fundo, não é propriamente real no sentido de ser uma realidade causal. A Realidade revela-se primariamente como potencialidade, como ora isto, ora aquilo, ou seja, apenas como Possibilidade para uma realização no âmbito da realidade material que nos é conhecida, a qual se submete à lógica objectiva e à lógica do ou-ou”. (Dürr, 2007: 29). Segundo este autor,

“as descobertas experimentais da Física Moderna (...) forçaram-nos a um novo e surpreendente entendimento das coisas, a saber, que tudo quanto mediante as nossas observações directas ou mediante as abstrações das nossas percepções considerávamos como Realidade e que nas ciências naturais era descrito como Realidade (material), não deve mais ser identificada desta forma com a Realidade mais autêntica que supostamente se encontra por detrás do observável” (*idem*: 36).

3. Ciência e conhecimento

É verdade que o conhecimento nem sempre traz felicidade e, em diversas épocas da História, tem sido considerado “perigoso”. Não obstante, o conhecimento pode melhorar a percepção e a consciência. A ciência e tecnologia contribuíram para a expansão da cultura e, assim, para uma consciência maior de nós mesmos e para a nossa capacidade de contemplação e de prazer. Para isso é preciso que o conhecimento não seja temporário, característica que predomina no conhecimento científico atual, sendo que temporário aqui se refere ao termo inútil, meramente comercial e inconsequente, e não ao sentido popperiano de refutável.

Este conhecimento novo ou estas culturas epistémicas dinâmicas têm, essencialmente, uma função que, segundo as teorias construtivistas, é de adaptação. De acordo com Canavarro (1999), a noção de adaptação vai para além do conceito puramente biológico, incluindo como objetivos, para além da sobrevivência, uma organização conceptual coerente do mundo, capacitando o indivíduo para lidar com as dificuldades que lhe são colocadas a nível conceptual.

Para além da função de adaptação, o conhecimento está normalmente associado a uma noção de progresso. Este, como salientou, Lévi-Strauss, não é necessário nem contínuo, antes procede por saltos e mutações. E mais do que o progresso, o que importa resguardar é a diversidade, pois é a diversidade que leva à tolerância. Esta tolerância não é, diz Strauss, uma atitude passiva e contemplativa, mas sim uma postura dinâmica que consiste em prever, em compreender e em promover o que se quer ser.

Existem dois sentidos de progresso. O primeiro está incluído numa teoria e

refere-se a um processo evolutivo onde mais e mais factos amontoados através da experiência e observação são acrescentados e refinam uma teoria, de modo a que o progresso represente um englobar do mundo cada vez mais numa teoria ou grupo de teorias. A segunda ideia de progresso é revolucionária ou em termos kuhnianos, uma mudança de paradigma. “Aqui o progresso é a reestruturação total de uma teoria que é ultrapassada por outra. (...) A ideia de progresso continua a ser problemática. Contudo, o progresso a nível do entendimento teórico é o mais importante e o mais difícil de quantificar” (Sanitt, 2000: 73).

Atualmente, e mesmo depois dos contributos da física quântica – e nomeadamente de trabalhos de físicos como Jean Audouze, David Bohm, Brandon Cárter, Michel Cassé, Bernard d’Espagnat, Paul Davies, John Gribbin, Alan Guth, Stephen Hawking, Jean Heidmann, Heinz Pagels, David Peat, Ilya Prigogine, Hubert Reeves, Schrödinger, Michaël Tabot, Trinh Xuan e Weinberg –, ainda “não há lugar no nosso paradigma actual para qualquer forma de consciência, intenção, emoção ou espírito. E como o nosso trabalho demonstra que a consciência pode ter um efeito bastante poderoso na realidade física, isso significa que, em última análise, tem de haver uma mudança de paradigma; uma mudança que permita que a consciência seja incorporada” (Arntz *et al.*, 2008: 49), nas palavras do cientista William Tiller. Este é, pois, um dos desafios que se colocam ao conhecimento e à comunicação atualmente.

4. Ciência contemporânea: novo paradigma?

Ciência e razão fazem parte da sabedoria ou conhecimento. Mas “a palavra *sapiens*, pela qual os latinos traduziam o sábio, inventado pelos gregos, e que a antropologia retoma para definir o homem, deriva de um verbo que significa: ter gosto, sentir finamente os sabores e os perfumes. Já não depende de nós o facto de tudo depender de nós. Eis o princípio ou o fundamento novos da nova sabedoria. Depende da própria ciência e da evolução dos próprios conhecimentos” (Serres, 1996: 167). O problema é que, como mostra a obra *The Perceptions of the environment*, de Tim Ingold, agir sobre o mundo a partir do exterior é insuficiente, porque nós estamos dentro desse mundo, fazemos parte dele, estamos intrinsecamente ligados a ele. Essa perspetiva da ciência, segundo a qual se age no mundo a partir do exterior encerra a razão dos limites, expressão usada por Francisco Gutiérrez Sanín para quem uma das condições fundamentais do mundo contemporâneo é, por um lado, a promessa da ciência de gerar um mundo “livre de carências e inseguranças” e, por outro, a consciência crescente dos limites do rigor científico e dos perigos “cada vez mais verosímeis” com que nos vemos confrontados como consequência da contínua acumulação de conhecimentos. Esta promessa da ciência remete-nos novamente para a questão de saber quais são os limites da razão e da ciência. Segundo Pascal, são pelo menos dois: os limites cognitivos e os limites morais. Pareceria existir na ciência – e em qualquer resultado do raciocínio puro – algo essencialmente alheio e refratário à experiência vital que, contudo, tenta interpretar e reduzir. É a isto que Pascal chama a

vaidade das ciências. Tal vaidade está condenada a uma aguda assimetria relativamente aos saberes centrados nos costumes que se podem perfeitamente traduzir em termos contemporâneos como ciências sociais. Por isso, diz Sanín, a fundação dos objetivos humanos-sociais está condenada a ser externa à ciência e à técnica.

Por outro lado, qualquer conhecimento tem como limite último a própria realidade; recorde-se que “o pensamento científico, tal como todo e qualquer pensamento, é sempre marcadamente fragmentário e disposto para a análise” (Dürr, 2007: 5).

Além disso, é bom recordar que ciência, em derradeira análise, é conhecimento (ciência provém do verbo “sciere” que significa “saber”). Por outro lado, Freire afirma que existem dois elementos, quer filosoficamente os consideremos distintos quer modalidades de uma mesma substância, que se apresentam na constituição do universo: a matéria e o espírito. Se assim é, tinha razão Edgar Morin quando dizia que a evolução do conhecimento científico não é unicamente de crescimento e de extensão do saber, mas também de transformações, de ruturas, de passagem de uma teoria para a outra, pelo que, na opinião do autor, falta uma sociologia do conhecimento científico mais forte e mais complexa de forma a abranger a ciência que examina. Só assim, é possível à atividade científica dispor de novos desenvolvimentos, mas para isso tem de se autointerrogar.

É precisamente este o contributo que a utopia pode dar. A auto-interrogação exige que os cientistas queiram auto-interrogar-se, o que supõe que eles se ponham em crise, ou seja, que descubram as contradições fundamentais onde desembocam as atividades científicas contemporâneas e, nomeadamente, as injunções contraditórias a que está submetido todo o conhecimento científico que confronta a sua ética do conhecimento com a sua ética cívica e humana. Popper viu bem que na elaboração das teorias científicas entram em jogo pressupostos, postulados metafísicos. Outros autores como Holton viram bem que os cientistas têm sempre ideias no fundo da cabeça. E nós também sabemos quando consideramos a história das ciências, que os grandes fundadores da ciência moderna estavam animados de ideias místicas. Podemos perguntar a nós próprios: será que Newton foi fecundo apesar de alquimista, místico e deísta ou por ter sido alquimista, místico ou deísta, questionou-se Morin. Também Maria Manuel Jorge (2001) salienta que a ciência de hoje parece nascer de zonas não científicas, onde se dá o encontro com outras abordagens da realidade, tais como a arte, a filosofia, etc.

A certeza é só uma e já foi diagnosticada por Husserl há 50 anos; há um buraco cego no objetivismo científico: o buraco da consciência de si próprio. É por isso que um paradigma da ciência contemporânea é um paradigma que deve permitir o conhecimento complexo. O “conhecimento pertinente é aquele capaz de situar toda a informação no seu contexto e, se possível, no conjunto em que se inscreve” (Morin, 1999: 15). Com efeito, neste artigo partimos de um enquadramento que supera o paradigma da ciência pós-moderna (defendido e caracterizado por Boaventura de Sousa Santos) e que assenta basicamente em três pilares: 1) a diversidade e complementaridade dos saberes; 2) o controlo democrático do Ciência & Tecnologia; 3) o caráter retórico-argumentativo do conhecimento científico.

Em alternativa propõe-se a conceção da **ciência contemporânea**, sendo que os termos paradigma e contemporâneo só fazem sentido na sua aceção operacional. O paradigma da ciência contemporânea assenta nos seguintes pilares:

- 1) a diversidade e complementaridade dos saberes (o que vai muito para além da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, privilegiando antes a noção de que tudo está entrelaçado com tudo e a todos os níveis);
- 2) a ciência como narrativa utópica;
- 3) a importância da comunicação não apenas como objeto ou componente, mas como forma de conhecimento que enriquece a ciência;
- 4) focalização no indivíduo como ser global e, acima de tudo, espiritual, e não apenas nas conquistas da técnica; por outras palavras, as pessoas antes da tecnologia;
- 5) recuperação e construção de memória (aqui importa o papel da comunicação de ciência);
- 6) ausência de separação entre a Ciência e os restantes tipos de conhecimento;
- 7) perspetivação de um conceito de ciência menos suscetível ao devir histórico;
- 8) definição de uma ciência sem discursos ideológicos, reforçando a necessidade de imaginar, ou seja, como impulso para a utopia, para a ação humana (o que inclui as dimensões de antecipação, de expectativa, de tempo);
- 9) ciência como ferramenta da sustentabilidade planetária e individual;
- 10) uso da consciência como função utópica para a perceção do agora sobre o qual deve incidir;
- 11) definição de uma ciência com consciência dos seus limites e dos limites de um saber particular que só se consegue superar se for acompanhada por outros saberes, nomeadamente o espiritual.

Tabela 1 – Síntese dos elementos “core” do paradigma da ciência contemporânea em contraste com os paradigmas da ciência moderna e pós-moderna

Paradigma /Elementos Chave	Raízes teóricas	Premissas	Foco	Ênfase	Mecanismos de alocação de recursos	Natureza do sistema	Base de valores
Ciência moderna	Performances acerca de vários objetos de discurso; Legitimação de si própria; monismo.	Autoritária / Unitária	Dominação; Hegemonia de saberes	Objetivos ético-políticos	Hierarquia	Sistema fechado	Desenvolvimento da riqueza; Emancipação do sujeito racional
Ciência Pós-moderna	Tensões entre o tradicional e o moderno (temporalidade diacrónica); Gestão dos excessos da modernidade (Santos, 1989).	Reguladora	Conhecimento útil	Institucionalização; Profissionalização; autoimanência do discurso sobre as regras que o validam (Lyotard, 1989).	Mercado e contratos neoclássicos; Acumulação de enunciados	Sistema aberto racional	Eficácia; Competição; Universalidade; Comunalismo; Saber como competição pelo poder
Ciência contemporânea	Indivíduo	Emancipadora	Espírito	(Re)criação de valores, significados e relações que vise o progresso global do indivíduo	Religação de conhecimentos e saberes; Independência face às dimensões de tempo e espaço; Comunicação; Memória; Dialética do esclarecimento; Criatividade.	Sistema aberto e fluído em construção permanente (narrativa utópica)	Utopia Consciência Contemporaneidade Praxis da fé (reconhecimento mútuo, doação, cooperação, reconciliação e não domínio, ter e fazer)

Tabela 2 – Síntese das diferenças entre os diferentes paradigmas da ciência

<p>Ciência moderna (fúgida e contingente)</p>	<p>Ciência pós-moderna (radicalização da modernidade e incertezas manufaturadas, Giddens; resultado de descontinuidades modernas; radicalização de tensões entre o tradicional e o moderno); 1) ou não existe de todo; 2) institucionalização, profissionalização e mimetização da ciência</p>	<p>Ciência contemporânea (reivindicação de um regresso ao indivíduo tendo em conta as suas necessidades de conhecimento para o seu progresso moral e intelectual)</p>
Racionalismo	Pensamento dilemático (Lévi-Strauss)	Crítica da própria ciência (na senda do que Beck chama de “ <i>reflexive scientization</i> ”).
Experimentalismo	Todo o conhecimento científico-natural é científico-social	Necessidade da ciência se ligar não com a “verdade”, mas com o conhecimento do humano e com a dimensão ontológica do indivíduo.
Primado da axiologia físico-matemática	Todo o conhecimento é local e total	Beck (1992) defende que a ciência se tornou construtora de tabus, o que tem de ser combatido por um questionamento utópico, ou seja, por uma ciência com consciência.
Noção de tempo como de um presente contínuo para trazer as promessas para o futuro distante	Todo o conhecimento é autoconhecimento	Ciência não apenas como uma força transformativa, mas também como algo que tem de ser questionado na sua autoridade, na sua institucionalização, orientando e dignificando as transformações do mundo.
Concebe um tipo único de razão, que é a imagem do mundo, mas não apenas isso, é também a atividade e a ação no mundo. Essas são as marcas do espírito científico que foi inaugurado por Galileu, Descartes e Newton. Com esses pensadores, a realidade era explicada a partir de formulações racionais, por meio de relações físico-matemáticas e geométricas	Todo o conhecimento científico visa constituir-se num novo senso comum	Reconhecer um permanente grau de incerteza da ciência e lutar por alternativas, ou seja, a ciência contemporânea aceita e integra a diversidade e a flexibilidade do conhecimento.

<p>Ascendeu e alcançou domínio sobre as demais formas de conhecimento porque o seu projeto paradigmático remete aos aspetos societal e político-cultural</p>	<p>Época de transição</p>	<p>Aceitar e trabalhar com a complexidade do real. E orientá-la para o conhecimento e progresso do indivíduo.</p>
<p>O domínio e a hegemonia da Ciência Moderna traduziu-se na sua capacidade de reunir correntes de pensamentos consideradas divergentes e antagónicas, trazendo através dessa junção um novo modo de conceber o conhecimento, não mais imóvel e contemplativo, mas útil à melhoria da vida humana. Em Bacon, no viés empírico, e em Descartes, na via idealista de conhecimento moderno, encontramos a ciência como realizadora do “bem geral de todos os homens”.</p>		<p>Não promete felicidade, mas operacionaliza ferramentas e predisposições mentais, sociais, individuais e coletivas para o progresso intelectual e moral do indivíduo.</p>
<p>A identidade é algo dado, externo, pronto, ou seja, heteronómica.</p>	<p>A identidade é uma construção social.</p>	<p>A identidade é algo em permanente construção e que equilibra a dimensão social e espiritual de cada indivíduo.</p>
	<p>Tecnologia antes das pessoas</p>	<p>Agrega várias formas diferenciadas de subjetivação que podem ser compreendidas como pós-humanas, na medida em que abandonam a perspetiva tradicional de uma separação entre o humano e a tecnologia, concebendo a participação contínua da tecnologia na produção de si.</p>
		<p>Aproxima-se da “ciência idealista” de Amit Goswami (2001), mas dá um passo adiante ao assumir o espírito (ver págs. 83 e 84) como elemento central e não apenas a consciência.</p>

Conclusão

Para uma visão renovada da ciência pressupõe-se que a consciência interfere diretamente na nossa ação, “tornando os nossos actos humanos e não apenas actos do homem. É através dela que podemos modificar o comportamento animal. Conhecendo a razão do bem, as nossas inclinações não nos vêm simplesmente de fora, como acontece com os animais. Sendo o homem um animal que, embora racional, não se despe completamente da sua animalidade, o comportamento humano passa assim pela racionalidade, transformando aquele que o realiza” (Regadas, 2007: 488). Na verdade, a interdependência do mundo e do plano espiritual faz avançar o conhecimento, dando um significado ao mundo e ultrapassando a limitação, já reconhecida por muitos, que a ciência atual tem por pensar-se a si própria apenas com os meios de que dispõe atualmente.

Este autoconhecimento, ou conhecimento com consciência (“porque todo o conhecimento é auto-conhecimento” (Santos, 2002: 50), acontece na medida em que “não é apenas o ser que condiciona o conhecer, é também o conhecer que condiciona o ser, e estas duas proposições geram-se uma à outra num anel recorrente. A vida só se pode auto-organizar com conhecimento; o ser vivo só pode sobreviver no seu meio com conhecimento. O conhecimento é necessariamente: tradução em signos/símbolos, construção, solução de problemas, o conhecimento só traduz o real numa outra realidade” (Morin, 1996: 71). Assim, a dialética ação-conhecimento torna-se uma dialética ação/conhecimento/comunicação, sendo que a comunicação representa e permite a autonomização do conhecimento através da aprendizagem, de estratégias cognitivas e da criatividade.

As utopias são, explícita ou implicitamente, fontes inspiradoras de diversas práticas sociais e, no que respeita à Ciência, só uma consciência utópica pode acabar com a “ vaidade das ciências” diagnosticada por Pascal. Um mundo sem utopias é um mundo sem o humano. Esse desafio colocado pela utopia identifica os problemas sociais e capta as tendências e alternativas existentes que podem ser potencializadas e efetivadas mediante a ação humana. O espírito da utopia para Bloch é indissociável da vital afeção da esperança elucidada pela consciência sábia e pelo princípio da razão – exprime a essencial predisposição do ser humano em dilatar e aprofundar o campo da autoconsciência e do conhecimento perceptivo do mundo real (Reis, 2006). Quando não se levam em consideração as possibilidades geradas pela realidade, facilmente se cai em projetos desejáveis, mas irrealizáveis. Nesse caso, a utopia ganha um sentido negativo de utopismo: por não atender às circunstâncias e condições necessárias à sua realização, o projeto utópico apenas alimenta uma ação fadada ao fracasso, um voluntarismo cego, tal como aconteceu com o projeto da sociedade da informação ou das utopias da comunicação até agora vividas.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio (1993), *A Comunidade que Vem*, Lisboa, Presença.
- (2004), *The open. Man and animal*, Stanford, Stanford University Press.
- ARNTZ, William; CHASSE, Betsy; VICENTE, Mark (2008), *Afinal, o que sabemos nós*, Lisboa, Sinais de Fogo.
- BAUMAN, Zygmunt (2007), *Modernidade e Ambivalência*, Lisboa, Relógio d'Água.
- BECK, Ulrich (1992), *Risk Society – Towards a new modernity*, London, Sage.
- CANAVARRO, José Manuel (1999), *Ciência e Sociedade*, Coimbra, Quarteto.
- DÜRR, Hans-Peter (1999), *Da Ciência à ética*, Lisboa, Instituto Piaget.
- (2007), “Física e Transcendência”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, 63, 25-47.
- FERREIRA, Ricardo [et al.] (2002), “Caminhos da pesquisa e a contemporaneidade”, in *Psicologia: Reflexão e crítica*, 15, 243-250.
- GOSWAMI, Amit (2001), *The physics of soul*, Vancouver, Hampton Roads Publishing.
- HELENO, José Manuel (2000), *O lugar da utopia*, Lisboa, Fim de Século.
- INGOLD, Timothy (2000), *The perception of the environment*, London, Routledge.
- JORGE, Maria Manuel Araújo (2001), *As ciências e nós*, Lisboa, Instituto Piaget.
- JORGE, Vítor Oliveira (2005), *Vitrinas muito iluminadas*, Porto, Campo das Letras.
- LAMA, Dalai (2006), *O universo num átomo – a convergência entre ciência e espiritualidade*, Lisboa, Quidnovi.
- LEE, Richard (2003), “O destino das ‘duas culturas’: mais uma salva de tiros nas guerras da ciência?”, in Boaventura Sousa Santos (org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 81-98.
- LOSÁ, Mário Vargas (2003), “A Cultura e a Nova Ordem Internacional”, in AAVV., *Globalização: Ciência, Cultura e Religiões*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 285-286.
- LYOTARD, Jean-François (1989), *A condição pós-moderna*, Lisboa, Gradiva.
- MORIN, André; GADOUA, Gilles; POTVIN, Gérard (2007), *Saber, Ciência, Acção*, São Paulo, Cortez Editora.
- MORIN, Edgar (1996), *O método III – O conhecimento do conhecimento*, 2ª edição, Lisboa, Publicações Europa-América.
- (1999), *Repensar a reforma. Reformar o pensamento. A cabeça bem feita*, Lisboa, Instituto Piaget.
- REGADAS, Susana (2007), *Como pensa quem pensa? Um ensaio antropológico sobre o espírito*, Tese de Mestrado em Bioética, Porto, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
- REIS, José Eduardo (2006), “A ciência na utopia, a utopia na ciência: vacuidade, indeterminação, interdependência no centro da realidade utópica”, in *Actas do Act18 – Alteridades, Cruzamentos, Transferências*, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- (2007), *Do espírito da Utopia: lugares utópicos e eutópicos, tempos proféticos nas culturas literárias portuguesa e inglesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- RICARD, Matthieu; THUAN, Trinh Xuan (2001), *O infinito na palma da mão*, Lisboa, Casa das Letras.

- RUSE, Michael (2002), *O mistério de todos os mistérios*, Famalicão, Quasi.
- SANITT, Nigel (2000), *Ciência enquanto processo interrogante*, Lisboa, Instituto Piaget.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1989), *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Afrontamento.
- (2002), *Um discurso sobre as ciências*, Porto, Afrontamento.
- SERRES, Michel; LATOUR, Bruno (1996), *Diálogo sobre a ciência, a cultura e o tempo*, Lisboa, Instituto Piaget.
- WAGNER, Peter (2003), “Sobre guerras e revoluções”, in Boaventura Sousa Santos (org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 99-116.
- WEISSMAHR, Bela (1983), *Philosophische Gotteslehre*, Stuttgart, Kohlhammer.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract

This paper argues that one could move forward a new science paradigm, considering that the post-modern science paradigm has actually been a transitory stage in the evolution of science perceptions from a science essentially based on a dilemmatic thinking to what is here called the *contemporary science*. The argument advanced here is that there is an emergent paradigm of science that, in its core, results from the introduction of another complex concept – utopia. This article will explore how this is possible and will also identify other elements that coexist with each other or overlap within this paradigm. The intention here is to tease out three “archetypes” that will assist and promote analysis and discussion of the conceptual and practical development of science in relation to each individual and in a public sphere.

Keywords: Science; Knowledge; Utopia; Consciousness; Modernity.

Résumé

Cet article soutient que l'on doit passer à un nouveau paradigme de la science en introduisant le concept d'utopie, entendue comme le lieu de défi, et aussi de l'imagination en action et de l'invention des désirs. L'utopie défie les notions de liberté, de la science et des connaissances. C'est ce que l'utopie est en soi une forme de connaissance, car, d'une part, cherche la connaissance des lieux de la volonté et de l'esprit, de l'aspiration et de le désir, et d'autre part, l'utopie fait saillante la relation entre les modes de pensée. On examine comment ce paradigme de la science contemporaine apparaît et on identifie ses principaux éléments.

Mots-clés: Science; Connaissance; Utopie; Conscience; Modernité.

Convergências e divergências na representação da cidade para “todos”: a visão dos políticos, dos técnicos e dos cidadãos

Cecília Delgado¹

Resumo:

O desenho da cidade é planeado por um conjunto restrito de “cidadãos”: os técnicos e os políticos. Estes dois grupos não correspondem à diversidade social e cultural da população das cidades, homens e mulheres em proporção de género idêntica, com diferentes capacidades aquisitivas, perspectivas culturais e estilos de vida, profissões, habilitações académicas, etc. É reconhecido o afastamento social e cultural dos arquitetos em relação aos restantes extratos sociais, e entre as elites culturais e as classes populares. A cidade para todos e todas implica o respeito pela diversidade. Importa compreender onde convergem e divergem as representações de cada grupo, para respeitar as suas necessidades e aspirações. Ignorar a multiplicidade e diversidade social favorece a que as cidades espelhem a ideologia das minorias dos que acedem aos lugares de decisão.

Palavras-chave: Género; Cidadania; Cidade.

Introdução

O estudo Profissão - Arquitecto (Cabral e Borges, 2006) revela que o grau de endogamia das origens sociais dos estudantes de arquitetura e das suas práticas culturais, apesar da recente renovação geracional, apresenta uma condição de clausura superior a qualquer das outras profissões liberais.

Esta tendência é igualmente evidente no ritmo reduzido de feminização da arquitetura, onde apenas 35,00% dos inscritos são mulheres, e maioritariamente com dez ou menos anos de prática profissional, em contraste com a generalidade das restantes licenciaturas onde a mulher ocupa, quase sempre, uma posição paritária. Confirma-se, deste modo, que os arquitetos são um grupo profissional com características específicas, que não reflete um panorama social diversificado. O desfazamento entre os arquitetos e os restantes extratos sociais foi sublinhado por diversos autores como

¹ Docente na Universidade Lusíada – Porto. Arquitecta e Mestre em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano pela FAUP, Doutorada em Urbanismo pela FAUTL.

Filgueiras (1985) e Hershberger (2008). O afastamento entre as elites culturais e as classes populares foi descrito por Mattoso (2008) e Krier (1999).

Em Portugal, a importância do desempenho profissional do arquiteto como servidor do interesse público está previsto no Artigo 47.º dos Estatutos da Ordem dos Arquitetos². De acordo com a alínea c) do referido artigo, o arquiteto no exercício da sua profissão deve: “Favorecer a integração social, estimulando a participação dos cidadãos no debate arquitectónico e no processo decisório em tudo o que respeita ao ambiente”. Investigações recentes comprovam que a vertente social não é uma prioridade da profissão. De acordo com Brandão (2005) a ideia de “sucesso” profissional está associada a aspetos como o *status*, remuneração, carreira, relações com clientes ou superiores, factos que ocorrem independentemente da faixa etária.

Sabemos que a cidade é uma construção social: impõe-se que os agentes envolvidos se obriguem a uma constante vigilância, de modo a respeitar as necessidades dos que não correspondem aos padrões de consumo da sociedade capitalista. O meio académico e profissional tem vindo a reconhecer a importância de envolver as populações nas decisões urbanísticas, reduzindo o fosso entre a realidade das elites e das classes populares. A Nova Carta de Atenas (CEU, 2003) defende que o planeamento urbanístico deve centrar-se nos habitantes, nos utilizadores da cidade e nas suas necessidades. Propõem-se novos sistemas de governança e estratégias que permitam o envolvimento dos cidadãos nos processos de tomada de decisão. Por fim, enfatiza-se a necessidade de colaboração entre os urbanistas e outros profissionais.

Em linha com as atuais diretrizes a *New vision for Planning* (2001), do *Royal Town Planning Institut*, pretende estimular e reforçar o debate dos profissionais de planeamento urbano alargando-o a toda a comunidade, incluindo os cidadãos, o governo, as instâncias locais e os demais interessados do setor público e privado. Espera-se que o urbanista do futuro use como referente as pessoas, os locais, o ambiente natural e construído, que trabalhe em consonância com as necessidades imediatas, mas também, com as necessidades a longo prazo. Esta nova perspectiva implica que o técnico pense para além das “soluções padronizadas”, compreenda e contemple as pessoas, perspectivando as necessidades e desejos da sociedade. Subentende-se o planeamento urbano como um serviço público em que a função do urbanista é a de “mediador”, em antítese com a imagem do perito, detentor da verdade exclusiva.

Ascher (2007) propõe uma nova conceção do planeamento urbano, que denomina de neo-urbanismo. Subentende a análise dos problemas e definição de soluções, caso a caso, em claro contraste com o urbanismo moderno, uma visão cega, que negava as especificidades de cada cidade, lugar ou cultura (Ascher, 2007). Em simultâneo com alterações à forma como se governa, inverte-se a estratégia de poderes impositivos e firmes, características de quem necessita de fazer cumprir e impor regras, para um poder que se apoia na intermediação social, e se quer centrado nos utilizadores (Ascher, 2007).

² Estatuto da Ordem dos Arquitetos, ver anexo ao Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de Julho.

Atento à falsa neutralidade do urbanismo, que ignora as necessidades dos grupos “minoritários”, o *Instituto Andaluz de La Mujer* editou a publicação *Urbanismo con Perspectiva de Género* (Madariaga, 2006). Refere-se que a visão do urbanismo desde o ponto de vista de género pode contribuir para dotar de conteúdo específico o conceito de qualidade de vida, o qual se altera de acordo com o género, a idade, o *status* social, etc.. Se a prática urbanística consiste em tomar decisões sobre a localização das atividades no espaço (Madariaga, 2006), percebe-se que o urbanismo influencia a oportunidade que determinadas pessoas e grupos têm relativamente ao emprego, aos equipamentos e serviços, ao lazer, à comodidade de uso dos transportes, ou seja, o urbanismo constitui-se como um instrumento de discriminação social.

Vários estudos têm debatido a falsa neutralidade do planeamento urbanístico. O *Gender Equality and Plan Making: Gender Mainstreaming Toolkit* (Greed, 2003), propõe uma reflexão baseada nas seguintes questões: 1) quem faz o planeamento?; 2) quem constitui a equipa política?; 3) que grupos são auscultados?; 4) de que modo são realizadas as estatísticas e que grupos são incluídos?; 5) quais são os principais valores, prioridades e objetivos do plano?; 6) quem é consultado e quem está envolvido na fase de participação?; 7) como é que são avaliadas as propostas dos planos e por quem?; 8) de que forma é que as políticas urbanas são implementadas, controladas e geridas?; 9) o “*mainstreaming*” de género, está a ser plenamente integrado em todas as áreas políticas?

Uma vez que, estatisticamente, as mulheres representam metade da população, é coerente que o desenho urbano reflita as necessidades e aspirações deste grupo específico. No entanto, esta visão tem estado largamente afastada do debate por razões culturais e sociais. Em Portugal, o *mainstreaming* de género está praticamente ausente (Gaspar, 2008), não obstante as Nações Unidas e a União Europeia terem definido a igualdade entre géneros como um direito fundamental e condição necessária para alcançar os objetivos de crescimento, emprego e coesão social.

Mulheres, homens, jovens, velhos, diferentes classes sociais e estilos de vida são apenas uma parte do conjunto populacional que caracteriza as cidades. Importa perceber as representações dos diferentes grupos, onde convergem e divergem, para que as cidades sejam o espaço de todos e todas e não apenas a visão ideológica dos decisores.

1. Justificação da hipótese e onde se inovou

No sentido de determinar quais os modelos de cidade mais adequados às necessidades das populações tem sido realizados diversos estudos fundamentalmente no âmbito da temática da qualidade de vida urbana. Metodologicamente são usadas, predominantemente, técnicas quantitativas: uma visão que a análise dos resultados deste estudo tende a demonstrar ser redutora face à triangulação das técnicas metodológicas. Por outro lado, raramente são estabelecidas comparações entre os diversos grupos que compõe a pirâmide de decisão hierárquica: na base – os cidadãos

que vivem nas cidades, com poderes limitados de intervenção; no topo – os técnicos que planeiam as cidades, e os políticos que decidem as políticas urbanas.

No entanto, o desenho da cidade é planeado e decidido (quase sempre em exclusivo) por dois grupos restritos e específicos de “cidadãos”: os técnicos e os políticos, coletividades que não correspondem à diversidade populacional dos habitantes das cidades. À visão cooperativista dos técnicos, acumula-se a dos políticos a quem é conferido o direito (e dever) de decidir sobre as políticas urbanas, suportadas em pareceres técnicos e num programa eleitoral que raramente é discutido e assimilado pelo cidadão comum, afinal o que *in loco* vivencia as decisões tomadas sobre o seu território.

O apelo à participação e ao envolvimento ativo dos cidadãos na tomada de decisão é uma das referências estratégicas das políticas da União Europeia. Defende-se a ideia de que a coesão territorial só poderá ser realizada se as políticas correspondentes forem definidas e realizadas de um modo mais participado por todos e todas (Livro Verde da Coesão Territorial, 2008), em suma, através do diálogo cruzado “*top-down*” e “*botton-up*”.

Como condição *à priori* para estabelecer um diálogo produtivo e transparente importa perceber se: Existe um “modelo”³ convergente de cidade para os políticos, técnicos e cidadãos? A hipótese sustentada é a que: o “modelo” diverge, em função do grupo, e que não será consensual entre géneros.

2. Materiais e métodos para testar a hipótese

A amostra é composta por cidadãos, políticos e técnicos envolvidos no *Programa Polis* em Vila Nova de Gaia, uma operação de requalificação urbana nacional que decorreu entre o ano de 2000 e 2007 naquela cidade. Vila Nova de Gaia situa-se na região Norte de Portugal, nas margens do rio Douro, que estabelece a fronteira com a cidade do Porto. É um dos onze municípios que compõem a Área Metropolitana do Porto – AMP⁴.

O *Programa Polis* consistiu numa intervenção de âmbito territorial protagonizada pelo Governo Português e suportada financeiramente pelas Autarquias locais, pela Administração Central e pela Comunidade Europeia. Os objetivos gerais do Programa baseavam-se na criação de novas centralidades urbanas no interior das áreas metropolitanas; na reconstrução e requalificação urbanas; na qualificação ambiental dos espaços urbanos e valorização de fatores geradores de novas identidades; no reforço e consolidação de um sistema urbano equilibrado em termos nacionais,

³ Admite-se que a palavra modelo, corrente no léxico dos arquitetos, não seja a mais adequada. Na realidade, estamos a comparar visões ou perceções dos diferentes grupos, e não modelos (sistema fechado). Nesse sentido, optou-se por colocar a palavra modelo entre aspas.

⁴ A Área Metropolitana do Porto (AMP) abrange uma população total de 1 394 046 habitantes. Fonte: INE, 2008.

baseado na rede das cidades de média dimensão, que assegurasse a qualidade de vida e condições ambientais.

A cidade de Vila Nova de Gaia foi uma das dezoito cidades Portuguesas que, em 2000, aderiram à iniciativa proposta pelo Governo. No caso específico de Vila Nova de Gaia, a intervenção estendeu-se por 210 hectares e envolveu a elaboração de quatro Planos de Pormenor, a conceção de projetos e respetiva construção. Neste âmbito, foram melhoradas as acessibilidades marginais, requalificados espaços públicos e áreas verdes, e construídos pequenos equipamentos locais, nomeadamente de apoio à atividade piscatória. A ênfase na participação das populações nas decisões locais foi um elemento inovador relativamente a intervenções precedentes.

3. A seleção da amostra

Face à hipótese proposta existiam três possibilidades de seleção do universo de estudo: 1) estudar a totalidade da população; 2) estudar uma amostra representativa da população; 3) estudar componentes não necessariamente representativas, mas características da população. Optou-se por estudar grupos, não necessariamente representativos, mas cujas características fossem relevantes para as nossas hipóteses. De acordo com Quivi e Campenhoudt (2005), esta é a fórmula mais frequente. Se o investigador diversificar os perfis dos inquiridos chegará inevitavelmente ao momento de saturação, em que por mais entrevistas que faça dificilmente alcançará informação adicional relevante. Ainda, segundo Ghiglione e Matalon (2005), é raro trabalhar-se com uma amostra perfeitamente representativa.

Inquiriu-se um grupo de 100 alunos⁵ que frequentava o ano que precede a entrada na universidade, em representação do grupo de cidadãos. Uma parte significativa dos alunos (62,00%) situava-se na faixa etária dos 17 anos. A faixa etária dos 16 e 17 anos representava o grosso da amostra com 50 raparigas (83,40%) e 34 rapazes (85,00%). No conjunto as raparigas (60,00%), predominavam sobre os rapazes (40,00%). A taxa de respostas neste grupo totalizou 98,00%.

Relativamente ao grupo dos políticos e técnicos inquiriram-se todos os técnicos e políticos envolvidos no Programa. O universo total da população listada perfaz 81 indivíduos. Destes, 26 foram contabilizados como políticos, pelo seu perfil predominante face à função desempenhada no *Programa Polis*. Neste grupo incluíram-se: todos os elementos do Conselho de Administração da *GaiaPolis*⁶, ou seja, os

⁵ A população total dos alunos que frequentavam o último ano do ensino secundário, na Escola Inês de Castro, situada na zona de intervenção do *Programa Polis*. Estamos perante uma amostra não representativa, mas com características relevantes para a nossa hipótese. Entende-se que os jovens estão num período formativo particularmente sensível onde a apropriação do espaço é mais intensa. Uma parte destes jovens entra na vida ativa imediatamente após a conclusão do secundário, outros entrarão nos três anos seguintes concluído o curso universitário. Sublinhe-se, ainda, que a Constituição da República Portuguesa estabelece o direito de voto a partir dos 18 anos de idade. No entanto, esta faixa etária é, sintomaticamente, afastada e/ou a sua voz negligenciada no debate público.

⁶ *GaiaPolis* – Empresa local responsável pela gestão do *Programa Polis* em Vila Nova de Gaia.

representantes da CCDRN⁷, da Autarquia de Vila Nova de Gaia e da Parque Expo⁸; os Presidentes das quatro Juntas de Freguesia abrangidas pela área de intervenção; o Coordenador Nacional do *Programa Polis*; o Coordenador da Parque Expo para o *Programa Polis*; os dois Diretores Gerais da DGOTDU⁹; os vereadores da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Admite-se que estas categorias possam não ser rigorosamente estanques e exclusivas.

O grupo dos 55 técnicos englobou as equipas dos quatro Planos de Pormenor, os arquitetos autores dos projetos elaborados no âmbito do *Programa Polis* e os contratados pela *GaiaPolis*, os funcionários da CCDRN e da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, a equipa da *GaiaPolis* que geriu o *Programa Polis*, e os arquitetos responsáveis pelos projetos desenvolvidos nos principais lotes privados.

A faixa etária destes dois grupos (técnicos e políticos) variou entre os 28 anos e os 68 anos de idade. No que respeita à representação por sexos, destaque para a ausência de mulheres no grupo de políticos ($p=0,001$). No total, as mulheres representavam 37,50% da amostra sendo a faixa etária média inferior à dos homens ($p=0,008$). Registe-se ainda a predominância da faixa etária mais jovem no grupo dos técnicos ($p=0,033$).¹⁰

A formação académica destes dois grupos era igual ou superior à licenciatura. No entanto, registaram-se três casos de formação inferior à licenciatura no grupo dos políticos. A área académica predominante nos técnicos era a Arquitectura (79,2%), e nos políticos a Engenharia (42,8%). A maioria dos técnicos e políticos residia no Porto (41,17%), em segundo lugar em Vila Nova de Gaia (29,41%); em Lisboa residiam 17,71% dos inquiridos, e noutras cidades 14,71%. No conjunto, 82,35% residiam na AMP e 17,65% fora da AMP.

A taxa de respostas no grupo dos políticos foi de 80,77%, e no grupo dos técnicos de 85,45%.

4. O método: porque foi feito; como foi feito

Na formulação do inquérito e da entrevista consideraram-se as observações resultantes do pré-teste realizado no contexto de vizinhança. Nessa fase tinham sido detetados alguns problemas de linguagem, que não podendo ser atribuídos à falta de escolaridade dos inquiridos, estariam eventualmente relacionados com a formação académica, o contexto sócio-profissional ou o nível etário da amostra.

⁷ CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

⁸ Parque Expo – Empresa semipública a quem o governo atribuiu a elaboração dos 18 Planos Estratégicos no âmbito da primeira fase do *Programa Polis*. A empresa ficou responsável pela gestão local de 10 cidades, entre as quais de Vila Nova de Gaia.

⁹ DGOTDU – Direção Geral de Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano.

¹⁰ As duas últimas condicionantes corroboram os resultados do estudo “Profissão: Arquiteto/a”, in Cabral, M. V. e Borges, V. (2006).

Face ao exposto, optou-se por utilizar diferentes abordagens linguísticas, de onde as diferentes formatações: inquérito aos cidadãos; entrevista aos técnicos e políticos. A entrevista realizada ao grupo dos técnicos e políticos teve como antecedente a realização de um segundo pré-teste, cuja minuta inicial resultou demasiada extensa e de conteúdo generalista. Neste sentido, preferiu-se uma entrevista constituída por uma proporção idêntica de perguntas abertas e semifechadas. A construção das entrevistas e dos inquéritos foi baseada na pesquisa teórica, em especial sobre a temática da qualidade de vida urbana. Nas entrevistas aos técnicos e políticos foi ainda possível incorporar os resultados preliminares obtidos no inquérito aos cidadãos.

Nos dois questionários foram usadas perguntas filtro, tendo como referência a dialética entre a cidade generalista e o caso estudo. No inquérito fornecido aos cidadãos foi usado como filtro a cidade de Vila Nova de Gaia, nas entrevistas administradas aos políticos e técnicos, o *Programa Polis* em Vila Nova de Gaia.

A amostra foi recolhida em dois períodos, o primeiro abrangeu a realização dos inquéritos aos 100 alunos, nos meses de outubro a novembro de 2007. Num segundo tempo, decorreu a realização das entrevistas aos políticos e técnicos, com início em novembro de 2007 e conclusão em junho de 2008.

Aplicaram-se dois tipos de abordagens metodológicas: através da técnica quantitativa inquiriram-se os políticos e técnicos sobre o “modelo” de qualidade de vida urbana – QVU”; numa segunda fase usou-se a técnica qualitativa para descrever a cidade ideal.

Foram ainda realizados testes estatísticos: na análise dos resultados sobre a definição da qualidade vida urbana aplicaram-se os teste de Kruskall – Walis e de Mann – Whitney; na cidade ideal, considerada a dimensão da amostra e a saturação das respostas, foi possível aplicar o teste de Qui-Quadrado. Considerou-se estar perante uma correlação estatisticamente significativa sempre que $p \leq 0,050$.

5. Os resultados: qualidade de vida urbana

Com base numa listagem de 27 parâmetros inquiriu-se o grupo de técnicos e políticos sobre a importância de cada um dos parâmetros para a qualidade de vida urbana de uma cidade.

Quadro 1 – Técnicos e Políticos – Importância dos parâmetros para a QVU

Parâmetro	Políticos	Técnicos	Mulheres	Homens	Arquitetos	Engenheiros	Outros	VN Gaia	Porto	Lisboa	outra	AMP	Fora da AMP	Até 35 anos	35 aos 47	48 aos 58	Mais de 58 anos	X (total)	_(total)
Acessibilidades			x					x										2	
Comércio																			
Envolvente Paisagística								x		-			-					1	2
Equipamentos Culturais Lazer																			
Equipamentos Desporto	-									-	-		-						5
Equipamentos Escolares		x		x			x	x	x	x	x	x		x		x		10	
Equipamentos Saúde							x						x					2	
Equipamentos Terceira Idade																			
Espaços Verdes		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x		14	
Estacionamentos		-	-		-	-			-			-		-	-		-		9
Habitação							x			x							x	3	
Identidade Territorial						-					-								2
Indústria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		17
Infraestruturas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	16	
Mobilidade		x	x		x	x			x		x	x		x			x	9	
Participação																			
Património								x										1	
Planeamento Urbano		x	x		x			x			x	x		x	x			8	

Proximidade Casa Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16
Proximidade Habitação Comércio																			
Proximidade Hab/ Equip/ Serv/	-									-			-				-	-	5
Qualidade Ambiental	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x		x	x	x			14
Recolha Resíduos		x					x	x	x			x							5
Segurança Urbana	x					x	x	x			x						x		6
Serviços Cidadãos	-					-				-			-				-		5
Sociabilização	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
Transportes Públicos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	17

Legenda: X tendencialmente muito importante; _ tendencialmente pouco importante

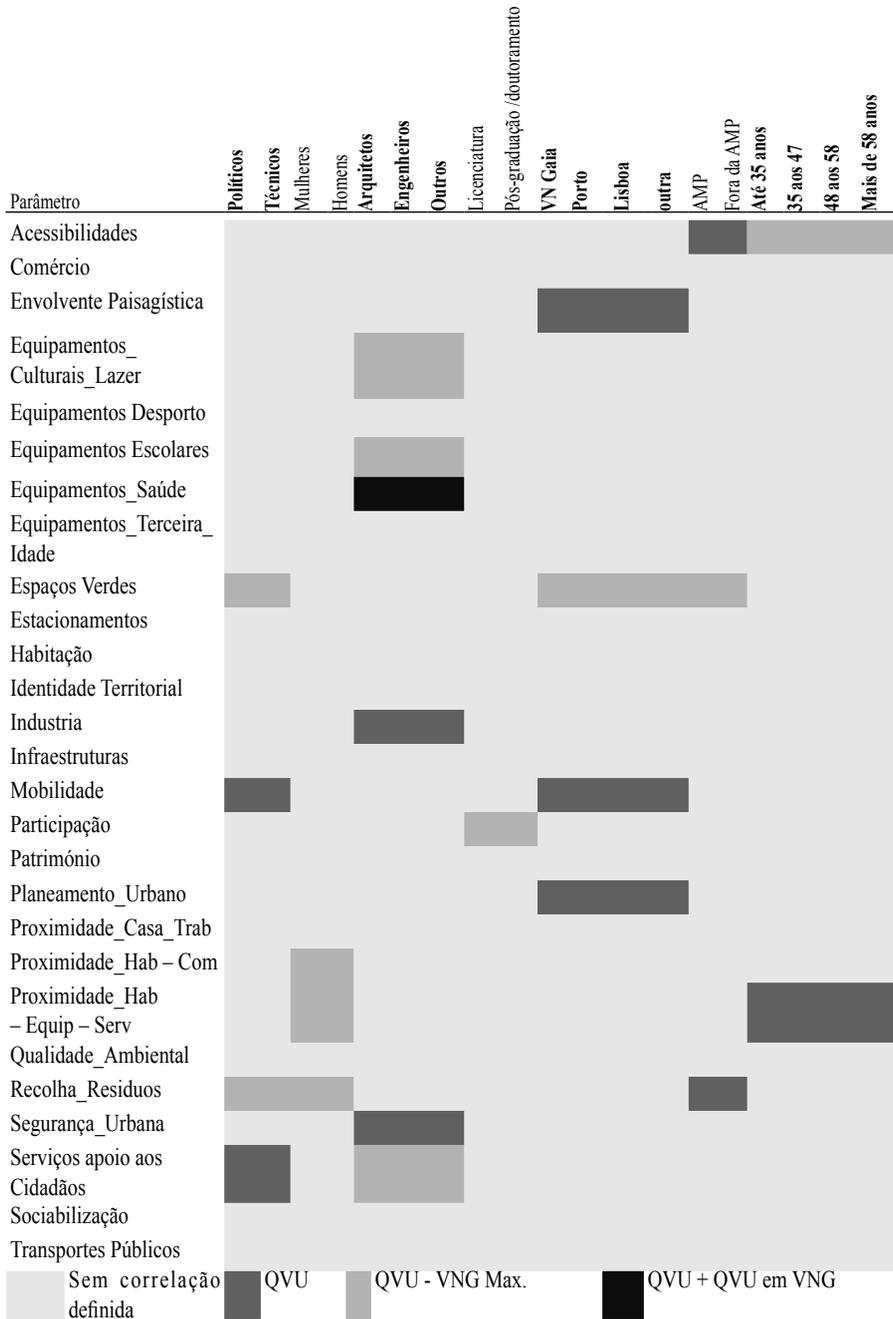
O quadro anterior resume os parâmetros considerados tendencialmente muito importantes e tendencialmente pouco importantes¹¹ face ao perfil tipo dos inquiridos [Quadro 1].

Observa-se que os parâmetros mais valorizados, atendendo ao perfis analisados, foram os transportes públicos, as infraestruturas, a qualidade ambiental e os espaços verdes. Como parâmetros menos valorizados foi referida a indústria, a proximidade casa - trabalho e a sociabilização. Existe ainda um terceiro grupo, constituído por parâmetros avaliados como neutros.

Em simultâneo com o nível de importância estabelecido para cada parâmetro, foi possível perceber que a sua importância não se distribui homogeneamente entre os grupos com diferentes perfis [Quadro 2].

¹¹ Definiram-se como parâmetros tendencialmente muito importantes os que estão acima do nível médio de importância atribuído para os 27 parâmetros, mais a soma de metade do desvio padrão. Os parâmetros tendencialmente menos importantes correspondem à condição inversa. Os parâmetros neutros estão situados no intervalo entre os parâmetros tendencialmente muito importantes e os tendencialmente pouco importantes.

Quadro 2 – Técnicos e Políticos – Correlações significativas na avaliação da importância dos parâmetros de QVU e na QVU na área de intervenção do Programa Polis em Vila Nova de Gaia



A percepção da importância da mobilidade ($p=0,047$) e dos serviços de apoio aos cidadãos ($p=0,039$) altera-se significativamente entre políticos e técnicos. No âmbito da atividade profissional registam-se variações relativamente à importância da indústria ($p=0,006$), equipamentos de apoio à saúde ($p=0,002$) e à segurança urbana ($p=0,048$). A faixa etária interfere na avaliação da importância da proximidade entre a habitação e os equipamentos e serviços de apoio ($p=0,048$). A área de residência influencia a importância atribuída à mobilidade ($p=0,036$), ao planeamento urbano ($p=0,027$) e à envolvente paisagística ($p=0,008$). Viver na AMP ou fora desta, interfere na avaliação das acessibilidades ($p=0,002$), na recolha de resíduos ($p=0,050$) e na envolvente paisagística ($p=0,015$). É de sublinhar que não foram encontradas variações estatisticamente significativas na comparação entre géneros e formação académica.

Numa segunda fase solicitou-se ao grupo de técnicos e políticos que avaliassem a qualidade de vida urbana na área de intervenção do *Programa Polis* em Vila Nova de Gaia, tendo por base a mesma lista de parâmetros utilizada anteriormente. Os resultados obtidos apontam para variações significativas na percepção da qualidade de vida urbana de acordo com o grupo de pertença. A percepção da qualidade dos espaços verdes ($p=0,048$) modifica-se de acordo com o perfil de técnico ou político, o que também ocorre relativamente à recolha de resíduos ($p=0,016$). A avaliação da qualidade da proximidade entre a habitação e o comércio ($p=0,045$), da proximidade entre a habitação e os equipamentos e serviços de apoio ($p=0,008$) e da recolha de resíduos urbanos ($p=0,013$) altera-se de acordo com o género. Neste âmbito refira-se, igualmente, a tendência ($p=0,059$) para homens e mulheres avaliarem de modo distinto o parâmetro “proximidade casa - trabalho”.

A percepção da qualidade da participação ($p=0,001$) modifica-se com o nível de habilitações académicas. A formação profissional influencia a visão sobre a qualidade dos equipamentos culturais e de lazer ($p=0,04$), dos equipamentos de saúde ($p=0,007$), dos equipamentos escolares ($p=0,011$) e dos serviços de apoio aos cidadãos ($p=0,002$). A faixa etária influencia a avaliação das acessibilidades ($p=0,007$). A cidade onde se reside interfere na análise da qualidade dos espaços verdes ($p=0,008$). Esta relação torna-se ainda mais evidente quando se compara quem reside na AMP ou fora da AMP ($p=0,005$).

Para o grupo de cidadãos, a descrição de um local para residir com boa qualidade de vida urbana é suportada na existência de espaços verdes (79,73%), na proximidade ao comércio, serviços e equipamentos (77,03%), e na calma e sossego (64,86%). A importância atribuída à proximidade não se distribui uniformemente entre quem reside em habitação unifamiliar ou plurifamiliar ($p=0,002$), sendo mais valorizada pelos segundos. Inversamente, verifica-se uma tendência ($p=0,054$) para a valorização do fator “calma e sossego” por quem reside em moradias unifamiliares.

6. Os resultados: cidade ideal

Em simultâneo, foi solicitada a descrição da cidade ideal¹². De modo a balizar os conceitos, foram inseridas algumas referências de zonamento (área: para habitar, comércio, serviços, lazer, e indústria), decorrentes do paradigma funcionalista vigente da Carta de Atenas (1933). Sublinhe-se que nem todos os entrevistados respeitaram a sectorização pré-estabelecida, alegando que tinham “dificuldade em separar porque a cidade ideal não tem esta separação”¹³. Nestas circunstâncias respeitou-se a opção discursiva do entrevistado.

Políticos, técnicos e cidadãos concordam na relevância da mistura funcional subjacente à proximidade do comércio, equipamentos e serviços de apoio no espaço habitacional [Quadro 3].

Quadro 3 – Políticos, Técnicos e Cidadãos – Descrição do espaço ideal para habitar

Técnicos + Políticos¹⁴		Cidadãos	
Descrição – ideal	C/N=66	Descrição – ideal	C/N=100
Mistura funcional / proximidade	71,21%	Espaço verde / natureza	70,00%
Qualidade ambiental / espaços verdes	16,66%	Casa unifamiliar	48,00%
Tipologia / estética	16,66%	Proximidade com comércio / serviços	46,00%
		Calma / sossego	45,00%
Descrição – não ideal	C/N=62	Descrição – não ideal	C/N=99
Monofuncionalidade	51,61%	Barulhento / confuso / poluído	52,52%
Densidade	17,74%	Ausência de espaços verdes	27,27%
Coexistência com funções incompatíveis	9,67%	Pobreza / bairros sociais	26,26%
Construção em altura	9,67%		

Observe-se o ênfase discursivo, por parte dos cidadãos, relativamente à tipologia habitacional, praticamente ausente no discurso dos políticos e dos técnicos. A descrição do inverso da cidade ideal, para os técnicos e políticos, reforça a importância da mistura funcional através da rejeição da monofuncionalidade, de algum modo também

¹² As tabelas apresentam apenas as citações mais relevantes. Nota: C= número de citações que correspondem à referência catalogada; N= número total de respostas obtidas face à amostra.

¹³ Citação livre de um dos entrevistados – grupo dos técnicos.

¹⁴ Optou-se por agregar as descrições do grupo dos técnicos e políticos porque, como veremos adiante, não existem divergências significativas entre estes dois grupos.

associada à densidade. Por parte dos cidadãos destaque para a imagem negativa associada à confusão.

Quadro 4 – Políticos, Técnicos e Cidadãos – Descrição do espaço ideal para o comércio

Técnicos + Políticos		Cidadãos	
Descrição – ideal	C/N=67	Descrição – ideal	C/N=100
Pequeno comércio de rua / proximidade	56,71%	Áreas comerciais concentradas	72,00%
Conjugação de comércio de rua com grandes superfícies	38,80%	Comércio ao ar livre	20,00%
Comércio de rua concentrado	5,97%	Amplio e moderno	6,00%
Descrição – não ideal	C/N=58	Descrição – não ideal	C/N=96
Centro comercial / grande superfície	56,89%	Muita gente / confuso	40,62%
Ter que se deslocar	17,24%	Poluído / sem higiene / sujo	36,45%
Falta de comércio de proximidade	12,06%	Sítio pequeno / abafado / fechado	27,08%

É no comércio que se regista a única divergência entre a preferência dos técnicos e políticos *vs.* cidadãos¹⁵ [Quadro 4]. Técnicos e políticos preferem o pequeno comércio de proximidade e os cidadãos as áreas comerciais concentradas. No grupo dos cidadãos observe-se a conotação negativa associada aos espaços confusos e com muita gente, ou poluídos e sem higiene. Os políticos e técnicos reforçam, na visão inversa à cidade ideal, a presença das grandes superfícies comerciais.

No lazer, políticos e técnicos intensificam a importância da proximidade, já evidenciada nas áreas habitacionais e comerciais [Quadro 5]. A característica valorizada em segundo plano hierárquico contempla a existência de espaços verdes, o que coincide com a visão dos cidadãos. Por parte dos políticos e técnicos, o inverso da cidade ideal exprime-se pela ausência ou inadequação dos espaços de lazer. Neste âmbito, os cidadãos indicam o barulho, a poluição e a sujidade, características que genericamente descrevem a visão, deste grupo, para o inverso da cidade ideal.

¹⁵ De acordo com o relatório da Cushman e Wakefield (2010), Portugal é o décimo primeiro país europeu com mais metros quadrados de grandes superfícies por número de habitantes, um valor que fica acima da média Europeia. *In* Sobral, C. (2010).

Quadro 5 – Políticos, Técnicos e Cidadãos – Descrição do espaço ideal para o lazer

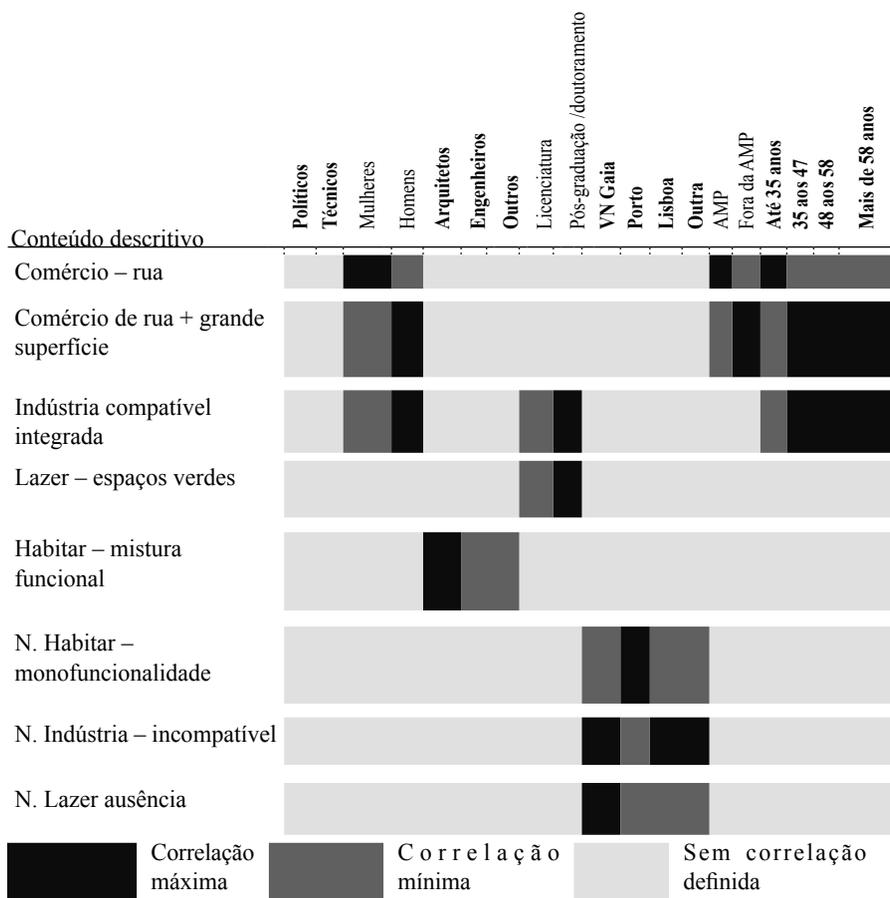
Técnicos + Políticos		Cidadãos	
Descrição – ideal	C/ N=65	Descrição – ideal	C/N=100
Proximidade	63,07%	Espaço verde / natureza / praia	74,00%
Espaço verde / marginal	61,53%	Bar / esplanada / discoteca	37,00%
Desporto	40,00%	Desporto	35,00%
Descrição – não ideal	C/N=55	Descrição – não ideal	C/N=93
Ausência / inadequação	50,09%	Barulhento / poluído / sujo	30,10%
Ter que se deslocar	40,00%	Confuso /agitado	16,12%
Conflito de funções	5,45%	Bairro / local conflituoso	15,05%

Como já referido no enquadramento metodológico, o questionário aplicado aos cidadãos usou a cidade de Vila Nova de Gaia como pergunta filtro. As respostas obtidas confirmam a descrição efetuada no âmbito genérico. No entanto, na cidade ideal em Vila Nova de Gaia, a calma e sossego é hiperbolizada. Do ponto de vista do inverso do ideal, a repulsa aos bairros sociais é enfatizada relativamente ao barulho, confusão e poluição. No comércio mantém-se a preferência pelas áreas comerciais concentradas e a rejeição dos espaços de feira, que personificam os espaços confusos, com muita gente ou sem higiene. No lazer, em Vila Nova de Gaia, mantém-se a valorização dos espaços verdes e a repulsa pelos locais barulhentos e agitados.

7. Testes estatísticos: cidade ideal

A análise estatística através da aplicação do teste de Qui-Quadrado permite observar que ser-se técnico ou político não influencia significativamente a visão da cidade ideal [Quadro 6]. No entanto, a comparação entre géneros revela ser preponderante na importância atribuída ao comércio de rua ($p=0,029$), à compatibilização do comércio de rua com as grandes superfícies ($p=0,028$), e na apologia de que a indústria compatível ($p=0,014$), deve coexistir com outras funções na cidade. A formação académica demonstra ser relevante na associação dos espaços verdes ao lazer ($p=0,050$) e na defesa da coexistência da indústria com outras funções ($p=0,014$). A formação profissional determina a preferência pela mistura funcional na caracterização do espaço ideal para habitar ($p=0,029$). A cidade de residência influencia a rejeição da monofuncionalidade ($p=0,033$), a rejeição da coexistência de indústria incompatível na cidade ($p=0,046$) e a associação do lazer à imagem de ausência ($p=0,041$). Viver na AMP ou fora da AMP é preponderante para a preferência pelo comércio de rua ($p=0,03$) e, igualmente, para quem defende que o comércio de rua deve existir associado às grandes superfícies comerciais ($p=0,026$).

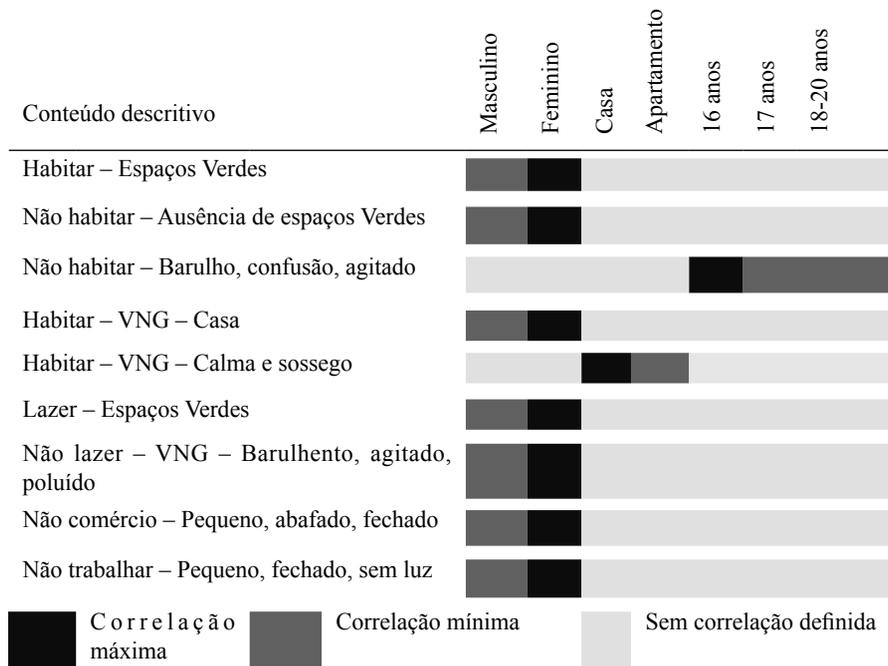
Quadro 6 – Políticos, Técnicos – Cidade ideal e inverso – Correlações significativas



Por fim, a faixa etária revelou-se importante no âmbito da opção da integração da indústria compatível na cidade ($p=0,030$), na preferência pelo comércio de rua ($p=0,042$) ou, alternadamente, pela conjugação deste último com as grandes superfícies ($p=0,030$).

No grupo dos cidadãos, o género influencia a preferência pelos espaços verdes ($p=0,042$) e a rejeição da zona habitacional onde estes espaços estejam ausentes ($p=0,47$) [Quadro 7].

Quadro 7 – Cidadãos – Cidade ideal e inverso – Correlações significativas



A associação do lazer aos espaços verdes é também determinada pelo sexo ($p=0,017$), assim como a aversão aos espaços comerciais pequenos, fechados e abafados ($p=0,011$) e a rejeição do trabalho em áreas pequenas, fechadas e sem luz ($p=0,030$). A idade influencia a recusa das zonas habitacionais com barulho, poluição, confusão e agitação. Apesar de ser apenas uma tendência ($p=0,062$), é interessante verificar que são os inquiridos que habitam em apartamentos quem rejeita a imagem do bairro social como espaço habitacional. Registe-se, ainda, a tendência para serem os filhos dos agregados familiares com profissões de prestígio¹⁶ a associar o lazer à restauração /bar e discoteca ($p=0,052$). Foi também analisada a influência da formação académica, não tendo sido encontradas correlações significativas.

8. Interpretação dos resultados

Os resultados quantitativos obtidos no âmbito da definição do conceito de qualidade de vida urbana para o grupo dos técnicos e políticos confirmam que cada grupo possui uma representação diferenciada, construindo padrões distintos de

¹⁶ Quadros superiores, profissões intelectuais, científicas e técnicos de nível intermédio.

qualidade de vida urbana. Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas que provam a influência da função (técnicos vs. político), da formação profissional (arquitetos, engenheiros e “outros”), do ciclo de vida (diferentes faixas etárias), do local de residência (Vila Nova de Gaia, Porto, Lisboa e outra, e AMP vs. fora da AMP). Para os diferentes perfis de grupo estudados, apenas a comparação por género (feminino vs. masculino), e a formação académica (licenciatura vs. pós-graduação ou doutoramento¹⁷) não registaram relações significativas.

Importa analisar que razões poderão justificar esta similitude entre géneros. Admite-se que possa corresponder a um processo de osmose, em resultado da homogeneização dos referenciais no processo de aprendizagem académica, como Hershberger (2008) havia constatado. O que poderá justificar que as divergências existam no campo das perceções da avaliação da qualidade de vida urbana na área de intervenção do *Programa Polis* e na descrição da cidade ideal, mas estejam ausentes no “modelo” de qualidade de vida urbana. Outra razão que corrobora a hipótese avançada decorre da convergência, também apenas no âmbito da qualidade de vida urbana, entre licenciados e pós-graduados ou doutorados.

Assumindo a diferenciação dos métodos de recolha e da linguagem específica do grupo, a qualidade de vida urbana para os cidadãos baseia-se na proximidade ao comércio, aos serviços, aos equipamentos e na presença de espaços verdes. Conclui-se, também, que a valorização da proximidade é especialmente relevante para quem habita num apartamento, sendo que quem habita numa casa unifamiliar valoriza tendencialmente em maior grau a calma e o sossego. Acrescenta-se, assim, um outro fator: a influência da tipologia habitacional, como condicionador na parametrização do conceito de qualidade de vida urbana.

Tomando como ponto de partida a definição da qualidade de vida urbana, existe uma condição de convergência entre técnicos, políticos e cidadãos, baseada na valorização dos espaços verdes, e um fator de clara divergência relativamente à importância atribuída à proximidade. Diversas razões podem justificar a similitude na valorização dos espaços verdes, entre as quais, a intensa divulgação das questões ambientais, nas escolas, nos canais de comunicação, e até no discurso político.

No que atende ao fator “proximidade”, a divergência entre os três grupos assume uma relevância superior: um cenário de qualidade de vida urbana que relega sistematicamente o critério de proximidade para o grupo dos parâmetros tendencialmente pouco importantes¹⁸ é o inverso do conceito de qualidade de vida urbana defendido pelos cidadãos. Neste sentido, o fator de diferenciação linguística evidente na formalização do discurso entre técnicos, políticos e cidadãos, torna-se irrelevante. Eles (cidadãos) querem uma cidade construída sobre valores antagónicos aos “defendidos” pelos técnicos e políticos.

¹⁷ Dado o número reduzido de indivíduos com habilitações inferiores à licenciatura (3) não foi possível estabelecer correlações a partir deste perfil de grupo.

¹⁸ Ver Quadro 1.

A avaliação da qualidade de vida urbana, focalizada na área de intervenção do *Programa Polis* em Vila Nova de Gaia, reitera que grupos com perfis diferenciados divergem na perceção sobre uma mesma situação. Neste cenário concreto, a função, o género, a formação académica, a formação profissional, o ciclo de vida e a área de residência determinam a perceção da realidade. Ou seja, ao distanciarmos-nos do conceito abstrato de qualidade de vida urbana é possível comprovar que as representações por género deixam de ser neutras.

Analogamente, verificou-se que a influência da formação académica está ausente na definição da qualidade de vida urbana, mas assume relevância no cenário da intervenção *Polis*. Neste contexto, os licenciados e os indivíduos com formação académica equivalente à pós-graduação ou doutoramento, divergem no modo como avaliam a qualidade da participação pública no âmbito da intervenção do *Programa Polis*¹⁹. Em síntese, verificamos que, embora possa existir uma imagem académica e socialmente construída do conceito de qualidade de vida urbana, a realidade demonstra que a importância atribuída a cada parâmetro deve ser ponderada face à situação real, uma análise que não deixará de ser subjectiva, mas admite-se, em menor grau do que a construção académica da qualidade de vida urbana. Pelo exposto, comprova-se que a qualidade de vida não é um conceito universal, mas uma experiência individual e local, como referido por Madariaga (2006).

Por fim, registre-se a similitude na valorização da mistura funcional / proximidade²⁰ entre os três grupos analisados quando descrevem a cidade ideal.

A comparação no grupo dos políticos e dos técnicos entre a definição de qualidade de vida urbana (metodologia quantitativa), e os resultados da descrição da cidade ideal (metodologia qualitativa), revelam-nos duas “construções de cidade” globalmente diferentes. O primeiro representa um “modelo académico” e racionalista, o que Jane Jacobs (2003) denomina de “planeamento urbano ortodoxo”. Na cidade ideal, este cenário é substituído por um “modelo afectivo”, mais emocional e sensível, porventura até “involuntário”, na medida em que não resulta de uma construção ideológica-simbólica, mas da *praxis*, sustentada pela experiência de vida. Qual dos modelos utilizam os técnicos na sua prática profissional, e quais as consequências que daí advém? Não se pode, com rigor, responder a estas duas questões. No entanto, sabendo que o vetor humanístico é o mais débil na formação dos arquitetos (Brandão, 2005), é admissível a preponderância do “modelo académico”.

Entre cidadãos, os conceitos apresentam-se mais estáveis, o que se evidencia no paralelismo entre o que se entende por qualidade de vida urbana, na descrição da cidade genérica, e na condição concreta da cidade de Vila Nova de Gaia. No entanto, os cidadãos contextualizam a descrição na “oferta possível”, patente no reforço do peso das grandes concentrações comerciais e na valorização de características como a

¹⁹ Resultado relevante face à importância da participação para a construção de cidades equitativas e inclusivas – ver capítulo: Implicações dos resultados.

²⁰ Uma análise mais detalhada dos resultados permite perceber que, para os cidadãos, o comércio concentrado é percecionado como algo que deve existir na proximidade.

calma e o sossego no espaço habitacional, ou do lazer quase exclusivamente associado aos espaços verdes, à praia e à natureza.

Em síntese, as respostas do grupo dos cidadãos remetem para um conceito sólido do modelo de cidade ideal. Este facto não impede que este seja maleável face à realidade, de onde resulta que a oferta condiciona a opção.

9. Relação com a hipótese

Independentemente do “modelo” adotado conclui-se que a subdivisão entre técnicos vs. políticos vs. cidadãos não é relevante face às correlações encontradas para o género, a idade, a formação académica, a formação profissional, o grupo sócio económico, ou a área de residência.

A pertinência das características individuais é reforçada na avaliação do caso de estudo, onde o género, a idade, a formação académica, a formação profissional, o grupo sócio económico e a área de residência se assumem novamente como elementos diferenciadores na perceção da realidade.

Face ao exposto, comprova-se que o “modelo” de qualidade de vida urbana e o “modelo” que resulta da descrição da cidade ideal não diverge entre técnicos e políticos. Diverge sim, o modelo descrito por estes dois grupos quando confrontados sob uma perspectiva “académica” ou numa perspectiva “afectiva”. Em consequência do referido, o modelo de cidade dos políticos, técnicos e cidadãos é convergente na perspectiva “afectiva” e divergente na perspectiva “académica”.

Em síntese, os resultados personificam uma cidade em que as vontades e aspirações não são homogéneas, mas o resultado de vivências pessoais. Subsiste, no entanto, uma característica em comum: a cidade ideal de todos e todas suporta-se na diversidade, na mistura e proximidade funcional, defendida por Jane Jacobs (2003), em oposição ao zonamento proposto pelas teorias funcionalistas.

Pelo exposto não se prova a nossa hipótese. O modelo não diverge em função do grupo: políticos; técnicos e cidadãos. Mas demonstra-se a nossa sub-hipótese: o modelo não converge entre géneros, de onde a pertinência do *mainstreaming* de género e do debate decorrente da pretensa neutralidade do urbanismo.

Neste sentido, mais importante que a subdivisão estabelecida entre políticos, técnicos e cidadãos é relevante perceber o que desejam as mulheres e os homens, com diferentes faixas etárias, formações académicas e profissionais, e áreas de residência.

10. Implicações dos resultados

A neutralidade de género, patente no conceito de qualidade de vida urbana, contradiz observações empíricas e estudos que comprovam que as mulheres e os homens usam a cidade em tempos e modos diferenciados (Healey, 2006; Madariaga, 2006; Recktenwald, 2008). Estes resultados são reforçados através da análise da

qualidade de vida urbana na área de intervenção *Polis* e da descrição da cidade ideal. Fica, deste modo, demonstrado que pessoas diferentes percebem a cidade de forma distinta. Assumir a qualidade de vida urbana como um conceito homogêneo tenderá a anular as necessidades e aspirações dos grupos, fora das “tipologias” normalizadas, pondo em causa o direito à cidade para todos e todas.

A premência do alargamento do debate a toda a comunidade, incluindo os cidadãos (homens e mulheres) e instituições governamentais, públicas e privadas, é defendido no meio académico, na sociedade civil e através das políticas territoriais da União Europeia, nomeadamente no Tratado de Amesterdão (1997). Admite-se que neste interface existe o potencial de fricção, mas também de aprendizagem para os especialistas e para o público (Petts, 2000).

Concluindo, as divergências na representação da cidade entre políticos, técnicos e cidadãos enfatizam a participação pública como sendo o instrumento privilegiado de auscultação da visão individual e coletiva das populações, de modo a assegurar soluções mais ajustadas às necessidades das comunidades locais.

Aqui situados, importa perceber se o acesso à esfera pública onde se desenrola a participação é equitativo entre os políticos, os técnicos, e os cidadãos, e se contempla paritariamente o género, os diferentes perfis académicos e profissionais, as diferentes faixas etárias, etc..

É imperativo que o debate represente a diversidade populacional que caracteriza o espaço urbano. Sem esta prerrogativa será difícil garantir que as cidades sejam o lugar da inclusão, da diversidade e de respeito pela diferença que deve qualificar a cidade para todos e todas.

Referências Bibliográficas

ASCHER, F. (2007 [2001]), *Los Nuevos Principios del Urbanismo: El fin de las ciudades no está a la orden del día*, Madrid, Alianza Editorial.

BRANDÃO, P. (2005), *Profissão de Arquitecto – Identidade e Prospectiva – Estudos de Caso* (Livro II), tese de Doutoramento não publicada, Barcelona, Universidade de Barcelona.

CABRAL, M. V.; BORGES, V. (2006), *Profissão: Arquitecto/a*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS (2003), *Nova Carta de Atenas*. [Consult. a 18 de junho de 2009]. Disponível em: <http://www.ceu-ectp.eu/index.asp?id=108>.

DECRETO-LEI n.º 176/98, de 3 de Julho.

FILGUEIRAS, L. (1985 [1962]), *da Função Social do Arquitecto: Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto.

GASPAR, J.; QUEIRÓS, M. (2008), *Género, Território e Ambiente: Estudo de diagnóstico, criação de indicadores de género na área do ambiente e território e guia para o mainstreaming de género*, Lisboa, Comissão para a Igualdade do Género (CIG).

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, B. (2005), *O inquérito, Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.

GREED, C. (2003), *Gender Equality and Plan Making: Gender Mainstreaming Toolkit*, London, Royal Town Planning Institute.

HEALEY, P. (2006 [1997]), *Collaborative Planning: Shaping places in Fragmented Societies*, U.S.A, Palgrave Macmillan.

HERSHBERGER, R. (2008 [1988]), “A study of meaning and architecture”, in J. Nasar, *Environmental Aesthetics: Theory, research, & applications*, New York, Cambridge University Press, pp. 175-194.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2008), *Indicadores Sociais 2007*, Lisboa, INE.

JACOBS, J. (2003 [1961]), *Morte e Vida de Grandes Cidades*, 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes.

KRIER, L. (1999), *Arquitetura: Escolha ou Fatalidade*, Lisboa, Estar Editora.

MADARIAGA, I. (2006), *Urbanismo con perspectiva de género*, Junta de Andaluzia, Instituto Andaluz de la Mujer.

MATTOSO, J. (2008 [1998]), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.

PETTS, J. (2000), “Processos de Formação de Consensos na Gestão de Resíduos”, in M. E. Gonçalves, *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras, Celta Editora, pp. 161-181.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

RECKTENWALD, J. (2008), *The life of women and men in Europe: a statistical portrait*, Luxemburg, Eurostat.

ROYAL TOWN PLANNING INSTITUTE (2001), *New Vision for Planning*, Londres, RTPI. [Consult. a 6 de outubro de 2009]. Disponível em: <http://www.rtpi.org.uk/download/245/RTPI-New-Vision-for-Planning.pdf>.

SOBRAL, C. (2010), “Comércio de rua. Como se vai devolver gente às lojas da baixa de uma cidade?”, in *Público online*. [Consult. a 7 de dezembro de 2010]. Disponível em http://www.publico.pt/Local/como-e-que-se-vai-devolver-gente-as-lojas-da-baixa-de-uma-cidade_1469676?all=1.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract

Cities are planned by a selection of “citizens”: technicians and politicians. These two groups do not correspond to social and cultural city population diversity, men and women in the same gender proportion, with dissimilar incomes, cultural perspectives and lifestyles, jobs, educational background, etc. It is recognized the social and cultural gap between architects and further social groups, and among the cultural elites and the popular class. The city for “all” implies respect for diversity. It is important to understand if each group representation converge or diverge in order to respect their needs and aspirations. Ignoring the social diversity and multiplicity, promotes cities that reproduce the ideology of the minorities from those who have access to decision-making.

Keywords: Gender; Citizenship; City.

Résumé

La conception de la ville est prévue par une sélection de «citoyens»: techniques et politiques. Ces deux groupes ne correspondent pas à la diversité sociale et culturelle de la population des villes, hommes et femmes en la même proportion de genre, avec différent pouvoir d'achat, perspectives culturelles et modes de vie, variété des métiers, niveau d'éducation, etc. L'éloignement social et culturel des architectes par rapport à d'autres couches sociales ainsi que l'écart entre les élites intellectuelles et les classes populaires sont identifiés. La ville pour tous et pour toutes implique le respect pour la diversité. Il est important de comprendre où convergent et divergent les représentations de chaque groupe, afin de respecter leurs besoins et leurs aspirations. Ignorer la multiplicité et la diversité sociale a pour résultat que la ville reflète l'idéologie des seuls accédant aux postes de décision.

Mots-clé: Genre; Citoyenneté; Ville.

Desemprego feminino envelhecido: Uma história de resistência à invisibilidade

Pedro Araújo¹

Resumo:

A reflexão proposta neste artigo começa com um fim: o encerramento de uma cerâmica de Coimbra, a Estaco, e recupera a história de desemprego de quatro operárias, centrando-se, fundamentalmente, na história de resistência protagonizada por uma delas, Andreia. Acompanhando o percurso de desemprego de Andreia, torna-se claro o modo como esta se confronta a uma estrutura de oportunidades rígida e sexualmente diferenciada, que, a obriga a reconverter-se na área dos cuidados a crianças. A restrição dos horizontes – expressa na redução das oportunidades profissionais – e os destinos traçados – expressos na limitação do acesso à integração profissional a atividades «femininas» e desqualificadas – são reveladores do modo como as desigualdades entre homens e mulheres, ainda fortemente presentes no mercado de trabalho, encontram eco nas experiências do desemprego das mulheres.

Palavras-chave: Desemprego feminino; Experiências do desemprego; Estrutura de oportunidades; Testemunho.

“(…) nous ne sommes qu’à peu près en toutes choses.”
Albert Camus (1956)

Introdução

Os momentos de crise são sempre momentos de ressurgência da problemática do desemprego nas agendas políticas e nas agendas de pesquisa sociológica. No entanto, as experiências do desemprego continuam a ser a face oculta, silenciosa mesmo, das estatísticas do desemprego. Quando se fala de desemprego são os números que ocupam a linha da frente. Números que assustam e que pouco ou nada dizem sobre as vivências concretas de situações de desemprego.²

¹ Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

² O medo do desemprego alimenta, por sua vez, aquilo a que Boaventura de Sousa Santos (1998: 36) designa por *fascismo da insegurança*: “a manipulação discricionária da insegurança das pessoas e grupos sociais vulnerabilizados pela precariedade do trabalho (...) produzindo-lhes elevados níveis de ansiedade e de insegurança quanto ao presente e ao futuro de modo a fazer baixar o horizonte de expectativas e a criar a disponibilidade de suportar grandes encargos para obter reduções mínimas dos riscos e da insegurança”.

Foi, de facto, a vontade de compreender o peso do desemprego a nível individual, familiar ou para uma comunidade que animou os estudos pioneiros sobre as experiências do desemprego (Lazarsfeld *et al.*, 1981; Bakke, 1933, 1940; Ledrut, 1966). Duas limitações importantes marcarão, todavia, estes trabalhos. Primeiro, o facto de se apoiarem num perfil único de desempregado associado à figura do *male breadwinner*. Segundo, o facto de pensarem o desemprego como um estado que tende a homogeneizar as experiências (Demazière, 1995; Castel, 1995). O que os trabalhos empíricos têm vindo a reforçar é que o desemprego não anula as diferenças entre desempregados/as e que existe uma extrema variedade de maneiras de viver o desemprego (Clayton, 1988; Schnapper, 1994; Bourdieu, 1993a; Demazière, 1995; Demazière e Dubar, 1997; Commaille, 1999; Gallie e Paugam, 2000; Rosa *et al.*, 2001; Linhart, 2003; Rémillon, 2006; Demazière e Guimarães, 2006).

No âmbito deste artigo, partindo dos resultados de uma pesquisa sobre os/as ex-trabalhadores/as de uma cerâmica de Coimbra falida em 2001 (Araújo, 2008), proponho-me trabalhar exclusivamente quatro entrevistas – três das quais de modo mais superficial e uma em profundidade – conduzidas com ex-operárias da Estaco e, conseqüentemente, emprestar às suas narrativas uma escuta que se poderia classificar de íntima.³

E isso por três razões principais.

A primeira devido ao já referido lugar dominante que a figura do *male breadwinner* ocupou enquanto perfil homogéneo do desempregado nos estudos pioneiros votados às experiências do desemprego. A segunda devido ao facto de, apesar de reconhecidas algumas particularidades estatísticas associadas ao desemprego feminino – como a incidência, o período de duração, etc. –, continuarem a escassear os estudos votados exclusivamente às vivências femininas do desemprego, aos efeitos específicos do desemprego para as mulheres e aos modos de reação/adaptação das mulheres às situações de desemprego (Marshall, 1984; Gallie, Marsh e Vogler, 1995; Wilczyńska-Kwiątek e Bargiel-Matusiewicz, 2008). Finalmente, porque se é verdade que a perda de emprego num momento crítico da trajetória de vida e profissional das pessoas pode funcionar como um factor redutor das opções mobilizáveis para enfrentar a situação de privação de emprego e das oportunidades objetivas na transição entre desemprego e regresso ao emprego, esta situação agrava-se quando cruzada com variáveis como a idade, a ausência de habilitações e qualificações e o sexo.

A restrição dos horizontes – expressa na redução das oportunidades profissionais para determinadas mulheres na sequência da perda de um emprego – e os destinos traçados – expressos na limitação do acesso à integração profissional a atividades «femininas» e desqualificadas para determinadas mulheres – são reveladores do modo como as desigualdades entre homens e mulheres, ainda fortemente presentes no mercado de trabalho, encontram eco nas experiências do desemprego de algumas

³ As entrevistas foram realizadas entre novembro e dezembro de 2005, quatro anos após o encerramento da fábrica.

mulheres. A análise das experiências do desemprego de quatro mulheres mais do que oferecer resultados definitivos, procura salientar a necessidade, por um lado, de aprofundar os estudos no âmbito das experiências femininas do desemprego e, por outro, de encetar, entre nós, a realização de estudos longitudinais que permitam uma melhor compreensão da heterogeneidade dos percursos de desemprego e dos factores que os influenciam tanto positiva, como negativamente.

1. O fim da Estaco, a incerteza dos destinos e a resistência

Por ora, regressemos à Estaco ou melhor ao fim da Estaco, este acontecimento irreversível que representou um momento de rutura na estrutura sequencial do curso de vida de operários e operárias e que veio alertar drasticamente a sua relação com o emprego e o mundo.

Fundada em 1946, a Estaco chegou a empregar cerca de 1.000 trabalhadores/as e a deter uma unidade de produção em Moçambique. A Estaco produzia para exportação e mercado nacional três produtos – azulejo, sanitário e pavimento – o que lhe conferia uma posição de destaque a nível sectorial, nacional e, mesmo, internacional. Resumindo uma história cheia de peripécias, no final de um processo que durou cerca de seis anos, a 24 de outubro de 2001, o 2º Juízo Cível da Comarca de Coimbra sentenciava pela falência das Cerâmicas Estaco.

Uma das principais conclusões à qual chegou o estudo no qual se inserem as experiências que irei analisar diz respeito à inédita centralidade que o Estado social passa a ocupar na vida de pessoas perfeitamente integradas no mercado de trabalho e perfeitamente produtivas que, na sequência da falência da Estaco, se tornam parte da problemática categoria dos/as desempregados/as envelhecidos/as e desqualificados/as (Araújo, 2008).

Na sequência da falência da fábrica, o trabalho assalariado perde a sua função de redutor da insegurança em favor do Estado social que passa a deter o monopólio das expectativas. É do Estado que desempregados e desempregadas esperam proteção: sob a forma do subsídio de desemprego, do subsídio social de desemprego, da reforma antecipada, da reforma por invalidez, da reforma. Solicitar do Estado mais proteção implica, para estes/as trabalhadores/as “velhos/as demais” (Demazière, 2002), uma tomada de consciência, da pior forma possível talvez, que se tornaram descartáveis (*disposable*), no sentido de Henry A. Giroux (2006). Que integrem precocemente os mecanismos socialmente reconhecidos de interrupção da vida ativa e de inatividade ou que esgotem passivamente os seus direitos à indemnização de desemprego, o que importa, do ponto de vista da sua gestão institucional, ou por parte do mercado, é que se tornem invisíveis.

A análise das entrevistas com as desempregadas da Estaco (cujo perfil é marcado pela idade crítica na qual se encontram relativamente à possibilidade de reintegrar o

mercado de trabalho e pela falta de habilitações e de qualificações)⁴ permite destacar alguns efeitos do desemprego feminino, de entre os quais há quatro que nos parecem particularmente relevantes: i) a perda da autonomia financeira e o reforço da dependência com a cessação dos direitos indemnizatórios; ii) o refluxo em direção à esfera doméstica e o maior envolvimento na prestação de cuidados de proximidade; iii) a limitação ou mesmo a anulação da possibilidade de prestar auxílio monetário aos descendentes e uma subsequente restrição financeira na operatividade das solidariedades familiares; e iv) a redução do acesso à integração profissional a atividades «femininas» e desqualificadas, que indicia uma maior rigidez da estrutura de oportunidades para as mulheres na transição desemprego-emprego e o seu potencial agravamento, na oferta como na procura, quando cruzada com variáveis como a idade, a ausência de habilitações e de qualificações. É sobre este último efeito que insistiremos com a história de desemprego de Andreia, uma história de resistência que difere das histórias de Teresa, Sara e Ana, nas quais é mais notório o efeito paralisante que pode exercer a perda de um emprego, mais notória a incerteza dos destinos. Teresa, Sara e Ana revelam bem o modo como segurança e estabilidade podem funcionar como uma cidadela que, com o correr da vida, se torna progressivamente mais difícil de abandonar. Ou de perder.

Em Teresa e Sara, duas ex-operárias da Estaco com, respetivamente, 45 e 49 anos no momento do encerramento da fábrica, em 2001, está, de facto, bem patente o refluxo para a esfera doméstica e o maior envolvimento na prestação de cuidados de proximidade (aos netos, neste caso), que aparecem como uma alternativa, senão a alternativa ao desemprego. Mas, igualmente, este outro modo de se tornar invisível que é a integração, ainda que precoce, nesse mecanismo socialmente reconhecido de interrupção da vida ativa e de inatividade que é a reforma. Em Teresa e em Sara encontra-se a mesma consciência aguda de que o mercado de trabalho se lhes tornou hostil. Mas encontra-se, igualmente, um marcado sentido de dever cumprido e um notório cansaço resultante de uma vida de trabalho e dedicação que deveria culminar numa reforma tornada agora num ideal mais difícil de atingir.

– **Entrevistador: E consegue pensar que nunca mais vai trabalhar?**

– Teresa: *Eu sei lá. Quando a minha neta for mais velha e se não tiver mais*

⁴ A idade é um elemento absolutamente crucial. Tornou-se um lugar comum dizer dos/as desempregados/as que atingem um determinado patamar etário que são *velhos de mais para arranjar trabalho* e *novos de mais para a reforma*. Um lugar comum que adquire, porém, novos contornos quando se sabe que “a barreira dos 45 anos parece constituir o ponto de viragem no comportamento do mercado de trabalho face ao recrutamento” (Centeno, 2003: 43) e que os adultos de meia-idade constituem o grupo que maiores dificuldades encontra para ultrapassar uma situação de transição nos seus percursos profissionais (Centeno *et al.*, 2001; Centeno, 2003; Rémillon, 2006). Porém, o perfil dos/as desempregados/as deve ser apreendido tendo em conta, igualmente, o contexto no qual as experiências do desemprego se desenrolam. A título de exemplo, é importante referir que, em 2001, aquando do encerramento da POCERAM e da CERES, duas cerâmicas que, com a Estaco, formavam o trio das cerâmicas de Coimbra mais importantes, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares do Centro estimava que, numa década, perto de 40 cerâmicas de grande dimensão da região tinham encerrado deixando mais de 5.000 pessoas no desemprego. A articulação sector-região ou, retomando José Reis (2004), a excessiva especialização de determinados sistemas de emprego locais, exprime claramente o efeito que poderá ter nas vivências do desemprego a fragilização territorial ao nível do mercado de trabalho.

nenhum neto... Eu precisava de ter mais algum tempo de desconto. Já que tive um princípio tão bom, um meio muito mau, que é este, queria ter uma velhice um bocadito melhor. Tenho trinta anos de descontos, mais cinco ou seis. Quando a miúda tiver dez ou onze anos. Quando já não precisar de mim. Trabalhar mais uns cinco ou seis anos para ter uma reforma um bocado melhor, para ver se gozo melhor a velhice. Não sei se é boa ideia ou se não...

– Entrevistador: E o que é que pensa fazer [quando acabar o subsídio de desemprego]?

– Sara: Eu não sei, eu só quando acabar o meu desemprego... Sei lá, mesmo com esta pouca saúde, vou ter de arranjar umas horas ou então tenho de tentar meter os papéis para a invalidez. Como tenho 53 anos não tenho direito à reforma, porque não tenho 55, mas vou tentar meter os papéis para a invalidez. Quando isto acabar. Depois logo se vê. Se conseguir ficar com a invalidez, olhe, oriento-me assim senão... Sei lá, olhe, não sei, não sei mesmo! Está a ver o que é a gente não saber nada? (...) Eu não lhe dizia há bocado que ainda era capaz de ir para a fábrica. Era porque, não é que tenha saúde, mas era o amor que eu tinha por aquilo. Era por amor.

De acordo com Agnieszka Wilczyńska-Kwiatek e Kamilla Bargiel-Matusiewicz (2008: 64), depois de um período prolongado de desemprego, as mulheres tendem a orientar as suas estratégias no sentido de lidar com o desemprego e não de procurar um novo emprego. O desemprego aparece, pois, de modo mais acentuado nas mulheres do que nos homens, como exercendo um efeito de descomprometimento relativamente ao mercado de trabalho e acentua a procura de “estatutos de substituição” (Schnapper, 1994). Na mesma linha Duncan Gallie e Serge Paugam (2000), desta feita, a propósito dos efeitos das prestações de desemprego na motivação para procurar emprego, o *benefits effect*, verificaram que as prestações, mesmo quando generosas, no geral, não parecem ter qualquer efeito na desvalorização e desmotivação relativamente ao trabalho e à procura de emprego por parte dos/as desempregados/as. Todavia, os autores referem, que observaram, excecionalmente, evidências consistentes na desmotivação para procurar emprego no caso das mulheres vivendo em sociedades mais tradicionais (Portugal, Grécia, Itália e Espanha).

Assim, onde o papel das mulheres é, sobretudo, definido pelas suas funções e responsabilidades como «esposa» e «mãe» – ou, no caso da Estaco, como «avó» –, verifica-se uma menor flexibilidade relativamente às condições de reentrada e um maior descomprometimento relativamente ao mercado de trabalho. A desmotivação e o descomprometimento resultam, deste modo, não dos benefícios em si, mas, isso sim, da interação entre benefícios e uma tradição cultural específica (Gallie e Paugam, 2000: 358). De fora ficam factores importantes a imputar ao mercado como, por exemplo, a discriminação (em razão da idade e do sexo ou da sua interação) e a sua acentuação em períodos de crise, pelo que, julgo, que o descomprometimento das

mulheres relativamente ao mercado de trabalho carece de uma análise sistemática que permita salientar os factores que fazem realmente a diferença.

Situação distinta é a de Ana, outra operária da Estaco que, aos 46 anos, perdeu o emprego. Beneficiando, ainda, do subsídio social de desemprego, as expectativas de Ana aparecem mais indefinidas. A única certeza que consigo carrega ao longo da entrevista é a de que se tornou inútil, a idade pesando sobre ela como se de uma fatalidade se tratasse. Ela, que, mãe solteira, «deu» um curso universitário ao filho. Ela, que nunca precisou de ajuda. Ela, que sempre foi independente. Ela, que não sabe, agora, o que fazer. Em Ana, o desemprego parece ter um efeito paralisante.⁵ Efeito que as entrevistas, enquanto momento de suspensão do tempo, podem captar, mas que, na sua voracidade, proíbe a vida. Daí a urgência em dar vida às vidas que compõem o desemprego. Daí a importância da realização de estudos longitudinais que coloquem em relação as características pessoais dos/as desempregados/as, os contextos de vivência da situação de desemprego, e o tempo de duração do desemprego.

– Ana: *[Q]uando me chamaram lá do desemprego [Centro de Emprego], era para uma fábrica que ia abrir. Era para fazer expositores de loiça e sanitários. Só que lá está, pesou a idade. Chamaram muita gente que estava no desemprego e quem nos foi entrevistar foi o patrão e ele disse logo que ia buscar pessoas para trabalhar, que não era para fazer contratos e mandar embora, era mesmo para a pessoa aprender e se depois gostasse e se estivessem contentes dos dois lados, era mesmo para ficar. Mas ele disse logo que primeiro eram os mais novos.*

– **Entrevistador: Ele disse isso abertamente?**

– Ana: *Disse, disse. A mim e às minhas colegas, disse logo. Porque o desemprego chamou muita gente para ir a entrevista, mas ele disse logo que não tinha nada contra nós, até porque não conhecia o nosso trabalho, mas que ia optar pelos mais novos. O que não quer dizer que os mais novos sejam mais trabalhadores, mas pronto.*

– **Entrevistador: Quais são as suas perspetivas para o futuro?**

– Ana: *Eu sei lá! Quando chegar ao fim do subsídio não sei! Não faço ideia, mas alguma solução tenho de encontrar. Qual é que ainda não sei.*

⁵ Que não é o mesmo que falar em “instalação na dependência”, para retomar os termos de Serge Paugam (2003). Pelo que nos foi dado a constatar com os/as desempregados/as da Estaco, a dependência é *consentida* pelas instituições, que se mostram incapazes de apresentar soluções a um público «difícil», e considerada *legítima* por parte dos/as desempregados/as, tendo em conta a sua carreira contributiva, as razões subjacentes à sua retirada do mercado de trabalho e a ausência de ofertas institucionais viáveis. Assimilados/as à categoria do «desemprego envelhecido e desqualificado», fica marcada a relação das instituições de apoio com este grupo de desempregados/as pela resignação recíproca (Centeno *et al.*, 2001; Demazère, 2002; Araújo, 2008), *dependência consentida* e *dependência legítima* delimitando, num mesmo movimento, as fronteiras *daquilo que se pode fazer* e *daquilo que se pode esperar*.

(...) *Mas é como lhe digo, tenho de começar a ver se... Agora no início do ano ver se começo a ver...*

O desemprego não corresponde a uma condição estática que faça tábua rasa das diferenças entre desempregados/as (Schnapper, 1994); não é um estado que, por osmose, nos coloca na presença de um grupo social homogéneo cujas experiências possam ser banalizadas pela sua redução a uma categoria que nada diz sobre as dinâmicas do desemprego (Demazière, 1995) e sobre os factores estruturais que concorrem no forjar de vivências heterogéneas do desemprego. Que nada diz, em suma, sobre desempregados e, principalmente, sobre desempregadas.

Ao arrancar desempregados e desempregadas da Estaco a um coletivo abstrato e desenraizado, ao tornar mais claros os contornos da sua humanidade, torna-se igualmente mais clara a fragilidade das condições que conferiam à felicidade destes/as sobreadaptados/as a sua plenitude e a fragilização da situação em que passam a existir quando desaparecem estas condições ou, pelo menos, uma condição basilar: o emprego remunerado.⁶

O que cativa em Andreia é a resistência, é a sua recusa em tornar-se invisível. Andreia, contraria a tendência de retraimento em direção à esfera doméstica presente em Teresa e em Sara e a indefinição paralisante manifesta por Ana, investindo e investindo-se na procura de um novo emprego, que a leva a um questionamento de si própria e a equacionar as oportunidades que se lhe abrem com um «pragmatismo» do qual transparece esse modo silente de violência que é a violência simbólica exercida sobre as mulheres (Amâncio, 1994; Perrot, 1995; Godelier, 1995; Bourdieu, 1998). Fazendo-se mais íntima a audição da narrativa de Andreia, o que transparece no seu testemunho é o enleio suave de um destino que se deve pragmaticamente aceitar às expensas de si e dos seus sonhos. A questão que se coloca – questão pouco audível neste campo e talvez, para muitos, não problemática –, é a da liberdade de escolha na realização pessoal e profissional de si e o estreitamento dessa liberdade na sequência da perda de um emprego remunerado para as mulheres.

2. Andreia: uma narrativa de desemprego

As alterações drásticas nos percursos de vida – como são o desemprego para determinadas pessoas, em determinados espaços e em determinadas etapas de vida –, obrigam a adaptações e implicam redefinições identitárias que, a não serem solicitadas ou a não encontrarem uma possibilidade de comunicação (Pollak e Heinig, 1986: 51), escorregam para o silêncio.⁷ Surgindo num momento crítico de uma trajetória

⁶ Pedimos emprestada a imagem a Michel Tournier (1996): “O sobreadaptado é feliz no seu meio ‘como um peixe dentro de água’. (...) O que significa que a sua felicidade é tanto mais frágil quanto é completa” (TA).

⁷ Michael Pollak (2000) concebe as entrevistas como resultando do encontro entre três condições fundamentais: a disposição para falar, a possibilidade de ser ouvido e as condições, variáveis no espaço e no tempo, que tornam os testemunhos comunicáveis.

de vida, o desemprego interrompe a continuidade de um projeto de vida ao mesmo tempo que a continuidade subjetiva. Um adeus do ser a si mesmo ou, pelo menos, a uma parte importante de si, que, conseqüentemente, precisa de se recompor, de encontrar um novo rumo.

Andreia, nome fictício, ficou desempregada com 42 anos. Em dezembro de 2005, aquando da entrevista, tinham passado quatro anos sobre o encerramento da fábrica e Andreia, então com 46 anos, continuava à procura de um emprego cujas condições, intrínsecas e extrínsecas, se aproximassem daquelas que possuía na Estaco e que configuram o seu ideal de emprego. Apesar de trabalhar em *part-time* (quatro horas) numa creche, Andreia continua a pensar-se como «estando no desemprego» e a apresentar-se como «desempregada». O *part-time*? “É só mesmo para os meus botões. Faço quatro horas, isso não dá nada, não é? Não dá nada. Mas, pronto, é só mesmo para sair de casa, como dizem as minhas colegas”.

Residente na Pedrulha (Coimbra), casada e com duas filhas dependentes, Andreia, com o nono ano, é a entrevistada com mais habilitações literárias. Para Andreia, a frequência do ensino não foi, porém, linear. Num primeiro momento, conclui “normalmente” o sexto ano do 2º Ciclo, tendo então interrompido a escolaridade para, com 14 anos, ingressar na Estaco.

A entrada para a Estaco representa um momento importante, na medida em que significa segurança e estabilidade e, conseqüentemente, a possibilidade de alimentar e concretizar projetos de vida.⁸ Significa, igualmente, a aquisição de uma maior independência financeira, o que não implica que essa seja acompanhada por uma maior autonomia (Chaland, 2001).

Andreia retoma a escola após o casamento, com cerca de 26 anos, e conclui, então em regime noturno, o 3º Ciclo. Este dado é importante, na medida em que Andreia justifica o facto de ter retomado a escolaridade com essa idade, não apenas devido à entrada precoce na fábrica, mas, principalmente, pelo facto de, quando solteira, a família não aceitar a frequência do ensino em regime noturno. O casamento irá dar-lhe “mais liberdade” relativamente aos constrangimentos familiares. Mas, então, porquê até ao nono ano? Andreia explica e, nesse processo, explica-se procurando sempre tornar-se compreensível (Bourdieu, 1993b):

“Eu casei com 26 anos e, naquela altura, as mães achavam que as meninas estudar à noite nem pensar. Portanto, nunca tive oportunidade de continuar de noite. E depois de me casar, digamos que tinha mais liberdade, e então fui até ao nono. E a partir daí... já não deu mais. Com as duas pequenitas... já não dá.”

⁸ Como lembra Boaventura de Sousa Santos (1993), foi a segurança de emprego que permitiu aos trabalhadores gozar neste século de um privilégio que antes era reservado à burguesia: o privilégio de planejar a vida, a educação dos filhos, a compra dos eletrodomésticos, o carro, o gozar de férias e, para os mais afortunados, a compra da casa. A insegurança do emprego torna impossível fazer planos. Tem que se viver para o dia de hoje, senão mesmo para o dia de ontem.

Desta feita é o nascimento das filhas que a impede de continuar a estudar, que torna impossível continuar. Os constrangimentos familiares continuam, senão por via dos ascendentes, então, pelos descendentes.

No decorrer da entrevista, tenderão a regressar, por um lado, a valorização da instrução – assumindo, desta feita, a roupagem da formação profissional – e, por outro, as justificações relativamente ao abandono da escolaridade, transparecendo nessa tensão um dilacerante debate interior que coloca em confronto habilitações e qualificações formais – e as razões para a sua não aquisição – e experiência profissional – e as razões para a sua invalidação.

Na Estaco, como Técnica Analista Química, uma posição “conquistada” graças a uma experiência profissional reconhecida, a falta de habilitações formais limitará as suas possibilidades de progressão na carreira. “Cá fora”, como desempregada, a falta de qualificações formais irá impedi-la de regressar ao que sempre fez, ao que sabe fazer, ao que gostava de fazer.

– **Entrevistador: O que é que fazia concretamente na Estaco?**

– *Andreia: Estava no laboratório. Era analista. Mas, agora, cerâmicas na zona centro...*

– **Entrevistador: É difícil?**

– *Andreia: É, não é nada fácil. Aliás, eles agora querem tudo com curso superior e eu não tenho, não é? Fui para a Estaco com 14 anos.*

– **Entrevistador: Tem experiência...**

– *Andreia: Tenho a experiência de uma vida inteira. Mas eu tentei ir para [uma fábrica de vidro], mas entrou um rapaz que tinha acabado de sair do curso. E eles queriam uma pessoa com experiência. [Risos]*

A experiência não chega. Não, «cá fora», onde «é tudo diferente». Onde os títulos se sobrepõem à experiência e a idade sanciona. Carecendo de lugar de aplicação, a experiência profissional acumulada por Andreia depressa se tornará inútil, desqualificada (Santos, 2002). O desemprego tem, de facto, esse efeito perverso de poder tornar o passado no mais obsoleto dos tempos.

Perante uma experiência profissional tão ampla quanto circunscrita; oportunidades de emprego locais escassas, senão nulas; um mercado de trabalho hostil a pessoas que ultrapassem um determinado patamar etário; e uma impossível mobilidade geográfica; resta a Andreia reconverter-se, adaptar-se. Andreia terá de “fechar uma porta”, “passar a esponja”, “abrir os olhos”. Andreia terá, em suma de tornar-se outra.

Os cuidados às crianças aparecem, então, como uma opção possível, como uma nova oportunidade. Uma opção ensaiada, é certo, num Programa Ocupacional que ela própria procurou quando cessou o período de indemnização, mas, também, porque Andreia «não se importa», mas também porque Andreia «gosta de crianças». No final do primeiro ano de desemprego, período confuso e doloroso, durante o qual se fecha em casa, lugar seguro, à espera que a fábrica, outro lugar seguro, volte a abrir, Andreia teve de “abrir os olhos e dizer não há mais, pronto, acabou”.

A penosidade do primeiro ano de desemprego é comum a mulheres e homens. Em todos/as eles/as se encontra a esperança de que a fábrica volte a abrir, o choque da rutura, a perda de referências, o desfazer das rotinas, a incerteza relativamente ao significado do desemprego, aos apoios, e aos poderes institucionais. É este o momento das entrevistas em que entrevistadas e entrevistados desfiam a sucessão de perdas e desencantamentos que representa o desemprego. É este o momento em que se emocionam. Mulheres e homens não conseguem falar da Estaco com distanciamento. A história da Estaco será sempre uma história pessoal para quem a tenta contar. O fim da Estaco representará sempre a morte de um pedaço deles/as próprios/as.

Ao cabo do primeiro ano, torna-se claro que não será por via institucional que Andreia encontrará um emprego, o que implica uma avaliação das condições objetivas de que dispõe para regressar ao mercado de trabalho. As primeiras experiências, mal sucedidas, dar-lhe-ão uma imagem mais clara dos obstáculos que enfrenta e das opções que se lhe abrem. Uma dessas tentativas fêlhas consistia em trabalhar por turnos. A razão para a recusa por parte de Andreia para trabalhar nessas condições é dada pelo marido em discurso direto: “Já viste, temos as duas miúdas, eu não tenho horas para chegar a casa, não temos ninguém que fique com elas, como é que a gente faz?”. Fim do período de indemnização, todas as despesas passam a ser asseguradas pelo ordenado único do marido que “sai de manhã e volta tarde à noite porque tem de suportar as despesas todas”. É também um acto de resistência conseguir evitar o Anjo do lar (Woolf, 2004).

É neste contexto que surgem os cuidados às crianças. É perante este contexto que a resistência de Andreia encontra um trilho, um destino de mulher. O desassossego encontra-se, precisamente, na forma aparentemente fortuita com que esse trilho se lhe apresenta e no modo aparentemente sereno com que Andreia se lhe entrega.

Intrusa num mundo laboral desconhecido, Andreia irá frequentar sucessivas ações de formação na área dos cuidados às crianças. Instruir-se, especializar-se, ganhar currículo nessa nova área. Se a falta de habilitações pesou sobre a sua vida, frequentar essas ações de formação aparece como uma garantia de que essa lacuna – pela qual Andreia aprendeu a responsabilizar-se – não continuará a ser uma desvantagem a acumular a outras, como a idade, por exemplo. Um modo de conjurar as contingências e, simultaneamente, de readquirir controlo sobre uma vida estilhaçada na sequência do desemprego.

“Sou uma pessoa que gosta de perceber aquilo que estou a fazer e estar a fazer as coisas no ar para mim não é bom. Assim, como já tenho um curriculum muito grande nesta área, e numa creche vai-se conhecendo muita gente, sempre que aparece alguma coisa no jornal vou-me inscrevendo, pronto, sempre na esperança de arranjar alguma coisa, de arranjar um horário, um ordenado. Pronto, mudar a situação. Voltar à situação em que estava, não é?”

Ferida a vida, Andreia abdica do que era para voltar ao que se tinha: um horário, um salário, um emprego. Para recuperar autonomia e independência.

– **Entrevistador: Esse é o grande objetivo?**

– Andreia: *É o grande objetivo: voltar a uma situação estável, seja na área da cerâmica, seja na área em que eu estou agora. Porque, sem uma situação estável acho que ninguém consegue, ninguém consegue ir para a frente. É muito difícil. É dar voltas e mais voltas e chegar à conclusão que já se está a precisar de ajuda psiquiátrica.*

Quanto ao futuro a opção passa por continuar a frequentar ações de formação na área dos cuidados a crianças, por se redescobrir, em suma, num trilho já inventado, até que surja uma oportunidade de trabalho digno.

– Andreia: (...) *Enfim espero que melhores dias virão!*

– **Entrevistador: Espero bem que sim.**

– Andreia: *Espero bem que sim, mas às vezes duvido.*

O desemprego tem, de facto, esse efeito perverso de poder tornar o futuro no mais incerto dos tempos.

Considerações finais

As pessoas vulneráveis não têm, é certo, nada de excepcional (Paperman, 2006). Algumas há, porém, mais vulneráveis às exceções. Mais vulneráveis aos acidentes de percurso, às traições do meio.

O que a Estaco, como tantas outras fábricas, torna patente, é o modo como, por um lado, uma história industrial local e as histórias individuais se podem perigosamente entrelaçar e, por outro, o modo como a fragilização territorial, evidenciada neste caso pelas perdas registadas no tecido industrial local, se pode traduzir na fragilização das condições de existência de determinados segmentos da população. O que a Estaco, como tantas outras fábricas, torna patente é o carácter mistificador que podem assumir as ideias descarnadas da autonomia e da responsabilidade de cada qual pela sua vida, pela criação da sua própria biografia (Benarrosh, 2000).

No caso das mulheres, o que se procurou mostrar foi que, em determinadas circunstâncias de vida e para determinados modos de ser mulher em determinados lugares, a perda do emprego pode resultar num estreitamento dos horizontes e num delineamento de destinos condicionados pela condição de mulher.

Ser mulher constitui, de facto, um importante recurso para lidar com os efeitos da privação de emprego, mas constitui, igualmente, um importante constrangimento na sua resolução. Vimo-lo com Teresa e Sara, é porque mulheres que as desempregadas, cujo perfil se aproxime das desempregadas da Estaco, poderão encontrar na esfera

doméstica a possibilidade de resistir à destabilização e à estigmatização provocada pelo desemprego.⁹ As ex-trabalhadoras da Estaco dão conta, efetivamente, de um quotidiano preenchido com as tarefas domésticas e com os cuidados de proximidade (aos netos, na sua maioria), o que, aliás, esteve na base de muitas das recusas por parte das mulheres para serem entrevistadas. Todavia, tal não é suficiente para impedir que o desemprego e os tempos do desemprego sejam vividos de forma menos dolorosa. Todas partilham um sentimento comum: a vontade de regressar à fábrica. Um regresso à fábrica que significa, acima de tudo, o regresso a uma situação de independência financeira, à estabilidade, à segurança. Quando reclamam o regresso à fábrica não o fazem certamente devido à natureza e às condições de trabalho – bem marcadas na mente, nas mãos, nos corpos –, mas por verem perdidas a sua independência, a sua autonomia e a possibilidade, por mais penosa que seja, de uma realização profissional e pessoal de si. Fazem-no porque apreensivas perante a dura constatação de que eram «prisioneiras do meio», um meio que não podiam abandonar sob pena de vacilarem para um futuro incerto. O desamparo de Ana encontra aqui plena ressonância.

Operárias da Estaco, trabalhadoras assalariadas, as vidas destas mulheres poderiam continuar a correr sem que se tornasse manifesto o modo como a sua condição de mulheres, pesando sempre sobre as suas vidas, passou agora a condicionar os seus destinos. O maior obstáculo que as desempregadas da Estaco enfrentam parece residir na imposição silenciosa de uma particular forma de *ser* mulher com a qual têm de alinhar «pragmaticamente» para responder à tirania da necessidade. A reconversão profissional na área dos cuidados às crianças protagonizada por Andreia não representa senão um prolongamento para a esfera do mercado do princípio que impera na esfera privada, a saber, a garantia do cuidado às crianças assegurada pelas mulheres (Santos, 1993; Portugal, 2008; Macedo e Santos, 2009; Coelho, 2010). O facto de os cuidados às crianças aparecerem como uma opção de reconversão profissional lógica, natural até, torna claro, por um lado, o lugar que continuam a ocupar determinadas mulheres na sociedade portuguesa e, por outro, os destinos traçados, as restritas oportunidades que se lhes abrem na sequência dessas contingências, desse acidente que o podem ser nas suas causas, mas que o não serão certamente nos seus efeitos, e ainda menos na forma como atingem diferentemente diferentes mulheres.

Ouvindo Teresa, Sara, Ana, mas, principalmente, ouvindo Andreia, o que se percebe é a importância decisiva do trilha que, silencioso, se ocultava por debaixo daquele por onde seguia a vida destas mulheres antes de vacilar para a incerteza. Em *Professions for Women*, Virginia Woolf fala das dificuldades que encontrou para matar o Anjo no lar (*Angel in the House*) e para que esse permanecesse morto.¹⁰ “É mais

⁹ Tal como os homens encontrarão na agricultura ou na possibilidade de recorrerem à construção civil homólogos destinos traçados para lidar com o desemprego. O que se procura salientar, acima de tudo, é a importância de, nas estratégias para lidar com o desemprego, nas estratégias de procura de um novo emprego, e nas eventuais condições de reintegração no mercado de trabalho na sequência do desemprego, considerar sempre os efeitos da diferença sexual, sob pena de ficarmos perante uma imagem “do desempregado”, que ficará sempre aquém da realidade.

¹⁰ Discurso proferido em 1931, na *National Society for Women's Service*. [Consult. a 29 de dezembro de 2009]. Disponível em: <http://s.spachman.tripod.com/Woolf/professions.htm>.

difícil matar um fantasma do que uma realidade”, diz Woolf. Para muitas mulheres, para além de continuar bem vivo esse Anjo, permanecem ainda muitos fantasmas com quem lutar. Fantasmas que podem, por vezes, ser os próprios caminhos. Os próprios destinos.

Perante a ampliação do fenómeno do desemprego, mais do que nunca desempregados e desempregadas precisam de existir e, consequentemente, de uma análise que torne as suas experiências dizíveis e visíveis, de uma análise que os/as torne reais. Mais do que nunca, desempregados e desempregadas precisam de conhecimento e, principalmente, de um reconhecimento que permita, efetivamente, que justiça seja feita quando se trata de reconhecer os seus direitos e, talvez de forma mais urgente, de impor deveres.

Governar a insegurança social e, em particular, a insegurança indissociavelmente aliada à condição salarial representa um dos maiores desafios das sociedades contemporâneas. Se as experiências do desemprego colocam os indivíduos face-a-face consigo mesmos, o desemprego coloca as sociedades face-a-face consigo mesmas. A revolução em curso na alteração do significado social do desemprego (Ortega e Pascual, 2006), no sentido de uma maior responsabilização dos indivíduos, ameaça deixar uma parte substancial das desempregadas e dos desempregados frente a um reflexo que não é o delas/deles. Um reflexo feito de capacidades que muitas/os não detêm e de oportunidades que para muitas/os não existem.

Referências Bibliográficas

AMÂNCIO, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento.

ARAÚJO, Pedro (2008), *A Tirania do Presente. Do Trabalho para a Vida às Incertezas do Desemprego*, Coimbra, Quarteto.

BAKKE, E. W. (1933), *The Unemployed Man*, London, Nisbet.

– (1940), *The Unemployed Worker*, New Haven, Yale University Press.

BENARROSH, Yolande (2000), “Le travail: norme et signification”, *Document de Travail*, 4, Centre d’Études de l’Emploi et Centre d’Études et de Recherche sur les Qualifications.

BOURDIEU, Pierre (dir.) (1993a), *La Misère du Monde*, Paris, Éditions du Seuil.

BOURDIEU, Pierre (1993b), “Comprendre”, in Pierre Bourdieu (dir.), *La Misère du Monde*, Paris, Éditions du Seuil, p. 1389-1447.

– (1998), *La Domination Masculine*, Paris, Seuil.

CAMUS, Albert (1956), *La Chute*, Paris, Gallimard.

CASTEL, Robert (1995), “Les pièges de l’exclusion”, in *Lien Social et Politiques*, 34, 13-21.

CENTENO, Luís (2003), “Exclusão social e desenvolvimento: como o novo mercado de trabalho pode ser um gerador de exclusão”, in *Sociedade e Trabalho*, 14/15, 33-46.

CENTENO, Luís [et al.] (2001), *Os Trabalhadores de Meia Idade Face às Reestruturações*

e Políticas de Gestão de Recursos Humanos, Coleção Estudos e Análises, nº 30, Observatório do Emprego e Formação Profissional.

CHALAND, Karine (2001), “Pour un usage sociologique de la double généalogie philosophique de l’individualisme”, in François de Singly (dir.), *Être Soi d’un Âge à l’Autre. Famille et Individualisation*, Paris, L’Harmattan, pp. 31-43.

CLAYTON, Clive (1988), “The psychological effects of unemployment: a selected overview”, in *The Journal of the Royal Society for the Promotion of Health*, 108, 29-33.

COELHO, Lina (2010), *Mulheres, Família e Desigualdade em Portugal*, Tese de Doutoramento, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

COMMAILLE, Jacques (1999), *Famille et Chômage – Rapport*, Paris, Haut Conseil de la Population et de la Famille.

DEMAZIÈRE, Didier (1995), *La Sociologie du Chômage*, Paris, La Découverte.

– (2002), “‘Chômeurs âgés’ et chômeurs ‘trop vieux’, articulation des catégories gestionnaires et interprétatives”, in *Sociétés Contemporaines*, 48, 109-130.

DEMAZIÈRE, Didier; DUBAR, Claude (1997), *Analyser les Entretiens Biographiques. L’Exemple des Récits d’Insertion*, Paris, Nathan.

DEMAZIÈRE, Didier; GUIMARÃES, Nadya Araújo (2006), “Unemployment as a biographical experience”, in Kazutoshi Kase; Kurumi Sugita (eds.), *The Unemployed and Unemployment in an International Perspective. Comparative Studies of Japan, France and Brazil*, Tokyo, Institute of Social Sciences of the University of Tokyo, pp. 68-147.

GALLIE, Duncan; MARSH, Catherine; VOGLER, Carolyn (1995), *Social Change and the Experience of Unemployment*, Oxford, Oxford University Press.

GALLIE, Duncan; PAUGAM, Serge (eds.) (2000), *Welfare Regimes and the Experience of Unemployment in Europe*, Oxford, Oxford University Press.

GIROUX, Henry (2006), “Katrina and the Politics of Disposability”, in *In These Times*, September 14, 2006. [Consult. a 20 de junho de 2011]. Disponível em: <http://www.inthesetimes.com/site/main/article/2822/>.

GODELIER, Maurice (1995), “Du quadruple rapport entre les catégories de masculin et de féminin”, in EPHESIA, *La Place des Femmes. Les Enjeux de l’Identité et de l’Égalité au Regard des Sciences Sociales*, Paris, La Découverte, pp. 439-442.

LAZARSFELD, Paul; JAHODA, Marie; ZEISEL, Hans (1981), *Les Chômeurs de Marienthal*, Paris, Les Éditions de Minuit.

LEDROUT, R. (1966), *Sociologie du Chômage*, Paris, PUF.

LINHART, Danièle (2003), *Perte d’Emploi, Perte de Soi*, Paris, Éditions Érès.

MACEDO, Eunice; SANTOS, Sofia (2009), “Apenas mulheres? Situação das mulheres no mercado de trabalho em quatro países europeus”, in *Ex aequo*, 19, 129-155.

MARSHALL, G. (1984), “On the sociology of women’s unemployment, its neglect and significance”, in *Sociological Review*, 32 (2), 234-259.

ORTEGA, Antonio Santos; PASCUAL, Amparo Serrano (2006), “El giro copernicano del desempleo actual”, in *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 24 (2), 1-19.

PAPERMAN, Patricia (2006), “Les gens vulnérables n’ont rein d’exceptionnel”, in Patricia Paperman; Sandra Laugier (eds.), *Le Souci de Autres. Éthique et Politique du Care*, Paris, Édition de l’EHESS, pp. 281-297.

PERROT, Michelle (1995), “Identité, égalité, différence. Le regard de l’histoire”, in EPHESIA, *La Place des Femmes. Les Enjeux de l’Identité et de l’Égalité au Regard des Sciences Sociales*, Paris, La Découverte, pp. 39-56.

POLLAK, Michael; HEINIG, Nathalie (1986), “Le témoignage”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62-63, 3-29.

PORTUGAL, Sílvia (2008), “As mulheres e a produção de bem-estar em Portugal”, in *Oficina do CES*, 319, 1-40.

REIS, José (2004), “Estado, mercado e comunidade: A economia portuguesa e a governação contemporânea”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 81-100.

RÉMILLON, Delphine (2006), “L’épreuve du chômage vue par les chômeurs âgés”, in *Document de Travail*, 61, Noisy-le-Grand, Centre d’Études de l’Emploi.

ROSA, Maria Teresa Serôdio [et al.] (2001), *O Desemprego numa Zona Crítica de Portugal. O caso de Azambuja: Realidades e perspectivas de transformação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1993), “O Estado, as relações e o bem-estar na semiperiferia: o caso português”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp. 15-56.

– (1998), *Reinventar a Democracia*, Lisboa, Fundação Mário Soares/Gradiva Publicações.

– (2002), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.

SCHNAPPER, Dominique (1994), *L’Épreuve du Chômage*, Paris, Gallimard.

TOURNIER, Michel (1996), *Le Roi des Aulnes*, Paris, Gallimard.

WILCZYŃSKA-KWIATEK, Agnieszka; BARGIEL-MATUSIEWICZ, Kamilla (2008), “Contemporary picture of women’s unemployment. Personality conditioning of unemployment and its consequences for psychic health”, in *Archives of Psychiatry and Psychotherapy*, 10 (4), 63-68.

WOOLF, Virginia (2004), *A Room of One’s Own*, London, Penguin Books.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract

Senior feminine unemployment: A history of resistance to invisibility

Based upon the unemployment narratives of four women and mostly in Andreia, who lost her laboratory analyst job when a ceramic factory from Coimbra (Portugal) bankrupted in 2001, the article analyses the way women confronts themselves with a rigid and sexually differentiating structure of job opportunities. The *horizons narrowing* – render intelligible by the reduction of job opportunities – and the *destiny inescapability* – expressed by a market reintegration only made possible through «feminine» and disqualified activities – reveal the way in which the inequalities that are still present in the Portuguese market place find echo in women’s unemployment experiences.

Keywords: Feminine unemployment; Unemployment experiences; Opportunity structure; Testimony.

Résumé

Chômage féminin senior: Une histoire de résistance à l'invisibilité

Partant de l'expérience du chômage de quatre femmes d'une usine de Coimbra (Portugal) mise en faillite en 2001 et insistant principalement sur l'histoire d'une d'elles, Andreia, cet article vise à montrer la façon dont la perte d'emploi à un moment critique des parcours de vie et professionnels fonctionne comme un réducteur d'opportunité opérant aussi bien au niveau des stratégies d'affrontement de l'épreuve de la privation d'emploi, que dans la transition chômage-retour à l'emploi. Andreia n'a jamais été complètement *ouvrière*, mais en cessant de l'être elle perd, en même temps, ce qui l'empêchait de n'être *que femme*. La rétraction d'horizons – qui s'exprime en une réduction des options professionnelles envisageables – et les destins tracés – qui s'exprime en des débouchés du chômage par le biais d'activités *féminines* et disqualifiées – révèlent, avant tout, comment les inégalités, toujours présente pour les femmes sur le marché du travail portugais, se calque dans leurs expériences du chômage.

Mots-clés: Chômage; Expérience féminine du chômage; Structure d'opportunité; Témoignage.

Análise do modelo organizacional de uma associação de Comércio Justo portuguesa

Sandra Lima Coelho¹

Resumo:

Neste artigo pretendemos especificar o *modus operandi* de uma associação de promoção de Comércio Justo, a Associação Reviravolta, sediada na cidade do Porto. Através da análise do organigrama da associação, e da análise dos discursos dos seus dirigentes, almejamos dar conta das dimensões interativas do relacionamento social no seio da organização, bem como das representações dos seus intervenientes. O modelo de análise elaborado remete, numa primeira fase, para o contexto de modernidade tardia e de economia global característico das sociedades modernas, e para a emergência de novos movimentos sociais, cuja génese radica neste contexto de mudança societal, e que é o pano de fundo em que surgiu o movimento social do Comércio Justo.

Palavras-chave: Novos movimentos sociais; Organização; Associativismo; Participação social.

Introdução

Este artigo baseia-se num estudo de caso² sobre uma organização de promoção de Comércio Justo (CJ). A pesquisa empírica incidiu sobre uma das associações impulsionadoras do movimento do CJ em Portugal, a Associação Reviravolta. Para levar a cabo esta investigação, optámos por um registo de cariz etnográfico, acreditando ser o mais adequado a uma pesquisa deste estilo, dadas as particularidades do objeto de estudo, que remete para o campo associativo, com a singularidade de gerir espaços comerciais e com a finalidade de transacionar produtos oriundos de uma modalidade comercial alternativa, que procura integrar artefactos e matérias-primas de pequenos

¹ Investigadora do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ISFLUP) e bolsreira de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

² No âmbito da dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Inserção Social, orientada pelo Professor Doutor João Teixeira Lopes.

produtores do hemisfério Sul no mercado do hemisfério Norte, combatendo, assim, as assimetrias de rendimentos e condições de vida entre os dois hemisférios. Sendo uma associação sem fins lucrativos que gere um negócio, a associação acolhe colaboradores remunerados, mas também muitos voluntários. Deste modo, foi nossa pretensão apreender as dimensões interativas do relacionamento social no seio da própria organização, bem como as representações dos seus intervenientes. Os múltiplos vetores explorados, e que constituíram os objetivos e eixos temáticos orientadores da investigação, passaram por especificar o *modus operandi* da associação (estrutura da organização; funcionamento das suas lojas, atividades desenvolvidas; projetos para o futuro), pela análise do organograma da sua Direção, no sentido de reter quais as funções de cada elemento, por um processo de avaliação do papel e do peso que os voluntários têm no funcionamento da associação, bem como pela análise da forma como a Direção interage com os seus associados e voluntários, e vice-versa. Foi também nossa intenção detetar as parcerias existentes entre esta associação e outras similares, no que à sua definição diz respeito, e decifrar as motivações dos voluntários para integrarem este projeto específico, e não outro de índole igualmente social e voluntário.

Para se desenvolverem as melhores condições de recolha do maior manancial de informação possível, possibilitando, então, estabelecer um processo de complementaridade entre aquilo que foi construção teórica e o que se observou numa vertente mais prática, definimos uma estratégia metodológica, que se materializou numa pesquisa de terreno, técnica associada ao método etnográfico. Esta pesquisa empírica compreendeu a recolha de impressões pessoais, de atitudes e de outros elementos que, na maioria das vezes, se encontram apenas latentes no discurso dos indivíduos. Por este motivo, o método escolhido foi o método de análise intensivo, e a técnica principal acionada foi a entrevista semidiretiva, que nos permitiu obter informação detalhada sobre a associação junto dos seus dirigentes e voluntários. A análise documental e a observação direta participada foram, igualmente, instrumentos eficazes de exame dos documentos fornecidos pela associação e das interações que se estabelecem entre os seus protagonistas. Assim, consubstanciámos uma análise documental de folhetos, relatórios e planos de atividades inerentes à organização, assim como do seu organograma e estatutos. Neste artigo, apresentamos alguns dos resultados obtidos nesta pesquisa.

1. Clima e cultura organizacional na Associação Reviravolta

No estudo de uma organização, cabe ter presente “a conceptualização da própria organização como algo existente na mente e no património comportamental das pessoas que a compõem” (Nunes e Vala, 2002: 121). É neste sentido que a análise cultural de uma organização desponta como um procedimento basilar para a compreensão dos modelos, estruturas e sistemas organizacionais. Duarte Pimentel afirma que a cultura enquanto “um sistema organizado de práticas e representações sociais” assume o

centro das análises sociológicas de um dado contexto organizacional e respetivas relações de trabalho (Pimentel, 1988: 134). De acordo com este autor, o estudo das relações sociais que decorrem num determinado contexto organizativo remete para o estudo da cultura, entendendo-a como um sistema de práticas e representações sociais. Cada organização é detentora de uma especificidade cultural, que se reflete nas relações interpessoais, hierárquicas e de grupo, o que indica que as organizações são dotadas de capacidade de produção dos seus próprios elementos culturais e sistemas de representações.

Na gestão do quotidiano de uma organização, é comum surgirem situações de impasse em relações a medidas a tomar, resultantes da divergência de critérios, e também de diferentes leituras sobre questões relacionadas com o ambiente ou clima de trabalho. Apesar de a associação que constitui o objeto deste estudo não ser uma empresa, mas uma organização não-governamental sem fins lucrativos, é uma estrutura que engloba trabalhadores remunerados e não remunerados (os voluntários), e, como tal, o clima e a cultura organizacional constituem dimensões que se assumem como consistentes alvos de análise.

Abordar as organizações à luz da análise cultural acentua principalmente o carácter socialmente construído e simbólico das realidades organizacionais. As organizações são, deste modo, apreendidas enquanto sistemas de crenças, valores e símbolos, utilizados pelos atores que a compõem, para interpretar e recriar a realidade na qual convivem. A cultura organizacional envolve, pois, toda uma panóplia de construções coletivas realizadas pelos membros que constituem uma organização, nas suas interações quotidianas, assumindo-se, pois, como um sistema de representações compartilhado. Tendo em conta que “a realidade organizacional, para além dos domínios técnico, económico e produtivo integra igualmente o do simbólico, patente nos discursos e práticas organizacionais” (Neves *et al.*, 1996), procurámos, através da análise dos discursos e da observação das práticas organizacionais, compreender o funcionamento desta organização, com o fito de, pela observação e análise da instituição, considerá-la na sua especificidade cultural. Para tal, atentámos aos múltiplos factos que são empiricamente observáveis na organização, designadamente no que concerne aos seus elementos simbólicos e culturais.

Na Associação Reviravolta existem grupos distintos de intervenientes, ditados, senão de outro modo, pelos termos formais dispostos nos estatutos. E também pelo modo da sua pertença e formas de participação na associação. Relativamente à pertença, distingue-se entre voluntários associados e não associados. No que concerne às formas de participação, estas remetem para a intervenção direta dos protagonistas na vida da organização. Em relação à diferenciação que os estatutos pressupõem, esta divide os protagonistas entre aqueles que pertencem aos Órgãos Sociais da associação, e aos que nela não exercem nenhum cargo formal. Entre estes elementos, a análise incidiu sobre aqueles que compõem a Direção da associação, e os voluntários. Procurámos determinar qual a posição que ambos preenchem no campo social que é a associação, qual o posicionamento que ocupam na estrutura, de que forma se relacionam com a mesma, e que tipo de relação estabelecem com os outros intervenientes, na medida

em que, à partida, os dirigentes detêm o poder, enquanto os voluntários não usufruem desse mesmo poder, existindo, portanto, uma relação de poder desigual.

Analisar relações sociais no âmbito de uma organização implica refletir sobre o processamento, nesse mesmo espaço, de relações de poder. Segundo António Teixeira Fernandes (1998: 52), toda a estrutura de ação coletiva se constitui como sistema de poder. Como afirmam Croizier e Friedberg (1981: 32), numa organização complexa, o poder surge não só como dimensão de toda a relação social num campo estruturado, mas como causador da ação social. Estes autores consideram que, visto o poder constituir um mecanismo quotidiano da existência social, está presente em todo o género de interação social, desde a mais elementar e familiar, à mais complexa e impessoal, ou seja, em qualquer instância do quotidiano em contexto de interação. Num subsistema social hierarquizado, como é o caso de uma organização dotada de um organigrama e estatutos que estabelecem o poder formal, este cenário acentua-se, dado que existe, desde logo, um desequilíbrio criado à partida pelo distanciamento provocado pela diferença hierárquica. A estruturação gerada pela coesão associada à formação de um campo social pressupõe, portanto, diferenciação e desigualdade, o que resulta na formação de relações de poder.

As relações de poder baseiam-se no desequilíbrio instrumental, pois apoiam-se no domínio de determinado conjunto de competências por parte de um indivíduo, que assim que as detém, reúne as condições necessárias para exercer o poder sobre os demais indivíduos que atuam no campo social. Croizier (Croizier e Friedberg, 1981) classifica de zona de incerteza a diferença entre um objetivo de ação traçado por um indivíduo e a incapacidade dos seus interlocutores de traçarem os objetivos da sua linha de ação. Croizier considera que o controlo sobre essas zonas de incerteza confere poder. Na sua opinião, o poder é resultante da possibilidade de exercer controlo e da imprevisibilidade do seu comportamento. O próprio domínio de uma competência em particular é uma fonte de capital simbólico numa empresa, logo, permite ao indivíduo ascender à camada superior da estrutura do campo social, implicando que esta exerça poder sobre os demais.

Bourdieu (1997) advoga que o *habitus* varia de acordo com a posição que o indivíduo, ou grupo de indivíduos, ocupa no campo. De acordo com esta teoria, indivíduos ou grupos que experienciem processos de socialização difundidos através de sistemas de disposições idênticos irão, tendencialmente, ocupar posições semelhantes no campo social. A posição que o indivíduo ocupa no campo social varia em função da posse de recursos, poderes ou capitais específicos. A proximidade de posições no campo depende da similitude na distribuição destes recursos e capitais.

Veremos, então, que sentido os protagonistas atribuem às suas ações, e de que modo estas se constroem. Assim, neste artigo vamos atentar ao discurso dos dirigentes, aos elementos simbólicos e culturais para compreender, pela prática, como funcionam as relações estrutura/indivíduo no seio desta organização, bem como entender as relações de poder que se estabelecem dentro da mesma, isto é, avaliar se o poder se impõe como forma dominante na estrutura ou se, por outro lado, a estrutura cultural da organização se constrói com base na ação individual e se forma na interação,

na troca de experiências entre agentes e no desempenho de papéis mediados pelas expectativas geradas em torno do indivíduo que o desempenha.

2. A estrutura e o modelo de organização da Associação Reviravolta

Elaborar um estudo que retrate uma organização moderna implica perceber a lógica da sua estrutura, a orgânica do seu funcionamento e os impulsos que promovem os seus fluxos de atividade, comunicação e de autoridade. Mintzberg (1995) distingue cinco subestruturas que se formam no seio das estruturas organizacionais e que compõem, no modo como se interligam, o esqueleto orgânico de uma organização. Como evidencia o autor, cada uma delas preenche uma relação funcional e sistêmica com as demais, traçando-se, assim, uma interdependência indispensável para garantir o ambicionado consenso organizacional, que será o normal estágio de uma estrutura organizacional. Nesta linha, segue-se a exposição do autor sobre cada uma das cinco componentes de uma organização.

De acordo com Mintzberg, a primeira das subestruturas é o *vértice estratégico*, o centro de decisão que se situa no topo da hierarquia da estrutura. A sua denominação provém do trabalho de delimitação estratégica e de planeamento realizada a este nível, assegurando-se, assim, a eficiência da execução das tarefas, bem como a supervisão de todo o tipo de interações laborais. Aqui estão concentrados todos os membros encarregados da responsabilidade global da organização: o diretor-geral que, no caso desta organização, é personificado pelo presidente da associação, e os outros dirigentes, cujas responsabilidades sejam globais. O vértice estratégico tem como função principal assegurar que a organização cumpre a sua missão de forma eficaz. Isto impõe três conjuntos de deveres: o primeiro é o da supervisão direta, que consiste na atribuição de tarefas às pessoas, emitir ordens, resolução de conflitos, transmissão de informação aos empregados, preenchimento dos postos de trabalho dentro da organização, remuneração e motivação dos funcionários. No fundo, a supervisão direta, ao nível do vértice estratégico, assegura que toda a organização funcione sem conflitos, como um todo integrado. O segundo conjunto de deveres remete para a gestão das condições de fronteira da organização, isto é, as suas relações com o ambiente exterior. Os quadros do vértice estratégico desempenham um papel de ligação entre a organização e o meio externo, quer obtendo a informação necessária do exterior, quer transmitindo informação sobre as atividades da organização. O terceiro respeita ao desenvolvimento da estratégia da organização. A estratégia pode ser encarada como uma força mediadora entre a organização e o ambiente exterior. A formulação da estratégia implica a interpretação do ambiente e o desenvolvimento de padrões consistentes nos fluxos das decisões organizacionais para fazer face aos problemas levantados pelo ambiente. (Mintzberg, 1995: 43-45).

A segunda subestrutura é denominada de *linha hierárquica*, que desempenha a função de conexão entre as diferentes partes da organização. A este nível, pretende-se dar resposta a todas as necessidades emergentes dos diferentes órgãos servindo,

portanto, de elemento central na distribuição da informação, bem como de reconstrução estratégica, em função do surgimento dessas mesmas necessidades. Uma outra subestrutura ou componente é designada por Mintzberg de *centro operacional*. Este é o elemento produtivo e a base da cadeia hierárquica. É para este que está orientada toda a estrutura organizativa. A subestrutura seguinte é denominada de *tecnoestrutura*, cujos elementos atuam em consonância com os da *linha hierárquica*, no sentido da avaliação do sistema e da sua reorganização pontual, no intuito de responder às necessidades que vão surgindo. Estes indivíduos estão concentrados ao nível dos elementos da produção, embora não sejam elementos produtivos em si mesmos. Por fim, resta abordar a subestrutura das *funções de apoio*. Tal como a *tecnoestrutura*, atua paralelamente ao processo produtivo, servindo de suporte basilar a todo o sistema. As suas funções envolvem a sustentação de todo o processo de produção.

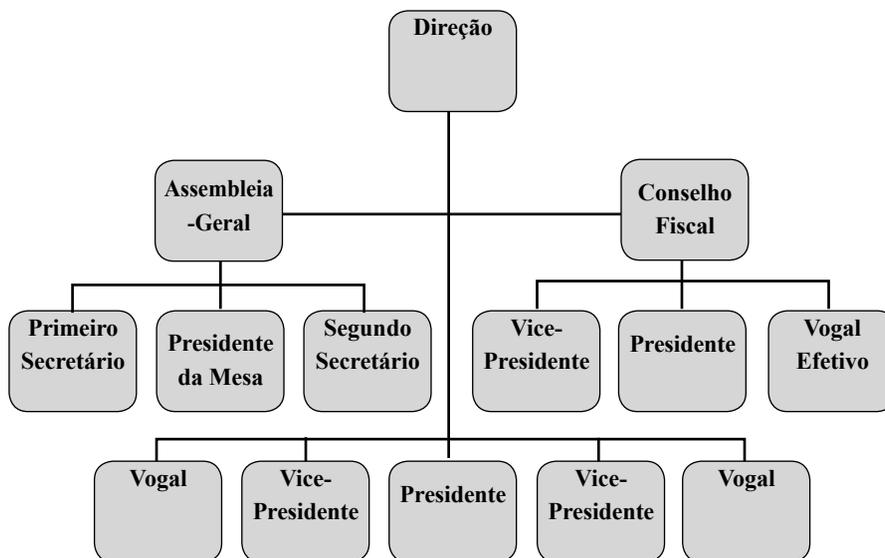
Após a definição da função orgânica de cada uma das subestruturas, Mintzberg reflete sobre a forma como elas se interligam e operam em conjunto. Segundo o autor, a ligação entre as componentes realiza-se através de fluxos que circulam por entre a estrutura organizacional. A organização integra, portanto, um sistema de fluxos. Esses fluxos podem ser de elementos de trabalho, de decisões, de autoridade e de informação. O autor sustenta que “só quando nos concentramos nestes fluxos reais – de autoridade, de materiais de trabalho, de informação e de processos de decisão – é que podemos começar a compreender como funciona a organização” (Mintzberg, 1995: 85).

Os fluxos de autoridade delineados por Mintzberg possuem uma correspondência com a representação gráfica do organigrama. Este tem uma carga simbólica a ele associada, uma vez que daqui resulta a escala de poder da própria organização, o que faz gerar uma carga valorativa associada a esta ferramenta. O autor defende que o organigrama não deve ser rejeitado, na medida em que transmite algumas ideias úteis – é como se fosse um mapa: “embora os organigramas não apresentem relações informais, representam uma imagem precisa da divisão do trabalho, mostrando num relance que posições existem na organização, como é que estas se agrupam em unidades, e como é que a autoridade formal flui entre elas” (Mintzberg, 1995: 56-57).

O fluxo de autoridade de Mintzberg é, logo, a corrente de poder que se vai fundando, à medida que se vão estabelecendo relações laborais, mais ou menos formais, ao longo da cadeia de comando. Mais fluentemente correrá o fluxo de autoridade, quão maior for o declive do organigrama. A maior carga formal associada ao fluxo de autoridade deve-se à essencial passagem da informação a transmitir, por todos os patamares da hierarquia, até chegar do topo até à base. Este processo, para além de formal, é unidirecional. O fluxo de atividade, próprio da passagem de informação e comunicação associadas ao processo produtivo, tem um percurso igualmente formal, mas já bidirecional. A Associação Reviravolta apresenta o seguinte organigrama:

Estrutura formal da organização

Fig. 1 – Organigrama dos Órgãos Sociais da Associação Reviravolta



Fonte: Estatutos da Associação Reviravolta.

A organização analisada exibe, dadas as suas especificidades, um forte pendor para uma imensa frequência de situações em que se intensificam os fluxos de comunicação, que ocorrem, maioritariamente, de modo informal. Identificados por Mintzberg (1995) como momentos de quebra dos laços hierárquicos rígidos, estes momentos de interação direta podem resultar entre elementos díspares da cadeia hierárquica.

Este autor distingue, ainda, os fluxos de decisão *ad hoc*, que são fluxos que rompem com a estrutura formal da organização, para conferir abertura ao meio exterior. Estes fluxos estão, forçosamente, ligados ao processo produtivo e a uma reconfiguração do mesmo, assim como das prioridades definidas, resultado das exigências, necessidades e oportunidades criadas pelo público-alvo da organização. A autoridade e a comunicação nas organizações não constituem, por si só, objetivos, mas sim processos que vão facilitar os dois outros processos de fluxos básicos – a tomada de decisões e a produção de bens de consumo e de serviços. Mintzberg analisa a tomada de decisão como um fluxo bastante mais flexível dos processos de decisão *ad hoc*. Neste ponto, salientamos a posição singular da Associação Reviravolta, fortemente orientada para o público, enquanto cliente, o que resulta numa constante movimentação *ad hoc*. De acordo com Mintzberg, esta é uma tendência presente em organizações jovens ou modernizadas, que quebram a rigidez da estrutura para privilegiar os resultados obtidos.

João Bilhim (2005: 23-24), por seu turno, sustenta que a estrutura organizacional define a forma como as tarefas devem estar delimitadas e estabelece os mecanismos formais de coordenação e controlo. Existem três características numa estrutura organizacional: a *complexidade*, a *formalização* e a *centralização*. A *complexidade* engloba a divisão do trabalho, os níveis hierárquicos, as extensões da organização e as filiais que esta possa ter. A *formalização* é constituída pelas regras e procedimentos que as organizações têm para orientar o comportamento dos seus membros, e pelas suas normas escritas. A *centralização* define o lugar onde está o poder de decisão. A centralização e a descentralização representam os dois extremos de uma linha contínua. A localização da organização nessa linha é um fator importante que pode fornecer dados importantes sobre o tipo de estrutura. A atribuição de responsabilidades, a tomada de decisões, o agrupamento de funções, a coordenação e o controlo são requisitos fundamentais que possibilitam a operação contínua da organização.

Na Associação Reviravolta tudo gira em torno da Direção, sendo as decisões tomadas nas reuniões semanais de Direção, através do sistema de voto. A Direção compõe, portanto, e de acordo com a terminologia estabelecida por Mintzberg, o vértice estratégico, na medida em que se apresenta como o centro decisório, por excelência. As responsabilidades são assumidas e distribuídas por todos os elementos, independentemente da sua posição hierárquica.

A estrutura de uma organização pode ser definida como “o total da soma dos meios utilizados para dividir o trabalho em tarefas distintas, e em seguida assegurar a necessária coordenação entre as mesmas” (Mintzberg, 1995). O desenho organizacional tem a ver com o funcionamento e a mudança operada numa organização para atingir os fins propostos. O documento através do qual se determina o plano para atingir determinado objetivo é o organigrama, ou os manuais de organização. O desenho organizacional retrata, pois, a configuração estrutural da organização, o seu funcionamento, os órgãos que a integram e as suas relações de interdependência. Engloba-se no desenho organizacional a definição da estrutura e a repartição das tarefas por departamentos, grupos e posições, e todos os aspetos reguladores, destinados a tornar os comportamentos dos indivíduos conformes aos padrões organizacionais.

Na Associação Reviravolta criou-se uma espécie de “sub-departamentos”, que foram intitulados de “grupos de trabalho”. Estes grupos de trabalho desenvolveram-se de forma a dar uma melhor resposta às solicitações que chegam à associação. Analisando a criação destes grupos de trabalho à luz da teoria de José Neves (1996: 309), estes grupos de trabalho representam variáveis de estrutura, isto é, são elementos que contribuem para dividir as atividades em diferentes tarefas (subactividades), que têm como fim assegurar o desejado controlo e coordenação entre essas mesmas tarefas. Embora durante a janela temporal em que decorreu esta pesquisa empírica os voluntários ainda não participassem ativamente no trabalho destes grupos, podem fazê-lo, sendo que é uma pretensão da Direção que os associados e voluntários que ambicionem desempenhar uma participação mais ativa no seio da associação se integrem nestes grupos. Deste modo, os sete elementos da Direção distribuíram-se pelos vários grupos de trabalho (Grupo Financeiro, Grupo de Sensibilização, Grupo

Lojas, Grupo de Vendas Externas, Grupo Contabilístico, Grupo de Voluntariado, Grupo Gestão de Conteúdos Informáticos). Cada grupo é responsável pelas decisões referentes a cada aspeto que o constitui, as quais são comunicadas aos restantes membros da Direção na reunião semanal de Direção. Cada diretor é parte integrante de mais do que um grupo:

“A Direção tem vários grupos de trabalho, creio que são sete, ao todo, grupos de trabalho. Cada membro da Direção está mais ou menos em dois. Eu, por acaso, estou em quatro grupos (...).”

António, 31 anos, Vice-Presidente

O Grupo Financeiro gere as contas da Associação, em parceria com o Grupo Contabilístico. Compete-lhes as idas aos bancos, pagamentos aos funcionários, tratar das contas e obrigações financeiras da Reviravolta. Ao Grupo de Sensibilização compete efetuar ações de sensibilização em escolas e universidades, administrar ações de formação aos voluntários, e gerir os projetos em que a Associação se envolve (de um modo geral, estes projetos são desenvolvidos com outras instituições ligadas ao Comércio Justo, de âmbito nacional e internacional). O Grupo Lojas encarrega-se da gestão das duas lojas a cargo da Associação Reviravolta, e de todos os aspetos que lhe são inerentes: autorização de encomendas, gestão de stocks, questões logísticas, comunicação com as funcionárias, organização de dias comemorativos nas lojas. O Grupo de Vendas Externas relaciona-se com o anterior, na medida em que lhe cabe gerir os stocks disponíveis para feiras e ações de sensibilização com venda de produtos, ou seja, é um grupo que acaba por interagir sistematicamente com as lojas. Este grupo está igualmente incumbido de organizar e dar resposta às solicitações do serviço de *catering/coffee-break* que a Reviravolta disponibiliza. O Grupo Contabilístico encarrega-se da contabilidade, e está a cargo de um dos membros suplentes da Direção, cuja profissão é contabilista. O Grupo de Voluntariado gere os voluntários disponíveis para assegurar o funcionamento das lojas, para participar em feiras, e trata da angariação de novos voluntários. A comunicação com os voluntários fica a seu cargo, tarefa em que contam com a ajuda das funcionárias das lojas, que servem de intermediário, uma vez que, como se encontram permanentemente nas lojas, têm um maior contacto com os voluntários que aí se deslocam. O Grupo Gestão de Conteúdos Informáticos encarrega-se, fundamentalmente, de gerir e assegurar o funcionamento do site da Reviravolta, assim como de reencaminhar os *emails* recebidos para os respetivos grupos a que se destinam.

Cada um destes grupos é responsável pela dinamização de ações na sua área específica, que conduzam à concretização dos objetivos definidos no Plano de Atividades anual. Internamente, cada um dos grupos estabelece qual a frequência e dinâmica das reuniões necessárias, de modo a que se atinjam os resultados desejados. Usualmente, essas reuniões são quinzenais, e os seus resultados, decisões e iniciativas são apresentados nas reuniões de Direção. Dada a especificidade de dois dos grupos de trabalho, que envolvem diretamente as funcionárias e respetivo desempenho na

organização, as reuniões dos grupos de trabalho “Loja” e “Sensibilização e Educação” incluem as funcionárias que, deste modo, tomam conhecimento *in loco* das decisões, e das tarefas que terão de desempenhar de acordo com o que foi estipulado, de forma a alcançar os resultados pretendidos com cada ação. Por outro lado, ao agir desta forma, inserindo as funcionárias nas reuniões, os grupos aparentam controlar de forma mais eficaz os níveis de produtividade do seu centro operacional.

Vulgarmente, as decisões tomadas em conjunto nas reuniões de Direção são transmitidas às funcionárias através dos encontros destes grupos de trabalho, ou por comunicação de um dos elementos dos grupos, consoante o assunto em questão. Caso esta transmissão de informação não ocorra no âmbito das reuniões quinzenais de cada grupo, uma vez que somente dois destes grupos exigem a presença das funcionárias nas suas reuniões, a comunicação estabelece-se da mesma forma, ou seja, um dos elementos de cada grupo fica responsável por passar a informação às funcionárias, seja através do *email*, do recurso ao telemóvel ou, ainda, presencialmente, nas lojas, o que acontece com relativa frequência. Na semana seguinte, na reunião de Direção, esse elemento transmite aos restantes membros da Direção de que forma se traduziu o impacto da informação que difundiu, e apresenta o *feedback* que a decisão obteve, dando conta do modo como a decisão tomada está a ser posta em prática no centro operacional. Os grupos de trabalho assumem, portanto, uma posição fulcral no que concerne à transmissão de informação, e aos fluxos de comunicação na organização.

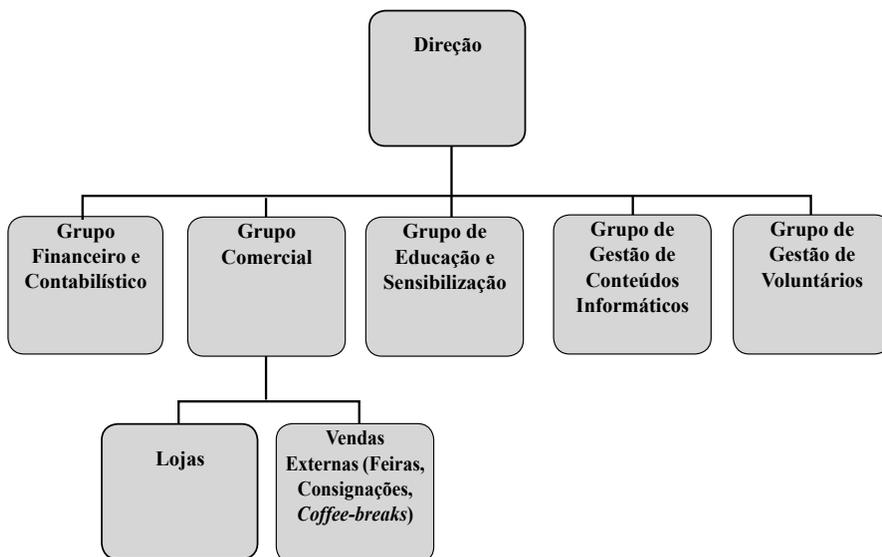
Todavia, nem sempre tal acontece, uma vez que nem sempre as funcionárias estão presentes nas reuniões, pois estas decorrem fora do seu horário laboral, após o encerramento das lojas, o que conduz a que tenha de se conjugar a disponibilidade pessoal de todos os intervenientes, o que nem sempre se afigura como uma tarefa simples. As funcionárias despendem do seu próprio tempo livre para participarem nestas reuniões exercendo, deste modo, uma ação voluntária em prol da organização para a qual trabalham. Na sua ausência, cabe a um dos elementos de cada grupo comunicar-lhes os resultados das reuniões, para que as funcionárias se mantenham informadas sobre os procedimentos a adotar, e do que se passa na organização. De igual modo, é usual a redação de um memorando escrito sobre o conteúdo de cada reunião, que posteriormente é enviado a todos os membros, e que também costuma ser lido nas reuniões de Direção. Este procedimento prende-se com a necessidade de que todos os elementos que constituem a organização sejam informados de todas as decisões, estratégias, atividades e acontecimentos que marcam o quotidiano da Associação.

Os grupos de trabalho encorpam, deste modo, aquilo a que Mintzberg designa por linha hierárquica, na medida em que são estes grupos quem estabelece a conexão entre as diferentes partes da organização, neste caso, entre a Direção e as funcionárias, se situam no centro operacional, e também entre os diferentes grupos de trabalho. O vértice estratégico está ligado ao centro operacional pela cadeia de quadros da linha hierárquica com autoridade formal. Esta cadeia vai dos quadros situados mesmo abaixo do vértice estratégico até aos supervisores de primeira linha, que exercem autoridade

direta sobre os operacionais e que personificam o mecanismo de coordenação intitulado de supervisão direta (Mintzberg, 1995: 45-46). Na verdade, os grupos de trabalho parecem exercer essa função: coordenam o trabalho das funcionárias, cumprindo, deste modo, a função de supervisão direta.

Sub-departamentos da organização

Fig. 2 – Estrutura da organização interna da Direção da Associação Reviravolta.



Fonte: A figura foi criada em função da informação recolhida junto dos dirigentes da organização.

Ainda de acordo com a perspetiva de Mintzberg, é possível asseverar que as lojas de CJ que a Reviravolta gere são o seu centro operacional, na medida em que são, por excelência, o elemento produtivo da organização: “o centro operacional de uma organização compreende todos os membros (operacionais) que executam o trabalho básico relacionado directamente com a produção de bens e serviços. (...) O centro operacional posiciona-se no âmago de cada organização, é uma parte crucial da organização que produz os resultados que a mantêm activa” (1995: 43). É no centro operacional que se executa o trabalho básico da organização, e nesta organização específica, esse trabalho é efetuado nas lojas, pelas funcionárias e pelos voluntários. De facto, as vendas, que são o elemento que assegura à associação a sua subsistência, ocorrem, maioritariamente, nas lojas. As vendas externas também contribuem para a produção, mas, ainda assim, estão ligadas às lojas. É nas lojas que se realiza a atividade comercial preconizada por esta associação, e é a partir das lojas que se desenrolam as restantes ações que a caracterizam: as feiras são preparadas nas lojas, assim como os serviços de *coffee-breaks*, também previamente preparados na própria loja.

As lojas constituem, a nosso ver, o centro operacional desta estrutura. E os operacionais que laboram neste centro são as funcionárias e os voluntários. Os voluntários contribuem para o funcionamento da associação, ainda que o façam a tempo parcial, e de forma não remunerada. A sua intervenção colmata a ausência das funcionárias nas lojas durante o seu período de descanso e em determinados acontecimentos específicos. Se os voluntários não existissem, as lojas fechariam durante os fins de semana e período de férias das funcionárias, o que afetaria, indubitavelmente, a produção, o fluxo de vendas das lojas. Deste modo, é possível aferir da importância do papel desempenhado pelos voluntários no centro operacional. Cada voluntário contribui para o funcionamento da organização, em média, quatro horas por mês, ou seja, assegura um turno numa das lojas. Os voluntários funcionam como uma espécie de suporte da organização. Neste sentido, a sua ação é fundamental.

Relativamente às funções de apoio, estas são desempenhadas pelos associados, na medida em que estes servem de base a todo o sistema, são o sustentáculo do processo produtivo, uma vez que a sua ação dá apoio à organização, fora do fluxo de trabalho operacional, como sustenta Mintzberg (1995: 50). De facto, os associados não fazem parte do centro operacional, não se encontram efetivamente inseridos na estrutura, na esfera da produção, não são subordinados, não lhes são atribuídas tarefas, nem têm ordens a cumprir, apenas são informados de que a organização necessita deles num determinado momento e, conforme a sua disponibilidade e vontade, correspondem ou não, ao apelo. É o que ocorre aquando da marcação de uma assembleia, por exemplo. Como refere Mintzberg, “as funções de apoio apoiam indirectamente o funcionamento do centro operacional” (Mintzberg, 1995: 39). A sua função consiste, portanto, em apoiar indirectamente as missões básicas da mesma. Aos associados é consentido o direito de deliberar sobre o futuro e decisões que afetam a continuidade da associação, bem como das suas atividades e orçamentos, no decurso das assembleias anuais. E é, de facto, esse papel que os associados preenchem nesta estrutura organizativa:

“Portanto, os associados têm um papel absolutamente central na Associação. São de facto os ‘donos’, se quisermos, da Associação, são eles que elegem a Direcção, são eles que elegem a mesa da Assembleia-Geral, são eles que elegem o Conselho Fiscal e têm essa obrigação de eleger e também de ser eleitos, porque eles, ao mesmo tempo, os associados são também potenciais eleitos para os órgãos sociais da Associação.”

Paula, 33 anos, Vice-Presidente

Na tecnoestrutura, “os analistas standardizam o trabalho dos outros, e aplicam as técnicas analíticas que permitem que a organização se adapte ao seu ambiente” (Mintzberg, 1995: 39). Nesta componente organizacional “encontram-se os analistas que servem a organização na medida em que afectam o trabalho dos outros. Estes analistas estão afastados do fluxo de trabalho operacional” (*idem*: 49). Neste sentido,

é possível afirmar que as funções da tecnoestrutura, na Associação Reviravolta, são desempenhadas pelos órgãos sociais que não a Direção, ou seja, o Conselho Fiscal e a Assembleia-Geral.

Das configurações organizacionais que Mintzberg (1995) desenvolve, em função do seu trabalho sobre as dinâmicas e a estrutura das organizações, concluímos que a estrutura da Associação Reviravolta se enquadra no conceito de *adhocracia*. A justificação reside em vários aspetos, dos quais se destaca a sua vocação para o consumidor, quer pela sua ação de sensibilização para um consumo mais ético e responsável, que é umas premissas básicas do CJ, quer para a sua orientação na venda. Deste modo, a instituição encontra-se em permanente reconfiguração, de forma a satisfazer as necessidades do ambiente que a envolve. Por outro lado, a informalidade dos processos comunicacionais (que ocorrem maioritariamente através da Internet, telefone ou por intermédio das funcionárias), também nos conduz nesse sentido. Estamos perante uma organização com um processo interno de comunicação modernizado e pouco formal.

A organização *adhocrática*, no entender de Mintzberg (1995), é muito orgânica em termos de funcionamento e dotada de baixa formalização. Por outro lado, integra profissionais com elevada formação, a quem são atribuídos projetos que implicam soluções rápidas, criativas e adequadas às exigências de cada momento, e cooperação e trabalho de equipa para a concretização dos objetivos a que se propõe. Por este motivo, o controlo e a coordenação funcionam com base no ajustamento mútuo através da comunicação informal. Em termos de configuração organizacional, a distinção entre órgãos funcionais e operacionais esbate-se, dando lugar a uma distribuição do poder por toda a estrutura, o que recorta uma fronteira ténue entre vértice estratégico e a restante estrutura. O funcionamento por equipas pluridisciplinares (que, neste caso, se concretizam nos grupos de trabalho), tendo em vista a concretização de um projeto comum, contribui para esbater a fronteira existente entre trabalho produtivo e trabalho de conceção e planeamento.

No que concerne ao principal mecanismo de coordenação, aquele que mais se adequa ao perfil da Reviravolta é o ajustamento mútuo, dado toda a flexibilidade inerente à estrutura, no sentido de se ajustarem as tarefas e incumbências às disponibilidades de cada um dos intervenientes. A componente chave desta organização situa-se ao nível do centro operacional, o que nos remete para a presença de uma *adhocracia* operacional. Os elevados níveis de instrução e formação dos seus protagonistas (praticamente toda a Direção é detentora de formação universitária, e o contingente de voluntários caracteriza-se por uma forte presença de licenciados e de estudantes do ensino superior) também é reveladora de estarmos perante uma organização com características *adhocráticas*, assim como a reduzida formalização (atente-se ao facto de, por exemplo, a Direção ser alargada, contrariamente ao que impõe a formalização dos estatutos), ser maioritariamente constituída por jovens, deter um ambiente complexo, mas dinâmico, e assentar predominantemente na colaboração como expressão da sua força.

Notas conclusivas

Se atendermos a que “o resultado organizacional é função de uma elevada motivação e desempenho dos seus colaboradores” (Neves, 1996: 316), e considerando que confessadamente, a Reviravolta revela sérias dificuldades em motivar os seus voluntários, é possível asseverar que os resultados da atividade desta associação, embora satisfatórios para os dirigentes, mas tidos como insuficientes na sua ótica, face ao tempo cronológico de existência da associação, sejam decorrentes desta situação de fraca mobilização por parte de uma fatia significativa do seu centro operacional – a rede de voluntários.

Esta associação aspira a obter uma cultura forte, definida pela homogeneidade das práticas, estabilidade, profundidade e intensidade da partilha dos pressupostos fundamentais que cimentam os elementos humanos da organização. A associação possui já alguns traços de uma cultura forte, de acordo com a definição de “cultura forte” enunciada por José Neves (Neves, 1996: 318), na medida em que apresenta um historial longo, diversificado, rico e intenso, e enfrentou com sucesso problemas difíceis de sobrevivência, visto que a associação esteve em risco de extinção.

A associação rege-se pelos estatutos no que toca aos objetivos, âmbito e constituição dos Órgãos Sociais. Todavia, internamente, existe bastante flexibilidade na estrutura, o que possibilita que os seus dirigentes organizem a sua forma de participação de acordo não só com as necessidades da associação, mas também em função da sua própria disponibilidade, tendo em conta que todos os elementos do corpo dirigente são voluntários. Alguns deles, inclusive, participam no mapa de turnos nas lojas, em feiras e na realização de *coffee-breaks*. Os dirigentes constituem, então, um grupo de voluntários com uma forte participação na vida da associação. Aliás, os dirigentes assumem não só as responsabilidades inerentes ao cargo que ocupam, como também as acumulam com tarefas que são parte integrante da vida quotidiana da associação. O que os leva a revelar que se encontram cansados, à beira da exaustão. Tal significa que a Reviravolta se debate com dois graves problemas que poderão afetar, a médio prazo, o seu futuro: a falta de pessoal a quem delegar tarefas e a sobrecarga que pesa sobre o os seus dirigentes. Este sobrepeso poderá conduzi-los a um estado de esgotamento que, eventualmente, poderá traduzir-se num abandono dos seus cargos. Neste caso, estaríamos perante um efeito perverso, uma vez que o excesso de dedicação, por parte do corpo de dirigentes para manter a associação em funcionamento, poderia levar a uma rutura no seio da mesma, em virtude um estado de esgotamento latente. Neste sentido, é premente a necessidade de se desenvolver, nesta associação, uma estratégia que lhe permita perdurar sem que os seus voluntários e dirigentes sucumbam ao cansaço decorrente das incontáveis tarefas com que se debatem atualmente.

Nesta associação, os voluntários e funcionárias são fulcrais, a sua ação é indispensável à sua manutenção, sobrevivência e continuidade no tempo. Só através da ação destes elementos a associação continua a subsistir. Os voluntários desempenham um papel verdadeiramente fundamental numa associação que vive da sua boa vontade. Na medida em que não dispõe de efetivos suficientes para levar a cabo todas as

tarefas e ações que a suportam, a Reviravolta vive no limbo, sempre dependente da (in)disponibilidade do seu contingente voluntário. Neste campo, as dificuldades que a associação atravessa são imensas, pois a falta de recursos humanos remunerados e as suas carências financeiras ditam esta relação de dependência de um trabalho que nem sempre é exercido de uma forma regular. A Reviravolta parece viver, portanto, ao sabor do vento: bem quando os voluntários se encontram mais disponíveis e motivados, e mal quando estes não aderem às solicitações que recebem por parte da organização. Deste modo, o futuro desta associação ainda não se encontra consolidado, e o almejado lugar ao sol no panorama de consumo, em Portugal, vislumbra-se, ainda, como um longo caminho a percorrer.

Relativamente aos aspetos de funcionamento da organização, esta debate-se com alguns desafios. No que concerne aos voluntários, denota-se a necessidade de se delinear uma estratégia que os motive permanentemente e que os alerte para a necessidade de se tornarem associados. Os dirigentes acreditam que, criado o vínculo com a associação, os voluntários já obteriam poder de decisão sobre os destinos da mesma, sentir-se-iam mais responsáveis pelos caminhos que esta trilha, fomentando-se, deste modo, uma mais eficiente e regular participação no quotidiano da organização.

No que concerne aos procedimentos propriamente ditos, em termos de acolhimento de novos voluntários, não há um plano definido, e geralmente a socialização dos novos agentes da organização fica a cargo dos seus recursos remunerados, as funcionárias. Isto é, no momento em que a associação acolhe um novo elemento, não investe numa imediata construção simbólica da realidade com que o voluntário se vai deparar. Esta lacuna no acolhimento dos voluntários é, de um modo geral, colmatada pela forte coesão interna dos elementos do grupo. Mesmo quando os novos voluntários beneficiam de uma formação mais consistente, que lhes é conferida numa sessão presidida por elementos da Direção, designadamente pelo Grupo de Sensibilização, a sua integração na associação resume-se a isso mesmo, não se verificando, posteriormente, um acompanhamento ou uma monitorização dos voluntários a esse nível. E, quando existe, é efetuado pelas funcionárias, de forma espontânea e não de um modo previsto, organizado e planeado. Tomando em atenção o conceito bourdiano de *habitus*, o que se constata na Associação Reviravolta é que o processo de transmissão dos sistemas de disposições que formam este *habitus* e que deverão servir de eixo orientador da conduta individual são transmitidos, primeiramente, a partir da base da estrutura, e não por alguém capaz de, simbolicamente, selecionar as disposições e transmiti-las tal como elas são. Pelo exposto, conclui-se que a estrutura cultural desta organização se constrói com base na ação individual, formando-se na interação e na troca de experiências entre os seus agentes.

A Reviravolta carece, então, de um plano estratégico de acolhimento, integração, acompanhamento e formação dos seus recursos. Neste campo, pensamos ser relevante relembrar não só a condição voluntária da sua estrutura diretiva, que, à partida, estaria encarregue de realizar esta tarefa de inserção dos novos voluntários na organização. Sendo assim, a estrutura vê-se forçada a adaptar-se à(s) (falta de) condições que

tem para realizar um trabalho que é essencial à sua subsistência, no que concerne à formação dos seus novos elementos. A míngua de recursos humanos e financeiros revela-se, neste aspeto, determinante. Esta carência é colmatada pela ação dos seus recursos remunerados.

Em relação aos procedimentos formais, é possível concluir que a Reviravolta, embora reja a sua atividade de acordo com o que se encontra estipulado nos seus estatutos, principalmente no que toca à sua missão, objetivos e formas de atuação, não os aplica em toda a sua plenitude. Pelo contrário, o seu corpo dirigente adequa a sua ação aos estatutos, indo até onde estes lhe permitem, sempre através de uma boa dose de flexibilidade. Vejamos: os estatutos apenas envolvem cinco pessoas na composição da Direção; a atual Direção, aproveitando a “brecha” que os estatutos abrem, ao permitir a presença de convidados nas reuniões de Direção, constituiu uma Direção alargada, que se estende a sete elementos, dois dos quais suplentes que se envolvem nas atividades da mesma forma que os restantes e que são encarados como membros efetivos pelos demais elementos que compõem a Direção. Ou seja, embora os estatutos prevaleçam, não assumem nesta associação um papel magnânime.

Uma outra conclusão a que chegámos é que os voluntários não possuem qualquer tipo de poder de decisão nesta organização, exceto aquele que lhes é conferido pela condição de associado, e que lhes atribui o poder decisório sobre os destinos da associação. Porém, e como uma larga franja de voluntários não é associada, não dispõe, sequer, deste poder. Ou seja, se é possível afirmar que é visível uma fraca diferenciação entre corpo dirigente e contingente de voluntários, em termos de similitude de tarefas desempenhadas no quotidiano da organização, isto é, de participação nas atividades levadas a cabo pela associação, não nos é permissível confirmar um outro pressuposto de igualdade, o de que esta fraca diferenciação se estende aos processos de tomada de decisão.

A Associação Reviravolta abarca diferentes tipos de protagonismos e de protagonistas. É uma organização complexa, modernizada, constituída, maioritariamente, por jovens, que ambicionam um futuro auspicioso, quer para a associação, quer para o movimento do Comércio Justo. A Reviravolta subsiste dado o empenho e boa vontade dos seus voluntários e dirigentes, face às suas manifestas dificuldades: a escassez de recursos humanos, a falta de especialização, de apoios, e os problemas de sustentabilidade financeira.

Referências Bibliográficas

BILHIM, João (2005), *Teoria Organizacional: Estruturas e Pessoas*, Lisboa, ISCSP, Universidade Técnica.

BOURDIEU, Pierre (1997), *Razões práticas: sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editora.

CROIZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard (1981), *L'acteur et le système*, Paris, Seuil.

FERNANDES, António Teixeira (1998), *Os Fenómenos Políticos: Sociologia do Poder*, Porto, Edições Afrontamento.

MINTZBERG, Henry (1995), *Estrutura e Dinâmica das Organizações*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

NEVES, José [et al.] (1996), *Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, McGraw Hill.

NUNES, Francisco e VALA, Jorge (2002), “Cultura organizacional e gestão de recursos humanos”, in António Caetano e Jorge Vala (orgs.), *Gestão de recursos humanos: contextos, processos e técnicas*, 2ª ed., Lisboa, RH Editora.

PIMENTEL, Duarte (1988), “Sobre a cultura de empresa: contributos para a clarificação de um conceito”, in *Sociologia - Problemas e Práticas*, 4, 133-145.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract

In this article we intend to specify the *modus operandi* of an association that promotes Fair Trade, based in Oporto. By analyzing this association's organizational structure, and by analyzing the speeches of its leaders, we aim to account for the interactive dimensions of social relationships within the organization, as well as representations of their players. The analysis model developed leads, initially, to the context of late modernity and global economy, which is characteristic of modern societies, and the emergence of new social movements, whose genesis lies in the context of societal change, and that is the background of the social movements within Fairtrade emerged.

Keywords: New social movements; Organization; Association; Social participation.

Résumé

Dans cet article, nous avons l'intention de préciser le *modus operandi* d'une association pour promouvoir le commerce équitable, basé à Porto. En analysant la structure organisationnelle de cette association, et en analysant des discours de ses dirigeants, nous visent à tenir compte des dimensions interactives des relations sociales au sein de l'organisation, ainsi que des représentations de leurs joueurs. Le modèle d'analyse développé conduit, d'abord, pour le contexte de la modernité tardive et la caractéristique économie mondiale des sociétés modernes et l'émergence de nouveaux mouvements sociaux, dont la genèse réside dans le contexte du changement sociétal, et qui est le tissu de fond dans le mouvement social donc est émergé le commerce équitable.

Mots-clés: Nouveaux mouvements sociaux; Organisation; Association; La participation sociale.

Condições de Produção da Arte Feminista
na Rússia.
Públicos e Práticas de Recepção:
*The History of Gender and Art in
Post-Soviet Space – en d'Art 1989 - 2009*
no MMOMA

Rui Pedro Fonseca¹

Resumo:

Neste estudo apresentam-se as condições de produção da arte feminista no contexto russo, assim como se identificam alguns dos mecanismos impeditivos de visibilidade com que as mulheres artistas se deparam. Apontam-se algumas das intenções, estratégias e critérios das artistas para a consecução da igualdade de género, dentro e fora do campo artístico. É um estudo também voltado para as práticas de recepção dos públicos visitantes da exposição de arte feminista que teve lugar no MMOMA: foca-se a sua composição social, as motivações das suas visitas, os seus gostos estéticos, e as formas de articulação dos seus comentários (potencialmente geradores e evocadores a questões de género) a partir das obras por eles selecionadas.

Palavras-Chave: Recepção; Arte; Feminismo; Género; MMOMA; Públicos; Exposição; Produção; Condições.

¹ Facultad de Bellas Artes Universidad del País Vasco. Instituto de Sociologia Faculdade de Letras Universidade do Porto. Com o apoio: FCT. E-mail: ruiPEDRO.fons@gmail.com.



Para realização deste estudo destaca-se a contribuição de Natalya Kamenetskaya, Irina Urnova e Ruth Addison pelas entrevistas concedidas. Agradeço ao *Moscow Museum of Modern Art* por ter permitido realizar o estudo de recepção assim como às/aos inquiridas/os que colaboraram. De destacar as diversas formas colaboração de Anabela Santos que contribuiu de forma determinante para a consecução desta investigação.

Introdução

Este estudo contém três distintas dimensões de análise, no entanto complementares. Numa primeira, apresentam-se as condições de produção da arte feminista no contexto russo: averiguam-se critérios artísticos de consagração, através de um levantamento de dados realizados *online* em oito instâncias artísticas russas e atesta-se a representatividade de artistas, por género. Comparam-se os dados mencionados

anteriormente com a formação superior/profissionalização artística, também por género, recorrendo ao relatório *Promoting Gender Equality and Empowerment of Women*, da ONU. Estes dados são consubstanciados com o recurso a testemunhos de agentes artísticos da Federação.

Numa segunda dimensão, analisam-se as práticas de recepção de públicos visitantes da exposição de arte feminista que decorreu no MMOMA. Para tal efeito, procedeu-se à recolha presencial de informação através do recurso de entrevistas biográficas da observação direta das quais onde resultaram apreciações, gostos e preferências – informação que originou grelhas de resultados. Numa terceira dimensão, destacam-se com análises descritivas alguns dos feminismos artísticos realizados na Rússia, cujas obras foram selecionadas pelos públicos inquiridos.

1. Condições de produção dos feminismos artísticos na Rússia

O feminismo nunca atingiu o mesmo grau de impacto social na Rússia quando comparado com alguns países da Europa Ocidental e com os Estados Unidos. As debilidades dos impactos do movimento feminista na Rússia também se refletem na esfera artística, e tem sido devido aos obstáculos presentes no campo artístico que muitas mulheres artistas na Rússia se veem unindo por objetivos únicos ligados à sua própria condição e ao próprio movimento. Parte do sucesso da visibilidade do feminismo artístico russo depende, necessariamente, do vigor do sistema comercial da arte contemporânea em território russo e dos fluxos de importação e exportação de ideologias, de agentes culturais que legitimem feminismos artísticos.

No decorrer dos processos de seleção e consagração de artistas existem critérios dificilmente quantificáveis e objetiváveis, mas que inerem a uma cartilha de juízos que permeiam mais os homens em detrimento de mulheres. A desigualdade de oportunidades no campo artístico russo alarga-se para outras áreas profissionais. Embora as leis internas e tratados internacionais reificados pelo governo russo proibam a discriminação com base de género, esta permanece amplamente disseminada no território, em período pós-soviético. Presentemente, existe uma significativa assimetria na representação de interesses de mulheres e de homens nos postos de poder na Federação Russa: assimetrias salariais entre trabalhadores e trabalhadoras que cumprem com as mesmas funções; segregação de empregos com base de género; baixa representatividade de mulheres no parlamento russo, etc. Estes são indicadores (re)conhecidos e aceites pela generalidade da população russa, mas, no entanto, vistos como consequências naturais resultantes, por exemplo, de uma predisposição natural das mulheres em perspetivarem para o seu futuro a procriação e as tarefas domésticas, em vez de investirem em projetos profissionais (Cf. UNDP, 2010: 52).

A ocupação das posições de tomada de decisão permanece amplamente masculinizada, conjuntura que assinala uma ausência de mulheres nessas estruturas de poder e que, portanto, limita de forma determinante a sua capacidade em promover os seus próprios interesses (Cf. UNDP, 2010: 5). É uma situação paradoxal porque se trata de

um país onde o número de mulheres excede o número de homens, e onde as mulheres contam com o nível educacional mais alto, e em crescendo. (Ver Tabela 1).

Tabela 1 – Percentagens de jovens mulheres e homens com formação universitária em território russo

	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009
Homens	41.8 %	41.8%	41.8%	42.2%
Mulheres	58.2%	58.2%	58.2%	57.8%

Fonte: Programa para o Desenvolvimento da ONU
Promoting Gender Equality and Empowerment of Women (2010).

De acordo relatório da ONU supracitado na Tabela 1, a formação universitária na Rússia tem permanecido altamente feminizada. A proporção de homens entre estudantes universitários tem aumentado muito lentamente de 41,8% para 42%, entre 2005 a 2008. Prevê-se, ainda, que o desfasamento de níveis educativos entre homens e mulheres aumente em 2015. Se se focalizar a distribuição de mulheres e de homens nas áreas de ensino consideradas “femininas”, nas quais a cultura e as artes estão incluídas, o desfasamento é ainda mais acentuado verificando-se uma percentagem de mulheres de 73,9% a 81,5%, no período de 2008/2009 (Cf. UNDP, 2010: 50).

Em contraste, observa-se, mediante uma amostra de sete galerias de arte contemporânea e de um museu de arte, que a presença de mulheres e de homens se inverte e constata-se que a especialização artística, efetuada através de cursos superiores, não se apresenta num critério efetivo de seleção e de consagração de artistas, pelo menos para as mulheres que pretendam enveredar por tal carreira.

Tabela 2 – Número de mulheres e de homens representadas/os individualmente no Museu Estatal *The State Tretykov Gallery* e em algumas galerias de arte de Moscovo e St. Petersburgo

	Triumph Gallery	The State Tretyakov Gallery	Regina Gallery	Leonid Shishkin Gallery	D137 Gallery	Sol Art Gallery	Mindi Solomon Gallery	Russian Art Gallery
Hom.	14 (87,5%)	300 (92%)	23 (82%)	573 (87%)	6 (60%)	23 (82%)	39 (68%)	226 (83%)
Mulh.	2 (12,5%)	26 (8%)	5 (18%)	83 (13%)	4 (40%)	5 (18%)	18 (32%)	45 (17%)
Total	16	326	28	656	10	28	57	271

Fonte: Dados acessíveis nos websites das respetivas galerias, apurados em dezembro de 2010.

As instituições artísticas russas indicadas na Tabela 2 têm alguns pontos em comum: todas asseveram no seu *website* que (1) representam artistas russos; (2) que ostentam produção artística contemporânea distinta e/ou produzida ao longo do século XX; e (3) que são instituições artísticas “proeminentes” na cena artística russa e no contexto internacional. Outro aspeto, não mencionado nos *websites*, que estes espaços institucionais têm em comum consiste (4) num muito baixo coeficiente de mulheres que têm visibilidade e representação mediante a sua ligação à instituição artística: o Museu Estatal *The State Tretyakov Gallery*, apresenta o coeficiente mais baixo de representação de mulheres artistas, onde, num universo de 326 artistas, apenas 8% são mulheres que, portanto, têm a sua obra acessível ao público. Nesta amostra, observam-se que os baixos coeficientes na consagração de mulheres incidem nos 12, 5%, 8%, 32%, 17% e nos 18%, e no caso menos abismal (Galeria D137) as mulheres artistas atingem 40% dos lugares do respetivo espaço. No entanto, confirma-se a tendência de que homens artistas apresentam uma presença esmagadora nestes espaços artísticos e que, consequentemente, têm mais facilidades em afirmar-se no mercado artístico concorrencial.

Esta consiste numa pequena amostra retirada aleatoriamente *on-line* e que revela uma notória desigualdade no que diz respeito à presença de artistas mulheres em relação a artistas homens nos dois principais centros artísticos da Rússia (Moscou e St. Petersburgo). Estes dados referentes à discrepância da representatividade de mulheres e de homens artistas são condizentes com a cena artística internacional. Encaixam num padrão em que mulheres artistas, não necessariamente artistas feministas, ainda encontram o seu trabalho artístico muito dificilmente representado no campo artístico.

Poderão existir expectativas assentes no princípio da dualidade em que se espera que o homem seja mais independente, ativo, agressivo, racional, individualista e instrumental. Da mulher esperar-se-á que seja passiva, dependente, macia, emocional e expressiva. Estes poderão tratar-se de mecanismos internos inerentes a um/a artista e que podem ser fundamentais para a sua autopromoção. Natalya Kamenetskaya, artista, curadora e umas das precursoras dos feminismos nas artes em Moscou, ensaia uma distinta tentativa de explicação, situando obstáculos externos aos/às artistas:

“Existem alguns colecionadores que investem o seu dinheiro nos seus artistas e que costumam ser sempre homens. Neste processo, numa primeira fase, eles podem inclusivamente ser representados por mulheres críticas de arte que continuam a conceber o ‘homem génio’ que serve o patrono. Até as mulheres artistas, inclusivamente, concordam com estas atitudes. (...) Arte de homens aparece em mais catálogos e é criticada em artigos de formas mais positivas. (...) Existem obstáculos económicos porque não há condições institucionais que proporcionem fundos. (...) As mulheres aqui querem abordar assuntos distintos e muitas delas usam disparidades de materiais (...) no entanto, não possuem os meios para o fazer (...).”

- Os obstáculos têm também origem nos agentes mediadores:

“Todos os anos organizamos exposições de arte de mulheres sobre feminismos, ou sobre género, mas os críticos nunca escrevem sobre isso, e quando o fazem são sempre muito negativos: eles gostam de ser paternalistas e posicionam-se de cima. Criticam tudo na exposição, até as apelidam como ‘más exposições’ sem sequer conhecerem o contexto das mulheres. Mas não podem atacar toda a gente porque algumas das artistas têm posições de poder no mundo artístico (...).”²

O grupo de mulheres artistas e críticas da arte que expressam as suas opiniões sobre questões de género na Rússia é muito reduzido. Ao estarem demasiadamente imersas nas dificuldades em serem mulheres artistas num sistema artístico dominado pelos homens, a sua luta passa pela necessidade, intrínseca ao campo, em produzir arte que se referencie nas obras-mestras dos génios artistas, sem deixarem de ombrear com os homens num sistema de regras de valorização artística determinadas pelos próprios. “Ela pinta como um homem” (Kamenetskaya, 2010: 62) é uma das expressões laudatórias que Nataliya Kamenetskaya tanto escutava.

Enquanto no Ocidente o feminismo está enraizado em comunidades artísticas, tal como o *Feminist Art Program*³, de Judy Chicago e Miriam Schapiro, por contraste, na Rússia há mulheres que receiam ser marginalizadas, o que pode tornar mais custoso assumir o seu posicionamento ideológico. Algumas das artistas russas, mesmo aquelas que têm formação sobre questões de género, chegam a afirmar “eu não sou feminista” ou “sou contra as manifestações do feminismo” (Kamenetskaya, 2010: 63). Adicionalmente, muitas artistas não anotaram nos seus currículos as suas participações nos projetos de mulheres, sobretudo os projetos feministas.

2. *ŽEN d’ART The Gender History of Art in the Post-Soviet Space: 1989–2009* (Públicos e práticas de receção no MMOMA)

A exposição comissariada por duas artistas e teóricas, Oxana Sarkisyan e Nataliya Kamenetskaya, *Žen d’Art: The History of Gender in Post-Soviet Space: 1989–2009*, teve a sua edição no *MMOMA*, entre 11 de setembro a 27 de outubro de 2010.

Consiste numa exposição que aglomera vinte anos de experiências artísticas atinentes a questões de género, muitas delas sob uma perspetiva feminista, no contexto do espaço soviético e pós-soviético: reúne temáticas alusivas a construções identitárias, fronteiras de género, reflexões sobre códigos culturais, etc. Esta exposição resulta também do esforço de artistas, em que muitas actuam em consonância com movimento

² Entrevista a Natalya Kamenetskaya por Rui Pedro Fonseca, a 29 de outubro de 2010.

³ Fundado em Fresno, na California State University, em 1970.

feminista, sendo que alguns dos trabalhos contêm uma “ideologia imagética crítica” (Cf. Hadjinicolaou, 1973: 151), o que destaca as autoras como agentes artísticos que atuam para efetivar a mudança dentro de um campo que se tem revelado avesso à sua presença. No que diz respeito aos critérios de escolha das obras, houve uma preferência por artistas que tinham já alguma proeminência no contexto artístico Russo e/ou internacional.

Do dia 15 ao dia 28 de outubro de 2010, foi realizado um estudo de receção à supracitada exposição para o qual foram inquiridos 100 visitantes (70 mulheres e 30 homens)⁴. Os objetivos deste estudo de receção consistiram em (1) compreender a interação dos públicos com o conteúdo das obras, em particular as suas preferências e opiniões relativamente às obras; (2) testar a dimensão simbólico-discursiva das obras e a sua capacidade de persuasão; (3) averiguar se o *sistema de referências* (acumulado a partir da estética, história da arte e/ou a partir de experiências em instâncias artísticas) ou se o *projeto cultural* (que neste contexto implica a consciencialização de questões de género) de cada um/a das/dos inquiridas/os jogaria um papel determinante. Procurar alcançar estes objetivos implica também lidar com eles enquanto variáveis.⁵

Numa sucinta caracterização dos públicos, a maior parte das/os inquiridas/os (85%) é de nacionalidade russa; (86%) vive na cidade de Moscovo e mais de metade (58%) frequentara pela primeira vez o MOOMA. A faixa etária predominante desta amostra é dos 16 aos 25 anos de idade e foram das/os inquiridas/os recetoras/es que mais visitaram o museu aquando da realização deste estudo. Embora cerca 58% das/os inquiridas/os tenha uma baixa frequência em instâncias culturais, em particular no MMOMA, o que pressupõe que tenham uma acumulação de conhecimentos artísticos relativamente baixa. O público visitante confirma uma elevada escolarização: a maior parte (35%) respondeu que frequentava a universidade; 32% tinha obtido um curso superior; 1% tinha completado o grau de mestrado e 1%, o doutoramento. (Ver Tabela 3)

Tabela 3 – Composição social dos públicos inquiridos

Sexo	Faixa Etária	Nacionalidade	Cidade	Habilitações	Frequência de visitas ao MMOMA
Feminino 70%	13 aos 25 72%	Russa 84%	Moscovo 85%	1º Ciclo 2%	Primeira vez 58%
Masculino 30%	26 aos 32 17%	Estrangeira 16%	Outras 15%	3º Ciclo 5%	Mais que 1 vez 10%

⁴ As entrevistas foram aplicadas aos públicos após a sua visita à exposição. Nenhum/a das/os inquiridas/os acedeu aos serviços de visita guiada.

⁵ As características demográficas onde se situa a exposição; a existência, ou não, dispositivos de mediação; o *timing* em que o estudo foi realizado – consistem nas outras variáveis influenciáveis nos resultados deste estudo.

	33 aos 55 7%			Secundário 19%	Mais que 2 vezes 9%
	56 aos 65 2%			Frequência Universitária 35%	Mais que 5 vez 23%
	+ 65 2%			Curso superior 32%	
				Mestrado 1%	
				Doutoramento 1%	

Fonte: Dados apurados em entrevistas.

Uma vez que o *MMOMA* possuía Departamento Educativo optou-se por testar estes serviços de mediação entre os públicos e as obras. Os serviços de guia do museu ostentaram duas distintas modalidades: numa primeira, que não requeria pagamento, as/os visitantes poderiam solicitar uma *pen-USB* áudio que dava indicações sobre o caminho a percorrer nesta exposição. O relato fazia leituras, contextualizações históricas e culturais das obras e articulava no discurso alguma teoria feminista cujas questões de género eram abordadas com alguma profundidade e clareza. No entanto, caso existissem dúvidas, o/a visitante não tinha a quem colocá-las. A outra modalidade consistia na visita guiada mais convencional, com uma guia que entraria em serviço após a solicitação de um determinado número de pessoas, que teriam de fazer marcação prévia com o museu e efetuar um pagamento, extrabilhete de entrada. De acordo com uma das guias, Irina Urnova, as reações dos públicos, que solicitaram estes serviços, mostraram “surpresa, interesse, sobretudo os mais jovens”. Acrescenta: “concordam com muitas das causas dos trabalhos, sobretudo trabalhos que evocam tarefas domésticas.”⁶ Índícios que mostram, de acordo com a experiência desta guia, que as/os jovens, após explicação de algumas obras, mostrariam apologismo em relação à partilha de tarefas domésticas, por exemplo, com a evocação da obra *Ironing Boards*, de Irina Nakhova. No entanto, “as pessoas não gostam de obras alusivas ao transgénero. Têm preconceitos porque é algo que não lidam com regularidade. Em particular, os homens mostram muita rudeza”.⁷

⁶ Irina Urnova – Guia – entrevista no *MMOMA* a 27 de janeiro de 2010 por Rui Pedro Fonseca.

⁷ *Idem*.

3. Preferências e práticas discursivas dos públicos-recetores visitantes do MMOMA (Apresentação dos Dados)

A partilha de códigos, de linguagens, de convenções e de valores, pressupõe que a experiência de públicos parte de um mesmo “espaço semântico” (Volli, 2003: 154), seja este geograficamente ou culturalmente demarcado; contexto(s) a partir dos quais se adquirem conhecimentos, informações constituintes de bases que permitem descodificar mensagens. Porém, os percursos e histórias de vida são particulares (Cf. Lopes, 2005) nas/os inquiridas/os, o que faz prever articulações individuais das suas perceções e perspectivas de temas variados. Não obstante a variedade de emissão de opiniões sobre dado tema, foi possível extrair grelhas de análise dos públicos inquiridos e compreender o seu posicionamento ideológico em relação às obras que articulam questões de género. Foi inclusivamente possível apreender alguns dos seus critérios de apreciação de obras de arte.

Num primeiro grupo de questões procurou-se perceber as razões pelas quais os públicos se dirigiram ao MMOMA. Das respostas de escolha múltipla (máximo 4 opções), esta amostra (ver tabelas 4 e 5) revela que a maior parte (59%) dos públicos do MMOMA se dirigiram ao museu para “conhecer as novas produções artísticas”, ilustrando com um comentário de uma inquirida – “É interessante perscrutar as produções artísticas contemporâneas e prever o futuro da arte na Rússia” – refere, o que atesta que a busca por novas criações que se pautem pela originalidade é um dos critérios de apreciação. Na segunda opção mais votada (54%), os públicos associam o MMOMA como um espaço de ócio/divertimento. Uma das opções menos votadas (13%), situa as “obras de intervenção social” como um motivo pouco atraente, não suficiente para visitar uma instituição cultural, tacitamente porque não se associam estes espaços a locais que “permitam adquirir conhecimentos sobre injustiças sociais” – tal como comprova a opção selecionada por apenas 5% destes públicos. Esta ocorrência traduziu-se em prováveis estados de frustração de expectativas destes públicos quando se depararam com as obras desta exposição.

As baixas percentagens de visitantes que vêem um museu como instituição que dificilmente “permite adquirir conhecimentos sobre injustiças sociais” e como instituição que dificilmente expõe “obras de intervenção social” mostram uma perspectiva assertiva coincidente com aquela que geralmente os museus tentam fomentar aos públicos: a da associação da cultura ao ócio/divertimento, que muitas vezes permite “abstrair das questões quotidianas” – tal como revela uma inquirida.

Tabelas 4 e 5 – Motivações dos públicos inquiridos pela visita ao MMOMA

Exibe obras de arte bonitas	Exibe obras de intervenção social	Curiosidade	É divertido visitar locais como centros culturais, museus, etc.	Cultura é importante	Para conhecer as novas produções na arte	Para conhecer pessoas interessantes.	Gosto de visitar instituições culturais
21%	13%	51%	54%	21%	59%	12%	24%

Permite adquirir conhecimentos sobre injustiças sociais	É uma boa possibilidade para conhecer artistas e agentes culturais	Aqui posso discutir assuntos atuais	Faz parte do meu programa turístico	<p>“Esta exposição é uma das que mostra o lado oposto da arte clássica.” (Homem, 24)</p> <p>“É interessante perscrutar as produções artísticas contemporâneas e prever o futuro da arte na Rússia.” (Mulher, 18)</p> <p>“Sugeriram que eu visitasse este museu.” (Mulher 22)</p> <p>“Aqui abstraio-me das questões quotidianas.” (Mulher, 18)</p> <p>“Permite olhar as coisas de um modo diferente e reflectir sobre elas.” (Mulher, 22)</p>
5%	15%	15%	2%	Outras preferências

Fonte: Dados apurados em entrevistas.

No próximo grupo de questões procurou-se captar quais as preferências artísticas e *adjectivações classificatórias*⁸ das/os visitantes em relação à arte contemporânea, e apreender se poderia existir compatibilidade dos parâmetros e critérios de gosto destes públicos com a exposição *Žen d’Art: The History of Gender in Post-Soviet Space* (Tabelas 6 e 7). 52% dos públicos inquiridos mostram preferências por *obras de arte bem produzidas, bem feitas*, o que atesta a importância que a morfologia estética joga nos critérios de apreciação – tal como ilustra um dos comentários: “as obras artísticas devem encerrar a forma ideal. Cada um dos seus componentes deve ser algebricamente colocado” – o que subentende que a ostentação artística se requer sedutora, que produza determinadas sensações e reporte, a partir do olhar, para a convencionalizada “beleza”. Em igual percentagem (52%), os públicos inquiridos dão importância aos conteúdos das obras, que estas “têm de significar algo”, ou seja, que têm de produzir sentido no seu sentido lato, de acordo com os interesses inerentes a cada um/a. Esta amostra de visitantes exibe uma baixa apetência por *obras de arte políticas* (11%) e

⁸ *Adjectivações classificatórias* definem um conjunto de critérios valorativos baseados em critérios de gosto, em relação à estética, ao tema, aos conteúdos e ao estilo da obra.

também por obras de *arte de intervenção social* (11%) – denominações que podem ser aplicadas na exposição patente. A confirmar o baixo interesse de arte evocadora de questões de género, como *queer* ou feminista, sobressai a percentagem de apenas 3% destes públicos que revelaram apetência por este tipo de obras.

Tabelas 6 e 7 – Preferências dos públicos em relação às produções artísticas

Obras de arte bem produzidas, bem feitas	Não gosto de arte	Obras de arte não têm de ser bonitas ou feias, têm de significar algo	Obras de arte não têm de significar algo, têm apenas de ser bonitas	Obras de arte têm de ser originais	Prefiro obras de arte políticas	Prefiro obras de arte que entretenham pessoas	Prefiro obras de arte abstratas
52%	0%	52%	10%	43%	11%	12%	33%
Prefiro obras de arte surrealistas	Prefiro obras de arte conceptuais	Prefiro obras de arte de intervenção social	Prefiro arte <i>queer</i> ou feminista	<p>“As obras artísticas devem encerrar a forma ideal. Cada um dos seus componentes deve ser algebricamente colocado.” (Mulher, 18)</p> <p>“A forma e o sentido adquirem para mim imensa importância. A ausência de um ou de outro não significa nada de mal.” (Homem, 22)</p> <p>“Eu prefiro o radicalismo e a crueldade na arte.” (Homem, 20)</p> <p>“Não posso dizer que gosto, ou não, de arte. É a minha profissão.” (Mulher, 28)</p> <p>“Prefiro arte clássica.” (Mulher, 18)</p> <p>“Eu prefiro arte clássica.” (Mulher, 23)</p> <p>“Gosto quando a arte toca – através de qualquer meio que possa usar.” (Mulher, 38)</p> <p>“Gosto de ver variedades de artes.” (Homem, 19)</p> <p>“Gosto de ver vários tipos de arte.” (Mulher, 25)</p>			
20%	32%	11%	3%	Outras preferências			

Fonte: Dados apurados em entrevistas.

Na última questão, procurou-se testar a dimensão simbólica das obras, conhecer as preferências, os modos de evocação de questões de género, e apreender grelhas de visualização dos públicos inquiridos. Esta pergunta, que incitava a respostas abertas, interrogava aos públicos de qual a obra de arte que tinham gostado mais, e o motivo dessa escolha.

Das 300 obras⁹ da exposição *Žen d'Art: The History of Gender in Post-Soviet Space 1989-2009* existiram algumas preferidas por parte das/os visitantes. A mais selecionada foi a série *Should one believe in beauty?*, de Annouchka Brochet, que recebeu 12% das preferências. Consiste num conjunto de pinturas, enquadráveis no *feminismo cultural*, alusivas à representação das mulheres a partir da segunda metade do século XX. Não evidenciam críticas manifestas às convenções da feminilidade, já que reproduzem os convencionados enquadramentos e representação dos atributos icónicos do corpo feminino (tais como os olhos e os lábios). Contudo, as expressões destas mulheres representadas contêm algumas distinções às comuns apresentadas nas revistas: ora com semblantes agressivos ou mais sofridos, mas tecnicamente sempre retratadas com grossas pinceladas em que a superfície da sua pele surge mais crua, distinguindo-se da suavidade e limpeza das modelos das revistas. Dos três comentários proferidos, nota-se apologismo. Um dos comentários assinala de forma positiva a fórmula de representação da mulher “Agrada-me o olhar agressivo e lábios sanguíneos” (M 22); e o outro reforça alguma da feminilidade inerente à própria série: “Expressa sensualidade, naturalidade” (M 22). Outros 9% das/os inquiridas/os preferiram não comentar.

A segunda obra mais selecionada (9%) foi a escultura *Be With Me*, de Irina Nakhova. Esta obra interativa é apresentada em forma de vagina com uma entrada semiaberta permitindo a introdução de visitantes. Não há informações relativas à dimensão simbólica da peça, nem se conhece a totalidade da obra, nomeadamente a vista do interior, mas poderá remeter à sexualidade ou à maternidade sob uma perspetiva feminista. Um dos comentários distingue a temática da obra como “interventiva” (H 23).

A pintura com projeção de vídeo, *Suspense*, de Aidan Salakhova, consiste na terceira obra mais selecionada, totalizando 7% das escolhas por parte das/os inquiridas/os. Na sua morfologia, *Suspense* consiste numa pintura de uma mulher sentada quase de perfil, enveredando vestes longas, cabisbaixa, aparentemente passiva. Sobre esta superfície pictórica existe uma projeção de vídeo da mesma mulher que se move com alguma inquietude e olha para a sua própria pose. Não há informações disponíveis nem no catálogo da exposição, nem na internet sobre os objetivos da obra. No entanto, numa tentativa de ensaio de leitura, aparentemente a projeção da mulher mais ativa, que contraria a prostração e passividade da mesma que está sentada, pode querer problematizar a representação de mulheres que sejam ostentadas em poses idênticas. Fornece, por outro lado, o antídoto em relação à própria passividade e resignação: o auto-olhar e a tomada de consciência, o sacudir de um estado mais letárgico para um outro mais ativo. Em suma: a representação pictórica aludiria à feminilidade castradora, e a representação do vídeo sobre a representação pictórica aludiria a uma atitude ativa (feminista). Nos comentários proferidos não há ensaios que encaixem em linhas de pensamento feministas.

⁹ Este é um valor aproximado das obras que contam no catálogo da exposição.

Em quarto lugar, com mais menções (4%), surge a *Domestic Oracle*, instalação de Annouchka Brochet e *The Oath* de Tatiana Antoshina. Na instalação há dois elementos predominantes para a sua produção de sentido – os espelhos e as alusões à feminilidade através das marcações em vermelho de frases e símbolos. O espelho simbolizará um lugar onde a mulher pode modelar a sua aparência para que se torne desejável ao olhar masculino, onde se possa encaixar nos requisitos da beleza tradicionalmente femininos presentes nos ditames da moda. Sob o espelho maior, numa das frases, pode ler-se “Nobody is perfect”, aludirá aos cânones de beleza e à impossibilidade de alguém corresponder totalmente às suas premissas. Não existiu, em qualquer comentário, qualquer leitura feminista ou relativa a questões de género. *The Oath*, de Tatiana Antoshina, remeterá à obra *The Oath of the Horatii* (1784), de Jacques-Louis David. Na cena do quadro de David há toda uma hierarquia de representação entre homens e mulheres: os homens surgem representados eretos, bravos, corajosos, como os principais personagens, enquanto as mulheres assistem à cena, sentadas, num segundo plano, renegadas a meras assistentes, amedrontadas, e que juntas a uma criança se confortam umas às outras. Na obra de Tatiana Antoshina, não é apenas o espaço que é alterado (este alude a uma das estações de metro de Moscovo), mas toda a hierarquia entre géneros que é invertida: são as mulheres que dominam a cena, são aquelas que empunham as espadas, que ostentam poses majestosas, que se apresentam decididas e corajosas, às quais estão delegadas as principais decisões, enquanto os homens na companhia de uma criança, são renegados a meros assistentes e comentadores da cena. Esta obra de Tatiana enquadra-se noutra tipo de obras em que ela se apropria da estrutura, composição e narrativa de algumas obras do período clássico e moderno, e troca os papéis de género, invertendo as hierarquias e relações de poder. Em dois comentários de inquiridos, um deles sublinha a ideia e execução de “interesse”, enquanto que o outro sublinha o museu como espaço “apropriado para este tipo de arte”. Ambos os inquiridos não articulam questões de género e/ou relacionados com feminismo.

Surgem depois 8 obras com 3% preferências cada por parte das/dos visitantes. *Ironing Boards*, de Irina Nakhova; *Dolly*, de Tatiana Antoshina; *Intersection*, de Ekaterina Sysoeva e *The Ideal couple*, de Vladislav Mamyshev-Monroe; *Fourth Heigh*, de Galina Smirnskaya; *Giving Birth*, de Natalia Turnova; *Physicists*, de Maria Ovchinnikova; e *Figures of the Law*, de Anna Alchuk. Em *Ironing Boards* existe uma preconização do *feminismo pragmático*: estão representadas em tábuas de engomar mulheres de costas despidas, de várias nacionalidades/etnias e no chão as/os visitantes têm acesso, quase em modo de convite, aos ferros de engomar que estão dispostos para serem usados nas superfícies das tábuas. Esta instalação simbolizará o desconforto do queimor a que muitas mulheres ainda estão votadas hoje em dia: de terem de lidar com as tarefas nos locais de trabalho juntamente com a adição de papéis predefinidos culturalmente aos quais estão implícitos atividades domésticas não partilhadas com parceiros homens, nas quais se incluem passar a ferro. Ou pode, ainda, aludir àquelas mulheres que estão unicamente renegadas ao espaço doméstico, onde têm de cumprir apenas com tarefas atinentes à maternidade e ao desempenho doméstico. Esta obra não foi comentada.

A *Dolly*, de Tatiana Antoshina, acolheu 3% das preferências das/os inquiridas/os. Tem, ao nível morfológico, dois elementos que dominam a composição: uma ovelha e uma mulher idosa. É uma imagem desconcertante porque aparentemente a ovelha está a mamar na mulher idosa. Embora a ovelha remeta, na sua simbologia, para a mansidão, inocência e pureza, não se compreende a dimensão simbólica da obra, nem se conseguiram apurar informações sobre a mesma. Duas das inquiridas afirmam que a obra despoleta “emoções positivas”, “sentimentos de bondade”, outra refere que a imagem é “forte esteticamente”, mas não articulam comentários alusivos a feminismos e/ou questões de género.

A *Intersection*, de Ekaterina Sysoeva, acolheu 3% das preferências dos públicos. É uma escultura, que ao nível formal, apresenta vários planos em cada um dos quais estão impressas metades de pessoas que se interseccionam. Ao girar em torno da escultura, o/a observador/a poderá apreciar a junção de diferentes personagens, com géneros e vestes distintas, que perfazem diferentes e variadas identidades. A obra pode ser um apelo ao reconhecimento da identidade *transgender*. Não foram feitos comentários sobre esta obra.

Um dos poucos, senão o único artista feminista homem representado, Vlad Monroe, teve uma obra que foi indicada como preferida por 3% de inquiridas/os – *The Ideal Couple*. Comumente na sua obra, Vlad Monroe joga com questões identitárias dentro dos universos da polarização de ambos os géneros, usando o *transgendering*, transmutando a sua identidade e aludindo-a às mais diversas figuras públicas, desde políticos, estrelas de cinema, da música, etc. Nesta obra, a instituição “casamento” é completamente aniquilada na sua heteronormatividade. O homem artista torna-se numa noiva ocidental que se casa com uma mulher, aparentemente oriental, vestida com trajes tipicamente masculinos. Rompem-se dois enfiamentos culturais em simultâneo: num primeiro, rompe-se com a instituição casamento na sua heteronormatividade e, num segundo, abre-se o leque para a representatividade de casamentos que incluam travestis. Não existiram comentários por parte de qualquer inquirida/o que selecionaram esta obra como predileta.

A *Fourth Heigh*, de Galina Smimskaya, acolhe também 3% das escolhas dos públicos inquiridos. Evoca as representações da mulher do tempo soviético alusivas ao apologismo do belicismo e, em simultâneo, a outras representações que naturalizavam, e ainda o fazem, presentemente, na Rússia, à normatividade da procriação. O único comentário à obra surgiu de uma mulher de 30 anos que articula uma leitura assertiva em relação à obra, mencionando as representações de género do tempo soviético e as suas repercussões na sociedade:

“Mostra a absurdidade dos papéis soviéticos que impõem normas comportamentais nas pessoas, programando os seus cérebros. Gosto desta obra porque hoje em dia poderemos olhar para ela como algo ridículo. É engraçado para pessoas da minha geração porque me recordo desses tempos.”

A antepenúltima obra com 3% de preferências é a *Giving Birth*, de Natalia Turnova. Ao nível formal escultura representa uma mulher com aspeto burlesco, pintada de muitas cores, sentada, de pernas afastadas. A sua boca, os seus mamilos e a sua vagina surgem enfatizados com luzes coloridas, chamando a atenção para si. Não há informações no catálogo, ou na internet, alusivas a esta obra em particular. A obra não recebeu comentários.

Também com 3% de preferências foi selecionada a *Physicists*, de Maria Ovchinnikova. Esta obra ostenta alguns dos físicos homens, referências da física. Nota-se na obra a ausência de mulheres físicas tais como Hertha Spöner, Vera Rubin, Patricia Cladis, Helen Megaw, entre tantas outras. Não se compreende, portanto, o caráter feminista da obra, já que ostenta apenas homens da física sem qualquer caráter crítico. O único comentário de uma mulher que alegadamente gosta de física, escolheu a obra por esse mesmo motivo – seu gosto pela área científica.

Por fim, a última obra com 3% de preferências é a *Figures of the Law*, de Anna Alchuk. Nesta série de três imagens são representadas três figuras (Samuri, Poet, Murmuress), supostamente mulheres convidadas para posarem para as fotografias onde as próprias escolheriam os adereços e as poses; o mesmo exercício foi proposto a homens. Existiram evidentes diferenças entre homens e mulheres no ato de improvisação face à proposta da fotografia. Esta obra não recebeu comentários por parte das três pessoas que a selecionaram como favorita.

Seguidamente, surgem 9 obras com 2% de predileção cada: *Laboratory of the Great Deeds*, de Elena Elaguina, não recebeu comentários. “*Ivan the Terrible*” *from serie “My Empire”*, de Marina Obukhova e Marina Koldobskaya, que recebeu um comentário positivo em relação à execução técnica. *Games with a cock*, de Marina Lyubaskina, não recebeu qualquer comentário. O vídeo *Slow Way*, de Liza Morosova, recebeu dois comentários, ambos alusivos ao interesse da obra pela sua capacidade de “entretêr”. Um outro vídeo *Waltz at Berlin*, de Elena Kovylyna, recebeu um comentário positivo porque alegadamente a artista é “muito bonita”. A peça *Strong Girls*, de Nina Kotyol, não recebeu comentários. *Portrait of Josephin Uniform*, de Maria Konstantinova, recebeu dois comentários elogiadores, no entanto distintos nos seus conteúdos: uma inquirida refere-se à obra como “inspiradora, lógica e engraçada” e outro inquirido destaca a obra como “bem concebida e simples”. A obra *Objects from the Traveling Items*, do Cyberfemin Club e a *Turkish Man and Turkish Woman*, de Olga Florenskaia, não tiveram quaisquer comentários escritos. Nenhum/a dos/as inquirido/as que proferiu comentários em relação a estas 9 obras articulou ou fez menção a questões de género. Com exceção de um inquirido que elogiou a artista que surgiu no vídeo alegadamente pela sua beleza.

Por fim, surgem 14 obras com 1% de preferências cada: *All for Sale*, de Alena Martynova, sem comentários; a fotografia *Dress for the rain*, de Marina Liubaskina, que foi selecionada “em virtude da sua clareza, tumulto e originalidade”; a performance *Path Art females*, de Elena Kovylyna, em que a inquirida refere que as “ações provocatórias obrigam a uma reflexão”; a *Girls Toy*, de Anna Alchuk; e a *Motherland-Fatherland*, de Natalia Abalakova e Anatolii Zhigalov, que não foram

comentadas. *A Troyan Dances*, de Natalia Abalakova, foi selecionada porque para a inquirida, lhe é de “agrado a arte objecto”; *Vania Go Home*, de E. Gubanova, foi selecionada pelo inquirido, porque a obra “encerra um carácter humorístico e sério em simultâneo”. As selecionadas *Passage*, de Tatiana Nazarenko, e *From the series Hermaphrodites*, de Aidan Salakhova, não receberam quaisquer comentários tais como a *Self portrait*, de Semen Agroskin, a *Knots*, de Mila Monkelova e a *The Semastress*, de Olga. Finalmente, *The Mirror’s Memory*, de Aleksandra Dementeva e *Egg-Mirror*, de Maria Ovchinnikova receberam seleção sem serem comentadas.

4. Preferências e Práticas discursivas dos públicos-recetores visitantes do MMOMA (Análise dos dados)

Os baixos *sistemas de referências* dos públicos que se dirigiram ao MMOMA muito pouco, ou quase nada, foram utilizados como recurso facilitador de práticas de recepção de representações artísticas feministas. Na prática, de todos, ou de quase todos os comentários escritos não se registaram expressões alusivas à teoria estética ou à história da arte.

Perante numerosas obras feministas presentes na exposição, morfologicamente inteligíveis devido à sua redundância, algumas poderiam ser potencialmente acessíveis para numerosas audiências, mas dificilmente no contexto russo:

“A questão é que algumas vezes o público, artistas, críticos não querem mudanças; provavelmente não querem direitos iguais respeitantes às mulheres e aos homens.”

Natalya Kamenetskaya

Esta observação de Natalya Kamenetskaya pode ser aplicada, em particular, à maior parte dos públicos inquiridos. Tendo como pano de fundo critérios de apreciação/recepção de arte feminista e/ou obras de arte que foquem questões de género, as preferências dos públicos inquiridos mostram que mais de metade (52%) dão uma importância às questões técnicas das obras, à sua morfologia e ao estilo através do qual as obras são produzidas. As motivações de 59% destes públicos abonam-se pela tomada de conhecimento das novidades das produções artísticas. Também se pautam por um outro critério de valorização das obras – o da originalidade. Se as obras permitirem algum ócio / divertimento, para (54%), esta será uma valia acrescida. Também 52% dos públicos revelam que dão importância aos conteúdos das obras mas, no entanto, os conteúdos perdem importância quando as obras focam questões de género sob um ponto de vista feminista. Este dado é confirmado porque, após a visita à exposição, somente 3% de inquiridas/os revelaram interesse por este tipo de obras. É uma escassa percentagem que indicia, logo à partida, o impacto negativo que a exposição teve para grande parte destes públicos. Nesta amostra, os públicos mostram que a ida ao *MMOMA* permite observar as mudanças, o rumo e os contrastes

que a arte contemporânea apresenta em relação à conservadora arte clássica – muitas vezes mencionada pelos públicos inquiridos. Como referiu Irina Urnova, uma das guias do MMOMA, ainda que em jeito de caricatura: “Para as/os russas/os, a arte é óleo sobre tela, e será ainda melhor se os motivos forem Adão e Eva.”¹⁰

As distintas formas de interação das/os recetoras/as com as obras, expressas nos seus comentários, mostram algum apologismo relativamente a: sensações resultantes de obras bem conseguidas tecnicamente; à feminilidade e à “sensualidade”¹¹; em relação a determinados tipos de técnicas e estilos; na capacidade de obras entreterem; e relativamente ao humor que estas possam desencadear. Os dados deste estudo revelam que os públicos inquiridos não focaram questões de género a partir das obras, com a exceção de uma inquirida de 30 anos que a partir da obra *Fourth Heigh*, de Galina Smimskaya, articula uma leitura assertiva em relação às representações da feminilidade no tempo soviético¹².

O pouco, ou quase nulo, apologismo destes públicos em relação à exposição também se manifestou verbalmente com algumas conversas que se foram realizando. Enquanto inquiridos se abstinham de conversar sobre a exposição, as inquiridas reconheceram que deveria ser abolida a violência doméstica, que deveriam ser defendidos direitos e igualdade no mercado de trabalho. No entanto, não se manifestaram em relação à partilha de tarefas domésticas. Inclusivamente, duas das finalistas de cursos de matemática afirmaram que tinham expectativas em conquistar o seu lugar no mercado de trabalho, mas que depois de procederem ao casamento abdicariam das suas carreiras para se “dedicarem à família”.

Existiram, no entanto, escassas opiniões apologéticas, em particular sobre questões de género e sobre feminismos (24%) que estão registados no “Livro de visitas” (ver Documentos 1 e 2, em anexo), sobretudo vindouros de mulheres estrangeiras. O “Livro de visitas” confirma uma alta percentagem (76%) destes públicos que visitaram o MMOMA a registarem comentários altamente depreciativos. Numa grande parte, trata-se de mulheres russas que não se reviram nas obras expostas e que defendem afincadamente que as mulheres na Rússia não necessitam de galgar mais terreno para a conquista de mais direitos de género porque, para muitas, esses direitos são já uma realidade. Destaca-se o *projecto cultural* dos públicos, a sua contínua aquisição de valores, tradições e conceções de género fundados no tempo soviético mas também resultantes da cultura pós-*Perestroika*. Ao analisarem e articularem sobre obras de arte feminista, estes públicos reproduziram ou rechaçaram valores de género. O seu *projecto cultural*, apreendido nos contextos familiares, escolares/universitários, nas redes sociais, nos meios de comunicação, entre outras fontes – joga assim um papel determinante nos seus hábitos, comportamentos, discursos e nas suas perceções sobre arte evocadora de questões de género.

¹⁰ Irina Urnova – Guia – entrevista no MMOMA, a 27 de janeiro de 2010 por Rui Pedro Fonseca.

¹¹ Sucedeu em particular na série *Should one believe in beauty?*, de Annouchka Brochet e a *Waltz at Berlin*, de Elena Kovylyna, com uma inquirida e um inquirido, respetivamente – ver Index de Imagens / Preferências por género e idade / comentários.

¹² Ver comentário na p. 142.

Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel (2003), *O Poder da Identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

HADJINICOLAOU, Nicos (1973), *A História da Arte e Movimentos Sociais*, Lisboa, Edições 70.

SEMEDO, Alice; LOPES, João Teixeira (coord.) (2005), *Museus, Discursos e Representações*, Porto, Edições Afrontamento.

VOLLI, Ugo (2003), *Semiótica da Publicidade (A criação do texto publicitário)*, Lisboa, Edições 70.

Catálogos

Kamenetskaya, Natalya (2010), “The Žen Projects in the Post-Soviet Space: how it was”, in Moscow Museum of Modern Art (2010), *The History of Gender and Art in Post-Soviet Space Žen d’Art* (2010), Publishing Program, Moscow, Moscow Museum of Modern Art, pp. 52-66.

Moscow Museum of Modern Art (2010), *The History of Gender and Art in Post-Soviet Space Žen d’Art* (2010), Publishing Program, Moscow, Moscow Museum of Modern Art.

Artigos em Revista

LOPES, João Teixeira (2005), “Reflexões sobre o Arbitrário Cultural e a Violência Simbólica: os Novos Manuais de Civilidade no Campo Cultural.”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, Set. 2005, 43-51.

Artigos on-line

THE UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP) (2010), *Promoting Gender Equality and Empowerment of Women*. [Consult. em janeiro de 2011]. Disponível em: http://www.undp.ru/nhdr2010/National_Human_Development_Report_in_the_RF_2010_ENG.pdf.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract

This paper presents the production conditions of feminist art in the Russian context, as well it identifies some of the mechanisms that difficult visibility for women artists. It raises some of the strategies, criteria and intentions of the artists to achieve gender equality within and outside the artistic field. This study also focus on the reception practices of the publics that visited the exhibition of feminist art held in MMOMA: it presents its social composition, the motivations of the visits, their aesthetic taste, and ways of articulating comments (potentially generating and evoking gender issues) from the artworks they selected.

Keywords: Reception; Art; Feminism; Gender; MMOMA; Publics; Exhibition; Production; Conditions.

Résumé

Cet article présente les conditions de production de l'art féministe dans le contexte russe, ainsi qu'il identifie certains mécanismes qui ont limité la visibilité pour les femmes artistes. Si redresse certaines stratégies, des critères et des intentions des artistes pour réaliser l'égalité des sexes au sein et en dehors du domaine artistique. Cette étude a également concentré sur les pratiques de réception des publics qui ont visité l'exposition de l'art féministe tenu à MMOMA: si présente sa composition sociale, les motivations des visites, leurs goûts esthétiques, et les moyens d'articuler les commentaires (potentiellement générés et évoquant les questions de genre) de las œuvres qu'ils ont sélectionné.

Mots-clés: Réception; L'art; Féminisme; Genres; MMOMA; Publics; Exposition; Production; Conditions.

ANEXOS

(Documentos 1 e 2) Alguns comentários do “Livro de visitas” *ŽEN d’ART The Gender History of Art in the Post-Soviet Space: 1989–2009*¹³

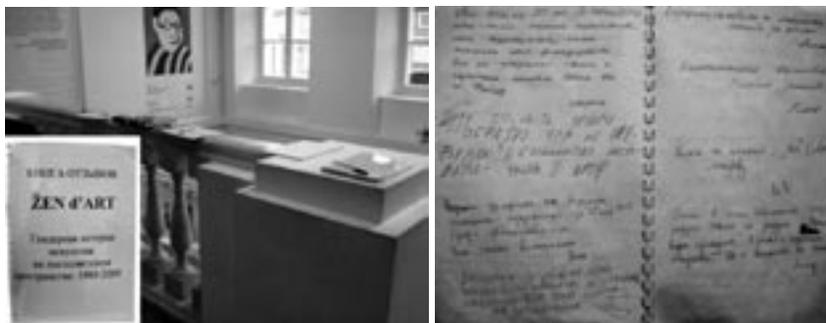


Tabela 8 – Grelhas de opiniões de públicos

(24%) 12	Comentários apoloéticos
Focam questões de género	<p>“Isto é arte! Não ao clássico; não ao academismo estúpido; não à escravização do feminino. Sim à anarquia na arte; sim ao separatismo lésbico”. (Mulher, anónimo)</p> <p>“Fiquei surpreendida quando cheguei. Há arte feminista na Rússia? Nunca pensei que existisse porque aqui os papéis de género são muito tradicionais, comparativamente com a Suécia. Mas parece-se com a arte na Suécia, onde feministas inteligentes misturam arte, vida privada e política. Esta exposição agradou-me IMENSO, mas quase não consegui ver as observações escritas no ‘livro de comentários’. ‘Ide cozinhar borsh’ - Isto é uma crítica construtiva? Lamento saber que existem pessoas assim e que vêm inclusivamente a museus de arte CONTEMPORÂNEA... Meu Deus... É tudo. Obrigada!” (Sory, Suécia, 28.09.2010)</p> <p>“Uma grande exposição que mostra os diferentes aspectos da natureza humana. Uma forma maravilhosa de expressar a feminilidade e a liberdade de pensamento que lhe inere. Obrigada!”. (Laura de Saltivaux, 08.10.2010)</p>
	<p>“É uma exposição muito interessante. Muito obrigada”.</p> <p>“Foi a primeira vez que visitei uma exposição como esta. Obrigado ‘Eco de Moscovo’”.</p> <p>“É uma exposição magnífica. Obrigada”. (Elen)</p> <p>“Nem todos os trabalhos são igualmente interessantes. Gostei dos trabalhos de Tatiana Antoshina”.</p> <p>“A exposição revigora imenso”. (Anastácia)</p> <p>“Obrigada! Despertam sentimentos mistos. Temos em que pensar :)”. (A. e T.)</p> <p>“Senhores, onde está o vosso gosto? Estou num delicioso êxtase”. (Starik)</p> <p>“É engraçada”.</p>

Fonte: Livro de visitas.

¹³ Estes 50 comentários foram fotografados aleatoriamente do “Livro de visitas” *ŽEN d’ART The Gender History of Art in the Post-Soviet Space: 1989–2009*.

Tabela 9 – Grelhas de opiniões de públicos

(10%) 5	Comentários neutros
	<p>“Despertou-me sentimentos contraditórios, o que me agradou imenso e me horrorizou. Obrigada”.</p> <p>“Fizemos sexo neste museu. Agradou-nos IMENSO”.</p> <p>“A interpretação fica para cada um. Tendo em conta as tendências actuais, este ‘livro de comentários’ também é um projecto integrante desta exposição”.</p> <p>“Pensei muito”.</p> <p>“Tudo o que é bom na vida é ilegal, imoral ou engorda ;)”.</p>

Fonte: Livro de visitas.

Tabela 10 – Grelhas de opiniões de públicos

(76%) 38	Comentários depreciativos
Focam questões de género	<p>“Nos últimos 20 anos (1989-2009), enquanto o nosso país se reconstruiu e ressuscitou, as nossas mulheres regrediram. Todas as suas obras se limitam ao pénis masculino. Tudo segundo Freud”. (Larisa)</p> <p>“Isto é o melhor que as mulheres artistas fizeram em 20 anos??? Miséria! :(((”. (Any)</p> <p>“É imediatamente notório que no nosso país existe imensa arte de género. O ‘género’ e o feminino não se distinguem de forma alguma. O masculino não tem absolutamente lugar nesta exposição”.</p> <p>“Caras senhoras, falta-vos pénis! Mantenham a calma!”.</p> <p>“Cria-se a ideia de que a mulher é um monstro”.</p>

	<p>“Vou exigir o dinheiro de volta. Onde está a performance? A maioria é exposições. É um absurdo”. (Artur)</p> <p>“A exposição não respeita os visitantes. Não é perceptível”.</p> <p>“É uma exposição horrível e repugnante. Até mesmo olhá-la é desagradável. Nós faríamos melhor”. (Anya)</p> <p>“Arrebataram-me os sentimentos mais desprezíveis. Pior merda nunca vi”.</p> <p>“Fracasso completo”.</p> <p>“Pode vomitar-se em todo qualquer momento. Poderiam colocar umas bacias perto destas produções horríveis.”</p> <p>“Depois desta exposição, sinto-me mentalmente péssima”.</p> <p>“Isto não é arte”.</p> <p>“O mundo enlouqueceu! Senhor, Jesus Cristo, perdoai a nós, pecadores. Tenho pena destas pessoas, que vivem afastadas de Deus. Todas as suas perversões não trazem felicidade nem a si mesmas, nem àqueles que vêem esta impureza. Trabalhai para o Bem e arte, e não fomentem o MAL”.</p> <p>“Ainda bem que a igreja é mesmo em frente. Pode-se entrar?”</p> <p>“Tudo o que vi nesta exposição pode descrever-se numa palavra: HORRÍVEL!!!”</p> <p>“Horrível!!!”.</p> <p>“Muita coisa, pouco sentido! Arte? Talvez... para alguém”.</p> <p>“Onde é que está a Arte???”</p> <p>“Repugnante!”</p> <p>“Não tragam as crianças aqui!!! Corrompemo-nos, pessoal, corrompemo-nos!!!”.</p> <p>“Por favor, convidem pessoas com talento e valor e não isto”.</p> <p>“Eu sei que sou um simples leigo, mas isto eu não consigo compreender. É pena o desperdício de dinheiro”.</p> <p>“É pena ter desperdiçado 300 rublos”.</p> <p>“Sou psicoterapeuta. Posso atestar com absoluta segurança que a autoras DISTO são minhas clientes (potenciais).”</p> <p>“A maioria das artistas tem problemas psíquicos”.</p> <p>“O vigilante da sessão que exhibe um vídeo com copos vai enlouquecer com o som contínuo da loiça a partir. Chamem o médico! Cordialmente, George”.</p> <p>“Nunca mais trago a minha avó aqui”.</p> <p>“Se isto mostra arte contemporânea, tenho muita pena. REPUGNANTE”.</p> <p>“Horrível!!! Um verdadeiro pesadelo!”</p> <p>“Como é possível tal imbecilidade???”</p> <p>“PORCARIA”.</p> <p>“Uma pessoa normal e sã tem muita dificuldade em compreender as fantasias distorcidas das pessoas doentes”.</p>
--	--

Fonte: Livro de visitas.

Index das obras / preferências por género e idade / comentários

Annouchka Brochet, *Should one believe in beauty?* (2003)

Nº de preferências: 12 (M19, M18, M19, M19, M17, M19, H18, M20, H20)

“Agrada-me o olhar agressivo e lábios sanguíneos” (M22)

“Nesta serie sentem-se as emoções que a autora viveu quanto produziu a obra.” (H20)

”Expressa sensualidade, naturalidade” (M22)

Irina Nakhova, *Be with me* (2002)

Nº de preferências: 9 (M21, M23, M30, M18, M26, M38, H22)

“Tema interventivo!” (H23)

“Gosto de nascer, outra vez, outra vez.” (M24)

Aidan Salakhova, *Suspense: still view of installation (video projection on painting)* (1998)

Nº de preferências: 7 (M19, M18)

“Agrada-me já que a obra expressa a concepção das mulheres com seu destino e influencia cósmica. É um trabalho excepcional.” (M28)

“Muito original” (M20)

“Gostaria de levar esta obra para casa” (M24)

“Não sei bem porquê, mas transmite-me alguns sentimentos e novas visões.” (H26)

“Muito elegante” (M18)

Annouchka Brochet, *Domestic Oracle: Instalação* (2005)

Nº de preferências: 4 (M20, H19)

“Gostei da ideia dos espelhos. Há reflexos da pessoa que lida com a instalação, e então sentes que fazes parte dela.” (M22)

“Objectos estão mais perto do que aparentem e isso é espantoso e *cool*.” (M15)

Tatiana Antoshina, *The Oath* (1997)

Nº de preferências: 4 (M21, M48)

“Tem ideias interessantes. Execução interessante” (M20)

“Um local muito apropriado para este tipo de arte” (H24)

Irina Nakhova, *Ironing Boards* (2010)

Nº de preferências: 3 (M22; M23; M18)

Tatiana Antoshina, *Dolly from serie Europe* (2009)

Nº de preferências: 3

“É uma obra agradável. Tem cores suaves. Despoleta sentimentos de bondade”. (M17)

“É um dos trabalhos que desencadeiam emoções positivas. Enquadra-se mais ou menos no estilo clássico.” (M23)

“Eu gosto de imagens fortes esteticamente” (M25)

Ekaterina Sysoeva, *Intersection – Instalação* (2004)

Nº de preferências: 3 (M18, M26; M29)

Vladislav Mamyshev-Monroe, *The perfect couple* (2004)

Nº de preferências: 3 (H19, M15, H40)

Galina Smirnskaya, “*Fourth Heigh*” *From series Heroic*” (1993)

Número de preferências: 3 (M25, M15)

“Mostra a absurdidade dos papéis soviéticos que impõem normas comportamentais nas pessoas, programando os seus cérebros. Gosto desta obra porque hoje em dia poderemos olhar para ela como algo ridículo. É engraçado para pessoas da minha geração porque me recordo desses tempos.” (M30)

Natalia Turnova, *Giving Birth* (2000)

Nº de preferências: 3 (M31; M20; M20)

Maria Ovchinnikova, *Physicists* Instalação (1995)

Nº de preferências: 3 (M16, H20)

“Gosto de físicos porque gosto de física.” (M19)

Anna Alchuk, *Figures of the Law* (2002)

Nº de preferências: 3 (M19, M22, M20)

Elena Elaguina, *Laboratory of the Great Deeds*, Instalação (1999)

Nº de preferências: 2 (H23, H29)

Marina Obukhova e Marina Koldobskaya, “*Ivan the Terrible*” *from serie “My Empire”* (1994)

Nº de preferências: 2 (H71)

“Apresenta uma boa técnica ao nível da execução.” (M47)

Marina Lyubaskina, *from series “games with a cock”* (2005)

Nº de preferências: 2 (M18; M18)

Liza Morosova, *Slow Way*, video (1999)

Nº de preferências: 2

“Peça interessante e entretida” (M25)

“O conceito é interessante e é divertido ver o vídeo” (H27)

Elena Kovylnina, *Waltz at Berlin*, video still (2001)

Nº de preferências: 2 (M23)

“Porque ela é muito bonita.” (H60)

Nina Kotyol, *Strong Girls* (1999)

Nº de preferências: 2 (H19)

Maria Konstantinova, *Potrait of Josephin Uniform*

Número de preferências: 2

“Inspirador, lógico e engraçado.” (M29)

“Normalmente gosto de obras bem concebidas e simples. Esta obra destaca-se.” (H20)

Cyberfemin Club, *Objects from the Traveling Items* (1996)

Nº de preferências: 2 (H32)

Olga Florenskaia, *Turkish Man and Turkish Woman* (1985)

Nº de preferências: 2 (M59; M71)

Alena Martynova, *All for Sale*

Nº de preferências: 1 (M22)

Marina Liubaskina, *Dress for the rain* (2009)

Nº de preferências: 1

“Em virtude da sua clareza, tumulto e originalidade.” (M17)

Elena Kovylnina, *Path Art females, Performance*

Nº de preferências: 1

“Acções claras e provocatórias que obrigam simplesmente a reflectir.” (M27)

Anna Alchuk, *Girls Toy* (2004)

Nº de preferências: 1 (M24)

Natalia Abalakova e Anatolii Zhigalov, *Totart, Motherland-Fatherland* (2002)

Nº de preferências: 1 (M24)

Natalia Abalakova, *Troyan Dances*

Número de preferências: 1

“Agrada-me imenso arte objecto.” (M28)

E. Gubanova, *Vania Go Home* (1995)

Nº de preferências: 1

“Este trabalho encerra um carácter humorístico e sério em simultâneo.” (H22)

Tatiana Nazarenko, *Passage* (1996)

Nº de preferências: 1 (M33)

Aidan Salakhova, *from the series Hermaphrodites* (1997)

Nº de preferências: 1 (H17)

Semen Agroskin, *Self potrait* (1988)

Nº de preferências: 1 (H28)

Mila Monkelova, *Knots*

Nº de preferências: 1 (H17)

Olga, *The Semstress*

Nº de preferências: 1 (M19)

Aleksandra Dementeva, *The Mirror's Memory* (2005)

Nº de preferências: 1(H28)

Maria Ovchinnikova, *Egg-Mirror* (2006)

Nº de preferências: 1(M17)

Nº de pessoas que recusaram selecionar obras mas que comentaram (5%)

- “Não apreciei.” (M22)
- “Esta exposição não me impressionou.” (M18)
- “É-me difícil responder a esta questão.” (M27)
- “Nenhuma obra se destacou em especial.” (H16)
- “Gostei dos vídeos.” (M17)

Estimando a Elasticidade do Efeito da Assiduidade às Aulas no Mérito Académico consoante a Classe Social no Ensino Superior Português¹

Maria de Lurdes Fonseca²

Resumo:

As regras para a avaliação dos estudantes introduzidas pelo Processo de Bolonha em Portugal levaram, nos últimos anos, à reintrodução paulatina da avaliação da assiduidade às aulas, o que ampliou o interesse do seu estudo sociológico e levantou a questão da sua eventual natureza classista. Se, tanto as relações que a classe social, como as relações que a assiduidade às aulas estabelecem com o mérito académico, são bem conhecidas dos sociólogos, menos bem se conhece, quer a relação entre a assiduidade e a classe social, quer a amplitude da elasticidade do efeito da assiduidade no mérito académico em situações de classe específicas. Este estudo sugere que a amplitude dos efeitos positivos do estímulo à assiduidade no Ensino Superior português e a distinção social dos alunos variam em sentido inverso, ao contrário do que se poderia antecipar.

Palavras-chave: Ensino Superior; Classes Sociais; Educação; Assiduidade.

Introdução

Apesar de não existirem levantamentos sistemáticos do recurso a processos de controlo de assiduidade e de consideração desse fator no apuramento do resultado académico no Ensino Superior português, o que pode decorrer quer da tradicional atomização da prática da docência universitária (que tornaria demasiado laborioso o intento), quer da crença mais ou menos generalizada mas bem estabelecida, especialmente a partir do 25 de Abril de 1974, da “naturalidade” do modelo liberal que assentou numa interpretação peculiar do princípio da liberdade académica na qual se

¹ Parte dos resultados de investigação que este artigo relata foi anteriormente apresentada no 1º Congresso Educação e Sociedade, que decorreu no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), nos dias 20 e 21 de maio de 2011.

² Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP-ISCSP) e Centro de Estudos de Sociologia (CES-ISCSP). E-mail: mlfonseca@iscsp.utl.pt. URL: <http://www.mlfonseca.com>.

marginalizou o valor da assiduidade às aulas face a outros na edificação do ideal de processo educativo universitário moderno em Portugal, pode dizer-se, com alguma segurança, a partir das experiências e evidências que se recolhem assistematicamente, que esse controlo tendeu, no passado recente, a ser esporádico e pontual. Aliás, uma análise transversal aos documentos oficiais enquadradores dos processos avaliativos nas Universidades portuguesas rapidamente faz transparecer que, não obstante se pressuponha o regular acompanhamento das aulas pelos discentes, são meramente residuais as escolas e especialidades que fazem da assiduidade às aulas uma obrigação, quer estabelecendo-a explicitamente como valor a promover e princípio a seguir, quer indicando punições aos incumpridores de critérios mínimos de assistência³.

A sensibilidade para o problema e o conhecimento da evolução recente do Ensino Superior português que nos caracterizam (desde logo por motivos de especialização profissional), levaram-nos, recentemente, a refletir sobre o modo como o Processo de Bolonha, através do estabelecimento das suas novas regras de avaliação dos alunos, estaria a contribuir para alterar substantivamente este estado de coisas, dado terem-se acumulado em frente aos nossos olhos o que pareciam ser as evidências de que um número crescente de Universidades e de professores do Ensino Superior estariam a reconsiderar o modo como, à luz do novo paradigma, a assiduidade (como medição e como instrumento de ponderação avaliativa) deveria ser contemporaneamente interpretada e instrumentalizada. Essa reflexão conduziu-nos a interrogar sociologicamente duas questões essenciais: 1) se as evidências de mudança nos sistemas de avaliação, em particular no tratamento do elemento assiduidade às aulas, decorrem de uma tendência generalizada de evolução dos sistemas avaliativos universitários nacionais ou meramente de expressões minoritárias, circunscritas e excecionais da sua reinterpretação e; 2) que efeito teria (a comprovar-se) a (re)introdução sistemática deste critério de avaliação no resultado académico⁴ dos estudantes, quer em geral, quer em contextos específicos, desde logo, em classes sociais diferenciadas.

E porquê envolver a problemática dos efeitos da classe social no desempenho académico, quando correlacionando este último com a assiduidade às aulas? Desde logo, porque a avaliação da assiduidade operacionaliza-se com base em aspetos que diferem substantivamente dos que se colocam em marcha nos outros elementos avaliativos mais recorrentes. De facto, a assiduidade entendida como elemento de avaliação é, possivelmente, o mais democrático (em sentido de o menos classista) dos atributos que podem afetar a nota final do estudante, pois não depende da experiência académica, do sucesso académico anterior ou do capital cultural (e social) dos estudantes (ainda que seja verdade que a disponibilidade para assistir às aulas possa não ser um atributo igualmente distribuído por alunos de classes sociais diferentes), pelo que o seu estudo pode encerrar interesse teórico e teórico-prático relevante na prossecução da análise do “classismo educativo”.

³ Resultados preliminares de um levantamento nacional em curso no âmbito do projeto de investigação dirigido pela autora subordinado ao tema *A Avaliação da Assiduidade às Aulas no Ensino Superior Português (1960- 2010)*.

⁴ Neste artigo usam-se indiferentemente as expressões mérito académico, sucesso académico e resultado académico para significar o resultado final da avaliação do estudante.

Mas voltemos às questões que enunciámos e que estabelecem a reflexão primeira que ofereceu esteira a este estudo.

Quanto ao primeiro problema (se existe uma tendência generalizada de evolução do sistema avaliativo universitário português no que à assiduidade respeita), o levantamento sistemático que temos em curso no âmbito de um projeto mais vasto, mostrou já que, na sequência do Processo de Bolonha, de 28 estabelecimentos de Ensino Superior português analisados: a) 67,9% introduziram critérios que sugerem fortemente a avaliação da assiduidade às aulas pelos docentes, b) 53,6% introduziram o elemento assiduidade, de modo implícito ou explícito nos seus documentos institucionais enquadradores dos processos avaliativos e c) 28,6% dos casos acolheram formas de controlo institucional, sistemático e (geralmente) semicentralizado da assiduidade, sendo verdade contudo que se mantém, na esmagadora maioria dos casos, o princípio da discricionariedade do docente no uso dos elementos avaliativos assim tornados disponíveis.

Está por fazer ainda a quantificação das mudanças individuais nas práticas avaliativas dos docentes do Ensino Superior no que à assiduidade concerne, embora se possa relatar quão numerosa tem sido a notícia da adoção recente de controlos semelhantes (e valorizações consequentes no processo avaliativo) nas escolas que no âmbito deste estudo temos visitado.

São, pois, fortes os indícios que apontam para a existência de uma mudança substantiva, embora dados mais robustos (e universos temporais mais expressivos) sejam necessários para o provar definitivamente.

Quanto ao segundo problema (que efeitos terá essa evolução, ocorrendo, no mérito académico em contextos classistas específicos), desenhamos este estudo para, de modo exploratório, procurar entender melhor as relações que se estabelecem entre as seguintes três dicotomias no Ensino Superior português: assiduidade às aulas e mérito académico; classe social e mérito académico; e assiduidade às aulas e classe social.

Assim, na investigação que se relata neste artigo, buscou-se entender se um sentido de mudança caracterizado pela evolução do paradigma avaliativo no sentido de incorporar crescentemente o elemento de avaliação assiduidade (a existir e a generalizar-se) funcionaria, previsivelmente, como um prejuízo ou um benefício no sucesso académico, e se haveria razões para concluir existirem dimensões diferenciais desse efeito em situações de classe específicas, o que, a verificar-se, poderia implicar que o redesenho dos sistemas avaliativos no que ao elemento assiduidade respeita, pudesse contribuir para ampliar ou reduzir o modo como as diferenças classistas produzem os seus efeitos no sucesso académico.

1. Discussão Preliminar

O apuramento do estado da arte relativo à investigação em torno das dicotomias em estudo mostra-nos, imediatamente, que elas se podem categorizar em dois tipos: as profusamente investigadas e com relações empiricamente bem estabelecidas, e

as sistematicamente ignoradas em termos de investigação sociológica. No primeiro grupo integram-se as dicotomias classe social-mérito académico e assiduidade-mérito académico; no segundo integra-se a dicotomia assiduidade-classe social.

Não há, naturalmente, aqui espaço (ou oportunidade) para a revisão da numerosíssima literatura que, essencialmente sobre o pressuposto da identidade da escola (e por extensão da Universidade) como mecanismo de reprodução social, animou o desenvolvimento da análise sociológica especializada dessa realidade, e que floresceu a partir de meados dos anos 60 do século passado. São vultos dessa abordagem, na linha da teoria da correspondência direta, da reprodução social, do agregacionismo e do conflito social, apenas para referir as teorias mais salientes que sustentam o argumento, autores clássicos como Bourdieu e Passeron (1970), Baudelot e Estabelet (1971), Boudon (1973), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu (1977) e Collins (1971, 1979). Os estudos empíricos desenvolvidos por estes autores e, na sua senda, por milhares de outros indicam, genericamente, que a classe social de origem mais prestigiosa tende a fazer prever melhores resultados escolares o que, hipotetizou-se e mostrou-se, decorreria individualmente ou em combinação dos seguintes fatores mais relevantes: representações contrastantes de sucesso e aspirações diversas associadas ao processo educativo (Fraisie, 1957 ou Boudon, 1973), desiguais códigos linguísticos associados a efeitos contrastantes da comunicação em grupos sociais específicos (Bernstein, 1971), capitais socioculturais diversos associados a contextos socioeconómicos particulares (Mingat, 1991 ou Plaisance, 1993) e padrões diferenciados de intervenção familiar nas experiências e percursos educativos (Pourtois e Desmet, 1989 ou Kellerhals e Montadon, 1991). É, contudo, de notar que o desenvolvimento da Sociologia num sentido mais quantitativo, estatístico, que nas últimas duas décadas se intensificou, abriu espaço a um número cada vez maior de estudos que procuraram provar, em diversos contextos, correlações estatísticas entre as variáveis de proveniência social e de resultado académico, por vezes sem sucessos muito expressivos. De facto, a relação tem mostrado existir, ser geográfica e cronologicamente persistente, suplantando a capacidade explicativa da generalidade das variáveis internas à escola, ainda que, ao mesmo tempo, tenha provado que, recorrentemente, se escusa à demonstração da correlação estatisticamente significativa ou da correlação estatisticamente significativa forte, especialmente à medida que caminhamos para níveis escolares sucessivamente elevados ou decompomos o efeito de classe em variáveis diversas que, embora a ela se associem, demonstram ter independência comportamental, como sejam as do nível educacional dos pais ou do grau de acompanhamento familiar do processo escolar (por exemplo White, 1982; White, Reynolds, Thomas e Gitzlaff, 1993; Sirin, 2005; Sackett *et al.*, 2009). Ainda assim, é esmagadora a evidência da ligação que se estabelece entre o sucesso académico e o nível socioeconómico dos estudantes em qualquer nível de ensino.

A investigação sociológica em torno da segunda dicotomia considerada: relação entre assiduidade e mérito académico no Ensino Superior é mais recente, menos relevante na tradição sociológica, mas igualmente numerosa. Um certo desinteresse dos sociólogos, que se nota pela área e a grande circulação dos investigadores que

sobre a temática se debruçaram, decorre, em nosso entender, de uma questão essencial: não apenas parece avassaladoramente óbvio ao observador assistemático e não treinado que a maior assiduidade às aulas implique um maior sucesso escolar, como tem sido esmagadora a evidência de que, de facto, em muitos contextos diferentes (de grau de ensino, de enquadramento socioeconómico, de identidade sociocultural, de nacionalidade, etc.) essa relação é forte e generalizada. Apenas para referir os autores mais salientes que se ocuparam do tema e chegaram a essa conclusão, sem qualquer intuito de exaustividade dado o número elevadíssimo de referências que isso implicaria, lembramos Anikeeff (1954), Schmidt (1983), Jones (1984), Brocato (1989), Park e Kerr (1990), Van Blerkom (1992), Gunn (1993), Romer (1993), Durden e Ellis (1995), Devadoss e Foltz (1996), Marburger (2001, 2006), Rodgers (2001), Rocca (2003), Dolton, Marcenaro e Navarro (2003), Stanca (2004), Martins e Walker (2005, 2006), Chen e Lin (2006), Arulampalam, Naylor e Smith (2008).

No que respeita à terceira dicotomia, é de notar que a melhor oportunidade de exploração das relações que se estabelecem entre assiduidade e classe social não proveio dos estudos centrados na classe social, mas antes dos centrados na relação entre assiduidade e mérito académico. Nesse âmbito, usaram-se controlos diversos para aprofundar o conhecimento do modo como, em perfis e contextos diferentes, a assiduidade fez prever maior mérito académico, avultando entre eles os ligados ao perfil do aluno e os ligados ao perfil das disciplinas estudadas⁵. Esperar-se-ia que a classe social de origem fosse, a par do género, da idade, da etnia ou da nacionalidade, óbvia variável de exploração. Contudo não foi, e isso parece decorrer do facto de esse fator não ser facilmente avaliado através de dados de imediato acesso nas Universidades e do facto de os sociólogos de formação (e ação) estarem sub-representados no estudo desta problemática. De facto, do que pudemos apurar, nunca a classe social de origem foi verdadeiramente usada como critério de exploração da relação mantida entre a assiduidade e o mérito académico no Ensino Superior, ainda que a isso se tenham aproximado (muito imperfeitamente e sem interesse teórico específico) alguns autores, nomeadamente: Kirby e McElroy (2003) que consideraram como variáveis de controlo do seu estudo da relação entre assiduidade e mérito académico a classe social e o nível socioeconómico da família, mas que entendem por classe social apenas a identificação do tipo de ocupação do indivíduo que mais contribui para o rendimento do agregado familiar, ao mesmo tempo que reduzem o nível socioeconómico da família de origem à quantificação do rendimento; e Dolado e Morales (2008) quando tomaram em conta a existência ou não de frequência universitária dos progenitores na caracterização dos alunos que estudaram.

⁵ Outros, menos expressivos, são por exemplo os ligados aos estilos de ensino, ao perfil dos professores, ao contexto cultural educativo, às formas de disponibilização de recursos para o ensino à distância, às políticas específicas de controlo da assiduidade e ao modo de inserção nos grupos de pares.

2. O Desenho da Investigação

Considerando a força da evidência empírica que suporta e caracteriza as relações que se estabelecem entre classe social e mérito académico e entre assiduidade e mérito académico, centrámos especialmente o nosso objetivo analítico na dicotomia classe social e assiduidade, e na tentativa de a) mostrar se a assiduidade varia substantivamente por classe social e b) estimar qual o efeito em cada situação de classe de origem de incrementos semelhantes de assiduidade no mérito académico alcançado. Assim, foi nosso intuito último estabelecer qual a dimensão da elasticidade do efeito do incremento da assiduidade às aulas no mérito académico por classe social de origem.

Com esse fito em mente, foram estabelecidas duas hipóteses de investigação: Hipótese 1. A assiduidade às aulas correlaciona-se positivamente com a classe social de origem; Hipótese 2. Existe um impacto homogéneo do incremento da assiduidade às aulas no resultado académico em classes sociais distintas.

Quanto à amostra de alunos do Ensino Superior que corporiza a investigação, esta foi encontrada através da seleção intencional de turmas que cumpriram os pressupostos teóricos abaixo descritos e que puderam ser caracterizadas por via da disponibilidade de adequados registos individuais de assiduidade e classificação.

Com o intuito da aleatorização e da diminuição do efeito de variáveis perturbadoras, seguiu-se sempre o princípio de duplicar as observações. Isso foi feito em termos de turmas, de disciplinas, de docentes, de anos letivos e de turnos de ensino (laboral e pós-laboral). Considerou-se esta última variável com vista a aumentar a integração de trabalhadores-estudantes na amostra. Teve-se, ainda, o cuidado de escolher disciplinas posicionadas em momentos diferentes do ciclo de estudos.

A constatação de que a escolha de apenas uma Faculdade condicionava o estudo, quer socioculturalmente, quer por via da consideração de áreas do saber demasiado homogéneas, levou ainda a que se juntasse ao universo uma segunda Faculdade, onde se reproduziu a avaliação acima descrita: duas turmas, duas disciplinas, dois docentes, dois anos letivos, inclusão de alunos de turnos diversos e integração em diferentes momentos do ciclo de estudos. A primeira Faculdade incluída no estudo é da área das Ciências Sociais; a segunda da área das Ciências da Natureza. As disciplinas consideradas integram-se nas seguintes áreas do conhecimento: Sociologia, Economia, Biologia e Matemática⁶.

O universo do estudo foi definido como a totalidade dos alunos inscritos nas disciplinas consideradas: 392. Desses, excluíram-se à partida os que não registaram qualquer presença em aula e que não realizaram nenhuma avaliação às disciplinas: 63

⁶ A seleção das disciplinas foi realizada assegurando, para melhor comparabilidade, que em todos os casos: a) a assiduidade às aulas não era obrigatória; b) a assiduidade era fortemente incentivada pelo sistema de avaliação e pela possibilidade de se ser beneficiado na avaliação final no decurso de apuramento de elevada assiduidade às aulas; c) independentemente do tipo e número de elementos de avaliação a disciplina tinha de ser avaliada por exame escrito final, d) o número de recursos de aprendizagem disponíveis *online* e para o autoestudo tinha que ser semelhante.

alunos. Sobraram, pois, 329 alunos, que representaram o universo a inquirir, dado que a inclusão no estudo dependeu, não apenas da capacidade de medida da assiduidade e da avaliação, mas também da capacidade de determinar a classe social de origem via inquirição. Dos 329 alunos que se pretendeu inquirir, conseguiram-se de facto inquirir 244 alunos, o que representou um sucesso de 74,2%. Por motivos diversos (não respostas e exclusões pela aplicação dos critérios abaixo indicados), apenas foi possível validar a participação de 215 alunos no estudo (65,3% dos avaliados quanto à assiduidade e classificação; 54,8% do total de alunos inscritos).

O estudo considerou três variáveis essenciais: a assiduidade às aulas, a classificação do aluno e a classe social de origem.

No que respeita à assiduidade, usou-se como critério de medida a percentagem de aulas assistidas sobre o total das aulas ministradas. Consideraram-se, como já se indicou, todos os alunos que frequentaram, pelo menos, uma aula da disciplina no ano letivo em análise e que realizaram, pelo menos, uma avaliação.

A classificação do aluno foi apurada seguindo as seguintes considerações, tomadas em conta por motivos de necessidade de incremento da comparabilidade dos casos: a) foram excluídos os alunos que frequentaram a disciplina num ano, mas realizaram avaliações exclusivamente num seguinte; b) foram desconsideradas todas as notas posteriores à primeira avaliação (incluindo melhorias de nota), considerando que um exame anterior ou a sua ausência coloca os alunos que se apresentam a avaliação em situações não comparáveis; c) independentemente do número e diversidade de elementos de avaliação, considerou-se apenas o resultado de exame escrito. Naturalmente, consideraram-se as avaliações antes de beneficiadas pela assiduidade às aulas, nos casos em que esse impacto foi exercido, eventualmente, sobre a nota do exame escrito.

A assiduidade às aulas e o mérito académico foram analisados quanto à sua correlação separadamente, em três grupos distintos de alunos: os identificados como pertencendo à classe alta, os identificados como integrando a classe média e os que se associaram à classe baixa. Essa distinção foi feita, como já se deixou implícito, através da aplicação de um inquérito por questionário aos alunos que cursaram as disciplinas em estudo. Não obstante se tenha optado por associar à inquirição presencial a eletrónica, não se pôde evitar um viés associado ao desenho da investigação que implicou uma menor amplitude das variáveis consideradas: a probabilidade de se conseguir contactar e inquirir alunos com um histórico de menor assiduidade e participação foi naturalmente menor que a que se encontrou entre alunos mais assíduos e participantes⁷. De facto, a via presencial foi a que se revelou eficaz para 83,6% dos casos da amostra. Ainda assim, não obstante a expressividade das diferenças dos

⁷ Poderíamos ter considerado, como fazem diversos autores, que ausências de presença equivaleriam a 0% de aulas assistidas e não comparência a exame a 0 valores de resultado escolar, o que teria permitido validar um número muito maior de casos e aumentar substantivamente a amplitude dos valores considerados nas variáveis. Considerámos, contudo, que isso implicava a introdução de presunções desinformadas e, muito provavelmente, erróneas, dado, por exemplo, podermos facilmente considerar os desistentes alunos de pouco mérito, o que não é necessariamente verdade.

posicionamentos individuais dos alunos quanto à assiduidade seja atenuada por essa circunstância perturbadora, as condições adequadas ao desenvolvimento do estudo não ficaram comprometidas, como mostram os resultados que a seguir se apresentarão e discutirão.

O caminho seguido para operacionalizar a variável classe social foi um pouco mais complexo que o que se realizou para a operacionalização dos restantes indicadores. Partimos num primeiro momento, naturalmente, da possibilidade de considerar a principal tradição teórica em Sociologia dedicada a estabelecer a qualidade da estrutura classista nas sociedades modernas, tradição onde avultam os contributos e os modelos desenvolvidos por autores como Lloyd Warner, John Goldthorpe ou Erik Olin Wright. Rapidamente entendemos, contudo, a necessidade de nos afastarmos dessas construções devido a serem incompatíveis com as necessidades específicas de mensuração deste estudo. É que, desde logo, o nosso fito analítico nunca foi o de caracterizar o grupo em estudo quanto à classe social de pertença, mas antes o de entender como é que variações de posicionamento na hierarquia classista podem implicar variações nas variáveis dependentes consideradas. Depois, as nossas necessidades metodológicas foram as de hierarquizar em ambientes relativamente homogêneos quanto à classe social de origem, e não as de categorizar latos (e diferenciados) universos em grandes grupos de homogeneidade classista. Assim, necessitámos de procurar uma abordagem que medisse mais do que classificasse e que hierarquizasse mais do que caracterizasse, isto é, que 1) permitisse a geração de uma variável ordinal (não de uma categorial), e 2) que assegurasse que a variável gerada possuiria um nível elevado de microdiferenciação capaz, tanto de assegurar hierarquização no seio de grupos bem menos heterogêneos que a sociedade em geral, como de possibilitar a melhor adaptação possível da variável às medidas estatísticas selecionadas (essencialmente bivariadas, correlacionais).

Depois, porque o tipo de estudo nos aconselhava a uma abordagem tão objetiva quanto possível (pois a subjetiva da análise e interpretação das classes sociais nos era inútil) e à conseqüente menorização dos efeitos da perspectiva culturalista e ideológica, ficámos abertos a medidas mais cruamente instrumentais e ecléticas, que se libertassem de conotações paradigmáticas pesadas e integrassem uma variedade lata de indicadores estruturantes – não apenas um número reduzido –, optando assim por contrariar a tendência reducionista que transparece tanto nas medidas especificamente centradas no tipo e qualidade de capital detido pelos indivíduos, como nas exclusivamente focadas na posição do indivíduo no sistema produtivo e/ou ocupacional.

Privilegiámos, por fim, medidas já testadas, genericamente aplicadas e provadas como adequadas aos nossos propósitos teóricos, que facilmente pudessem ser adaptadas à realidade nacional ou fossem já usadas para a sua análise.

A nossa estratégia foi, na sequência do exposto, a de estimar a classe social através da consideração de um indicador que tem sido usado recorrentemente, quer pelos cientistas sociais, quer pelas agências nacionais estatísticas, como adequado *proxy* de classe social: o conceito de estatuto socioeconómico (SES – *Socioeconomic*

Status). Seleccionámo-lo dado ter esse indicador revelado possuir todas as características técnicas adequadas a este estudo e, não obstante, existir uma dimensão sociocultural (que para os nossos fins é essencialmente irrelevante) que diferencia o conceito de classe social do conceito de SES. Optámos, então, por usar este *proxy*, adaptando-o apenas ligeiramente do seguinte modo: 1) retendo os três indicadores tradicionais de conceptualização do SES: qualificação, ocupação e rendimento; 2) acrescentando o indicador “propriedade” que se encontra na base das principais conceptualizações modernas de classe (em sentido sociológico estrito) e que, aliás, não se encontra ausente de diversas operacionalizações do SES; 3) operacionalizando os quatro indicadores a partir de escalas sociologicamente desenvolvidas e anteriormente testadas; e 4) adaptando essas escalas à realidade nacional (quando necessário), quer por razões de adequação local das medidas, quer de modo a tornar utilizáveis os dados nacionais de caracterização socioeconómica a favor da verificação e calibração da transformação do índice numa categorização adequada (localizada) de classe social.

Usaram-se os tercis das escalas teóricas geradas, corrigidas a partir do valor de rendimento médio nacional, para identificar os indivíduos pertencentes ao grupo de SES alto, médio e baixo, que se fez equivaler à classe social alta, média e baixa.

A avaliação dos fatores foi realizada relativamente a: pai, mãe, pais co-habitando, próprio (no caso de este deter rendimentos) e cônjuge (em caso de co-habitação e independentemente de matrimónio). Inicialmente, foi usado o critério da determinação primeira da classe social por atribuição paterna e do seu ajuste subsequente apenas em caso de a situação própria ou a do cônjuge afetar positivamente a situação de classe. Considerou-se este princípio dada a baixa idade dos indivíduos (média de 24 anos), a generalidade da co-habitação com os pais (78,7%) e o baixo índice de rendimentos próprios (30,5%) combinados com a muito baixa média líquida mensal dos ganhos (475 Euros). Contudo, tendo-se concluído que apenas em 23 casos (9,4% da amostra) ocorreriam variações, quer por co-habitação com cônjuge, quer por posse de rendimentos próprios, e que essas variações apenas implicavam a progressão social efetiva em 4 casos (1,6% da amostra), decidiu-se a determinação exclusiva por via paterna. Justificou-o, adicionalmente, a baixíssima média de anos de co-habitação com o cônjuge e de posse de rendimentos próprios apurada (em ambos os casos inferior a dois anos e meio), inadequada, pareceu-nos, para afetar significativamente, quer o património cognitivo, intelectual, experiencial e cultural adquirido durante toda a recente fase de integração na família de ascendência, quer a interpretação social da situação de classe do indivíduo, não obstante as recentes mudanças do seu estatuto e posição.

Quanto aos fatores considerados na determinação do SES, eles foram estimados através da criação de escalas de posição comparativa, todas de 1 a 10 pontos, correspondendo cada ponto a um decil de privilégio, do 1 (menor) ao 10 (maior). Foi considerada a média ponderada dos fatores, privilegiando-se com 30% de peso tanto a qualificação como a ocupação e com 20% de peso o rendimento e a propriedade, por forma a sobrevalorizar a componente mais tipicamente sociológica do índice.

No que respeita à qualificação, foi considerado o grau de ensino mais alto

frequentado (30% de peso) e o grau de ensino mais alto concluído (70% de peso) de 1- Nenhum a 10- Doutoramento⁸.

A ocupação foi avaliada por via da identificação da especialidade da habilitação (já exercida mas não em exercício atual) (20% de peso) e da ocupação exercida (80% de peso) de 1- Trabalhador elementares a 10- Altos gestores⁹.

O rendimento foi avaliado considerando o seu volume (80% de peso) e tipo (20% de peso). Quanto ao volume estimou-se o rendimento líquido mensal pedindo o posicionamento numa escala de rendimentos organizada com base em intervalos de 250 em 250 Euros que, possuindo originalmente 13 posições (por forma a alcançar o patamar dos 3000 Euros), foi matematicamente reduzida para 10. Quanto ao tipo, organizaram-se os rendimentos consoante a proveniência de 1- Subsídios Sociais e RSI a 10- Rendimento da propriedade, do capital ou da empresa.

Por fim, avaliou-se a propriedade, onde se integrou, quer a detenção plena (sem hipoteca) de bens mobiliários, imobiliários e financeiros de alto valor¹⁰ (60% de peso), quer um indicador de conforto (seguindo a tradição brasileira), avaliando o equipamento de que dispõem as habitações analisadas¹¹ (40% de peso). Os indivíduos foram hierarquizados, no primeiro caso, de 1- Sem bens de propriedade a 10- 10 ou mais bens de propriedade detidos entre os listados, e, no segundo caso, de 1- Sem equipamentos a 10- Posse de todos os equipamentos avaliados (10 equipamentos).

Foi possível associar uma classe social apurada na inquirição a um aluno específico, isto é, a um par percentagem de assiduidade-avaliação da disciplina, preservando o anonimato e a confidencialidade prometidos aos inquiridos através do pedido de indicação do número de aluno que foi usado para integrar ambas as bases de dados através do emparelhando automático dos casos.

Quanto à análise realizada sobre os dados, optou-se naturalmente, no essencial, pela análise bivariada, dado o desenho do estudo se centrar na exploração independente de pares de variáveis, especialmente de um (o par assiduidade-mérito académico). Privilegiaram-se as correlações, as regressões e as ANOVAS de modo a estimar o tipo

⁸ A escala completa, adaptada à realidade nacional e que a seguir se reproduz é a contemporaneamente usada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE): 1- Nenhum, 2- Ensino básico 1º ciclo (atual 4º ano/ instrução primária, 4º classe), 3- Ensino básico 2º ciclo (atual 6º ano/ antigo ciclo preparatório), 4- Ensino básico 3º ciclo (atual 9º ano/ antigo 5º liceal), 5- Ensino secundário (atual 12º/ antigo 7º liceal/ ano propedêutico), 6- Ensino pós-secundário (Especialização tecnológica, nível IV), 7- Bacharelato, 8- Licenciatura, 9- Mestrado, 10- Doutoramento.

⁹ A escala completa usada na categorização das ocupações inspirou-se na ISCO-08 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e é a que a seguir se reproduz: 1- Trabalhadores manuais não qualificados (ocupações elementares), 2- Operadores de máquinas e montadores fabris (manuais semiquilificados), 3- Artesãos e similares, 4- Qualificados da indústria extrativa, 5- Outros trabalhadores manuais qualificados, 6- Trabalhadores dos serviços e comércio, 7- Empregados de escritório de apoio, 8- Técnicos intermédios e profissionais associados, 9- Pequenos gestores, profissionais e outros especialistas superiores, 10- Alta Gestão.

¹⁰ Consideraram-se os seguintes: Veículos automóveis; Outros veículos motorizados terrestres; Outros veículos motorizados marítimos e/ou aeronáuticos; Apartamentos; Outras frações destinadas a fins residenciais; Terrenos; Frações imobiliárias destinadas ao comércio; Participações em sociedades comerciais; Outras participações financeiras; Depósitos em dinheiro de valor superior a três rendimentos mensais próprios.

¹¹ Na avaliação das habitações pediu-se a indicação da posse ou não dos seguintes equipamentos: Forno micro-ondas; Televisão por cabo; Leitor de DVD; Máquina de lavar loiça; Ar condicionado e/ou Aquecimento central; Empregada doméstica; Automóvel; Parqueamento privado e/ou garagem; Computador pessoal com acesso à internet; Televisão de ecrã plano; Piscina não móvel (betão); Jardim privado; Alarme residencial.

de relação que as variáveis mantêm entre si e a robustez estatística das associações que entre elas podem ser feitas.

Naturalmente, o estudo é exploratório, como já se deixou escrito. Não existe suficiente dispersão das observações nem representatividade da amostra face ao universo (nomeadamente em diversidade de escolas, de zonas geográficas e de especialidades) para ser de outro modo, ainda que se tenham tomado os diversos cuidados de aleatorização descritos para potenciar a limitação do efeito negativo da intencionalidade da primeira fase de seleção da amostra (aquela que estabeleceu as quatro turmas analisadas nas duas escolas selecionadas) e se tenha procurado conseguir um número expressivo de observações face à dimensão do universo. A falha da representatividade estatística permite apenas que sejamos indicativos quando referimos que a nossa dimensão amostral gera um valor de 6,7% de erro estatístico para um intervalo de confiança de 95%. Ainda assim, estes são números que encerram uma mensagem não despcienda no que respeita à robustez da dimensão amostral utilizada.

3. Apresentação dos Indicadores

Foram analisados 215 alunos que se caracterizaram por uma média de 78,8% de assiduidade às aulas e uma média de 11,49 valores de classificação. Os quadros abaixo sumulam as características essenciais das variáveis consideradas:

Figura 1 – Quadro-síntese de Caracterização das Variáveis – Amplitude e Tendência Central

	N	Amplitude	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda	Média	
	Estatística	Erro padrão						
Assiduidade	215	88,2	11,8	100,0	86,4	100,0	78,840	1,3851
Classificação	215	12	5	17	12,00	14	11,49	,206
Classe Social	215	2	1	3	2	2	2,20	,038
N Válido	215							

Figura 2 – Quadro-síntese de Caracterização das Variáveis – Dispersão

	N	Desvio padrão	Variância	Distorção (<i>Skewness</i>)		Curtose (<i>Kurtosis</i>)	
	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Erro padrão	Estatística	Erro padrão
Assiduidade	215	20,3090	412,457	-1,432	,166	1,617	,330
Classificação	215	3,020	9,120	-,447	,166	-,757	,330
Classe Social	215	,554	,307	,051	,166	-,135	,330
N Válido	215						

Quanto às classes sociais, distinguiram-se 16 indivíduos de classe alta (correspondendo a 7,4% da amostra), 141 indivíduos de classe média (65,6%) e 58 indivíduos de classe baixa (27,0%). As médias de assiduidade e classificação por classe social são as que abaixo se indicam:

Figura 3 – Média, Desvio-Padrão e Mediana da Assiduidade e Classificação por Classe Social

Classe Social		Assiduidade	Classificação
Classe alta	Média	79,706	10,69
	N	16	16
	Desvio padrão	14,5608	3,260
	Mediana	82,950	11,00
Classe média	Média	78,635	11,55
	N	141	141
	Desvio padrão	20,7444	2,934
	Mediana	86,550	12,00
Classe baixa	Média	79,100	11,55
	N	58	58
	Desvio padrão	20,8661	3,180
	Mediana	86,000	12,20

À primeira vista, como se vê, não se identificam regularidades significativas: as médias de assiduidade não variam substantivamente por classe social, nem mostram seguir um sentido linear que podia ser esperado. De facto, quando se progride ascensionalmente em classe social, não pode manter-se, a partir destes dados, a expectativa de que variará em sentido positivo a assiduidade. Aliás, fenómeno semelhante ocorre com a avaliação. Não se verificou na nossa amostra que a média da classificação alcançada nas disciplinas fosse maior à medida que progredimos em situação de classe, sucedendo aliás o inverso (fenómeno que a mediana mostra de modo especialmente claro): a classificação aumenta com a descida de classe social.

A consideração do desvio-padrão acrescentada à análise da média e mediana traz o seguinte dado: verifica-se um regular incremento do desvio padrão à medida que descemos em classe social, o que segue o aumento da amplitude das observações que já vimos que sucede, à medida que progredimos para classes sociais mais baixas.

Deixando a análise univariada e progredindo para a bivariada, começámos por testar a normalidade das distribuições¹², que não pôde ser comprovada no caso de todas as variáveis consideradas, ainda que tenhamos verificado que a distribuição da variável classificação (a variável dependente na maioria das nossas análises) é próxima da normalidade e adequada, com mínimo ajuste, à validação de alguns testes paramétricos. Sempre que possível realizou-se esse ajuste para possibilitar o uso destes testes mais potentes.

¹² Usou-se o teste de Kolmogorov-Smirnov apurando-se significâncias para as variáveis Assiduidade, Classificação e Classe Social de respetivamente, ,000; ,001; e 0,000, sendo rejeitada a hipótese da distribuição normal.

Dado que o nosso intuito essencial foi o de comparar a associação das variáveis assiduidade e classificação em classes sociais distintas privilegiámos a correlação e, dada a especificidade dos nossos dados, a de Spearman, embora os resultados alcançados com a correlação de Pearson (que também apurámos) sejam genericamente semelhantes aos anteriores. Por razões de caracterização geral das variáveis começamos por apresentar os valores encontrados através do cálculo das correlações de Spearman para as dicotomias em análise:

Figura 4 – Correlações de Spearman para as dicotomias das variáveis estudadas

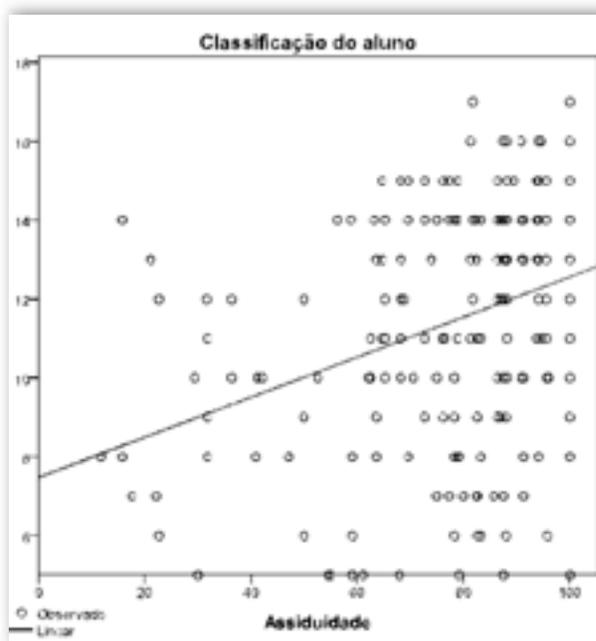
		Assiduidade	Classificação
Classe social	Correlação de Spearman	,022	,043
	Sig. (**)	,747	,533
	N	215	216
Assiduidade	Correlação de Spearman		0,328**
	Sig. (**)		,000
	N		215

** $p < .01$

A relação que se estabelece nesta amostra entre classe social e, quer a assiduidade quer a classificação, é positiva, ainda que muito fraca e não significativa em termos estatísticos. Verifica-se, de facto, que apenas a relação que se estabelece entre a assiduidade às aulas e a classificação final é estatisticamente significativa, sendo positiva e relevante.

Tendo assegurado a adequação da utilização de medidas de regressão linear através da aproximação de y à normalidade e da avaliação dos resíduos (dada a antecipada comprovação dos restantes requisitos), estimou-se ainda a curva de regressão linear que caracteriza a associação das variáveis classificação e assiduidade:

Figura 5 – Estimativa da Curva de Tendência Linear para a Totalidade da Amostra



Uma ANOVA permitiu-nos avaliar a dimensão de residuais face à de explicações conseguidas pela regressão. Os residuais (que também seguem a distribuição linear) correspondem a 7/8 dos valores da regressão, o que mostra como a estimativa da curva e a força da correlação não deixou de nos indicar, a muito considerável variabilidade das observações em qualquer nível de assiduidade. De facto, a relação entre as variáveis em análise apenas consegue explicar 10,7% da variância das observações.

Por fim, analisando a elasticidade, identificámos o impacto médio na avaliação (em valores – escala de 0 a 20 – e percentagem) que se espera da variação positiva de 10% de assiduidade às aulas: 0,5 valores; 2,6% da classificação.

Contudo, o nosso estudo baseia-se num interesse diferente e, consequentemente noutra premissa analítica. De facto, mais que encontrar associações transversais à amostra, interessou-nos comparar o comportamento das variáveis consoante a classe social, exercício a que agora nos dedicamos.

4. Análise por Subgrupos

Multiplicámos, então, a realização das análises univariadas e bivariadas com que estamos a trabalhar ao contexto específico de cada classe social para entender se existe um padrão específico de relacionamento entre a assiduidade e a classificação em contextos sociais diferentes. Começámos por descrever as variáveis:

Figura 6 – Quadros-síntese de Caracterização das Variáveis por Classe Social – Amplitude e Tendência Central

Classe alta	N	Amplitude	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda	Média	
	Estatística	Erro padrão						
Assiduidade	16	45,0	55,0	100,0	83,0	77,3*	79,706	3,6402
Classificação	16	10	5	15	11,00	11	10,69	,815
N Válido	16							

* Múltiplas modas. Apresenta-se o valor mais baixo.

Classe média	N	Amplitude	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda	Média	
	Estatística	Erro padrão						
Assiduidade	141	88,2	11,8	100,0	86,4	100,0	78,635	1,7470
Classificação	141	12	5	17	12,00	14	11,55	,247
N Válido	141							

Classe baixa	N	Amplitude	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda	Média	
	Estatística	Erro padrão						
Assiduidade	58	82,4	17,6	100,0	86,4	100,0	79,100	2,7399
Classificação	58	12	5	17	12,00	13*	11,55	,418
N Válido	58							

* Múltiplas modas. Apresenta-se o valor mais baixo.

Figura 7 – Quadros-síntese de Caracterização das Variáveis por Classe Social – Dispersão

Classe alta	N	Desvio padrão	Variância	Distorção (<i>Skewness</i>)		Curtose (<i>Kurtosis</i>)	
	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Erro padrão	Estatística	Erro padrão
Assiduidade	16	14,5608	212,017	-,290	,564	1,126	1,091
Classificação	16	3,260	10,629	-,354	,564	-1,001	1,091
N Válido	16						

Classe média	N	Desvio padrão	Variância	Distorção (<i>Skewness</i>)		Curtose (<i>Kurtosis</i>)	
	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Erro padrão	Estatística	Erro padrão
Assiduidade	141	20,7444	430,330	-1,444	,204	1,573	,406
Classificação	141	2,934	8,606	-,472	,204	-,693	,406
N Válido	141						

Classe baixa	N	Desvio padrão	Variância	Distorção (<i>Skewness</i>)		Curtose (<i>Kurtosis</i>)	
	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Erro padrão	Estatística	Erro padrão
Assiduidade	58	20,8661	430,395	-1,485	,314	1,759	,618
Classificação	58	3,180	10,111	-,428	,314	-,809	,618
N Válido	58						

Para avaliar a correlação, voltámos a recorrer ao coeficiente de Spearman. Considerada a importância deste dado e a aproximação de y à normalidade, acrescentámos, ainda, aqui os valores de correlação gerados pela aplicação do coeficiente de Pearson, uma vez que, comparativamente, esta medida se caracteriza por maior robustez estatística. Os resultados apresentam-se abaixo:

Figura 8 – Medidas de Correlação entre a Assiduidade e a Classificação por Classe Social

		Classificação		
		Classe alta	Classe média	Classe baixa
Assiduidade	Correlação de Spearman	,220	,318**	,364**
	Sig. (**)	,413	,000	,005
	N	16	141	58
Assiduidade	Correlação de Pearson	,301	,303**	,422**
	Sig. (**)	,258	,000	,001
	Sig. (**)	16	141	58
	N			

** $p < .01$

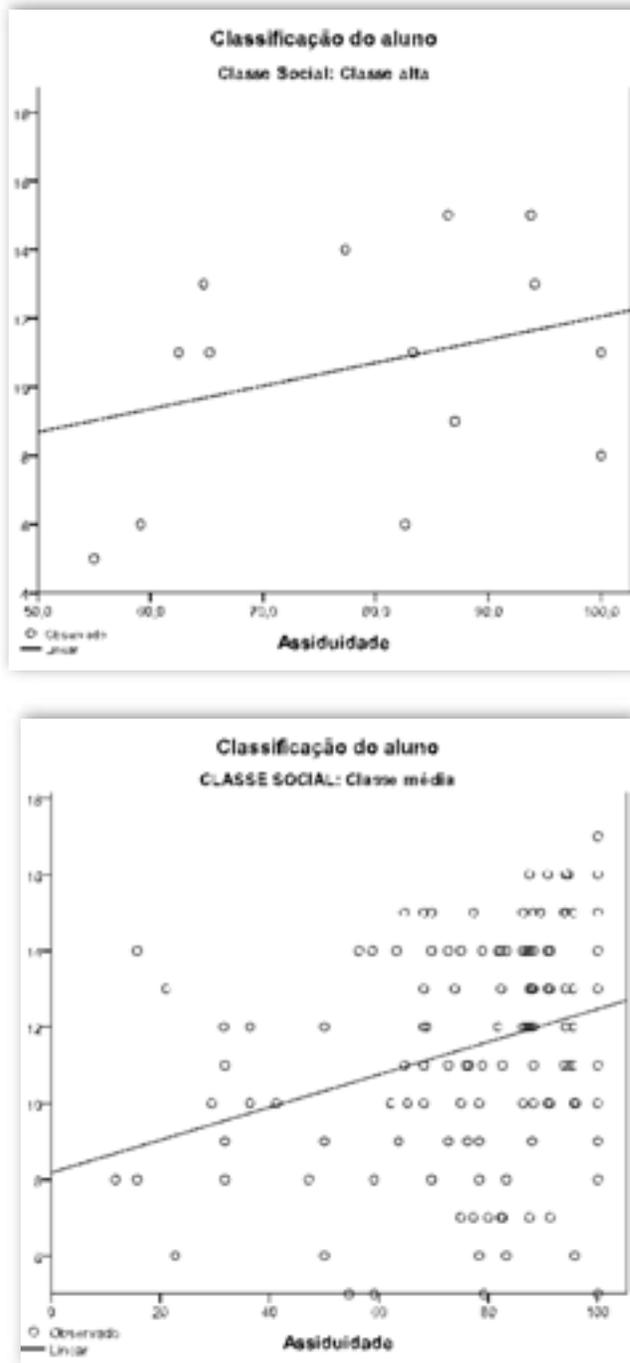
Como se vê, a correlação entre a assiduidade e a classificação varia substancialmente quando se consideram classes diferentes de modo autónomo, notando-se mesmo uma variação em sentido linear: quanto mais alta a classe social, mais forte é a relação positiva entre as variáveis e mais relevante é a significância estatística da relação.

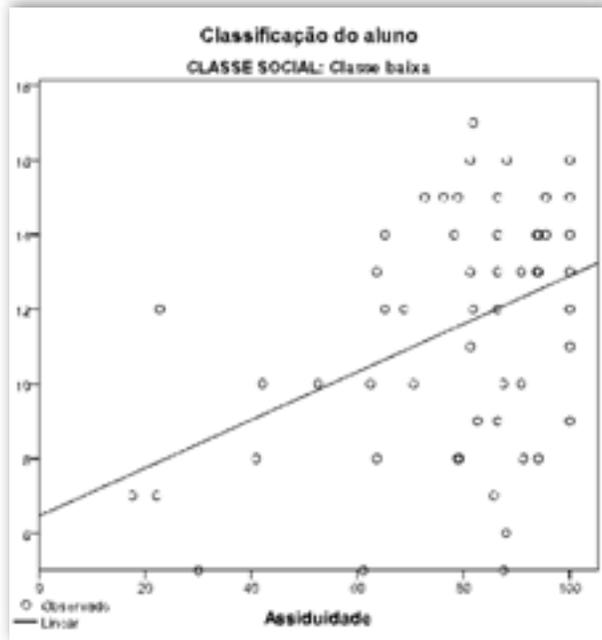
Foram, ainda, estimadas as curvas que caracterizam a relação entre as variáveis (Figura 9). A partir delas, claramente se visualiza como a inclinação da curva se torna cada vez mais pronunciada à medida que caminhamos para classes sociais sucessivamente mais baixas, o que mostra que a relação se aproxima sucessivamente de linear, isto é, que as variáveis variam numa proporção cada vez mais semelhante.

Uma ANOVA permitiu-nos, ainda, avaliar, desta vez para os sub-grupos de classe social, a dimensão de residuais face à de explicações conseguidas pela regressão. Verificámos, mais uma vez, como os residuais são consideráveis face à variância explicada, o que limita a capacidade de encontrar robustez no modelo e nos reserva antes, mais, para a valorização do sentido indicativo dos resultados. Verifica-se, com recurso ao quadrado de R ajustado, que a relação entre estas variáveis consegue explicar 16,4% da variância das observações na classe baixa, 8,5% da variância das observações na classe média e 2,6% da variância das observações na classe alta, o que segue a correlação crescente entre as variáveis à medida que caminhamos para classes sociais mais modestas.

Por fim, estimando elasticidade, avaliou-se a média de ganho que se verifica na classificação quando varia em sentido positivo, em 10%, a assiduidade às aulas. Verificou-se que, em média, na classe alta, 10% de ganho em assiduidade repercute-se em 1,0% de ganho na classificação, isto é, 0,2 valores. Na classe média, esses números são, respetivamente, de 2,5% e 0,5 valores e na classe baixa, 3,0% e 0,6 valores.

Figura 9 – Estimativas da Curva de Regressão Linear por Classe Social





5. Discussão dos Resultados

Os resultados do estudo identificam apenas uma ligação estatisticamente significativa entre as variáveis emparelhadas em cada dicotomia estudada: a direta que se estabelece entre a assiduidade às aulas e o mérito académico. De facto, no que se refere às restantes dicotomias, estabelece-se uma relação direta, mas estatisticamente não significativa, entre as variáveis que as compõem o que, desde logo, invalida a primeira hipótese que formulámos.

A correlação estatisticamente significativa da relação entre assiduidade e classificação deve, contudo, ponderar-se à luz da irregularidade expressiva das observações que fornecem a base para a relação encontrada (e a conseqüente limitação do seu interesse para fins de modelização), o que é deixado claro pela regressão estatística que expõe a considerável incapacidade da relação dessas variáveis explicar a variância das observações (a regressão apenas explica 1 em 10 observações).

Quanto à segunda hipótese usada para explorar o problema, ela é também invalidada, dado que se encontraram diferenças significativas entre as classes sociais no que respeita aos modos de associação da variável assiduidade com a variável resultado académico. De facto, é notório que o impacto da variação da assiduidade no mérito académico cresce em amplitude à medida que caminhamos para classes mais baixas, mostrando-o, desde logo, a variação da significância estatística das correlações à medida que nos deslocamos de classes mais altas para classes mais baixas, mas também a considerável variação da capacidade explicativa da variância na regressão calculada para cada classe social.

Algumas limitações do estudo podem contribuir para a reduzida expressividade dos resultados e para a limitada capacidade explicativa dos modelos aqui discutidos. Entre elas está a baixa amplitude das observações relativas à assiduidade (a que já se aludiu) e que não pôde deixar de acarretar limitações idênticas para a amplitude das observações relativas à classificação final. Ora, quando tratamos de medidas de associação, esse aspeto não é despreciando. Depois, há que apontar o reduzido número de observações categorizadas como pertencendo à classe alta (o que dependeu do nível social médio dos cursos selecionados para integração na amostra), que naturalmente implica um maior erro estatístico associado ao grupo, em comparação com os restantes. Tudo isto agiu num sentido de camuflar e estatisticamente desconsiderar relações que noutras circunstâncias poderiam (ou não) apresentar-se como mais robustas, relações essas que, não obstante, apresentam ainda expressividade considerável.

Julgamos ter estabelecido, ainda que no limite dos nossos propósitos (e capacidades) indicativos, exploratórios, que haverá alguma base para se julgar que a amplitude do efeito positivo da assiduidade às aulas varia consoante a classe social e que essa variação se faz em sentido inverso, beneficiando comparativamente mais as classes socioeconomicamente desfavorecidas. A elasticidade média do efeito do incremento da assiduidade no mérito académico, como se mostrou, é indicador especialmente significativo na demonstração desta relação, pois não só a elasticidade varia em sentido contrário à distinção da classe de proveniência dos alunos, como se denota que o efeito desse benefício é triplo, quando comparamos a classe baixa com a alta – os alunos de classe baixa ganham em média três vezes mais que os da alta em classificação, ao incrementar a sua assiduidade em 10%.

Deve notar-se que isso pode indiciar (a comprovarem-se estes sentidos em estudos posteriores, mais robustos) que a extensão do uso do estímulo à assiduidade dos estudantes, dado pela eventual introdução sistemática do elemento no sistema de avaliação, pode redundar num benefício diferencial de classes sociais distintas, contrário ao sentido conhecido do favorecimento académico dos indivíduos mais bem posicionados socialmente.

Assim, diferentemente de outros, no caso deste elemento de avaliação, a situação de classe mais elevada inibiria ganhos muito expressivos da avaliação conseguidos através da assiduidade, sucedendo o inverso em classes mais baixas, ainda que não deixe de ser verdade (mostram-nos os dados recolhidos) que os alunos de classe mais baixa se encontram ligeiramente menos bem posicionados para disso beneficiar que os de classe média e alta, dada a maior taxa de ocupação (trabalhadores-estudantes) e de agregado familiar próprio estabelecido, ambos fatores que prejudicam, quer a assiduidade, quer a capacidade de a converter em melhores resultados académicos.

Quanto ao ensaio da explicação dos desvios encontrados, julgamos que se adequa bastante bem à observação realizada e à sugestão encontrada a partir deste estudo exploratório, a ideia de que provavelmente todo o racional que tem sido usado para explicar a relação direta entre classe social e mérito académico pode ser utilizado aqui para esclarecer as associações detetadas. Assim, desde logo, o maior capital cultural e cognitivo dos estudantes de classes mais altas, bem como o acesso mais provável a

uma grande diversidade de suportes para o estudo alternativos aos disponibilizados em aula, poderão, eventualmente, habilitá-los com maior proveito para modos de autoaprendizagem e autoestruturação da atividade académica que os dispensem (mais que os seus pares de classe social inferior estarão dispensados), de basearem o seu sucesso no acompanhamento regular das aulas. Isso explicaria porque é que, apenas entre esta classe, não se encontraram correlações significativas entre a assiduidade às aulas e o mérito académico.

Testes mais robustos e investigação mais específica exigem-se, voltamos a sublinhá-lo, para progredir na análise desta problemática. Note-se, contudo, que, a ser como aqui se indicia, a política de estímulo à assiduidade pode ser uma via eficaz de contribuir para a igualização das oportunidades à partida distintas a que as diferentes classes sociais estão expostas no sistema de Ensino Superior português, potência que dificilmente é partilhada por outros elementos avaliativos.

Referências Bibliográficas

ANIKEEFF, M. (1954), “The Relationship Between Class Absences and College Grades”, in *Journal of Educational Psychology*, vol. 45, 244-249.

ARULAMPALAM, Wiji; NAYLOR, Robin A.; SMITH, Jeremy (2008), “Am I missing something? The effects of absence from class on student performance”, in *IZA Papers*, nº 3749. [Consult. a 15 de maio de 2011]. Disponível em: <http://ftp.iza.org/dp3749.pdf>.

BAUDELLOT, Christian; ESTABELET, Roger (1971), *L'école capitaliste en France*, Paris, Maspero.

BERNSTEIN, Basil (1971), “Education cannot compensate for society”, in B. Cosin (org.), *School and Society*, London, Open University, pp. 473-486.

BOUDON, Raymond (1973), *L'inégalité des chances: la mobilité sociale dans les sociétés industrielles*, Paris, Collin.

BOURDIEU, Pierre (1977), “Sur le pouvoir symbolique”, in *Annales: Economies-Sociétés-Civilisations*, année 32^o, nº 3, 405-411.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude (1970), *La reproduction: elements pour une théorie du système d'enseignement*, Paris, Minuit.

BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert (1976), *Scholing in Capitalist America: Educational Reform and contradictions of economic life*, New York, Basic Books.

BROCATO, Joe (1989), “How Much Does Coming to Class Matter? Some Evidence of Class Attendance and Grade Performance”, in *Educational Research Quarterly*, vol. 13, nº 3, 2-6.

CHEN, Jennjou; LIN, Tsui-Fang (2006), *Class Attendance and Exam Performance: a Randomized Experience*, Presented at 11th Annual Meetings of SOLE. [Consult. a 16 de abril de 2011] Disponível em: <http://nccur.lib.nccu.edu.tw/bitstream/140.119/23213/1/Chen06%5B1%5D.pdf>.

COLLINS, Randall (1971), “Functional and conflict theories of educational stratification”, in *American Sociological Review*, vol. 36, nº 6, 1002-1019.

– (1979), *The credential society: an historical sociology of education*, New York, Academic Press.

DEVADOSS, Stephen; FOLTZ, John (1996), "Evaluation of Factors Influencing Student Class Attendance and Performance", in *American Journal of Agriculture Economics*, vol. 78, nº 3, 499-507.

DOLADO, Juan J.; MORALES, Eduardo (2008), *Which Factors Determine Academic Performance of Freshers in Economics?: Some Spanish Evidence*. [Consult. a 16 de abril de 2011]. Disponível em: <http://www.cepr.org/MEETS/wkcn/3/3536/papers/dolado-morales.pdf>.

DOLTON, Peter; MARCENARO, Oscar D.; NAVARRO, Lucia (2003), "The Effective Use of Student Time: a Stochastic Frontier Production Function Case Study", in *Economics of Education Review*, vol. 22, nº 6, 547-560.

DURDEN, Garey C.; ELLIS, Larry V. (1995), "The Effects of Attendance on Student Learning in Principles of Economics", in *American Economic Review*, vol. 85, nº 2, 343-346.

FRAISE, Paul (1957), *Psychologie du temps*, Paris, PUF.

GUNN, Kenneth P. (1993), "A Correlation between Attendance and Grades in a First-year Psychology Course", in *Canadian Psychology*, vol. 34, nº 2, 201-202.

JONES, Craig H. (1984), "Interaction of Absences and Grades in a College Course", in *The Journal of Psychology*, vol. 116, s. n., 133-136.

KELLERHALS, Jean; MONTANDON, Cléopâtre (1991), *Les strategies éducatives des familles*, Genève, Delachaux et Niestlé.

KIRBY, Ann; MCELROY, Brendan (2003), "The Effect of Attendance on Grade for First Year Economics Students in the University College Cork", in *The Economic and Social Review*, vol. 34, nº 3, 311-326.

MARBURGER, Daniel R. (2001), "Absenteeism and Undergraduate Exam Performance", in *Journal of Economic Education*, vol. 32, nº 2, 99-110.

– (2006), "Does Mandatory Attendance Improve Student Performance?", in *Journal of Economic Education*, vol. 37, nº 2, 148-155.

MARTINS, Pedro; WALKER, Ian (2005), *Student Achievement and Education Production: A Case-Study of the Effect of Class Attendance*, [Consult. a 15 de abril de 2011]. Disponível em: <http://www.studentsmart.in/case%20studies/Production/Student%20Achievement%20and%20Education%20Production.pdf>.

– (2006), "Student Achievement and University Classes: Effects of Attendance, Size, Peers, and Teachers", in *IZA Papers*, nº 2490. [Consult. a 15 de abril de 2011]. Disponível em: http://www.econstor.eu/dspace/bitstream/10419/33972/1/53873061_7.pdf.

MINGAT, Alain (1991), "Les activités de rééducation GAPP à l'école primaire", in *Revue Française de Sociologie*, vol. XXXII, 515-549.

PARK, Kang H.; KERR, Peter M. (1990), "Determinants of Academic Performance: a Multinomial Logit Approach", in *Journal of Economic Education*, vol. 21, nº 2, 101-111.

PLAISANCE, Eric (1993), "Remarques sur l'évaluation des actions de rééducation à l'école primaire", in *Revue Française de Sociologie*, vol. XXXIV, 61-64.

POURTOIS, Jean-Pierre; DESMET, Huguette (1989), "L'éducation familiale", in *Revue Française de Pédagogie*, nº 86, 69-101.

ROCCA, Kelly A. (2003), "Student Attendance: A Comprehensive Literature Review", in *Journal on Excellence in College Teaching*, vol. 14, 85-107.

RODGERS, J. R. (2001), *A Panel-data Study of the Effect of Student Attendance on Academic Performance*. [Consult. a 18 de março de 2011]. Disponível em: <http://ro.uow.edu.au/commpapers/171/>.

ROMER, David (1993), “Do Students Go to Class? Should they?”, in *Journal of Economic Perspectives*, vol. 7, n° 3, 167-174.

SACKETT, Paul R. [et al.] (2009), “Does Socioeconomic Status Explain the Relationship Between Admissions Tests and Post-Secondary Academic Performance?”, in *Psychological Bulletin*, vol. 139, n° 1, 1-22.

SCHMIDT, Robert M. (1983), “Who Maximizes What? A Study in Student Time Allocation”, in *American Economic Review Papers and Proceedings*, vol. 73, 23-28.

SIRIN, Selcuk R. (2005), “Socioeconomic Status and Academic Achievement: A Meta-Analytic Review of Research”, in *Review of Educational Research*, vol. 75, n° 3, 417-453.

STANCA, Luca (2004), “The Effects of Attendance on Academic Performance: Panel Data Evidence for Introductory Microeconomics”, in *Working Paper Series*, n° 78.

VAN BLERKOM, Malcolm L. (1992), “Class Attendance in an Undergraduate Course”, in *Journal of Psychology*, vol. 126, 487-494.

WHITE, Karl R. (1982), “The relation between socioeconomic status and academic achievement”, in *Psychological Bulletin*, vol. 91, n° 3, 461-481.

WHITE, Sammis B.; REYNOLDS, Peter D.; THOMAS, M. Marc; GITZLAFF, Nance J. (1993), “Socioeconomic Status and Achievement Revisited”, in *Urban Education*, vol. 28, n° 3, 328-343.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract

The rules for student assessment introduced in recent years by the Bologna Process in Portugal led to the gradual reintroduction of attendance evaluation, which increased the interest of its sociological study and raised the question of its classist nature. If both the relationships that social class, and the relationships that regular attendance to lectures establish with academic merit, are well known to sociologists, there is still poor understanding on the relationship between attendance and social class, as well as of the magnitude of the elasticity that the effects of attendance on academic merit have in specific social situations. This study suggests that the amplitude of positive effects brought about by stimulating attendance in Portuguese Higher Education and the social distinction of students are negatively correlated, contrarily to what one might anticipate.

Keywords: Higher Education; Social Classes; Education; Attendance.

Résumé

Les règles d'évaluation des étudiants, mises en place par le Processus de Bologne au Portugal, ces dernières années, ont conduit à la réintroduction progressive de l'évaluation de la fréquentation des cours. Ceci a augmenté l'intérêt de son étude sociologique et a soulevé la question de sa relation avec la situation de classe. Si les rapports de classe sociale et les relations de la fréquentation régulière des classes, qui s'établissent avec le mérite scolaire, sont bien connus des sociologues, la relation entre la fréquentation et la classe sociale demeure bien moins connue. Il en est de même pour la mesure de l'élasticité de l'effet de la fréquentation sur le mérite scolaire dans les situations de classes spécifiques. Cette étude suggère que l'amplitude de l'effet positif de stimuler la fréquentation des conférences dans l'enseignement supérieur portugais et de la distinction sociale des élèves sont corrélés négativement, contrairement à ce qu'on pourrait anticiper.

Mots-clés: Enseignement Supérieur; Classes Sociales; Éducation; Assiduité.

From educational ideals to local realities: qualitative unpacking of stereotypes and segregation in PISA 2006

Pedro Moreno da Fonseca¹

Abstract:

Education is seen as being caught between the material-symbolic networks of school-related agents and of students. The fundamental hypothesis of the research is that the scientific school-agents network is socioeconomically and ethnically biased, creating ontological insularization that is reflected both by structural variables in PISA surveys and by qualitative evidence from classroom interaction. On the other hand, it is explored the parallel hypothesis that social economic and cultural groups establish resilient identities whenever their expression and understandings are not enabled in a way that is translatable into the scientific network. Idealisations, stereotypification processes, class, ethnicity and gender are explored as factors concurring to explain 9th graders performance. PISA 2006 data on cognitive science testing is firstly explored (Portuguese sub-sample, n=5100) through a multilevel model and then tentatively unpacked through case-study results from a research developed in a school. In conclusions, introduction of ontological adaptation and cultural variety to curricula and teaching methods are seen as fundamental to bridge the tendency to resistance in learning and separation between symbolic networks.

Keywords: PISA 2006; Ethnicity; Gender; Culture; Education; Portugal; African Students; Social Class; Identity; Self-Efficacy; Social Segregation.

Introduction

Part of the present research was dedicated to analysing the Portuguese sub-sample (n≈5100) data from the third survey of PISA (Programme for International Student Assessment) in 2006. Another part of the research was dedicated to explore some of the clues unveiled by structural indications through a case study developed in a school in Portugal's capital city, Lisboa.

PISA is an OECD initiative, aimed at inquiring and understanding many diverse aspects that can contribute to explain the performance of 15-year olds in key areas

¹ Sociology Institute, University of Porto. E-mail: morenofonseca@mail.telepac.pt.

of knowledge (mathematics, science and literature). In 2006 the survey was applied in over 50 countries, with a special emphasis on enquiring scientific literacy. The “nested” nature of the data allows for the control of factors on student and school level, through the estimation of hierarchical (multilevel) models.

In spite of the wide variety of factors surveyed, the assessment of cultural and ethnical-related variables could be furthered. Their collection is entirely up to the responsible units that apply the survey nationally, which results, in most cases, in sub-representation of significative ethnic groups in sampling.

Nevertheless, PISA allows for considerable discussion about social-economic factors and scientific identity building among students. Portugal has inquired the ethnicity of students, allowing for a study on the influence of culture, once social-economic variables are controlled. Limited coding of ethnicity has somewhat hampered a more fine analysis of the results and, as seen below, discussion necessarily cannot ascertain very relevant differences inside of, for example, “Portuguese Speaking African Countries”, that can include many inter and intranational diverse cultures.

1. Evidence from PISA data

1.1 Crosstabs: Class and Ethnicity

A simple crosstabs between cognitive results in science and social-economic levels, as depicted by the International Standard Classification of Occupations (ISCO) shows a clear positive relation between scores and father’s professional status (see T.1), as identified already decades ago by numerous authors (Bourdieu & Passeron, 1970; Bernstein, 1976; Willis, 1977; Hargreaves, 1986).

[Table 1]

The evidence of lower results between the children of the less materially and educationally endowed households doesn’t seem to be accompanied by a corresponding depression of expectations on behalf of the children, which, in spite of a marginal class-variability, point in the direction of high targets for future occupations. As seen ahead, this level of expectations and concern seems to be shared by parents that reveal a cross-status clear preoccupation with providing children with appropriate study environments at home (see “Study Space” index in T.2).

[Table 2]

If lower income groups are more prone to lower academic performances that does not seem to be related to any type of self-limitating attitude, at least a *conscious* one (see T.3). Nevertheless, self-efficacy and self-concept indicators, by inquiring attitudes and objective problems with science issues, reveal the establishment of a more fragile academic identity among the members of lower income groups (see T.4).

[Table 3] [Table 4]

Gender analysis further reveals that girls are, in general, less confident with science-related tasks and concepts, and that this gap is not particularly bridged by a raise in professional status or schooling years of parents. In fact, the difference seems to be more acute among the children of scientific/intellectual professionals, whereas in other professional groups the relation is sometimes even reversed (apparently in the ones related to industrial activities, consistently with the now classic Paul Willis' observations about gender differences in academic identity among labour class children).

[Table 5]

Crosstabs between ethnic groups and results (T.5) reveal a clear difference between the results of African (Portuguese speaking) students and the native Portuguese community. The general average result of Africans is strikingly inferior and it is not softened by an analysis per status groups. In some groups, such as industrial operators or skilled agricultural workers the difference is not as high, apparently due to what Machado has identified as class transition in migration (Machado, 1998).

[Table 6]

Many of the African immigrants seem to alter their professional status when finding an occupation in Portugal, getting jobs in industry or agriculture-related activities. This might accrue for relatively better performance of the children of these professional-status groups. The absence of finer data impedes, regretfully, the analysis of the influence of these factors.

The difference in science cognitive scores is nevertheless high for all groups and points out to cultural factors influencing the results, besides access to financial resources or cultural goods. The fact remains that even when trying to control the results for the "cleaner" indicator *parents' highest level of education* (people don't change ISCED level *that* easily with immigration), the results are still consistently much lower for African students (T.7).

[Table 7]

Same as happens with Portuguese origin students, African origin students reveal a gender difference in results, with boys performing in average slightly better than girls in science. This same gender difference is depicted by self-efficacy and self-concept indicators which are, in turn, considerably lower for African students, suggesting a higher difficulty in establishing a scientific identity. Particularly, the lower value of self-efficacy relative to self-concept, reveals a desire to achieve in science (also confirmed by the distribution of students per ethnicity/desired career), which is not accompanied by a high degree of confidence in performing scientific-related tasks.

[Table 8]

Difference Tests and Correlations

[Table 9]

Differences in average student performance were tested for certain critical variables, to ascertain their significance. Having no better identification for rural communities, than their size, we created three categories, relating to average locality sizes in Portugal: 15 000 or less inhabitants (small towns); 15 000 to 99 000 inhabitants (villages and cities); 100 000 or more inhabitants (big and very big cities).

Testing revealed that the difference in results between the smallest localities and the two other categories are statistically relevant, indicating a clear need to understand further how rurality might be connected to lower results. A better categorisation of localities in the survey is clearly essential on this level.

Average results between students of private and public system were tested with private system students showing higher results, with statistical relevance. When assessing the level of resources of public and private schools it becomes clear that the later have clearly a higher level of material resources. Also, the social-economic level of private system students is in average higher, as depicted by HISEI (highest social economic index).

Analysis of correlations (T.10) confirmed a considerable direct relation between social-economic status and science performance as depicted by the 0.38 correlation between HISEI and cognitive results. The intensity of this correlation increases to 0.41 when we take instead of HISEI the indicator ESCS (economic, social and cultural status), which besides economic aspects includes some cultural aspects (e.g. reading of books). Similarly to what was revealed by the occupational crosstabs, access to cultural goods clearly appears as complementary to economic access as a factor of differentiation in academic success.

[Table 10]

Relevantly there is, same as identified in the crosstabs, evidence of a light tendency to reproducibility in social status, when we look at the correlations that compare students' occupational expectations with parent's professional status. Nevertheless, the intensity of this relation (0.28/0.29) is insufficient to, as noted, speak about perfect reproducibility *of expectations*.

It should be noted, also, the positive correlation (0.22) between the school dimension (number of students) and the average school results. This aspect makes us pose two distinct hypothesis: on one hand, bigger schools are located in bigger cities, pointing out in the direction of a relevant differential in rural access to the scientific symbolic network; on the other hand, large schools are normally more diverse and less segregated environments, offering more chances for cross-class and cross-cultural exchange, with a lesser tendency for concentrating low achieving students in networks with low connectivity with science and very limited cultural syncretism.

1.2 Multilevel Model

A hierarchical (two level) model was estimated for the individual cognitive test results, considering nesting of individual student's data in schools, and thus analyse separately generic and school level effects (the model was estimated using Hierarchical Linear Modelling - HLM 6.0).

First an "empty model" was estimated i.e. with no factors, so to calculate the total weight of each component of variance. Estimation gives an interschool variance of 2566,75, which corresponds to roughly 32% of the total variance of results. In short, we can estimate that 32% of the variation in results is thus due to a "school" effect, which is evidently high. Given the existence of marked income differences and ethnic effects that makes us immediately suspect about interschool segregation.

[Table 11]

A saturated model was calculated, testing for a number of school and student level factors: social-economic status of parents; African origin (Portuguese speaking); foreign non-African origin; gender; school size; resource level of school, locality size (under 15000); school ownership (private or public). Level 1 variables were allowed to be random and assumed to be able to have a differentiated effect from school to school.

Equation 1

$$Y_{ij} = \alpha_j + \beta_{1j}HISEI_{ij} + \beta_{2j}Afr0_{ij} + \beta_{3j}ForeignNotAfr_{ij} + \beta_{4j}Girl_j + \varepsilon_{ij}$$

$$\alpha_j = \gamma_{00} + \gamma_{01} TotalStudy_j + \gamma_{02} ResourceLevel_j + \gamma_{03} Urb3_j + \gamma_{04} Private_j + U_{0j}$$

$$\beta_{1j} = \gamma_{10} + U_{1j} \quad \beta_{2j} = \gamma_{10} + U_{2j} \quad \beta_{3j} = \gamma_{10} + U_{3j} \quad \beta_{4j} = \gamma_{10} + U_{4j}$$

[Table 12]

T-ratios exclude from the model at a 5% significance level the effect of foreign non-African origin. The level of resources of the school is also excluded from the model, as well as the ownership of the school's capital, which by itself doesn't appear to have a strong enough effect.

Apparently the enquire is unable to create the information which can effectively shed light over management factors that are school adjustable, since most of the questions are about aspects which are, for the large majority of schools (public and cofinanced) extensively defined by Portuguese law (e.g. budgeting, hiring...). A better survey of methods, information and knowledge management, as well as external interactions management is probably necessary.

The fact that once considered the structure of the sample, the difference between private and public schools seems to be unimportant makes us believe that the difference in results is driven by a small number of elite private schools - the ones normally on top of the national rankings.

In spite of a statistically non-significant difference between the average results of girls and boys, once considered interschool variation, gender becomes significant in explaining the results of students. This fact alerts us to the possibility of two

phenomena: one, there is a possibility of relevant effects of gender composition in schools (e.g. a relevant number of schools with male or female composition with knowledge area-biased curricula); two, there is a possibility of stereotyped academic identity construction due to the effects of segregation.

Reestimating the model without the excluded variables and testing for random effects through the chi-square statistics, we conclude that gender maintains significance and is a non-random variable. Although gender has an effect over results in science, this effect appears not to vary significantly from school to school, which goes against the hypothesis of it being an indirect effect of segregation.

[Table 13]

Segregation in itself has quite some proof supporting its existence, given the fact that both social-economic index and African origin are random variables. This suggests a double source of interschool segregation, where we will undoubtedly find a relevant number of schools with a concentration of economically fragile groups possibly coincident with a lot of the ethnic concentration, as depicted by the high value (0,79) of the Var-Cov matrix coefficient for the pair [HISEI, Afro].

The variables included in the final model (T.14) explain around 39 % of interschool variance and only 8,8% of intraschool variance. Given the variables left, and its standartised effects, this seems to further suggest existence of segregation.

[Table 14]

The fact that the size of the school has a relevant influence can also, as mentioned, be seen as the direct effect of the wider possibilities of interclass and intercultural symbolic interactions activated by the local networks.

2. Stereotyping, segregation and ontological difference: brief evidence from a case study

We have also developed a case-study in a public school with roughly 700 students and with very evident signs of social and ethnic segregation in a semiperiferal area of Lisboa, so to directly explore some of the clues made evident by the data in PISA 2006. We will briefly review some data from this case study so to illustrate some the elements deemed relevant by PISA evidence.

As seen in T.15 below, the school has over 88% of students coming from households where at least one parent works in a low skilled occupation. We will mainly find fathers employed in construction sites and factories and mothers in cleaning services. Further, more than 60% of parents have schooling levels under 9th grade.

[Table 15]

In what relates to ethnicity table 16 shows that the school has a relevant population

of African origin students (5, 1%), well above 1,9% population average depicted by PISA. To these 5% we must add up the “invisible” share of the school population with African origins that, according to the latest evaluations by the Portuguese Ministry of Education, ascends to at least 7,7%² and becomes considerably higher in segregated environments.

Interviews to teachers and the direction of the school were combined with direct observation of science classes, a review of structural data about the school and a consultation of legal and administrative documents about the schooling system and the school’s own specificities.

Work was developed with a 9th grade class, with ages around 15 years old, following it through theoretical classes, experimental situations, exam preparation and self-evaluation moments. The group included students of African ethnicity and of African origin and was majorly constituted by individuals from low-income households, consistently with the school’s general class distribution.

An assessment of local convention, inspired by Dodier’s methodology (Dodier, 1993), allowed for the identification of multiple embeddedness in which hierarchical levels colonise the more formal rules of the superior level sequentially, until we arrive to the practise itself inside of the classroom. The local educational convention, essentially defined by an informal council of elders, prescribes an adjusted version of the official speech of the ministry of education. The convention is, in its turn, adjusted by the teacher to his/her own perspectives .

The local consensus is easily summarised by four central ideas:

- The ministry portraits streaming as a measure of liberty, for the ones who’d rather *choose* to have practical over theoretical learning;

“Professional schools [also referring to VET] are directed to the youth whose *immediate objectives* are the entry into the labour market”

Official Description of the Educational System *in* Eurydice site

(our emphasis)

- locally, and given the fragile social structure of the school community, early streaming is seen as a good thing, since it is understood as allowing children to *choose* the type of education they want to have early on;

² Roldão, Cristina [et al.] (2009), “School performance: from Basic level to secondary level entry”, in *Proceedings from the Encounter Educational Contexts in Contemporary Society*, 2009, ISCTE, Lisboa. It’s a very high value that reflects the inclusion of de-colonisation effects in the 70’s, thus covering white and mixed families with full or partial Portuguese origin. Nevertheless the percentage of African ethnic origins is surely high and not reflected by the monitored variable “natrality” i.e. place of birth, which is in many cases Portugal.

“To bet in other curricula, to bet in CEF [vocational training track], that prepare them for active life (...) Something *they feel is going to be useful* for them in an immediate future”

Headmaster (our emphasis)

- total occupation of free time is seen as positive action towards perfect socialisation of “wild” students;
- an educational chime based on one-on-one teaching is established as a way to justify the pragmatism of the adopted solution: streaming

“(...) personalised teaching. (...) going from table to table, saying ten times the same thing to ten different kids.”

Headmaster

The fact that the official documents and the testimony of teachers and directors goes in the sense of emphasising freedom of choice as a defence of early streaming is key to the understanding of classroom events.

There is a shared assumption that a population of feeble economic resources is inadequate, *uninterested* and simply won't adhere to the methods and concepts presented. The adopted solution is, instead of adapting methods and contents, creating a lower tier of studies, protecting streaming under the ample umbrella of freedom of choice.

In practise, teachers do not entirely follow this prescription, but rather colonise it, tending to use it as support when not being able to solve a tension, or when too frustrated with low retention of knowledge on behalf of the students.

Clearly, social class variables come into relevance, being that the students with easiest retention of concepts were the children of higher income households, with parents with higher educational resources. Quite simply, working class children have a notorious difficulty in establishing an academic identity, both due to a communitarian network that although supportive (most parents were very favourable to their children pursuing higher education) was incapable of supplying the right linguistic tools and study methods, and also due to a type of teaching adverse to their way of expressing.

For example, all delegated learning rituals i.e. “homework” are painstaking to working class children, which in turn find little support from their family at home. As a result, the traditional opening moments of classes with homework correction are filled with tension. When participation occurs, tends to be unstructured and supported by common sense language, instead of prescribed scientific terms, even if the logic of the answer is correct.

In general this type of participation was not particularly well received by the teacher, who tended to do a very controlled admission of this type of contributions, keeping mostly silent or using scolding along very typical lines, an utilitarian mantra:

*Is that it? Do you think that's it?
I don't know what you want to do with your life
Frankly, you simply do not study*

This type of resilient admission of common sense language makes working class children contributions harder and harder due to the effects it has on their self-love. Further it seems to help cristalize a self-stereotyped identity of academic inadequacy, mostly nurtured by a consecutive inability of expressing one's own grasp of knowledge.

Idealisations and stereotypes affect also foreign students, especially black students, whose contributions are easily discarded as lacking in understanding or being too slow. All through the classes it was possible to understand how the teacher would at times discard higher level reasoning by black students, because it was marked by a different ontology.

For example, African students, in several situations tended not to have a particular comfort in manipulating percentages, preferring to state them as fractions of a unit (a phenomenon somewhat parallel to the ones identified by Helen Verran). This was entirely ignored by the teacher who would not integrate the contribution and only stop her questioning to the class until she would get an answer in percentage form:

[while interpreting Mendelian table – teacher expects an answer in percentage form]

Teacher: What are the odds of a child being a boy or a girl?

[silence in class]

Student [voluntary answer]: There are only two chances.

Teacher [ignoring]: What are the odds of a child being a boy or a girl?

Student: They are one over two.

[teacher ignores, student lowers head looking ashamed]

Teacher: They are fifty percent.

As seen, a translation is not enabled in a situation in which it was easy to promote connectivity between symbolic networks (even of different disciplines: maths and sciences). Most effective exchange dynamics occur as accidents and generally there are no programmed activities to foster local adaptation of contents and rituals. Besides occasional poetic integration of students contributions, typically symbolic exchange occurs in experimental activities.

Although strictly predetermined, experimental activities allow for a relative lowering of cognitive defences by both teachers and students: speech becomes more informal and action is physically driven. Students allow themselves to be more child-like and the teachers become predisposed to integrate spontaneous comments about the experiment and what it evokes. Heuristic accident happens, via interaction with the physical *hexis*, allowing for an easier integration of knowledge.

This aspect became very clear in a classic DNA extraction experiment, using a kiwi fruit. Scalpels, gobels, crushers, scales, salt, washing soap and working on a large board. Lots of physical action with a very resilient but lighter off-voice framing by the teacher that allowed for freer associations, humorous comments and unconscious discrete inscription in students' habitus, which would soon be cheerfully stated by a gypsy boy – *it seems like when I'm in the kitchen with my mother*.

For teachers, student stereotypes exert the fundamental function of justifying the methods and means prescribed, facilitating their ethical adhesion to the model and thus their identity as teachers. Believing that a low achieving student is uninterested is an easy way to adhere to the prescribed methods, since it puts aside the need to modify them and it makes the frustration of teaching failure acceptable. For students stereotypes seem to also allow for an establishment of their own identity, given the threats to which it is exposed.

The idealisations of students derive from the prime ideals they carry from their households. The confrontation with the school knowledge is a potential identity threat for labour class and foreign children. Fallback to prime ideals will many times occur as part of self-stereotyping process.

In the case of working class children, the fact that many of them have intense difficulties with scientific language makes them, in the absence of translation and narcissic support (scolding and irony are the rule) makes them anxious and growingly frustrated before educational rituals. Self-stereotypification occurs as these children tend to crystalize their identity as academic adverse, constantly falling back to prime ideals and interpretations about events and the world.

Very low achieving children actually try to participate at times, but their expressions are immediately perceived as an attempt to disturb class. When discarded as such these participations slowly modify through class into effective attempts to sabotage all the moments in which the child's own expression cannot be enabled. As minutes pass, expressing an identity supported by traditional working class qualities (strength, immediate physical use, swaggering) *in opposition* to the scientific framework becomes mores frequent, overcoming the child's initial attempt to connect them.

Normally these children will also stereotype their colleagues, especially if being outperformed by them in school activities. The student that succeeds poses an extra threat, which is particularly strong when this student is *not supposed* to succeed. Girls and black students face stereotypical pressure from proletarian boys, becoming immediate targets for demeaning comments whenever they have a good contribution in class or a good grade in an exam.

In the case of white girls, the effect of the housewife stereotype seems to be mild whereas the effect of the "half witted black" stereotype seems to be more destructive. Even in the case of a successful performance and identification with scientific knowledge, black children easily suffer from what Claude Steele (1997) calls stereotypical threat. As an effect of frequent peer pressure, many of the black students slowly corrode their academic identity even arriving to the case of abdicating

from it, so to get acceptance by their white, lower performance colleagues. This effect is particularly acute between boys, the most common target of racist comments.

The existence of interschool segregation reinforces these phenomena, by fostering narrow networks, thus reducing the possibilities for dilution of stereotypes and desidelization processes that could occur via cultural syncretism.

Conclusions: the need for adaptation and variety

In spite of its limitations, the PISA survey suggests evidence of important segregational phenomena in the Portuguese schooling system and provides a basis to enhance research on the effects of not only social-economic but also ontogenic factors over the performance of students. The current paper shows how PISA data can be used to highlight critical factors in construction and retention of knowledge among 9th graders. It also points out the value this information has as clue-generator for field research, by posing structural questions that can be unpacked through ethnological observation.

Our research depicts that a lot of the PISA clues are consistent with the dynamics identified in the case study developed. In spite of being in a heavily segregated milieu, we did not find any evidence of a conscious reduction in academic or professional expectations. We *did* find, as PISA also suggested, fragile academic identities, apparently driven by a cumulative process of crystallization of identities adverse to science, driven by progressive self-stereotyping and fallback into primal ideals, and traditional preconceptions, on behalf of the labour class children.

The differential of results for African children seems to be driven by a number of diverse factors that require close attention. Same as for proletarian children, Africans seem to have some trouble in having a full grasp of the scientific language. Close attention reveals, differently, though, that a great deal of this unease is grounded on ontological difference, as seen through the problems of good African students. Another part of it, still, seems to be caused by stereotypical anxiety that erodes good performances of African students.

In the segregated school the girls seemed to be as good students in science as boys in spite of stereotypical pressure. In fact, our observation suggests an establishment of more favourable identities to science learning among girls, suggesting a fit into the class specificities that PISA seems to also depict.

The local unpacking of the segregational evidence of PISA reveals a slim symbolic network for working class children, whose iterative possibilities are radicalised by a tendency on behalf of the system not to enable translation mechanisms. The management of the school has little concern to the adaptation of language, following the prescription delegated by the ministry, which bypasses the problem, turning it into an issue of liberty of choice/merit, with its typical solution of streaming into lower quality tracks.

The fact that teachers have to protect their identity, somewhere caught between

the ethical adhesion to the prescribed notion of correctness and an effective concern with students' learning, makes translation an accident and seldomly a preprogrammed activity.

The lack of intelligence of the network is sustained by a total inertia of the system/school in generating connections between diverse understandings of the world and diverse types of expression, isolating students from knowledge, students from students (different classes and cultures) and teachers from students (lack of iterability possibilities, in Derrida's sense).

This inertia, added to very unfavourable environmental factors such as the physical isolation of the neighbourhood from the middle class areas and a certain tendency of council house occupation by ethnicity, creates a very *flat* learning environment, with limited diversity of stimulus, openly inviting children and parents to resist in their concrete towers against external interpretations, resuming to the stereotyping processes inherent to their cultural groups.

Notwithstanding the somewhat embryonic and relatively random attempts to include community mediators in the school network, a closer look at one of the schools that PISA seems to shout about when data is conveniently modelled, immediately makes us identify some central issues to the reduction of inequality in educational level transition that directly relate to the relationship of the school itself with its local network.

Fattening the local network, enabling translation seems to be the priority, by generating critical ties between the symbolic network of the school and the ones of the students and between the different ethnic based cultural networks in the school population. Schools need to be helped in the mission of assessing and recognising their own population, in an exercise that will probably affect simultaneously management and operational (preparation and provision of classes) levels.

It seems paramount that schools develop a set of tools to account for the existence of cultural variety in both aspects of the same culture and ontologically different cultures and that learning rituals are adjusted accordingly. Some practical possibilities are creating more comprehensive tools that can gather local information about the symbolic mappings of students and parents as well as reinforcing training to teachers in the sense of stimulating symbolic attention and registration techniques (keeping logs). School management practises can also be improved in the sense of enhancing knowledge of population (sociographical techniques) and local systems assessment.

Interventions must be introduced that can help individuals understand difference (in gender, ethnicity or any other) such as integration of contents in disciplines, fostering of art clubs, debate clubs, presentation of other cultures.

These possibilities can be furthered and deeply explored elsewhere, together with the issues of mutual embeddedness of hierarchical levels and the stability of ties inside of the local networks. In a wider systemic approach deep reflection should be held about coordinating the location of schools with council housing policy, so to avoid establishing narrow networks.

Bibliographical References

BERNSTEIN, Basil (1976 [1971]), *Langage et classes sociales: côdes sociolinguistiques et controle social* [Class, Codes and Control], Paris, Les Éditions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J. C. (1970), *La Reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement*, Paris, Les Éditions de Minuit.

DERRIDA, Jacques (1967), *De la Gramatologie*, Paris, Les Éditions de Minuit.

DODIER, Nicolas (1993), Les appuis conventionnels de l'action, in *Reseaux*, 62, CENT.

HARGREAVES (1986 [1975]), *Las Relaciones Interpersonales en la Education* [Interpersonal Relationships in Education], Madrid, Narcea.

MACHADO, Fernando L. (1998), "Da Guiné-Bissau para Portugal: luso-guineenses e imigrantes", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 26, 9-56.

ROLDÃO, Cristina [et al.] (2009), "School performance: from Basic level to secondary level entry", in *Proceedings from the Encounter Educational Contexts in Contemporary Society*, Lisboa, ISCTE, p. 22-46.

STEELE, Claude (1997), "A Threat in the Air. How Stereotypes Shape Intellectual Identity and Performance", in *American Psychologist*, June 1997, vol. 52, n° 6, 613-629.

VERRAN, Helen (2001), *Science and an African Logic*, Chicago, The University of Chicago Press.

WILLIS, Paul (1977), *Learning to Labour*, Farnborough, Saxon House.

RESUMO/RÉSUMÉ

Resumo

A educação é encarada como se encontrando contida pelas redes simbólico-materiais dos agentes diretamente associados às escolas dos estudantes. A hipótese fundamental da investigação é a de que a rede simbólica de natureza científica dos agentes da escola se encontra económica e etnicamente enviesada, criando insularização ontológica que é refletida por variáveis estruturais nos inquéritos PISA e por evidências qualitativas reveladas pela interação em sala de aula. É explorada a hipótese paralela de que os grupos económicos e culturais estabeleçam identidades resilientes sempre que a sua expressão e disposições expressivas não são veiculados de modo a que sejam passíveis de tradução para a rede científica. Idealizações, processos de estereotipificação, classe social, etnia e o género são explorados como fatores que concorrem para explicar o desempenho dos alunos do 9º ano de escolaridade. Dados resultantes dos testes cognitivos na área de ciências do PISA 2006 são explorados (subamostra portuguesa, n=5100) utilizando um modelo multinível e, tentativamente explicando e seu significado assistidos dos resultados de um estudo de caso desenvolvido numa escola TEIP. Em conclusões, é observado que a introdução de adaptação ontológica e de variedade cultural nos programas de estudos e métodos de ensino constituem os pilares de uma ponte sobre a tendência para a resistência à aprendizagem e a separação entre as redes simbólicas.

Palavras-chave: PISA 2006; Etnia; Género; Cultura; Educação; Portugal; Estudantes Africanos; Classe social; Identidade; Auto-Eficácia; Segregação Social.

Résumé

L'éducation est vue comme étant attrapé entre les réseaux matériel-symboliques des agents relations aux écoles et des étudiants. L'hypothèse fondamentale de la recherche c'est que le réseau scientifique des agents de l'école est socioéconomiquement et ethniquement biaisé, créant insularization ontologique qui est reflété par des variables structurales dans des enquêtes de PISA et par des évidences qualitatives révélées par l'interaction dans la salle de leçon. C'est exploré l'hypothèse parallèle que les groupes économiques et culturels établissent des identités résilientes toutes fois que leur expression et arrangements ne sont pas permis d'une manière dont est traduisible dans le réseau scientifique. Des idéalizations, les processus de stéréotypification, la classe, l'appartenance ethnique et le genre sont explorés comme facteurs concourant pour expliquer la performance des élèves de 9ème. Des données cognitives de PISA 2006 sur la performance en science sont explorées (sous-échantillon portugais, n=5100) en utilisant un modèle à multiniveaux et, en suivant, à titre d'essai alors débattue par des résultats d'étude de cas d'une recherche développée dans une école. Dans les conclusions, l'introduction de l'adaptation ontologique et la variété culturelle aux programmes d'études et aux méthodes d'enseignement sont vues en tant que principe fondamental pour jeter un pont sur la tendance à la résistance pour apprendre et séparation entre les réseaux symboliques.

Mots-clés: PISA 2006; Appartenance ethnique; Genre; Culture; Éducation; Le Portugal; Étudiants africains; Classe sociale; Identité; Individu-Efficacité; Segregation Sociale.

Tables

Table 1 – Results of science cognitive tests by father’s occupational status & parents’ highest schooling years

Occupation	% of Students by Father’s Occupation (ISCO)	Parents’ Highest Schooling Years (average)	Average Score in Science Test
Legislators, senior officials and managers	3,5	12,5	524,2
Professionals	8,9	16,2	540,9
Technicians and associate professionals	8,2	12,8	516,5
Clerks	6,4	11,9	508,1
Service and sales workers	14,0	9,8	477,9
Skilled agricultural and fishery workers	2,7	7,8	480,6
Craft and related workers	29,9	7,6	451,9
Plant and machine operators	11,1	8,0	464,7
Elementary occupations	15,3	8,2	447,0
Total	100,0	9,6	474,3

Table 2 – Some student background indicators

Father's Occupation	ESCS	HEDRES	HOMEPOS	CULTPOSS	Study Space
Legislators, senior officials and managers	0,57	0,50	0,85	0,28	96,3
Professionals	1,53	0,64	1,15	0,69	94,0
Technicians and associate professionals	0,43	0,61	0,70	0,37	93,5
Clerks	0,02	0,59	0,45	0,17	92,4
Service and sales workers	-0,51	0,36	0,23	-0,05	92,9
Skilled agricultural and fishery workers	-1,40	0,04	-0,43	-0,34	90,6
Craft and related workers	-1,23	0,10	-0,32	-0,41	90,3
Plant and machine operators	-1,10	0,20	-0,21	-0,31	90,3
Elementary occupations	-1,21	-0,03	-0,33	-0,30	89,5

The indicators above consist of indexes with the following meaning:

HEDRES – Home Educational Resources (desk; quiet place; calculator; support books; dictionary)

HOMEPOS – Home Possessions (Educational resources + literature; quantity of books; dishwasher; art; internet; educational software; computer)

CULTPOSS – Cultural Possessions (literature and art)

ESCS – Economic, Social and Cultural Status (derived from HOMEPOS, HISEI [an arithmetic conversion of occupational status] and the highest level of parental education)

“Study Space” is a 0-100 index calculated from the same information as HEDRES, but considering only aspects directly related with the amenity of the space (reserved space, desk, silence).

**Table 3 – Child's desired occupation at 30 per father's occupation
 (% of enquired students)**

		Child's Desired Occupation at 30 (ISCO)											
		Legislators, senior officials and managers	Professionals	Technicians and associate professionals	Clerks	Service and sales workers	Skilled agricultural and fishery workers	Craft and related workers	Plant and machine operators	Elementary occupations	Total		
Legislators, senior officials and managers	Legislators, senior officials and managers	4,4	55,8	16,3	1,9	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	20,9	100,0	
	Professionals	3,7	65,2	9,5	0,1	0,5	0,0	0,3	0,0	0,0	20,8	100,0	
Technicians and associate professionals	Technicians and associate professionals	0,6	59,0	20,3	0,0	2,3	0,2	1,0	0,0	0,0	16,5	100,0	
	Clerks	0,6	58,0	18,9	1,4	3,6	0,0	2,0	0,0	0,0	15,5	100,0	
Service and sales workers	Service and sales workers	1,2	51,2	21,5	1,1	5,5	0,0	1,5	0,4	0,0	17,5	100,0	
	Skilled agricultural and fishery workers	0,0	44,6	16,3	4,0	9,0	1,5	5,8	1,0	0,0	17,8	100,0	
Craft and related workers	Craft and related workers	1,0	42,8	20,4	2,2	8,9	0,2	6,2	0,8	0,0	17,3	100,0	
	Plant and machine operators	0,4	45,5	22,7	1,8	7,8	0,1	4,7	1,6	0,0	15,4	100,0	
Elementary occupations	Elementary occupations	2,0	39,2	21,5	1,0	8,4	0,2	6,7	1,3	0,0	19,8	100,0	

Table 4 – Self-efficacy and self-concept by father’s occupation and gender

Father’s Occupation (ISCO)	Gender	Self-Efficacy	Self-Concept
Legislators, senior officials and managers	Boy	0,18	0,36
	Girl	0,40	0,20
Professionals	Boy	0,64	0,54
	Girl	0,51	0,47
Technicians and associate professionals	Boy	0,44	0,38
	Girl	0,47	0,33
Clerks	Boy	0,39	0,52
	Girl	0,16	0,33
Service and sales workers	Boy	0,16	0,32
	Girl	0,19	0,16
Skilled agricultural and fishery workers	Boy	0,17	0,41
	Girl	0,06	0,23
Craft and related workers	Boy	0,11	0,27
	Girl	0,09	0,25
Plant and machine operators	Boy	0,15	0,33
	Girl	0,21	0,24
Elementary occupations	Boy	0,15	0,39
	Girl	0,05	0,21

Table 5 – Science results, average social economic status and parental level of education by ethnicity

Ethnicity	% of student population	HISEI	Highest level of parental education	Average Results in Science Test
Brasil	0,9	37,3	12,2	441,9
China	0,2	66,9	16,2	476,6
Portugal	92,1	41,8	9,5	477,8
Portuguese-Speaking Africa	1,9	40,3	9,7	377,8
Others EU	1,7	39,6	10,6	483,7
Non-EU Eastern Europe	0,5	34,5	14,3	479,1
Others	2,9	40,3	10,8	459,4
Total	100,0	41,7	9,6	474,3

HISEI – Highest Social Economic Index (occupation of parents)

**Table 6 – Science results by ethnicity and father’s occupation
(Portugal vs P.S. African Countries)**

Ethnicity	Legislators, senior officials and managers	Professionals	Technicians and associate professionals	Clerks	Service and sales workers	Skilled agricultural and fishery workers	Craft and related workers	Plant and machine operators	Elementary occupations	Total
Portugal	529,3	544,7	519,4	509,6	481,8	481,0	455,3	465,9	446,5	477,8
P.S. Africa	340,3	426,6	376,1	391,1	390,5	470,7	377,8	421,3	400,5	377,8

**Table 7 – Science results by ethnicity and highest level of parental education
(Portugal vs P.S. African Countries)**

Ethnicity	None	ISCED 1	ISCED 2	ISCED 3A, 4	ISCED 3B, C	ISCED 5A, 6	ISCED 5B
Portugal	440,9	462,3	470,5	492,8	509,8	524,9	481,2
P.S. Africa	367,7	359,1	372,7	391,2	448,7	418,4	362,1

**Table 8 – Science results, self-efficacy and self-concept by ethnicity and gender
(Portugal vs P.S. African Countries)**

Ethnicity	Gender	Test Result	Self-Efficacy	Self-Concept
Portugal	Boy	479,6	0,24	0,36
	Girl	476,0	0,20	0,26
	Global PT	477,8	0,22	0,31
P.S. Africa	Boy	380,0	-0,31	0,11
	Girl	376,4	-0,24	0,16
	Global PSAf	377,8	-0,27	0,14

Table 9 – Synthesis of Difference Tests

Variable		Average Result	Difference	Test Statistic
Gender	Boy	478,3	-6,1	-1,93
	Girl	472,2		
Ownership	Public	471,1	-32,0	-4,66
	Private	503,1		

Dimension of Locality		Average Result
1	15 000 or less inhab.	460,2
2	15 000 to 100 000 inhab.	478,3
3	100 000 inhab	492,8
Difference		Test Statistic
(2) – (1)	17,9	2,05
(3) – (2)	17,1	1,23
(3) – (1)	34,9	3,06

Table 10 – Synthesis of correlations

Variable	Corr	s.e.
ESCS	0,41	0,02
HISEI	0,38	0,02
HOMEPOS	0,37	0,02
HEDRES	0,28	0,02
CULTPOSS	0,31	0,02
School Size (Nr. of Students)	0,22	0,03

Table 11 – “Empty model”

		Coeficient	s.e	t-ratio	d.f.	p-value
Fixed Effect	Intercept	472.4881	5.16944	91.268	133	0.000
		s.d.	Variance Component	d.f.	Chi-Square	p-value
Random Effect	Intercept	50.66306	2566.746	133	1951.067	0.000
	R	73.6353	5422.157			

Table 12 – Synthesis of saturated model (fixed effects)

Level	Variable	Coefficient	t-ratio
level 2 (School)	Intercept	396.0326	24.025
	Total Students	0.033195	4.252
	Resource Level	0.075418	0.362
	Size of Locality (Urb)	-12.0765	-1.473
	Ownership (Private)	7.259874	0.742
level 1 (Student)	HISEI	1.271839	12.46
	Afro	-77.0227	-5.418
	Foreign (non African)	-2.64069	-0.414
	Gender (Girl)	-8.2484	-2.745

Table 13 – Synthesis of HL model 2

Effects	Level	Variable	Coefficient	t-ratio
Fixed Effects	level 2 (School)	Intercept	391.288381	44.555
		Total Students	0.038374	5.313
	level 1 (Student)	HISEI	1.284240	13.029
		Afro	-74.690650	-5.717
		Gender (Girl)	-8.050711	-2.685
Random Effects	level 1	Variable	Chi-Square	
		Intercept	51.41882	
		HISEI	34.32241	
		Afro	43.34685	
		Gender (Girl)	32.11829	

Table 14 – Std. coefficients

Total Students	5,313
HISEI	13,029
Afro	-5,717
Girl	-2,685

Table 15 – Students’ parents professional status (ISCO)

ISCO	Pai		Mãe	
	Nº	%	Nº	%
Legislators, senior officials and managers	5	0,8	3	0,4
Professionals	3	0,5	2	0,3
Technicians and associate professionals	8	1,2	14	2,0
Clerks	2	0,3	15	2,2
Service and sales workers	61	9,4	151	21,9
Skilled agricultural and fishery workers	1	0,2	2	0,3
Craft and related workers	153	23,6	0	0,0
Plant and machine operators	136	21,0	10	1,5
Elementary occupations	276	42,7	491	71,4
Military	2	0,3	0	0,0
Total	647	100,0	688	100,0

A visibilidade da deficiência – Uma revisão sobre as Representações Sociais das Pessoas com Deficiência e Atletas Paralímpicos nos *media* impressos

Olga Pereira¹
Inês Monteiro²
Ana Luísa Pereira³

Resumo:

Alheados do contacto frequente com determinados grupos ou contextos, construímos, muitas vezes, imagens sobre os mesmos com base na informação que nos chega diariamente através dos *media*. De facto, parece inegável a influência que estes meios detêm no nosso olhar sobre a sociedade em geral e, também, sobre o “outro”, entendendo este “outro” como aquele que desconhecemos ou conhecemos mal. Assim sendo, os *media* poderão desempenhar um papel educativo fundamental na mediação entre a sociedade em geral e os grupos sociais vistos como minoritários, contribuindo, entre variados aspetos, para uma visão menos estereotipada dos mesmos. Este é um trabalho de revisão crítica que pretende dar a conhecer o tratamento mediático da deficiência no passado, no presente e perspetivar o seu futuro.

Palavras-chave: Atletas Paralímpicos; *Media*; Jogos Paralímpicos; Pessoas com Deficiência.

1. A visibilidade da deficiência nos *media*

Ao longo da história, o “olhar” sobre as pessoas com deficiência foi variando, algo que nos remete para perspetivas diferenciadas sobre as mesmas. Assim, podemos

¹ Faculdade de Desporto, Universidade do Porto; Colégio Didálvi, Barcelos. Mestre em Ciências do Desporto e Doutoranda no Curso de Doutoramento em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

² Escola de Formação de Professores Patrice Lumumba – Namibe – Angola. Mestre em Ciências do Desporto.

³ Faculdade de Desporto, Universidade do Porto; Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutora em Ciências do Desporto e Docente de Sociologia do Desporto na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto. Integra a Unidade de Investigação do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

dizer que a forma como se vê a pessoa com deficiência, na atualidade, é diferente da do passado, demonstrando alguma mudança e consequente evolução, ainda que esta possa ter sido lenta e carregada de preconceitos.

Sendo o contacto social com pessoas com deficiência escasso, ou até inexistente, a imagem que temos das mesmas não corresponde, muitas vezes, à realidade. Na verdade, a “confrontação” com a deficiência desperta em nós sentimentos de “choque” e/ou “repúdio”, por não ser habitual no nosso quotidiano. Por outro lado, este contacto, em determinados contextos (como por exemplo, desportivos), despertam-nos a surpresa ou admiração, em particular quando as pessoas com deficiência demonstram capacidades, que por norma não lhes atribuímos. Tal facto é tão mais verdadeiro, quanto maior é o nosso afastamento destas pessoas, uma vez que tendemos a “ignorar” o que não nos é familiar.

É neste contexto, que introduzimos o estudo das Representações Sociais (RS) acerca das pessoas com deficiência, uma vez que RS nos reportam a um conjunto de conceitos, frases e explicações com origem na vida quotidiana durante o curso das comunicações interpessoais (Moscovici, 1988) assumindo, na sociedade, uma função transformadora. As RS estão associadas aos nossos pensamentos diários e ao conjunto de ideias que dão coerência às nossas crenças religiosas, ideias políticas e às conexões que criamos espontaneamente (Moscovici, 1988). É através das RS que classificamos pessoas e objetos, comparamos e explicamos comportamentos e elaboramos a sua respetiva objetivação como parte do nosso cenário social (Moscovici, 1988), ou seja, categorizamos o mundo ou pelo menos o nosso mundo.

O tipo de RS associadas às pessoas com deficiência desempenha um papel preponderante na sua discriminação e, por essa razão, é fundamental o estudo sobre esta problemática, nomeadamente, os estudos que se debruçam sobre os *media*. Tendo em conta que as RS atuam como produtoras e construtoras da realidade (Berger e Luckman, 1998), o recetor da mensagem mediática não se limitará a interiorizá-las. Desta forma, através de um sistema de interpretação, organização e estabelecimento de conexões com os seus quadros de leitura prévios, o recetor poderá modificar essas mesmas conexões e gerar outras diferentes e renovadas. Esta problemática assume-se como preponderante, dado que os *media*, ao refletirem e terem capacidade para moldar as atitudes do público (Tuchman, 2002), terão um papel fundamental nas RS geradas sobre as pessoas com deficiência, em geral, e os atletas paralímpicos em particular. Essa influência será tanto maior quanto menor for o nosso conhecimento acerca dessa realidade.

Neste sentido, este artigo pretende efetuar uma revisão sobre os resultados dos principais estudos acerca das RS provenientes dos *media* impressos acerca das pessoas com deficiência em geral e dos atletas paralímpicos em particular.

2. A pessoa com deficiência na sociedade

O desenvolvimento da atitude perante as pessoas com deficiência deu-se segundo

os períodos da Separação, Protecção, Emancipação, Integração e Inclusão⁴. Cada um destes períodos remete para diferentes perspetivas em relação às pessoas com deficiência, desde a época em que eram completamente excluídas por conduta incorreta (Barnes, Mercer *et al.*, 2005), por não terem utilidade na vida social (Silva, 1991), até aos dias de hoje, sendo vistas como cidadãs/ãos comuns, com direitos e deveres, para os/as quais a sociedade deve estar preparada (Marques, Castro *et al.*, 2001).

Sob o ponto de vista teórico, o discurso contemporâneo da deficiência está marcado pela “luta” entre dois modelos: o modelo teórico médico e o modelo teórico social (Hughes, 2000). É à luz destes dois modelos que organizações nacionais e internacionais (por exemplo, Organização das Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde e Assembleia de República Portuguesa) tentam “conceptualizar” as pessoas com deficiência. Por apresentarem ideologias diferenciadas, a sua coexistência nem sempre tem sido pacífica, especialmente entre os teóricos com posições fundamentalistas.

2.1 Entre o Modelo Médico e o Modelo Social

É na Idade Média que encontramos os primeiros relatos da deficiência que nos auxiliam à compreensão deste modelo. A deficiência era vista como sinal de atos maldosos (Barnes, Mercer *et al.*, 2005), causas sobrenaturais e demonológicas (Correia, 1997) como um estigma vergonhoso aos olhos da sociedade que isolava, esquecia e perseguia as pessoas com deficiência (Barnes, Mercer *et al.*, 2005). Na Idade Moderna – período industrial –, estas pessoas deixam de dar resposta às exigências comerciais, passando a ser um problema social, por não contribuírem para a economia (Hunt, 1966). Este factor, aliado ao desenvolvimento da medicina, reuniu as condições ideais para “medicalizar” a deficiência (Barnes, Mercer *et al.*, 2005), estabelecendo-se, assim, o modelo médico/individual da deficiência, utilizado para explicar, diagnosticar, tratar e “curar” a deficiência enquanto patologia (Gabel e Peters, 2004; Barnes, Mercer *et al.*, 2005) e visto como referência até muito recentemente. No âmbito deste modelo, surgem algumas classificações, como a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID)⁵, através da qual a OMS propõe uma classificação da deficiência com base nas suas consequências orgânicas, individuais e sociais. Esta visão sustenta a obsessão pela perfeição corporal e, simultaneamente, a medicalização deste mito, o que faz com que apenas uma minoria da população seja vista como pessoa com deficiência ou como o “outro”⁶. O processo de revisão da CIDID aponta como falhas a falta de relação entre as dimensões que a compõem, nomeadamente, a não abordagem de aspetos sociais e ambientais, dando lugar a uma

⁴ Para aprofundar ver Marques, Castro e Silva (2001).

⁵ Classificação que surge no âmbito da Assembleia Geral da Saúde, 1989.

⁶ As pessoas com deficiência são vistas como diferentes de acordo com os padrões de normalidade estabelecidos pela própria medicalização. No fundo, as pessoas sem deficiência percebem e catalogam “o outro” como forma de se sentirem ou perceberem como “normais”.

nova classificação – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)⁷ – que surge com o intuito de minimizar os aspetos referidos e substituir o enfoque negativo da deficiência e da incapacidade por uma perspetiva positiva (Farias e Buchalla, 2005). A CIF baseia-se numa abordagem biopsicossocial que incorpora os componentes de saúde nos níveis corporais e sociais (OMS, 2003) e destaca-se da anterior por incorporar as dimensões biomédica, psicológica e social. Representa, assim, uma mudança de paradigma para pensar e trabalhar a deficiência e a incapacidade, constituindo um instrumento importante para avaliação das condições de vida e para a promoção de políticas de inclusão social.

Em Portugal, a primeira lei relativa às pessoas com deficiência surge em 1989 – artigo 2º da Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, de 2 de maio, remetendo para uma perspetiva baseada no modelo médico. Esta lei foi revogada, em 2004, pela Lei nº 38/2004 de 18 de Agosto, que passa a definir as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência (Assembleia da República, 2004). Apesar de ainda se basear no modelo médico, o decreto já tem em conta aspetos de âmbito social, uma vez que pressupõe a promoção de uma sociedade para todos, através da eliminação de barreiras e da adoção de medidas que visem a plena participação dos/das cidadãos/ãs com deficiência. Esta tendência vai de encontro ao movimento mais atual em torno desta questão, i.e., de acordo com o modelo médico não excluindo a existência de constrangimentos sociais, como alguns autores defendem (Williams, 1999; Bury, 2000). Para Bury (2000), por exemplo, a influência biológica é primordial, ainda que não exclua as influências sociais e culturais sobre a deficiência. O autor não reduz o conceito de deficiência exclusivamente ao indivíduo, reforçando a sua conceptualização através do foco nas interações entre indivíduos e o seu contexto social (Bury, 2000). Ainda de acordo com Bury (2000), a pessoa com deficiência é “criadora activa de vidas novas”, abrindo a possibilidade para que a sua experiência, enquanto pessoa com deficiência, lhe traga resultados que podem ser tanto positivos como negativos. Já Williams (1999) considera a deficiência como uma propriedade emergente, localizada temporalmente, no que diz respeito à interação entre a realidade biológica da limitação fisiológica, estrutura condicional e interações socioculturais, não excluindo a existência de constrangimentos sociais. Não obstante, o pressuposto essencial deste modelo é de que o biológico determina o social e que o indivíduo terá de se adaptar ao meio (Hughes, 2000). Apesar de reconhecer constrangimentos sociais, o modelo médico não reconhecia a associação da deficiência à opressão e exclusão social sistemáticas (Thomas, 2004), baseando-se no diagnóstico e solução médicas (Gabel e Peters, 2004; Barnes, Mercer *et al.*, 2005) e focando a deficiência e o indivíduo (Barnes, Mercer *et al.*, 2005). O modelo médico assume-se, assim, como a voz legítima da verdade em todas as matérias associadas à funcionalidade corporal e ao processo (Hughes, 2000). Por isso, nas últimas décadas, tem vindo a

⁷ Aprovada a 4 de Maio de 2001, na Assembleia Mundial da Saúde.

receber muitas críticas, essencialmente da parte das PCD que o contrapõem por não valorizar a sua experiência pessoal e sobrevalorizar a opinião dos profissionais de saúde (Barnes, Mercer *et al.*, 2005). Também é criticado por reduzir a análise da pessoa à sua deficiência, esquecendo que, muitas vezes, não é essa a principal causa para que estas pessoas não participem de forma ativa na sociedade.

O modelo social surge com o propósito de oferecer resistência a esta perspetiva médica da deficiência (Gabel e Peters, 2004), mudando o foco do indivíduo em particular, para a sociedade em geral, e propondo uma reformulação no entendimento de deficiência. Ao contrário do modelo médico, o modelo social defende a ocorrência de mudanças na estrutura social que deverão ir de encontro às necessidades das pessoas com deficiência (Hughes, 2000), enfatizando o coletivo, estrutural e social, em oposição ao individual, pessoal e médico, como as principais causas da deficiência (Oliver, 1986). Tornou-se claro que, na sociedade somática (Turner, 1996), o corpo se encontra no centro da vida social e que a sua constituição é tanto biológica como cultural (Hughes, 2000). Assim, o sentido de opressão e o ser o “outro” da pessoa com deficiência está intimamente relacionado com a construção da percepção negativa da deficiência na cultura visual da pós-modernidade, sendo o olhar médico a chave da invalidação dos corpos que não confirmam o ideal de normalidade (Hughes, 1999).

Assim, ativistas da área da deficiência colocam em causa o modelo médico e desenvolvem o modelo social (anos 1970/1980) (Hughes, 2000); modelo que defende uma intervenção social oposta à intervenção médica (Finkelstein, 1980; Oliver, 1986). Na frente deste movimento esteve a *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS), formada por Vic Finkelstein e Paul Hunt. Uma organização que alertou para a existência de exclusão e isolamento das pessoas com deficiência, na plena participação social. No documento *Fundamental Principles of Disability*, os autores afirmam que é a sociedade que incapacita as pessoas com deficiência, pelo que a deficiência é algo imposto acima das limitações, pela forma como desnecessariamente são isoladas e excluídas da plena participação social (UPIAS, 1976). Os autores consideram, então, que as pessoas com deficiência são um grupo socialmente oprimido, acrescentando que, ainda que ter uma limitação seja uma “tragédia”, é a opressão que caracteriza a forma como a sociedade está organizada que impede que estas pessoas atuem (Finkelstein, 1980). Ainda de acordo com Finkelstein (1980), seria a sociedade a impedir qualquer possibilidade de participação social, pelo que a sua luta seria dirigida à mudança social, bem como à tentativa de tornar as pessoas com deficiência autónomas.

A pretensão destes autores era reclamar o corpo da sua localização biológica e médica e levá-lo para uma análise sociocultural, pressupondo-se que a doença/limitação não é apenas um assunto médico (Barnes, Mercer *et al.*, 2005), mas também um problema social a ter em consideração. Os defensores deste modelo afirmam que a deficiência não é algo que existe somente a nível individual mas também a nível social, sendo a sociedade a principal responsável na impotência das pessoas com deficiência em conseguirem ter uma vida idêntica à das pessoas sem deficiência (Barnes, Mercer *et al.*, 2005). Neste contexto, o problema da deficiência está, não só na própria deficiência

e nos seus efeitos, como também na área da relação pessoal e social (Hunt, 1966). Não obstante, numa perspetiva pós-moderna, este documento carecia de reformulação (Shakespeare e Watson, 1997), por existir uma separação conceptual de deficiência e limitação e, também, pela crença absoluta de que é a sociedade que incapacita as pessoas e não as suas limitações (Shakespeare e Watson, 1997). Na perspetiva destes autores, as limitações desempenham um papel importante na deficiência e acreditam que o corpo é relevante no ser pessoa com deficiência. Acrescentam, ainda, que o termo deficiência só faz sentido se compreendido enquanto restrição de atividade, argumentando que essas restrições são, obviamente, causadas por barreiras sociais e pela limitação *per se* (Shakespeare e Watson, 1997). Assim, não excluem os factores biológicos, mas consideram que a incapacidade é profundamente social, uma vez que os discursos implantados para representar a deficiência são social e culturalmente determinados, i.e., a sociedade, construída a pensar nas pessoas sem deficiência, tem preconceitos e estereótipos acerca das pessoas com deficiência.

O modelo social tem sido utilizado para explicar os caminhos segundo os quais a sociedade constrói o conceito de deficiência e, também, como uma forma de lutar contra a opressão das pessoas com deficiência (Gabel e Peters, 2004). Este modelo influenciou o olhar sobre estas pessoas, deixando raízes significativas por todo o mundo (como por exemplo, as inúmeras declarações universais e convenções que se estabeleceram). Não obstante, no caso da visão mais extrema do modelo, também lhe são apontadas críticas, nomeadamente pelo facto de excluir o corpo, por completo, do conceito de deficiência (Williams, 1999), caracterizando-o de inútil, “sobressocializante” e demasiado politizado. Deverá reconhecer-se que o modelo social carece de ser desenvolvido e que a sua forma atual ainda não responde ao que se entende por deficiência (Finkelstein, 1980; Thomas, 2004). No entanto, o seu aparecimento foi extremamente positivo, uma vez que veio reformular o modo como se pensava a pessoa com deficiência.

Assim sendo, temos, por um lado, um modelo médico considerado demasiado redutor por não contemplar a ação de barreiras impeditivas da participação social ativa das pessoas com deficiência (Barnes, Mercer *et al.*, 2005). Por outro lado, o modelo social omite alguns aspetos, igualmente importantes, incorporados pelo modelo médico, nomeadamente a necessidade de se proporcionar cuidados médicos, terapêuticos e psicológicos importantes para as pessoas com deficiência.

3. O papel dos *media* no olhar social sobre o “outro”

Os *media* são um fenómeno marcante na nossa sociedade, não só pelas influências que sobre ela exercem, como também por nos manter em contacto com realidades distantes da nossa. De facto, os *media* revelam ser um importante intermediário entre a sociedade em geral e diversos temas/grupos que, por razões diversas, se encontram “ausentes” do nosso quotidiano. Como tal, os meios de comunicação podem ter um grande impacto no nosso conhecimento, atitudes e políticas públicas acerca de uma

grande variedade de assuntos (Keller, Hallahan *et al.*, 1990; Wahl, 1992; Ross, 2001; Saito e Ishiyama, 2005), como é o caso de determinados grupos sociais. Historicamente falando, as pessoas com deficiência foram afastadas, por serem consideradas um grupo minoritário, estatuto este que foi, em parte, reificado pelos *media*, não só por estereotiparem (Campbell e Oliver, 1996), mas também por as manterem, muitas vezes, fora da sua agenda (Nelson, 1994). Na verdade, a investigação tem demonstrado que o conhecimento do público acerca das pessoas com deficiência, assim como as suas atitudes, são, maioritária e indiretamente, construídas pelos *media* (Yoshida, Wasilewski *et al.*, 1990; Farnhall e Smith, 1999). É provável que assim seja porque, muitas vezes, é por intermédio dos mesmos que temos algum “contacto” com este grupo o que, consequentemente, atribui um papel relevante aos *media*, por influenciarem o olhar social sobre o mesmo (Farnhall e Smith, 1999; Ross, 2001; Saito e Ishiyama, 2005). Esta influência pode, por um lado, melhorar o nosso conhecimento, alertando-nos para as questões da deficiência, mas, por outro, promulgar, através da falta de informação, o reforço de estereótipos (Auslander e Gold, 1999a), que nos fazem olhar para estas pessoas com “compaixão” ou como “sofredoras”. Não obstante, as atitudes em torno das pessoas com deficiência geram-se, também, a partir da experiência individual. Neste sentido, os *media* terão desempenhado um papel significativo naquele que foi, ao longo dos anos, o olhar sobre estas pessoas, estando tal facto patente nos discursos estabelecidos que, muitas vezes, são as únicas referências que a sociedade tem em relação às mesmas. Obviamente que esta construção é mais complexa e afetada por outros factores, nomeadamente factores culturais, sociodemográficos, contacto prévio com pessoas com deficiência, e factores relacionados com a própria deficiência (Auslander e Gold, 1999b). Na realidade, ao refletirem as normas e os valores prevaletentes e propiciando informação que gera e afeta as atitudes do público, os *media* são considerados um elemento-chave no desenrolar deste processo (Hafferty e Foster, 1994; Auslander e Gold, 1999b). Estando as atitudes sociais em torno das pessoas com deficiência entre as barreiras-chave na obstrução da sua plena participação na sociedade, na qual são cidadãos/ãs com direitos iguais (Byrd e Elliot, 1988; Yoshida, Wasilewski *et al.*, 1990; Thomson, 1997; Auslander e Gold, 1999b), a análise reflexiva acerca do trabalho mediático revela-se pertinente.

Com efeito, o jornalismo informativo, enquanto meio prioritário na obtenção de informações, revestido de grande credibilidade, assume um importante papel no que concerne ao esclarecimento da sociedade em torno deste grupo. Porém, ao distorcer a experiência da deficiência, os *media* contribuem significativamente para a discriminação das pessoas com deficiência (Barnes, 1991), reforçando, de várias formas, as atitudes negativas em seu redor (Auslander e Gold, 1999b). A representação da deficiência difere de outras categorias de identidade e subjetividade, na medida em que esta está, de facto, presente e não ausente (Ross, 2001). Na realidade, tem sido demonstrado que a exposição repetida a consistentes imagens mediáticas cria expectativas e crenças acerca do mundo real.

3.1 Representações Sociais da Pessoa com deficiência nos *media* impressos

No que concerne ao tratamento mediático da pessoa com deficiência, a literatura aponta para alguns tópicos comuns que sistematizamos (Pereira, Silva *et al.*, 2006; Monteiro, Pereira *et al.*, 2009) da seguinte forma:

Estereótipos

As pessoas com deficiência têm sido retratadas como vítimas, heróis e vilões (Zola, 1985) e, também, tipicamente inferiorizadas e “objectificadas”⁸ (Barnes, 1991; Shakespeare, 1994; Campbell e Oliver, 1996). Neste sentido, vemo-las como tendo uma vida “vazia” (Nelson, 1994; Ross, 2001; Saito e Ishiyama, 2005) e também as percebemos como super-humanos, por ultrapassarem adversidades através de atos heroicos (Barnes, 1992; Cumberbatch e Negrine, 1992; Clogston, 1994; Shakespeare, 1994), passando a ser um modelo de referência para todos (Ross, 2001). Este modelo – “supercrip” – é considerado pela sua popularidade uma imagem positiva (Nelson, 1994), porém é um estereótipo que prejudica a construção cultural da deficiência ao não abordar obstáculos objetivos (inacessibilidade, etc.). Devemos, então, tal como referem Hafferty e Foster (1994), olhá-lo criticamente, uma vez que os *media* impressos poderão descrever estas pessoas de forma irrealista. Deste modo, os *media* impressos perpetuam o mito trágico/corajoso (Ross, 2001), algo fortemente criticado, não só por reforçar depreciativamente o modelo de dependência, mas também devido ao risco de interiorização de valores negativos à volta das pessoas com deficiência. É, nesse sentido, que vários autores (por exemplo, Antrim, 1997; Farnhall e Smith, 1999) defendem a utilização de retratos mais positivos, i.e., promotores da remoção das atitudes negativas e opiniões frequentemente associadas a estas pessoas (Antrim, 1997). Tais retratos ajudaram as pessoas sem deficiência a adquirirem um grande conhecimento, sensibilidade e conforto relativamente às pessoas com deficiência, não só no local de trabalho, como também nas suas vidas pessoais (Farnhall e Smith, 1999).

Terminologia

A linguagem sempre teve um grande poder na definição de grupos culturais (Haller, Dorries *et al.*, 2006), sendo uma das chaves no reconhecimento da “cultura da deficiência” (Kama, 2004). Nesse sentido, Vivarta (2003) alerta para o papel da linguagem na construção positiva de conceitos, na medida em que, quando utilizamos termos incorretos, perpetuamos estereótipos e ideias erradas, dificultando a mudança de atitudes em relação às pessoas com deficiência e, consequentemente à sua inclusão (Vivarta, 2003), reforçando a cultura dominante.

Neste contexto, vários estudos foram efetuados ao longo dos últimos anos, revelando as terminologias utilizadas relativamente a estas pessoas (Keller, Hallahan *et al.*, 1990; Nelson, 1994; Linton, 1998; Auslander e Gold, 1999a; Ross, 2001;

⁸ Passivas, semelhantes aos animais; objectos, em vez de sujeitos.

Vivarta, 2003; Haller, Dorries *et al.*, 2006). Verifica-se o desaparecimento progressivo de termos desadequados (Kama, 2004). Não obstante, termos menos corretos ainda fazem parte dos textos mediáticos, mostrando a morosidade na sua substituição, bem como a resistência da cultura dominante a esta linguagem politicamente correta.

O uso de linguagem inapropriada é de extrema importância, uma vez que tende a denegrir, desviar e insultar as pessoas com deficiência (Auslander e Gold, 1999a), sendo que muitas alegam ter a vida dificultada devido às associações negativas com palavras como “deficiente” (Kama, 2004). É, nesse sentido, que alguns autores (por exemplo, Auslander e Gold, 1999a; Kama, 2004) defendem o uso de linguagem correta, nomeadamente através dos *media* impressos que, pela sua ampla exposição e influência potencial, são um espaço apropriado para se investir esforços.

Por outro lado, o uso de terminologia inadequada pode apenas significar falta de consenso entre as várias organizações e especialistas, relativamente à terminologia correta a utilizar (Vivarta, 2003). Nesse sentido, surgiu a *People First Language*, uma lista que tenta trazer consensualidade à linguagem utilizada neste contexto, ou seja, uma linguagem centrada na pessoa e não na deficiência (Vivarta, 2003; Kama, 2004).

Uma das “exigências” que se têm feito aos meios de comunicação é a de se referirem às pessoas com deficiência dando ênfase, em primeiro lugar, à pessoa, de acordo com o modelo social e também em termos que foquem as suas capacidades, em lugar das suas limitações (Yoshida, Wasilewski *et al.*, 1990). Contudo, ainda se verifica uma abordagem mais tradicional do que progressiva⁹, pelo que o foco médico ainda é o central (Auslander e Gold, 1999a; Auslander e Gold, 1999b). O foco progressivo surge ocasionalmente, mas sem estar associado a uma deficiência em particular (Auslander e Gold, 1999b). Assim, ainda se resume, muitas vezes, a pessoa com deficiência à sua deficiência o que transforma a deficiência na sua razão de ser e traz à sua vida um enorme vazio e privação de uma vida comum (Zola, 1985). A mudança de mentalidade deve estar associada à terminologia (Vivarta, 2003) e o papel do jornalista, no que diz respeito à difusão dos novos termos, é preponderante.

Assuntos mais tratados

De acordo com alguns estudos (Keller, Hallahan *et al.*, 1990; Antrim, 1997; Auslander e Gold, 1999a; Vivarta, 2003), as pessoas com deficiência chamam a atenção dos *media*, em geral e dos impressos, em particular, em assuntos relativos às suas dificuldades, pelo que a informação que circula reforça uma imagem dramática das mesmas. Deste modo, há uma associação regular entre deficiência e vida trágica, esquecendo, desconhecendo e omitindo casos de pessoas com deficiência com vidas felizes.

Tipos de Deficiência

A cobertura mediática em torno deste grupo tende a focar algumas deficiências com maior frequência, ainda que haja diferenças de acordo com a data dos estudos.

⁹ Ver Clogston (1994).

De uma forma geral, as deficiências físicas são aquelas que ocupam um espaço de maior destaque por parte dos *media* impressos (Gardner e Radel, 1978; Wahl, 1992; Auslander e Gold, 1999b). De facto, Ross (2001) refere que apenas um grupo restrito de deficiências têm direito a cobertura, i.e., as deficiências mais facilmente “aceites” pelas audiências sem deficiência. Por outras palavras, diferentes tipos de deficiência provocam reações diferentes nas audiências e, por isso, os *media* impressos retratam-nas de forma e frequência distintas. Adicionalmente, a literatura indica a existência de estereótipos associados, formas incorretas na linguagem utilizada, um foco em assuntos negativos ou até mesmo trágicos e, ainda, a preferência de algumas deficiências em detrimento de outras.

Os retratos efetuados pelos *media* impressos em relação às pessoas com deficiência têm sido criticados por se revelarem imprecisos, humilhantes e por fomentarem e reforçarem estereótipos (Keller, Hallahan *et al.*, 1990; Yoshida, Wasilewski *et al.*, 1990; Wahl, 1992). As diferentes imagens negativas que se atribuem a este grupo, substanciam, corroboram e reproduzem a sua posição inferior e periférica em relação à sociedade normalizada (Kama, 2004). Este conjunto de dados permite perceber a forma como a sociedade olha para estas pessoas, ou então, a forma como os *media* impressos “estabelecem” a forma de ver estas pessoas, já que muitas vezes é através deles que temos acesso às mesmas.

3.2 Representações dos Atletas Paralímpicos nos *media* impressos

O desporto adaptado e a sua evolução ao longo dos tempos, i.e., a sua passagem de uma vertente terapêutica, perspetivada por Guttman¹⁰, para uma vertente de competição, conduziram, com maior frequência, as pessoas com deficiência às páginas dos jornais. Isto é especialmente verdade quando nos referimos aos Jogos Paralímpicos (JP), sendo este evento o momento, por excelência, em que estas pessoas mais aparecem nos *media* impressos, algo visível no aumento gradual do número de notícias ao longo dos últimos anos (Schantz e Marty, 1995; Smith e Thomas, 2005; Smith e Sparkes, 2008; Monteiro, Pereira *et al.*, 2009; Pereira, Monteiro *et al.*, 2010). Partindo do princípio que os *media* podem desempenhar um papel importante ao modelar e refletir a opinião pública (Kellner, 1995; Rios, 2005), bem como atitudes em redor do desporto paralímpico (Schell e Duncan, 1999; Gilbert e Schantz, 2008), a cobertura, ou não cobertura, de um evento, como os JP, será um dos indicadores das representações públicas e atitudes à volta do desporto para pessoas com deficiência (McCombs e Shaw, 1972; Wolf, 2003). Nesse sentido, têm-se realizado estudos que tentam compreender a forma como os *media* impressos perspetivam estas pessoas, nomeadamente no âmbito desportivo (Schell e Duncan, 1999; Maas e Hasbrook, 2001; Schantz e Gilbert, 2001; Thomas e Smith, 2003; Hardin e Hardin, 2004; Smith e Thomas, 2005; Howe, 2008; Monteiro, Pereira *et al.*, 2009; Pereira, Monteiro *et al.*, 2010).

¹⁰ Precursor do desporto para pessoas com deficiência.

Estereótipos

No palco desportivo prevalecem dois grandes estereótipos: “a procura do corpo perfeito” e o “*supercrip vs. bittercrip*”. No processo de enfatizar o que é percebido como sucesso desportivo dos atletas, os mesmos têm sido retratados como aspirando ter o “corpo perfeito” dos atletas sem deficiência (Smith e Thomas, 2005). Quando os *media* impressos abordam as conquistas desportivas dos atletas paralímpicos, muitas vezes isso acontece por justaposição aos colegas do “corpo perfeito”, comparação que reforça a perceção estereotipada de deficiência e uma preocupação com o “corpo perfeito” (Thomas e Smith, 2003).

Com efeito, o corpo ideal parece ser o único que encaixa num ambiente construído para a maioria e, por esta razão, as notícias que destacam os aspetos relacionados com a estética revelam o preconceito acerca do “corpo perfeito” (Thomas e Smith, 2003), com vista a respeitar a lógica comercial imposta pelos *media*. Deste modo, existe um reforço mediático sobre o que se considera o “corpo perfeito” (Hahn, 1987), originando um paradigma visual que reforça a exclusão dos grupos marginalizados. Isto assume particular importância uma vez que, na contemporaneidade, predomina o sentido visual, aquilo que Jay (1998) designa de cultura visual ou “*scopic regime*”.

Tendo que escolher entre descrever os objetivos e valores dos JP e considerá-los como uma forma de dar poder aos atletas paralímpicos, ou seguir uma lógica comercial, os *media* irão optar pela última (Schantz e Gilbert, 2001). A participação no desporto demonstra que os atletas paralímpicos são tão capazes e comparáveis aos atletas sem deficiência, contrariamente ao que nos sugerem os estereótipos. Apesar disso, os fãs do desporto e os atletas sem deficiência não conseguem imaginar um atleta com uma deficiência perceptível a subir ao pódio nos JO com o mesmo estatuto que os primeiros (DePauw, 1997)¹¹.

O estereótipo – “*supercrip vs. bittercrip*” –, tal como na vida quotidiana, ou até de forma mais acentuada, tende a ser mais reforçado e vivido no palco desportivo. Com efeito, alguns estudos (Schell e Duncan, 1999; Schantz e Gilbert, 2001; Thomas e Smith, 2003) revelaram que os *media* impressos tendem a descrever as performances destes atletas segundo uma perspetiva individualizada e médica da deficiência, i.e., os atletas tendem a ser retratados como “vítimas” ou como “corajosos/bravos” que ultrapassam a “dolorosa” experiência que é a deficiência através do desporto (Schantz e Marty, 1995; Schell e Duncan, 1999; Schantz e Gilbert, 2001; Thomas e Smith, 2003; Smith e Thomas, 2005). Tal facto, está de acordo com o modelo do “*supercrip*”, no qual se reforça a perceção tradicional das pessoas com deficiência como sendo heroicas (Barnes, 1991). Este modelo deteriora a imagem das mesmas, por sugerir que apenas as performances heroicas deverão ser respeitadas (Shapiro, 1993).

¹¹ O exemplo mais actual disso mesmo é o caso polémico em torno do atleta sul-africano Óscar Pisturius, com bi-amputação dos membros inferiores que tentou competir juntamente com os atletas olímpicos e que viu o seu pedido ser recusado. Porém, após recurso jurídico, o atleta conseguiu autorização para participar se conseguisse os mínimos. Neste contexto, Natalie du Toit, nadadora de águas livres, teve o seu caminho facilitado por Pisturius e participou nesta última edição dos JP de Pequim.

Os críticos consideram que o modelo não dignifica a deficiência, argumentando que o mesmo serve como plano para manter as pessoas com deficiência no fundo de uma hierarquia social, mudando a direção da responsabilidade da cultura pela sua infraestrutura dos “capazes” (Hardin e Hardin, 2004). O modelo “*supercrip*” é, assim, um retrato comum feito pelos *media* acerca das pessoas com deficiência, que são excluídas do universo mediático (Golden, 1992). Apesar de popular por gerar inspiração, o modelo reforça as baixas expectativas sociais em relação a estas pessoas (Golden, 1992) e fixa a ideia de que todas devem ser capazes de atingir o nível de herói. Adicionalmente, este estereótipo enfatiza o esforço individual como forma de ultrapassar as barreiras sociais, como se a deficiência fosse culpa das pessoas, tendo estas de se adaptar a uma sociedade construída para a maioria, partindo da suposição de que as pessoas com deficiência são socialmente desajustadas (Clogston, 1991). Realça-se que o desporto é socialmente construído para e por pessoas sem deficiência podendo, por isso, ser um local de resistência a valores sociais dominantes (DePauw, 1997), i.e., um espaço onde as pessoas com deficiência dificilmente serão vistas de forma natural e, conseqüentemente, continuarão a ser marginalizadas ou socialmente excluídas.

Terminologia

Os discursos utilizados nas notícias desportivas são, frequentemente, de condescendência, com pobres comentários acerca de estratégias, regras ou performances, quando comparados com o desporto em geral. Em alguns *media* impressos, os atletas paralímpicos são discutidos através do uso de frases e termos consistentes com uma perspetiva médica da deficiência (Schell e Duncan, 1999; Schantz e Gilbert, 2001; Thomas e Smith, 2003; Hardin e Hardin, 2004; Smith e Thomas, 2005). Tal é visível na ausência de alusões a derrotas que, fazendo parte da cobertura desportiva geral, revela indicadores de uma cobertura não especificamente desportiva, reforçando a ideia anterior. A maioria dos *media* impressos apresenta uma fraca opinião acerca do desporto paralímpico, mostrando que este desporto continua a ser marginalizado e trivializado pelos mesmos (Schantz e Gilbert, 2001; Pereira, Monteiro *et al.*, 2010). Não obstante, a escrita está a afastar-se dos títulos “carinhosos”, que celebram o triunfo sobre as adversidades, para um formato mais focalizado no desporto (Howe, 2008; Monteiro, Pereira *et al.*, 2009). Além disso, verificou-se nos *media* impressos britânicos, a existência de reportagens sobre atletas paralímpicos muito similares às elaboradas para os atletas sem deficiência (Thomas e Smith, 2003). Adicionalmente, estudos mais recentes (Haller, Dorries *et al.*, 2006; Monteiro, Pereira *et al.*, 2009) demonstram a utilização de terminologia cada vez mais adequada. Porém, parece existir uma tendência geral dos jornais em noticiar as *performances* através do uso de elementos exclusivamente positivos (por exemplo, Schell e Duncan, 1999; Schantz e Gilbert, 2001; Schell e Rodriguez, 2001; Smith e Thomas, 2005), algo que, segundo Howe (2008), contraria a cobertura desportiva geral, na qual se referem elementos positivos e negativos. Nesse sentido, Smith e Thomas (2005) referem-se à necessidade de utilização de retratos mais reais destes

atletas, na medida em que a cobertura mediática dos JP ainda apela à compaixão e apresenta um discurso padronizado (Howe, 2008). Isto é, um discurso que perpetua o mito de que o desporto paralímpico é, de certa forma, de uma maior pureza que os restantes desportos, estando desprovido de um olhar crítico.

Conforme alertam Smith e Thomas (2005), tendo em conta a ainda pouca evidência disponível, deveremos ser mais cuidadosos nas afirmações que fazemos, pela oportunidade da cobertura mediática do desporto adaptado poder desafiar necessariamente as perspetivas que os “outros” têm acerca dos atletas com deficiência especificamente e das pessoas com deficiência em geral. Apesar deste cenário, Howe (2008) verificou, através da análise do processo de construção das notícias relacionadas com os JP, que o desporto paralímpico, por ser cada vez mais dependente de compromissos comerciais, tenderá a ser retratado nos *media* impressos através de histórias positivas e, também, negativas.

Assuntos mais tratados

Esta análise permite-nos afirmar que, de uma forma geral, a cobertura mediática tende a focar-se em torno dos *rankings*, raramente se referindo às *performances* (Schell e Duncan, 1999; Schantz e Gilbert, 2001; Pereira, Monteiro *et al.*, 2010), parecendo trivializar as mesmas e subestimando o seu valor, perpetuando a perspetiva médica de deficiência (Schantz e Gilbert, 2001; Hardin e Hardin, 2004). No entanto, em Portugal, verificou-se que as *performances* dos atletas têm vindo a ocupar um espaço cada vez mais alargado nos jornais (Monteiro, Pereira *et al.*, 2009). E se, anteriormente, se dizia que os critérios de escolha das notícias se baseavam mais nos escândalos do que em valores especificamente desportivos (Schantz e Gilbert, 2001), atualmente não podemos dizer o mesmo, uma vez que as notícias se centram cada vez mais nesses valores desportivos (Monteiro, Pereira *et al.*, 2009; Pereira, Monteiro *et al.*, 2010). Assim, no contexto competitivo, verifica-se a tendência de enfatizar as medalhas, os recordes e os tempos, e algumas vezes a imprensa relata as *performances* de forma etnocêntrica e nacionalista (Schantz e Gilbert, 2001; Thomas e Smith, 2003; Pereira, Monteiro *et al.*, 2010), algo particularmente visível nos *rankings* que aparecem em comparação com os de outros países. Denotamos, pois, a alteração dos valores-notícia, i.e., uma cobertura especificamente desportiva que enfatiza a *performance* dos atletas, por oposição a uma cobertura baseada nos “escândalos”.

Tipos de Deficiência

A cobertura desportiva dos atletas paralímpicos privilegia as deficiências motoras associadas à cadeira de rodas (Schantz e Marty, 1995). Alguns estudos apontam como razão o facto deste tipo de deficiência não se desviar substancialmente do conceito normal de “corpo capaz” (Schell e Duncan, 1999; Schantz e Gilbert, 2001; Thomas e Smith, 2003). Há, também, uma razão histórica, i.e., o facto de a perceção do público acerca da pessoa com deficiência estar associada à cadeira de rodas, quase como se uma fosse sinónimo da outra (Barnes, 1991). Por outro lado, os atletas com Paralisia Cerebral ou com Deficiência Intelectual tendem a receber menos atenção e cobertura

do que os atletas com outras deficiências (Schantz e Marty, 1995; Schell e Duncan, 1999; Schantz e Gilbert, 2001). No entanto, em Portugal, os atletas com Paralisia Cerebral são fortemente noticiados, uma vez que são os atletas que conquistam melhores resultados.

Apesar de se considerar este tipo de cobertura uma evolução positiva, sugere-se que esta poderá promulgar a crença de que a limitação não é uma questão central para a vida destas pessoas ou para a sua identidade enquanto pessoa com deficiência (Hughes e Paterson, 1997). Ignorar a deficiência representa uma manifestação da excessiva dominância social de entendimento da deficiência, que falha em ter em conta adequadamente a condição biológica da limitação que define aqueles com deficiência como sendo pessoas com deficiência. Um aspeto das investigações, que permitiu constatar esta tentativa de camuflar a deficiência, foi a análise efetuada às fotografias (por exemplo, Schantz e Gilbert, 2001; Pereira, Monteiro *et al.*, 2010), verificando-se que as mesmas retratavam, maioritariamente, atletas em cadeiras de rodas e com amputação (nas quais muito raramente se podia observar a deficiência). Assim, parece negar-se o retrato da identidade do atleta como pessoa com deficiência e, como tal, poderão ter sido reforçadas perceções estereotipadas da deficiência (Thomas e Smith, 2003; Pereira, Monteiro *et al.*, 2010). Deste modo, os atletas paralímpicos poderão ser levados a pensar que a sua aceitação social passa pela “aquisição” do dito “corpo perfeito” (Pereira, Monteiro *et al.*, 2010).

Em relação às diferenças de género, não há muitos trabalhos que relacionem deficiência e género. De acordo com vários estudos (Eastman e Billings, 1999; Urquhart e Crossman, 1999; Schlausch e Léséleuc, 2003), existe uma tendência geral em retratar mais os homens do que as mulheres. Esta tendência é paralela aos JO e tem por base uma série de factores culturais, religiosos e biológicos (Brittain, 2010). De um modo geral, a mulher é menos propensa a assumir o risco exigido no desporto e é menos incentivada à prática desportiva de competição (Brittain, 2010). Sendo pessoa com deficiência, tudo o que foi dito anteriormente tem um impacto bastante superior, já que o corpo da atleta com deficiência está duplamente exposto, por ser mulher e por ter deficiência (Schell e Duncan, 1999), sofrendo uma dupla discriminação. De facto, tal como Schlausch e Léséleuc (2003) verificaram, as mulheres com deficiência tendem a ser menos retratadas que as mulheres sem deficiência.

Conclusão

Apesar da cobertura em torno das pessoas com deficiência em geral e dos atletas paralímpicos em particular ter vindo a aumentar ao longo dos anos, a informação que circula nos *media* impressos caracteriza-se por ser estereotipada, recorrer a linguagem inapropriada, focar assuntos fora do âmbito desportivo e, ainda, por favorecer algumas deficiências em detrimento de outras. Consequentemente, no estado de produção cultural, as pessoas com deficiência tendem: i) a ser vistas segundo uma perspetiva médica, na qual se tende a ignorar os factores sociais conducentes à discriminação; ii) a ser heróis ou vítimas, ora pela sobrevalorização das suas vitórias, ora por despertarem

sentimentos de pena e caridade, respetivamente; iii) a ser caracterizadas por omissão da sua deficiência, o que nega a identidade total da pessoa com deficiência, caracterizada pela própria deficiência; iv) a ser vistas de forma diferente de acordo com o tipo de deficiência e, também, género.

Os aspetos negativos destes retratos são significativos e problemáticos, uma vez que reforçam atitudes estereotipadas, promovem o *status quo* e obstruem a mudança. Sendo estes a base de muitas atitudes à volta das pessoas com deficiência, são pontos considerados fundamentais no que concerne à discriminação e exploração das mesmas, além de contribuírem para a sua exclusão da vida comunitária em geral.

Referências Bibliográficas

ANTRIM, D. S. (1997), “Newspaper Coverage of Learning Disabilities”, in *Education*, 118, 145-149.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2004), “Bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência Lei nº 38/2004 de 18 de agosto”, in *Diário da República*, 1ª série A, 194, 5232-5236.

AUSLANDER, G. K.; GOLD, N. (1999a), “Media reports on disability: a binational comparison of types and causes of disability as reported in major newspapers”, in *Disability and Rehabilitation*, 21, 9, 420-431.

– (1999b), “Newspaper Coverage of People with disabilities in Canada and Israel: an international comparison”, in *Disability & Society*, 14, 6, 709-731.

BARNES, C. (1991), *Disabled People in Britain and Discrimination*, London, Hurst and Co., in association with the British Council of Organizations of Disabled People.

– (1992), *Disabling Imagery and the Media*. [Consult. a 30 de novembro de 2007]. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/Barnes/disabling%20imagery.pdf>.

BARNES, C.; MERCER, G. [et al.] (2005), *Exploring Disability – A Sociological Introduction*, Cambridge, Polity Press.

BERGER, P.; LUCKMAN, T. (1998), *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Vozes.

BRITAIN, I. (2010), *The Paralympic Games Explained*, Oxon, Routledge.

BURY, M. (2000), “On chronic illness and disability”, in C. E. Bird, P. Conrad and A. M. Fremont, *Handbook of medical sociology*, New Jersey, PA, Prentice Hall.

BYRD, E. K.; ELLIOT, T. R. (1988), “Disability in full-length feature films: frequency and quality of films over an 11 years span”, in *International Journal of Rehabilitation Research*, 11, 143-148.

CAMPBELL, J.; OLIVER, M. (1996), *Disability politics: Understanding our past, changing our future*, London, Routledge.

CLOGSTON, J. S. (1991), *Reporters’ attitudes toward and newspaper coverage of persons with disabilities*, Michigan, Michigan State University.

– (1994), “Disability Coverage in American newspapers”, in J. A. Nelson, *The Disabled, the media and the information age*, Westport, CT, Greenwood Press, pp. 45-53.

CORREIA, L. d. M. (1997), *Aluno com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*, Porto, Porto Editora.

CUMBERBATCH, G.; NEGRINE, R. (1992), *Images of Disability on Television*, London, Routledge.

DEPAUW, K. (1997), "The (in)visibility of disability", in *Quest*, 49, 416-430.

EASTMAN, S. T.; BILLINGS, A. C. (1999), "Gender Parity in the Olympics", in *Journal of Sport & Social Issues*, 23, 2, 140-170.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. (2005), "A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas", in *Revista Brasileira Epidemiol.*, 8, 2, 187-193.

FARNHALL, O.; SMITH, K. A. (1999), "Reactions to people with disabilities: Personal Contact versus viewing of specific media portrayals", in *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 76, 659-672.

FINKELSTEIN, V. (1980), *Attitudes and Disabled People: issues for discussion*, New York, World Rehabilitation Fund.

GABEL, S.; PETERS, S. (2004), "Pressage of a Paradigm shift? Beyond the social model of disability toward resistance theories of disability", in *Disability & Society*, 19, 6, 585-600.

GARDNER, J. M.; RADEL, M. S. (1978), "Portrait of the disabled in the media", in *Journal of Community Psychology*, 6, 269-274.

GILBERT, K.; SCHANTZ, O. J. (eds.) (2008), *The Paralympic Games: Empowerment or Side Show?*, United Kingdom, Meyer & Meyer Sport.

GOLDEN, M. (1992), "Not on the Front Page", in *Progressive*, 56, 3, 43.

HAFFERTY, F. W.; FOSTER, S. (1994), "Decontextualizing disability in the crime mystery genre: the case of the invisible handicapp", in *Disability & Society*, 9, 2, 185-206.

HAHN, H. (1987), "Advertising the acceptably employable image: disability and capitalism", in *Policy Studies Journal*, 15, 3, 551-570.

HALLER, B.; DORRIES, B. [et al.] (2006), "Media labeling versus the US disability community identity: a study of shifting cultural language", in *Disability & Society*, 21, 1, 61-75.

HARDIN, M.; HARDIN, B. (2004), "The 'Supercrip' in sport media: wheelchair athletes discuss hegemony's disabled hero", in *Sosol* 7 (1). Disponível em: <http://physed.otago.ac.nz/sosol/v7i1/v7i1.html>.

HOWE, P. D. (2008), "From inside the newsroom: Paralympic Media and the production of Elite Disability", in *International Review for the Sociology of Sport*, 43, 2, 135-150.

HUGHES, B. (1999), "The constitution of impairment: modernity and the aesthetic of oppression", in *Disability & Society*, 14, 2, 155-172.

– (2000), "Medicine and the Aesthetic Invalidation of Disabled People", in *Disability & Society*, 15, 4, 555-568.

HUGHES, B.; PATERSON, K. (1997), "The social model of disability and the disappearing body: towards a sociology of impairment", in *Disability & Society*, 12, 3, 325-340.

HUNT, P. (1966), *A critical condition*. [Consult. a 30 de julho de 2008]. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/archframe.htm>.

JAY, M. (1998), "Scopic regimes of modernity", in S. Lash and J. Friedman, *Modernity and Identity*, Oxford, Blackwell, pp. 178-195.

KAMA, A. (2004), "Supercrips versus the pitiful handicapped: Reception of disabling images by disabled audience members", in *Communications*, 29, 447-466.

KELLER, C. E.; HALLAHAN, D. P. [et al.] (1990), “The Coverage of persons with disabilities in American newspapers”, in *The Journal of Special Education*, 24, 271-282.

KELLNER, D. (1995), *Media Culture – Cultural Studies, identity and politics between the modern and the postmodern*, London, Routledge.

LINTON, S. (1998), “Disability Studies/Not Disability Studies”, in *Disability & Society*, 13, 4, 525-540.

MAAS, K.; HASBROOK, C. (2001), “Media Promotion of the Paradigm Citizen/Golfer: An Analysis of Golf Magazines Representations of Disability, Gender, and Age”, in *Sociology of Sport Journal*, 18, 1, 21-36.

MARQUES, U. M.; CASTRO, J. A. M. [et al.] (2001), “Actividade Física Adaptada: uma visão crítica”, in *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 1, 1, 73-79.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. (1972), “Agenda-Setting Function of Mass Media”, in *Public Opinion Quarterly*, 36 (2), 176-187.

MONTEIRO, I.; PEREIRA, O. [et al.] (2009), “Representações Sociais dos Atletas Paralímpicos nos Jornais Desportivos Portugueses”, *Conferência Internacional: Media & Desporto*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 22-23 janeiro de 2009.

MOSCOVICI, S. (1988), “Notes towards a Description of Social Representations”, in *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.

NELSON, J. A. (1994), “Broken Images: Portrayals of those with disabilities in American media”, in J. A. Nelson, *The disabled, the media and the information age*, Westport, CT, Greenwood Press, pp. 5-9.

OLIVER, M. (1986), “Social Policy and Disability: some theoretical issues”, in *Disability, Handicap and Society*, 1, 1, 5-17.

OMS (2003), *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*, Lisboa, Direcção Geral da Saúde.

PEREIRA, A.; SILVA, A. [et al.] (2006), “O valor do atleta com deficiência – estudo efectuado através de uma análise de imprensa”, in *Revista de Ciências do Desporto*, 6, 1, 65-77.

PEREIRA, O.; MONTEIRO, I. [et al.] (2010), “The powerful insight of the media into disability - a critical review”, in *EASS 2010 Porto – A social perspective on: sport, health and environment*, Porto, FADEUP, pp. 63.

RIOS, A. (2005), “Jornalismo como instrumento de cidadania”, in *Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação*. [Consult. em janeiro de 2010]. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/_listas/tematica.php?codtema=8.

ROSS, R. (2001), “All ears: radio, reception and discourses of disability”, in *Media, Culture & Society*, 23, 4, 419-437.

SAITO, S.; ISHIYAMA, R. (2005), “The invisible minority: under-representation of people with disabilities in prime-time TV dramas in Japan”, in *Disability & Society*, 20, 4, 437-451.

SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (2001), “An Ideal Misconstrued: Newspaper Coverage of the Atlanta Paralympic Games in France and Germany”, in *Sociology of Sport Journal*, 18, 69-94.

SCHANTZ, O.; MARTY, C. (1995), “The French press and sport for people with handicapping conditions”, in I. Morisback and P. E. Jorgensen, *Quality of life through adapted physical activity*, Oslo, Hamtrykk, pp. 72-79.

SHELL, L. A.; DUNCAN, M. C. (1999), “A content analysis of CBS’s coverage of the 1996 Paralympic Games”, in *Adapted Physical Activity Quarterly*, 16, 1, 27-47.

SHELL, L. A.; RODRIGUEZ, S. (2001), “Subverting Bodies/Ambivalent Representations: Media Analysis of Paralympian, Hope Lewellen”, in *Sociology of Sport Journal*, 18, 127-135.

SCHLAUSCH, S.; LÉSÉLEUC, E. d. (2003), *La présentation de la femme handicapée sportive dans la presse écrite européenne: égalité et différences dans le traitement médiatique des Jeux Paralympiques*, B. d. I., Côte d’Opale, AFRAPS.

SHAKESPEARE, T. (1994), “Cultural representations of people with disabilities: Dustbins for diavowal?”, in *Disability, Handicap and Society*, 9, 3, 283-299.

SHAKESPEARE, T.; WATSON, N. (1997), “Defending the Social Model”, in *Disability & Society*, 12, 2, 293-300.

SHAPIRO, J. P. (1993), *No pity: People with disabilities forging a new civil rights movement*, New York, Times Books.

SILVA, M. A. (1991), *Desporto para Deficientes – Corolário de uma evolução conceptual*, Porto, não editado.

SMITH, A.; THOMAS, N. (2005), “The ‘inclusion’ of elite athletes with disabilities in the 2002 Manchester Commonwealth Games: an exploratory analysis of British newspaper coverage”, in *Sport, Education and Society*, 10, 49-67.

SMITH, B.; SPARKES, A. (2008), “Narrative and its potential contribution to disability studies”, in *Disability & Society*, 23, 1, 17-28.

THOMAS, C. (2004), “How is disability understood? An examination of sociological approaches”, in *Disability & Society*, 19, 6, 569-583.

THOMAS, N.; SMITH, A. (2003), “Preoccupied With Able-Bodiedness? An Analysis of the 2000 Paralympic Games”, in *Adapted Physical Activity Quarterly*, 20, 166-181.

THOMSON, R. G. (1997), *Extraordinary Bodies: figuring physical disability in American Culture and Literature*, New York, Columbia University Press.

TUCHMAN, G. (2002), “As notícias como uma realidade construída”, in J. Esteves *Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 91-104.

TURNER, B. S. (1996), *The Body and Society*, London, Sage.

UPIAS (1976), *Fundamental Principles of Disability*. [Consult. a 1 de julho de 2008]. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/archframe.htm>.

URQUHART, J.; CROSSMAN, J. (1999), “The Globe and Mail Coverage of the Winter Olympic Games”, in *Journal of Sport & Social Issues*, 23, 2, 193-202.

VIVARTA, V. (2003), *Mídia e deficiência*, Brasília, Agência de Notícias dos Direitos da Infância e Fundação Banco do Brasil.

WAHL, O. (1992), “Mass Media Images of Mental Illness: A review of the literature”, in *Journal of Community Psychology*, 20, 343-352.

WILLIAMS, S. (1999), “Is anybody there? Critical Realism, chronic illness and the disability debate”, in *Sociology of health and illness*, 21, 6, 797-819.

WOLF, M. (2003), *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença.

YOSHIDA, R. K.; WASILEWSKI, L. [et al.] (1990), “Recent newspaper coverage about persons with disabilities”, in *Exceptional children*, 56, 418-423.

ZOLA, I. K. (1985), “Depictions of disability metaphor, message and medium in the media: a research and political agenda”, in *The Social Sciences Journal*, 22, 5-17.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract

As being apart from the frequent contact with certain groups or contexts, build, often the same images on the basis of information that comes to us daily through the media. In fact, media's social influence regarding society and also the "other" seems undeniable. Therefore, the media can play a vital educational role as privileged intermediate between society in general and some minority groups contributing, among many aspects, to a less stereotyped view of them. This work is a critical review about media and disability over the years.

Keywords: Paralympic Athletes; Media; Paralympic Games; People with disabilities.

Resumé

En dehors du contact fréquent avec certains groupes ou contextes, de construire, souvent les mêmes images sur la base d'informations qui vient à nous chaque jour à travers les médias. En fait, il semble indéniable de l'influence que ces médias détiennent dans nos perspectives sur la société en général et aussi sur les "autres", la compréhension de cette "autre" comme celle qui est inconnu ou mal connu. Par conséquent, les médias peuvent jouer un rôle essentiel d'éducation dans la médiation entre la société en général et la minorité des groupes sociaux considérés comme contribuant, entre de nombreux aspects, à une vision moins stéréotypée d'eux. C'est un travail d'analyse critique qui vise à informer le traitement médiatique de l'invalidité dans le passé, le présent et envisager son avenir.

Mots-clés: Athlètes Paralympiques; Media; Jeux Paralympiques; Personne handicapée.

A odisseia da transformação do Direito da Família (1974-2010): um contributo da Sociologia Política do Direito¹

João Pedroso, Paula Casaleiro e Patrícia Branco²

Resumo:

A odisseia da transformação e da regulação jurídica da família em Portugal segue as tendências europeias, tendo, contudo, começado o seu percurso mais tardiamente, designadamente após 25 de abril de 1974. No presente texto, analisamos, desde 1974 até 2010, as relações entre a transformação socioeconómica das famílias portuguesas e as mudanças e opções políticas dominantes nestas matérias, bem como as decorrentes mutações no Direito da Família ocorridas em Portugal. E concluímos que a vontade de mudança política e as ações político-institucionais são aceleradoras da transformação do Direito da Família, mais do que as mutações das famílias.

Palavras-chave: Transformação da família; Regulação jurídica da família; Sociologia Política do Direito.

Introdução

A odisseia do Direito da Família, nos últimos quarenta anos, na Europa, ficou marcada por profundas transformações, relacionadas, quer com as mudanças socioeconómicas e sociopolíticas, quer com as transformações na(s) própria(s) família(s), com a luta pela igualdade e democracia de género nas decisões familiares, a crescente informalização do laço conjugal, para pessoas de sexo diferente e do mesmo

¹ O presente texto é a versão escrita e desenvolvida da comunicação apresentada pelos autores no Colóquio Internacional *Portugal entre desassossegos e desafios*, organizado pelo CES, que decorreu a 17 e 18 de fevereiro, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

² Investigadores do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. João Pedroso é, ainda, associado do Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. O presente artigo é um resultado do Projeto de Investigação *O género do direito e da justiça da família – As desigualdades e violência de género na transformação da lei da família e nas decisões dos Tribunais de Família e Menores* (Ref. FCOMP-01-0124-FEDER008478), a decorrer no Centro de Estudos Sociais, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e coordenado por João Pedroso.

sexo, a valorização dos afetos e o aumento das situações de rutura e recomposição familiar. Desde meados da década de 1970, verificou-se uma mutação acelerada da regulação jurídica da(s) família(s) no sentido, grosso modo, da privatização, secularização e desinstitucionalização das relações familiares e da (re)publicização do novo Direito da Família, centrado na valorização do afeto e dos direitos da criança e na consequente responsabilização da esfera pública pela socialização e promoção desses direitos (Wall, 2005; Torres *et al.*, 2008).

Como escrevemos anteriormente³, verifica-se uma transformação acelerada da regulação jurídica da(s) família(s) nas sociedades ocidentais (Commaille, 2004), cuja análise nos permite identificar os seguintes principais vetores: a consagração do princípio da igualdade jurídica, a democratização da vida familiar e a paridade de género (Oliveira, 2001 e 2004); o individualismo e a privatização do Direito da Família; a secularização, desinstitucionalização e contratualização das relações familiares; a (re)publicização do novo Direito da Família (v.g. direitos das crianças e violência doméstica); a valorização do afeto em detrimento da hierarquia e da tradição; a diminuição da importância da procriação na constituição das famílias; os direitos da criança no centro do novo Direito da Família (v.g. o superior interesse da criança); a fragmentação, retração e expansão do Direito da Família (do direito civil ao direito social); o pluralismo cultural e normativo da regulação da(s) família(s) contemporânea(s) com “velhas” e “novas” conjugalidades, (Pocar e Ronfani, 2008); e, por último, a desjudicialização da resolução dos conflitos civis de família.

Em Portugal, a transformação da família e da regulação jurídica da família começou o seu percurso mais tardiamente, designadamente após a democratização do sistema político e social, iniciada com o movimento democratizador de 25/04/1974. A partir desse momento, as mutações do Direito da Família, em Portugal, passaram a acompanhar as referidas principais tendências de mudança através da sua universalização, internacionalização, europeização; constitucionalização⁴;

³ João Pedroso, Patrícia Branco e Paula Casaleiro (2010). Para um maior desenvolvimento deste tema remete-se para João Pedroso e Patrícia Branco (2008).

⁴ Portugal ratificou, pelo que se encontram em vigor, os principais instrumentos internacionais relativos à regulação das relações familiares, que não analisaremos nesta sede, limitando-nos à referência ao direito internacional mais central à constituição da família. O artigo 16.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e proclamada pela Assembleia Geral na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948, estabelece que “o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião”, sendo a família considerada como “o elemento natural e fundamental da sociedade”, pelo que tem direito à proteção, quer da parte da sociedade, quer da parte do Estado. Para além disso, a DUDH estipula que, durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos os cônjuges têm direitos iguais. Os artigos 17.º, 23.º e 24.º do Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos protegem os diferentes direitos relativos à família e às crianças, bem como os artigos 10.º a 13.º do Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Nesta sede de referir, também, a Carta Social Europeia, através da qual os Estados, incluído Portugal, se comprometem a assegurar às suas populações os direitos sociais aí especificados, a fim de melhorar o seu nível de vida e promover o seu bem-estar, referindo-se, em especial, que as crianças e os adolescentes têm direito a uma proteção especial contra os perigos físicos e morais a que se encontrem expostos, bem como a uma proteção social, jurídica e económica apropriada (artigos 7.º e 17.º); que as trabalhadoras, em caso de maternidade, têm direito a uma proteção especial (artigo 8.º); e à família, como célula fundamental da sociedade, é reconhecido o direito a uma proteção social, jurídica e económica apropriada para assegurar o seu pleno desenvolvimento (artigos 16.º e 19.º, sendo que este último se refere, especificamente, ao trabalhador migrante e sua família). Quanto à Convenção Europeia dos Direitos do

desinstitucionalização do Direito civil da Família; e, ainda, da sua fragmentação e expansão para o Direito social da família (trabalho, emprego, segurança social, formação profissional, concertação entre a vida pessoal, familiar e profissional) e até criminal.

No presente texto, tendo como ponto de partida a Sociologia Política do direito, analisamos, desde 1974 até 2010, a transformação do Direito da Família em Portugal⁵. Com efeito, nada é mais político do que o Direito e a Justiça, nada comporta tantas questões de natureza política. Neste sentido, recorreremos às ferramentas analíticas da Sociologia Política, que visa, precisamente, analisar os processos políticos nas suas relações com a sociedade, não se restringindo apenas à consideração da esfera política *stricto sensu*, independentemente das outras esferas de ação social. Trata-se, assim, de estudar a política nas suas relações com as ordens sociais e os poderes sociais (Duran, 2009, *apud* Commaille, 2009).

Homem e das Liberdades Fundamentais, estabelece no artigo 12.º (Direito ao casamento) que “A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de se casar e de constituir família, segundo as leis nacionais que regem o exercício deste direito”. Por sua vez, o artigo 9º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, sob a epígrafe “Direito de contrair casamento e de constituir família”, estatui que “O direito de contrair casamento e o direito de constituir família são garantidos pelas legislações nacionais que regem o respetivo exercício”. Este é o quadro que “emoldura” a família ao nível das normas internacionais, sendo acompanhado de perto pelas legislações portuguesas, a começar pela lei fundamental, a Constituição da República Portuguesa (CRP), de 1976, e as suas sete sucessivas revisões ao longo destes 34 anos de vigência. Assim, nos termos da CRP (artigo 67.º), a família é um valor fundamental da vida em sociedade, ao qual a Constituição confere proteção, tornando-a, assim, objeto de uma garantia constitucional (Pereira Coelho e Oliveira, 2003: 153). Nesse sentido, incumbem ao Estado uma série de tarefas, como: a) Promover a independência social e económica dos agregados familiares; b) Promover a criação e garantir o acesso a uma rede nacional de creches e de outros equipamentos sociais de apoio à família, bem como uma política de terceira idade; c) Cooperar com os pais na educação dos filhos; d) Garantir, no respeito da liberdade individual, o direito ao planeamento familiar, promovendo a informação e o acesso aos métodos e aos meios que o assegurem, e organizar as estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma maternidade e paternidade conscientes; e) Regular a procriação assistida, em termos que salvaguardem a dignidade da pessoa humana; f) Regular os impostos e os benefícios sociais, de harmonia com os encargos familiares; g) Definir, ouvidas as associações representativas das famílias, e executar uma política de família com caráter global e integrado; h) Promover, através da concertação das várias políticas setoriais, a conciliação da atividade profissional com a vida familiar. Desse modo, e de acordo com o consagrado no número 1 do artigo 36.º, “Todos têm o direito de constituir família e de contrair casamento em condições de plena igualdade”. Pelo que, como consagrado no número 3 deste artigo, e como grande conquista da Constituição de 1976, se consagra também o princípio da igualdade entre os cônjuges. E como em igualdade se contrai casamento, de igual modo se encontra consagrado no número 2 do artigo em análise o princípio da admissibilidade do divórcio, independentemente da forma como foi celebrado o casamento. Também em 1976 (artigo 36.º, nº 4 CRP) se consagrou a igualdade de estatuto entre os filhos nascidos do casamento e os filhos nascidos fora do casamento, aos quais se dava, anteriormente, a designação de ‘ilegítimos’, proibindo-se agora qualquer tipo de discriminação. Daí que a Constituição Portuguesa atribua às crianças, nos termos do artigo 69.º, um direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições. Os jovens gozam também de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais (artigo 70.º CRP).

Relativamente à maternidade e paternidade, estes são, nos termos do artigo 68.º, valores sociais eminentes, pelo que “Os pais e as mães têm direito à proteção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível ação em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação, com garantia de realização profissional e de participação na vida cívica do país” (artigo 68.º, número 1). Assim, os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos e os filhos não podem ser separados dos pais, salvo quando estes não cumpram os seus deveres fundamentais para com eles e sempre mediante decisão judicial (artigo 36.º, números 5 e 6). À adoção, é igualmente, conferida proteção constitucional (artigo 36.º, número 7 CRP).

⁵ Essa transformação cria-nos a convicção que a designação mais adequada atualmente será Direito da Família e das Crianças, mas neste texto usaremos a denominação dominante de Direito da Família.

Deste modo, pretendemos analisar, no referido período, as relações entre a transformação sociológica e económica das famílias portuguesas com as mudanças e as opções políticas dominantes nestas matérias, bem como as decorrentes mutações no Direito da Família ocorridas em Portugal. Em consequência dessa análise, concluímos que, ao longo do período referido (1974-2010), há uma centralidade da vontade de mudança política e das ações político-institucionais como aceleradoras da transformação do Direito da Família e das Crianças.

1. As mutações da(s) família(s) em Portugal: uma odisseia em curso

1.1 A vida familiar em mudança

Em termos gerais, demograficamente, Portugal tem vindo a assistir, nas últimas quatro décadas, a um aumento gradual da população residente. O maior aumento deu-se na passagem da década de 1970 para a década de 1980: segundo os recenseamentos, o país cresceu de 8.6663.252 habitantes, em 1970, para 9.833.014 habitantes, em 1981, aproximando-se dos atuais valores. No recenseamento de 2001, Portugal tinha cerca de 10.000.000 habitantes, passando para, aproximadamente, 10.636.979 indivíduos em 2010. Assim, regista-se, nos últimos anos, um abrandamento no crescimento da população: entre 2001 e 2006, a taxa de crescimento foi de cerca de 2,6% e, de 2006 para 2010, atingiu os 0,36%.

No que respeita concretamente à família, após uma fase que Almeida *et al.* (1998) designam de «familiarismo renovado», ocorrido até à década de 1960 e caracterizado por uma nupcialidade elevada, rejuvenescimento da idade média no casamento, por um menor número de nascimentos fora do casamento e por um aumento dos casais com filhos, seguiu-se um movimento de «modernização», iniciado em meados da década de 1970, caracterizado pela inversão das tendências anteriores.

Desde essa época, as formas de constituição e de organização da conjugalidade apresentam sinais de reforço da informalização do laço conjugal e de pluralização do leque de transições possíveis nos percursos familiares, acrescendo-os de momentos de rutura e de recomposição, em conformidade com uma visão menos institucional da relação a dois e da própria família e de individualização e realização pessoal. Tende-se a casar menos, cada vez mais tarde e mais frequentemente apenas pelo regime do casamento civil; simultaneamente, os casais têm filhos mais tarde e em menor número. Estas transformações têm reflexos na evolução da estrutura familiar portuguesa, como veremos mais à frente.

De acordo com Sofia Aboim (2006), “é, com efeito, uma vida familiar em mudança a que se nos apresenta no dealbar do século XXI, atravessada pelos movimentos de modernização da sociedade portuguesa que ocorreram nas últimas décadas, às vezes a um ritmo quase vertiginoso, aproximando os padrões demográficos e familiares dos que mais cedo se observaram noutras sociedades ocidentais” (Aboim, 2006: 63).

1.2 As famílias portuguesas de hoje: uma breve análise

A vida familiar regista, pois, um movimento de modernização, mais ou menos tardio relativamente a outros países da Europa, para valores e práticas diferentes (o valor da igualdade entre os cônjuges, acesso a métodos contraceptivos, maior valorização do indivíduo e menor subordinação do casal à família, entre outros) (Almeida *et al.*, 1998). Este processo de modernização tem impacto nas formas familiares, isto é, na dimensão e no tipo de família e agregado doméstico em que estão inseridos os indivíduos.

No que respeita à dimensão média do agregado doméstico, verifica-se uma diminuição progressiva, desde 1970, de 3,7 pessoas para 2,8 pessoas, em 2001, enquanto, na composição das famílias segundo o número de pessoas, as famílias com 3 a 4 pessoas são as mais representativas desde 1970, seguidas dos agregados familiares constituídos por duas pessoas (quadro 1). Simultaneamente, verifica-se que, neste período, os agregados familiares mais numerosos (com 5 ou mais pessoas) perdem importância, em favor dos agregados familiares menos numerosos (com duas ou menos pessoas). Em 1970, as famílias compostas por uma só pessoa eram as menos representativas; porém, em 1981, a percentagem destas ultrapassava a das famílias com cinco pessoas e mais, aumentando progressivamente até atingir os 17,3%, em 2001.

Quadro 1 – Dimensão do agregado familiar

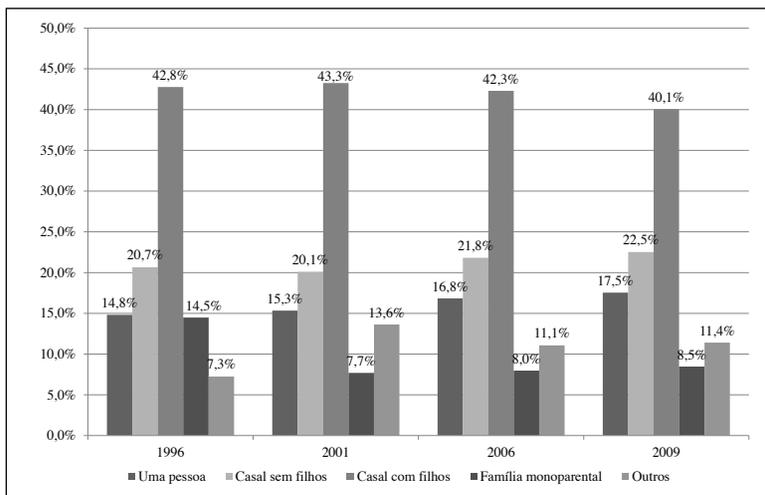
	Dimensão do agregado familiar (%)				N.º médio de pessoas por família
	1 pessoa	2 pessoas	3 a 4 pessoas	5 e + pessoas	
1970	10,0	21,9	52,2	15,9	3,7
1981	13,0	23,5	52,9	10,6	3,4
1991	13,9	25,3	54,2	6,6	3,1
2001	17,3	28,4	44,8	9,5	2,8

Fonte: INE (2011).

Segundo os Censos de 2001, a esmagadora maioria das famílias portuguesas, 99,9%, é constituída por “famílias clássicas”⁶, ou seja, engloba indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco entre si, ocupando a totalidade ou parte do alojamento (Leite, 2003). Por conseguinte, as famílias institucionais – o conjunto de indivíduos residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objetivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo – têm um peso pouco significativo.

⁶ A definição de “família clássica”, bem como “família nuclear” e “casal de direito”, entre outras, são designações utilizadas pelo INE.

Gráfico 1 – Tipos de Família Clássica



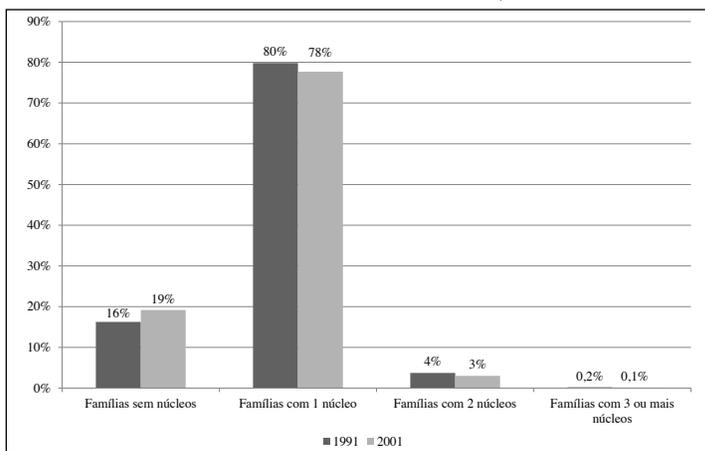
Fonte: INE (2011).

No entanto, regista-se, nos últimos anos, um ligeiro aumento do peso das pessoas só e dos “casais sem filhos”, e, ainda que a família nuclear (casal com filhos) continue a representar mais de 40% das famílias, esta apresenta uma tendência em declínio. São os casais sem filhos, as pessoas só e as famílias monoparentais que registam variações positivas, fruto do envelhecimento da populacional, do adiamento da maternidade e do aumento do divórcio.

No entender de Sofia Aboim (2006), o crescimento mais rápido dos casais sem filhos reflete, provavelmente, o envelhecimento da população (que contribui para aumentar o número de *empty-nests*, ou seja, de casais cujos filhos já saíram de casa), o aumento do divórcio e do recasamento, que levaria pelo menos um dos cônjuges a formar nova conjugalidade sem filhos corresidentes a tempo inteiro, ou, ainda, o adiamento da maternidade para fases mais tardias do curso de vida, o que, para além de aumentar o tempo de conjugalidade sem filhos, pode também favorecer um alargamento da prática da coabitação enquanto etapa pré-nupcial.

Para além das famílias clássicas, é possível quantificar e caracterizar os núcleos familiares. O núcleo familiar refere-se ao conjunto dos indivíduos dentro de uma família clássica, entre os quais existe uma relação do tipo: casal com ou sem filho(s) não casado(s), pai ou mãe com filho(s) não casado(s), avós com neto(s) não casado(s) e avô(ó) com neto(s) não casado(s). A grande maioria dos indivíduos que vive em famílias clássicas pertence a famílias com apenas um núcleo familiar. Todavia, entre 1991 e 2001, o peso destes núcleos têm vindo a decrescer, à medida que a proporção dos núcleos familiares unipessoais aumenta, representando, em 2001, cerca de 19,2% dos núcleos familiares.

Gráfico 2 – Núcleos Familiares, 2001

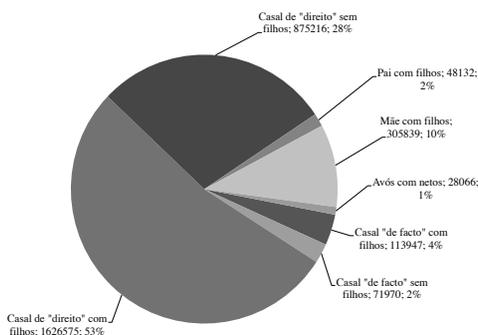


Fonte: INE (2011).

Das famílias sem núcleos, a esmagadora maioria é constituída por famílias unipessoais, ou seja, famílias com uma só pessoa. De acordo com Leite (2003), “em 2001, as famílias unipessoais representam, em Portugal, 17,3% do total de famílias (13,8% em 1991). Face a 1991, este tipo de família é o que regista o maior acréscimo (cerca de 45%).” (Leite, 2003: 30)

Se observarmos a totalidade dos núcleos familiares segundo o tipo, verifica-se que o tipo de núcleo com maior proporção é o de casal de direito – significando, ainda, um homem e uma mulher casados – com e sem filhos, seguido do núcleo de mãe com filhos. A expressão dos núcleos familiares de pai com filhos e de avós com netos têm uma expressão pouco significativa no total de núcleos.

Gráfico 3 – Núcleos familiares segundo o tipo, 2001



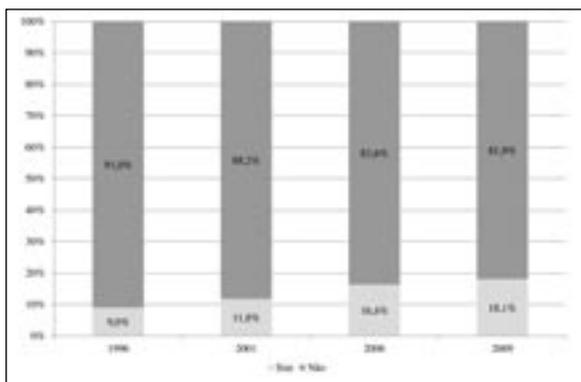
Fonte: INE (2011).

Entre os núcleos familiares conjugais verifica-se que, independentemente do tipo de conjugalidade, a maioria dos casais portugueses tem filhos. Contudo, essa percentagem é ligeiramente superior nos casais de direito.

De acordo com Almeida *et al.* (1998), os tipos de família que surgem no contexto de modernização têm uma estrutura semelhante à da década de 1960, mas nem sempre têm o mesmo significado. “Por exemplo, ser mãe ou pai sozinho com filhos significa, cada vez mais, ser divorciada/o e não viúva/o ou solteiro/a, como no passado” (Wall e Lobo, 1997 apud *idem*: 51). Simultaneamente, algumas novas formas familiares, como os casais homossexuais ou as famílias recompostas, entram nas categorias outros ou casal com filhos, não sendo, ainda, considerada uma categoria à parte nas tipologias dos recenseamentos. Por conseguinte, a representação estatística, à semelhança do direito, acompanha mais lentamente as mudanças nos significados das vidas domésticas.

Ainda assim, é possível observar a tendência de aumento das famílias recompostas, nomeadamente a partir da existência de filhos não comuns anteriores ao casamento, percentagem que regista uma tendência de aumento entre 1996 e 2009, passando de 9%, em 1996, para cerca de 18%, em 2009. Os censos de 2001 incluíram, pela primeira vez, os núcleos familiares reconstituídos, isto é, o núcleo constituído por um casal “de direito” ou “de facto” com filho(s), em que pelo menos um deles seja filho, natural ou adotado, apenas de um dos membros do casal, ou seja, fruto de uma relação conjugal anterior. De acordo com Leite (2003), do total de núcleos familiares conjugais com filhos, 2,7% são núcleos familiares reconstituídos.

Gráfico 4 – Existência de Filhos Não Comuns Anteriores ao Casamento



Fonte: INE (2011).

Em suma, “as formas de constituição e de organização da conjugalidade, que os indicadores demográficos permitem, em grandes linhas, visualizar, apresentam sinais de reforço da informalização do laço conjugal e de pluralização do leque de transições possíveis nos percursos familiares, acrescendo-os de momentos de ruptura e de recomposição, em conformidade com uma visão menos institucional da relação a dois e da própria família” (Aboim, 2006: 69). Contudo, um balanço de diferentes pesquisas realizadas no âmbito da Sociologia, Antropologia e História, feito por Sílvia Portugal (2006), permite concluir que existe um consenso quanto à diversidade das

estruturas familiares na sociedade portuguesa, parecendo “coexistir, no passado, como hoje, a família nuclear e a família-tronco, os agregados simples e os agregados complexos” (Portugal, 2006: 90).

2. A odisseia da transformação do Direito da Família em Portugal: a relação entre as mudanças sociais, as mudanças políticas e as mudanças no Direito da Família

Ao mesmo tempo que ocorre a transformação das famílias em Portugal, com continuidades relativamente à família nuclear e família-tronco, as grandes mutações no Direito da Família ocorreram, nos últimos 40 anos, nos quatro períodos seguintes:

- a) de 1974 a 1978 – a primeira rutura com continuidades: a democratização do Direito da Família;
- b) de 1994 a 1995 – a abertura do direito ao processo de desjudicialização do divórcio e de mutação do poder paternal e de adoção, no sentido da promoção do superior interesse da criança;
- c) de 1998 a 2001 – o reconhecimento pelo Direito português das crianças como sujeitos de direitos; das uniões de facto e continuação do processo de simplificação e desjudicialização;
- d) de 2006 a 2010 – segunda rutura com continuidades: a publicização do crime de violência doméstica, a consagração do regime das responsabilidades parentais e a alteração do conceito de casamento.

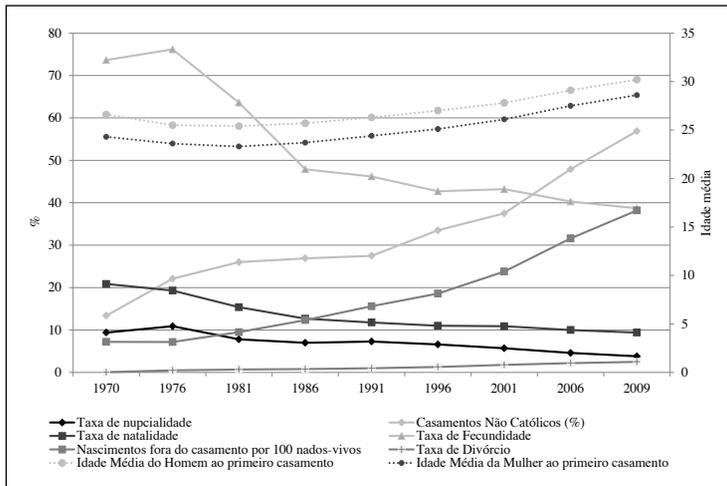
Efetuada esta periodização, há que a analisar relacionando-a com a evolução dos indicadores sociodemográficos e socioeconómicos desses períodos, bem como a sua relação com o contexto político (Figura 1).

2.1 A primeira rutura com continuidades: a democratização do Direito da Família (1974 a 1978)

O período de 1974 a 1978 caracteriza-se, ainda, como referido, por um padrão de família na qual ainda não se notam as grandes transformações que já estavam a ocorrer na Europa. Os indicadores sociodemográficos e socioeconómicos permitem-nos caracterizar a situação dos inícios dos anos 1970: relativamente fraca participação das mulheres no mercado de trabalho, elevadas taxas de analfabetismo, em especial no feminino, manutenção da tendência de aumento da taxa de nupcialidade e da taxa de fecundidade e início da tendência de aumento dos divórcios.

No entanto, com a democratização política e a transição para a democracia, fizeram-se ouvir os movimentos defensores dos direitos das mulheres na luta pela consagração da igualdade jurídica entre sexos e, ainda, os movimentos pela legalização do divórcio.

Gráfico 5 – Indicadores sociodemográficos



Fontes: Barreto, António (org.) *et al.* (2000); INE (2011); Eurostat (2011).

Assim, as mudanças introduzidas na Constituição de 1976, no Código Civil e na Organização Tutelar de Menores (OTM), em 1977, são consequência deste período de transição de um regime autoritário (também em questões de família), de matriz católica e conservadora, para um regime político democrático, laico – que teve de negociar uma nova Concordata com a Santa Sé. As alterações legais que se deram, em consequência das pressões sociais assentes em movimentos de democratização e de afirmação dos direitos fundamentais (Oliveira, 2001), foram profundas, designadamente com a separação do casamento civil e do casamento católico (embora este tenha efeitos civis por força da nova Concordata), a permissão legal do divórcio – o que aconteceu ainda em 1975, antes da Constituição, por força dos movimentos sociais nesse sentido; a consagração da igualdade entre os cônjuges – com o fim da figura do homem como “chefe de família”; a não discriminação entre filhos tidos dentro e fora do casamento e um princípio de adequação da OTM, que regulava as providências tutelares cíveis, de intervenção sobre crianças carenciadas e vítimas ou aquelas que tivessem praticado crimes, à Constituição de 1976.

Mas esta consagração do princípio jurídico da igualdade entre homens e mulheres e de democratização das relações familiares não se limitou às alterações referidas, pois também em matéria de arrendamento e sucessões foi privilegiada a posição do cônjuge sobrevivente com a transmissão obrigatória do arrendamento e a aquisição da qualidade de herdeiro legítimo em posição de igualdade com os filhos. O mesmo aconteceu na alteração da legislação sobre o desempenho de profissões interditas a mulheres (ex.: o acesso à magistratura ou a funcionário judicial) ou condicionadas à autorização dos pais ou dos maridos, como era, antes de 1977, o acesso ao exercício da profissão de comerciante. A concluir, refira-se, ainda, que esta pressão e luta pela

igualdade até permitiu que, em matéria de arrendamento, a lei reconhecesse a união de facto por mais de dois anos, para que o “unido de facto” sobrevivo tivesse direito à transmissão do arrendamento nas mesmas condições de um cónjuge sobrevivo⁷.

Ora, todas estas alterações decorreram menos devido às transformações sociais e económicas ainda não evidenciadas nas estatísticas analisadas, mas sobretudo de todo um movimento político na sociedade portuguesa de luta pela igualdade e, consequentemente, também nas relações de família⁸. Assim, neste período, o consenso político sobre a alteração destas matérias era maioritário, razão pela qual os governos e a Assembleia da República deram expressão a este desígnio constitucional, sendo, no entanto, os governos de Mário Soares que negociaram com a Igreja e aprovaram as referidas reformas do Direito da Família⁹.

2.2 A abertura ao processo de desjudicialização do divórcio e de mutação do poder paternal e da adoção, no sentido da promoção do superior interesse da criança (1994 e 1995)

O período político que se seguiu, entre 1980 e 1986, coincidiu com a preparação política, social e económica de entrada na Comunidade Económica Europeia, em Janeiro de 1986. Não há, porém, alterações ao Direito da Família e das Crianças a registar durante este ciclo, dado que, com a reforma de 1977, o Direito da Família deixou de estar na agenda política, que se encontrava direccionada para a entrada na CEE¹⁰.

No ciclo político seguinte, que decorreu de 1987 a 1995¹¹, foi um período caracterizado pela estabilidade política decorrente de uma governação com maioria absoluta, centrado no crescimento económico – obras públicas –, induzido também pelos fundos europeus, e que não teve iniciativas políticas e legislativas de alteração do Direito da Família e das Crianças.

⁷ É de notar que a proteção da transmissão da posição de arrendatário à pessoa que vivesse com o titular do arrendamento em termos análogos às dos cónjuges já era acautelada antes do Regime do Arrendamento Urbano (Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de Outubro), através do Decreto-Lei n.º 420/76, de 28 de Maio. Assim, o artigo 1.º deste diploma estipulava que: “1. Gozam do direito de preferência relativamente a novo arrendamento para habitação, no caso de caducidade do anterior por morte do respetivo titular, ainda que não fosse o primitivo arrendatário, e sucessivamente: (...) b) As pessoas a que se refere o artigo 1109.º do Código Civil, desde que coabitem com o titular do arrendamento caducado há mais de cinco anos”. Também o número 2 do artigo 1111.º do Código Civil, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro, estipulava que: no caso de o primitivo inquilino ser pessoa não casada ou separada judicialmente de pessoas e bens, a sua posição também se transmite àquele que no momento da sua morte vivia com ele há mais de 5 anos em condições análogas às dos cónjuges.

⁸ Neste período, os movimentos sociais pelos direitos das mulheres e igualdade de acesso às profissões e pela legalização do divórcio, com especial relevância nos centros urbanos como Lisboa e Porto, e, consequentemente, pela não discriminação entre filhos nascidos dentro e fora do casamento e valorização da posição do cónjuge sobrevivo em matéria de arrendamento e sucessões, estiveram muito ativos, entendendo que todas estas alterações beneficiariam as mulheres na luta por um estado de igualdade formal e material.

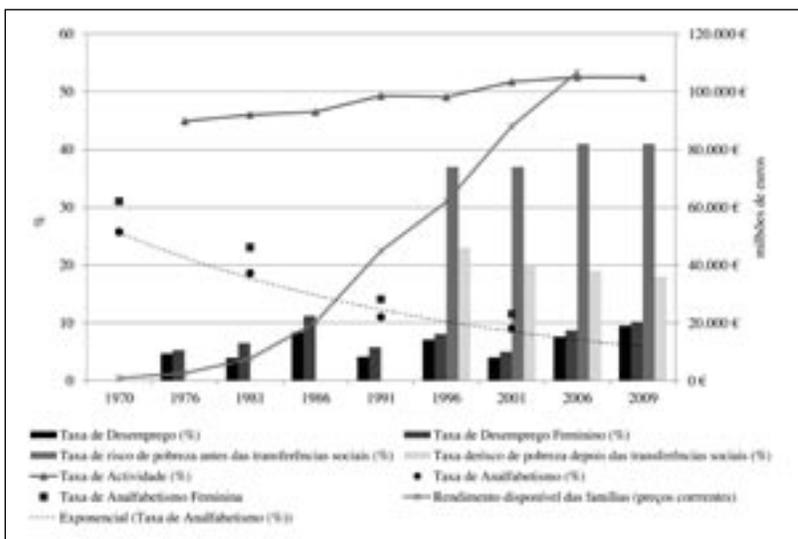
⁹ De facto, durante os primeiros cinco Governos Constitucionais (entre 1974 e 1980, liderados por: Mário Soares – I e II Governos; Nobre da Costa – III Governo; Mota Pinto – IV Governo; e Maria de Lurdes Pintassilgo – V Governo e até hoje única mulher a exercer o cargo de Primeiro-Ministro) foram várias e importantes as mudanças introduzidas na legislação de família.

¹⁰ Estiveram no poder os VI a X Governos Constitucionais (liderados por: Sá Carneiro – VI Governo; Pinto Balsemão – VII Governo; Mário Soares – IX Governo; e Cavaco Silva – X Governo).

¹¹ Seguiram-se os XI e XII Governos Constitucionais, durante o período compreendido entre 1987 e 1995, que foram liderados por Cavaco Silva (Partido Social Democrata).

No entanto, neste período que vai de 1987 a 1995, os indicadores demonstram uma grande transformação do país e da família em Portugal: a melhoria acentuada das condições de vida com a consolidação da entrada das mulheres no mercado de trabalho¹², a redução das taxas de desemprego e o aumento do rendimento disponível das famílias, a par da redução da taxa de analfabetismo; no que toca à família, mantêm-se a tendência de decréscimo da taxa de natalidade e fecundidade e do número de casamentos e a tendência oposta de crescimento dos casamentos não católicos e dos nascimentos fora do casamento por 100 nados-vivos.

Gráfico 6 – Indicadores socioeconómicos



Fontes: Barreto, António (org.) *et al.* (2000); INE (2011); Eurostat (2011).

Contudo, apesar deste período de transformação social, apenas os dois últimos anos deste período político – 1994 e 1995 – registam alterações no Direito da Família. É criado, em 1994, com o objetivo de simplificar os procedimentos, incluir a participação da Segurança Social e clarificar os requisitos de facilitar o crescimento do número de adoções como solução para as crianças sem família ou dela retiradas judicialmente, o novo regime de adoção, com o Decreto-Lei n.º 227/94, de 8 de Setembro. Seguem-se, em 1995, outras duas modificações importantes: por um lado, o Decreto-Lei n.º 163/95, de 13 de Julho, inicia o processo de desjudicialização do divórcio, já que este diploma atribui às Conservatórias do Registo Civil competência para, paralelamente

¹² De acordo com Ferreira (2010), este aumento do emprego feminino está diretamente relacionado com medidas políticas tomadas após a revolução democrática, como a fixação do salário mínimo, do subsídio de desemprego e da licença de maternidade de 90 dias e outros direitos na gravidez, na maternidade e na assistência à família. Simultaneamente, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho está entre os fenómenos unanimemente apontado como os que mais têm determinado as recomposições sociais verificadas nas últimas décadas.

aos Tribunais, decretarem o divórcio por mútuo consentimento no caso de casais sem filhos menores; por outro lado, a Lei n.º 84/95, de 31 de Agosto, introduz a opção do exercício comum do poder paternal.

Ao terminar este ciclo político, o Governo de então, com estas alterações legais, pretendeu responder com a desjudicialização do processo de divórcio por mútuo consentimento como uma medida de descongestionamento dos Tribunais, em que a procura e as pendências cresciam “explosivamente”, e cujos dois principais litígios que procuravam a justiça cível eram as cobranças de dívidas e os processos de divórcio. Assim, em simultâneo com a criação da injunção para responder ao crescimento da cobrança de dívidas e as retirar para um mecanismo parajudicial – à época com insucesso –, foi iniciado o processo de desjudicialização do divórcio por mútuo consentimento, com o fundamento de que era um litígio de fraca intensidade ou sem conflito, que só ia a Tribunal por ser legalmente obrigatório¹³.

A possibilidade legal de os pais, quando separados, exercerem em comum o poder paternal é uma resposta ao já analisado crescimento dos divórcios e do nascimento de filhos de pais não casados, em simultâneo com o que o interesse superior da criança justificava.

A outra medida de agilização e simplificação da adoção vai no mesmo sentido de que o interesse superior da criança é o de ter direito a uma família, ou seja, a “um colo”, e de que é uma medida que responde às necessidades de um grupo de crianças em risco. Esta fundamentação e consciencialização foi-se generalizando, de certo modo consensualmente, desde meados dos anos 1980, com o trabalho de reflexão efetuado no Centro de Estudos Judiciários e nas ONGs que têm como objeto a promoção e a defesa dos direitos das crianças¹⁴.

2.3 O reconhecimento pelo Direito Português das crianças como sujeitos de direitos, das uniões de facto e a continuação do processo de simplificação e desjudicialização (1998 a 2001)

É, todavia, o período político que se inicia em 1996¹⁵, com a realização de diversos relatórios de diagnóstico e reflexão¹⁶, que regista um maior número de alterações legislativas na área objeto de estudo, introduzindo, em 1998, modificações

¹³ Estas medidas seguem-se à divulgação, em 1994, no Centro de Estudos Judiciários, da primeira versão do relatório sobre a administração da justiça em Portugal, em que se diagnosticava o estado de colonização dos Tribunais pela cobrança de dívidas e a importância dos litígios aparentes, em que só iam a Tribunal por obrigação legal. Este relatório assumiu uma versão de livro em Santos *et al.*, 1996.

¹⁴ Não podemos ignorar a relevância do facto de o Ministro da Justiça de então, Laborinho Lúcio, anterior diretor do CEJ, ser desde sempre, juntamente com Armando Leandro – Diretor do CEJ à época e hoje Presidente da Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco – um animador desse movimento de promoção dos direitos das crianças, em torno do denominado “Grupo de Reflexão” que funcionava a partir do Centro de Estudos Judiciários.

¹⁵ Liderado por António Guterres (XIII e XIV Governos Constitucionais, de 1995 a 2002, conduzido pelo Partido Socialista).

¹⁶ Tais como: 1.º Relatório da Comissão para a Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas; Relatório Final, sobre o Direito de Menores, da Comissão para a Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas; Relatório da Comissão Interministerial para o Estudo da Articulação entre os Ministérios da Justiça e da Solidariedade e Segurança Social; Relatório do Grupo de Trabalho para o Estudo das Questões Relativas à Criança em Risco.

aos regimes de adoção, investigação da maternidade/paternidade e divórcio. É, ainda, durante estes Governos que são instituídos dois regimes relevantes na área dos direitos das crianças e jovens: a Lei de Promoção e Protecção e a Lei Tutelar Educativa. É também em 2001, que são regulamentados os regimes de protecção das pessoas a viver em economia comum e em união de facto (hetero e homossexual), através das Leis n.º 6/2001 e 7/2001, de 11 de Maio¹⁷. E é, ainda em 2001, que é atribuída competência decisória exclusiva às Conservatórias do Registo Civil nos casos de separação e divórcio por mútuo consentimento e ao Ministério Público para decidir questões como autorizações e suprimentos de consentimento relativamente a crianças (Decreto-Lei n.º 272/2001, de 13 de Outubro).

Ora, os dados mais relevantes sobre a sociedade portuguesa e a família dão-nos que, em 2001, por um lado, a condição socioeconómica das mulheres portuguesas melhorou substancialmente com um aumento da taxa de atividade e da escolaridade feminina, associada a um contexto social de níveis de escolaridade e rendimento disponível das famílias mais elevados. Por outro lado, ainda que a maioria das famílias portuguesas continue a ser constituída por família nuclear com filhos, não é de menosprezar a relativamente baixa taxa de nupcialidade, em especial de casamentos católicos, e o aumento da taxa de divórcio, em relação a períodos anteriores, bem como a consolidação da tendência de decréscimo da taxa de natalidade e fecundidade.

Assim, as mutações ocorridas respondem a transformações de natureza diferente. A alteração da legislação da adoção em 1998 e a reforma do denominado Direito de Menores, aprovado em 1999 e entrado em vigor em 2001, representam, como primeira tendência, uma rutura, onde, finalmente, a lei e o discurso jurídico colocam as crianças e o seu superior interesse como sujeitos de direitos em consonância com um movimento difuso dos profissionais (do Direito, Psicologia, Serviço Social ou Medicina) e da comunidade, que se iniciou no período anterior, no sentido de colocar na agenda política a questão dos direitos das crianças¹⁸.

Como segunda tendência e resultante da ação política de um conjunto de deputados do Partido Socialista, na altura designados de fraturantes¹⁹, com o apoio da maioria parlamentar de esquerda, e um pouco à revelia do Governo, de então, tivemos o reconhecimento jurídico, em 2001, das uniões de facto, sejam homo ou heterossexuais.

A terceira tendência deste período é a continuação da desjudicialização, em resposta à necessidade de descongestionamento dos Tribunais, de todos os “falsos litígios” na área da família e das crianças, ou seja, em matérias que o Tribunal

¹⁷ Esta última foi objeto de alteração recente, através da Lei n.º 23/2010, de 30 de Agosto, que introduziu aperfeiçoamentos ao regime, aproximando-o, em termos de efeitos jurídicos, do regime jurídico do casamento, mas mantendo modelos jurídicos distintos.

¹⁸ Não se pode deixar de referir, ainda, a criação do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, regulado pelo Decreto-Lei n.º 164/99, de 13 de Maio, como forma de assegurar a protecção económica das crianças em caso de não cumprimento da obrigação de alimentos.

¹⁹ Este grupo de deputados tinha origem na Juventude Socialista e eram liderados por Sérgio Sousa Pinto, sendo, na defesa dessa legislação, de referir, ainda, Ana Catarina Mendes.

tinha funções predominantemente certificatórias. Assim, foi desjudicializada para o Ministério Público a competência exclusiva em ações de autorização de alienação ou de suprimento de consentimento relativamente ao estado das pessoas ou bens de crianças ou outros incapazes. E, ainda, como se referiu, foi desjudicializada para as Conservatórias do Registo Civil a competência exclusiva – não em paralelo com os Tribunais – para as ações de divórcio por mútuo consentimento.

2.4 A segunda rutura com continuidades: publicização do crime de violência doméstica, consagração do regime das responsabilidades parentais e alteração do conceito de casamento

Entre 2002 e 2005, nada aconteceu de relevante em termos de reforma legal na área de Direito da Família e das Crianças²⁰.

O período de 2005 a 2010²¹ corresponde a um ciclo político fecundo no que toca a alterações no Direito da Família e das Crianças, sendo de ressaltar, sobretudo, as alterações relativas à publicização da criminalização da violência doméstica (em 2007)²²; ao regime do divórcio (através da Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro), deixando de existir o conceito de divórcio litigioso e a distinção entre divórcio com e sem culpa); estabelecendo-se o regime das responsabilidades parentais em substituição do poder paternal (com todos os efeitos que isso acarreta para o estatuto da criança e dos pais); aprovando o novíssimo regime do apadrinhamento civil²³ ou de regulamentação das medidas de proteção das crianças²⁴; ou ainda, em dezembro de 2009, o Partido Socialista ter apresentado a ‘polémica’ Proposta de Lei relativa ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, que resultou na Lei n.º 9/2010, de 31 de Maio.

Neste período, as transformações sócio-económicas significativas na sociedade portuguesa são o aumento da taxa de desemprego e, conseqüentemente, da taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais. Já no que toca à evolução sociodemográfica, verifica-se a manutenção da tendência de declínio das taxas de nupcialidade e de natalidade e de aumento dos divórcios. A família portuguesa mostra sinais de uma transformação, ainda em curso, associadas às mutações socioeconómicas e sociodemográficas ao longo de trinta anos, com o aumento das pessoas sós e dos “casais sem filhos” e das famílias recompostas.

²⁰ Entre 2002 e 2005, estiveram no poder os XV e XVI Governos Constitucionais, dirigidos pelo Partido Social Democrata, sendo o primeiro liderado por Durão Barroso, que deixou o Governo para ir para a Presidência da Comissão Europeia, sucedendo-lhe Santana Lopes (num processo bastante conturbado da vida política portuguesa, já que não houve eleições e, decorridos apenas cerca de seis meses, o Presidente da República, Jorge Sampaio, veio dissolver o Parlamento). Registam-se, em 2003, através da Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto, as alterações ao Código Civil, à Lei de Proteção e Promoção e ao regime de adoção, que unicamente pretendem evitar que as CPCJ entreguem crianças a pessoas idóneas para adoção.

²¹ Com a dissolução do Parlamento, houve lugar a novas eleições legislativas, tendo obtido a maioria absoluta o Partido Socialista, liderando José Sócrates o XVII Governo Constitucional (entre 2005 e 2009), a que se seguiu um novo Governo, agora com maioria relativa.

²² Assim, este crime passa a ser investigado sem necessidade de queixa da vítima.

²³ Através da Lei n.º 103/2009, de 11 de Setembro.

²⁴ Vejam-se os Decretos-Lei n.º 11/2008 e 12/2008, de 17 de Janeiro.

As transformações ocorridas neste período, ao nível da publicização do crime de violência doméstica, do regime de responsabilidades parentais e de alteração do conceito de contrato de casamento para permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo, constituem ruturas só comparáveis, anteriormente, em termos simbólicos, com as ruturas, já referidas, da consagração do princípio da igualdade e democratização do Direito da Família de 1977. Estas mutações dividiram os atores políticos e sociais e seguem a tendência europeia e respondem à necessidade de promover a igualdade e os direitos das mulheres, ao novo estatuto de sujeito de direito das crianças e ao crescimento dos filhos fora do casamento e da existência de pais – que tenham sido casados ou não – separados e, ainda, às novas conjugalidades que, embora ainda minoritárias, como vimos, pretendem ter os mesmos direitos que uma denominada “família clássica”.

Uma outra rutura ocorrida neste período decorre de uma maior tolerância e política inclusiva para com estrangeiros e imigrantes, ao permitir a aquisição de nacionalidade portuguesa pelo casamento, união de facto e adoção²⁵.

Por último, as alterações relativas à criação do regime jurídico do apadrinhamento civil e do regime de execução do acolhimento familiar e das medidas de proteção de crianças e jovens em perigo em meio natural de vida são uma continuidade do desenvolvimento de um Direito das Crianças iniciado, pelo menos, com a legislação de 2001.

3. A centralidade da esfera política na transformação do Direito da Família em Portugal

Da análise efetuada resulta que tivemos três períodos de intensa transformação do Direito da Família em Portugal, o período de 1974 a 1977, com a consagração do princípio da igualdade e de democratização do Direito da Família, o período de 1998 a 2001, com o reconhecimento pelo Direito Português das Crianças como sujeitos de direito e de reconhecimento das uniões de facto, e o período de 2006 a 2010, em que ocorreu a publicização do crime de violência doméstica, a consagração do regime das responsabilidades parentais e a alteração do conceito de casamento.

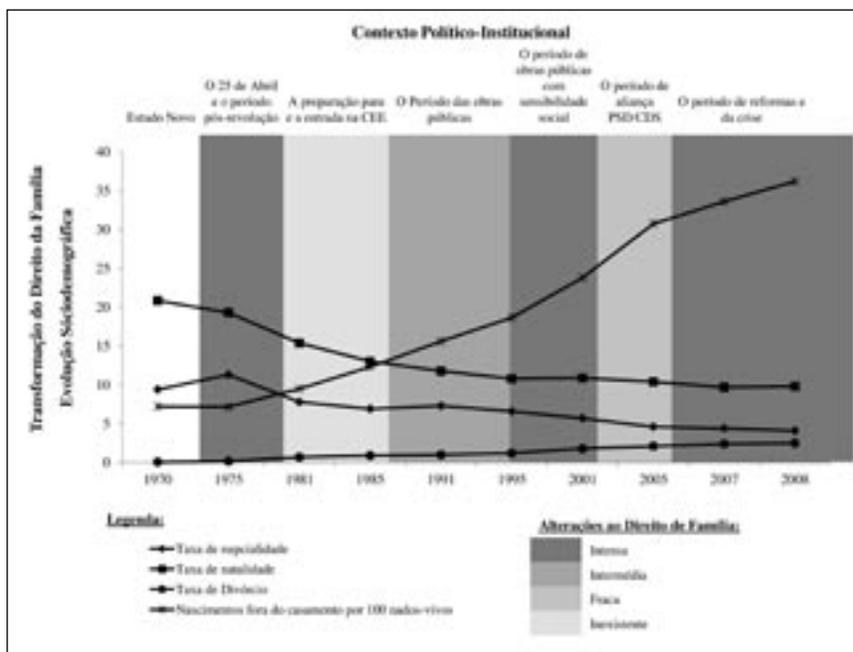
Estas mutações ocorridas no Direito da Família interpenetram a transformação social e económica da família portuguesa e a ação, que se torna preponderante, da esfera política na luta pelo respeito pelos princípios de igualdade e da não discriminação dentro da família. Essa ação na esfera política decorreu de movimentos de ação pública²⁶, com origem na comunidade e no Estado, no primeiro período, em defesa da igualdade e democracia na família e de luta contra a discriminação. No segundo e terceiro períodos, essa ação pública centrou-se na promoção dos direitos das

²⁵ Vejam-se as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril, à denominada Lei da Nacionalidade.

²⁶ Sobre este conceito, ver Jacques Commaille (2009).

crianças, na não discriminação em função da opção de conjugalidade e da orientação sexual e de defesa das vítimas de violência doméstica.

Figura 1



Fonte: Pedroso, Casaleiro e Branco (2011).

A esta ação pública juntou-se a ação dos governos e do parlamento, tendo ocorrido durante períodos de governação do partido socialista e da maioria política na Assembleia da República dos partidos de esquerda (PS, PC, Verdes e, mais recentemente, do Bloco de Esquerda), por serem períodos em que se puderam formar consensos políticos tendentes às referidas mudanças.

Das mudanças ocorridas no Direito da Família a alteração da regulação das responsabilidades parentais é aquela que mais diretamente responde às necessidades de transformação social da família, decorrente do aumento dos divórcios, do nascimento de crianças fora do casamento, das famílias recompostas e das famílias monoparentais. As outras importantes mudanças, supra identificadas, decorreram, assim, e em nosso entender, e ainda bem, por impulso da ação pública e da ação política governamental e parlamentar, dos ciclos políticos e das suas agendas, determinadas pela defesa desses princípios e, ainda, pela legitimação junto do eleitorado mais comprometido com as lutas pelo respeito da dignidade humana e das novas conjugalidades.

Referências Bibliográficas

ABOIM, Sofia (2006), *Conjugalidades em mudança. Percursos e dinâmicas da vida a dois*, Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais.

ALMEIDA, Ana Nunes de [et al.] (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (org.), *Portugal que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 45-78.

BARRETO, António (org.) [et al.] (2000), *A situação Social em Portugal*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

COMMAILLE, Jacques (2004), “L’enfant européen?”, in Daniel Gadbin e Francis Kernaleguen (eds.), *Le statut juridique de l’enfant dans l’espace européen*, Bruxelas, Bruylant, pp. xxi-xxx.

– (2009), “Sociologie Politique de l’accès au Droit et à la Justice”, comunicação apresentada no *Colóquio Internacional “O acesso ao direito e à justiça da família em transformação”* [em linha], novembro 2009. [Consult. a 3 de agosto de 2011]. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/projectos/mutacoes/media/pdf/Intervention_colloque_Coimbra_27_11_09_2.pdf.

CONSELHO DA EUROPA (1950), *Convenção Europeia dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais* [em linha]. [Consult. a 3 de agosto de 2011]. Disponível em: http://www.echr.coe.int/NR/rdonlyres/7510566B-AE54-44B9-A163-912EF12B8BA4/0/POR_CONV.pdf.

– (1961), *Carta Social Europeia* [em linha]. [Consult. a 3 de agosto de 2011]. Disponível em: http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/Carta_Social_Europeia_1961.htm.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (1976), *Constituição da República Portuguesa* [em linha]. [Consult. a 3 de agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

DECRETO-LEI N.º 11/2008, de 17 de Janeiro, Diário da República n.º 12, Série I.

DECRETO-LEI N.º 12/2008, de 17 de Janeiro, Diário da República n.º 12, Série I.

DECRETO-LEI N.º 163/95, de 13 de Julho, Diário da República n.º 160, Série I.

DECRETO-LEI N.º 164/99, de 13 de Maio, Diário da República n.º 111, Série I-A.

DECRETO-LEI N.º 227/94, de 8 de Setembro, Diário da República n.º 208, Série I.

DECRETO-LEI N.º 272/2001, de 13 de Outubro, Diário da República n.º 238, Série I.

DECRETO-LEI N.º 321-B/90, de 15 de Outubro, Diário da República n.º 238, Suplemento, Série I.

DECRETO-LEI N.º 420/76, de 28 de Maio, Diário da República n.º 125, Série I.

DURAN, Patrice (2009), *Penser l’action publique*, Paris, LGDJ.

FERREIRA, Virgínia (org.) (2010), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal. Políticas e Circunstâncias*, Lisboa, CITE.

LEI N.º 6/2001, de 11 de Maio, Diário da República n.º 109, Série I

LEI N.º 7/2001, de 11 de Maio, Diário da República n.º 109, Série I

LEI N.º 9/2010, de 31 de Maio, Diário da República n.º 105, Série I

LEI N.º 23/2010, de 30 de Agosto, Diário da República n.º 168, Série I.

LEI N.º 31/2003, de 22 de Agosto, Diário da República n.º 193, Série I-A.

LEI N.º 46/85, de 20 de Setembro, Diário da República n.º 217, Série I.

LEI N.º 61/2008, de 31 de Outubro, Diário da República n.º 212, Série I

LEI N.º 84/95, de 31 de Agosto, Diário da República n.º 201, Série I

LEI N.º 103/2009, de 11 de Setembro, Diário da República n.º 177, Série I.

LEI ORGÂNICA N.º 2/2006, de 22 de Agosto, Diário da República n.º 75, Série I-A.

LEITE, Sofia (2003), “Famílias em Portugal: breve caracterização sócio-demográfica com base nos Censos 1991 e 2001”, in *Revista de Estudos Demográficos*, 33, 23-38.

OLIVEIRA, Guilherme de (2001), *Temas de Direito da Família*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora.

– (2004), “Transformações do Direito da Família”, in *Comemorações dos 35 anos do Código Civil e dos 25 anos da reforma de 1977*, Vol. I, Coimbra, Coimbra Editora.

ONU (1948), *Declaração Universal dos Direitos Humanos* [em linha]. [Consult. a 3 de agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>.

– (1966), *Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos* [em linha]. [Consult. a 3 de agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.unhcr.org/pt/direitos-humanos/27537>.

– (1966), *Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais* [em linha]. [Consult. a 3 de agosto de 2011]. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/law/cescr.htm>.

PEDROSO, João; BRANCO, Patrícia (2008), “Mudam-se os tempos, muda-se a família... todo o direito é composto de mudança – As mutações do acesso ao direito e à justiça da família e das Crianças em Portugal”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 82, setembro 2008, 53-83.

PEDROSO, João; BRANCO, Patrícia; CASALEIRO, Paula (2010), “A(s) Justiça(s) da Família e das Crianças em Portugal no início do século XXI: uma nova relação entre o judicial e o não judicial”, in *Lex Familiae*, Ano 7, 13, 101-119.

PEREIRA COELHO, Francisco; OLIVEIRA, Guilherme de (2003), *Curso de Direito da Família*, Volume I, 3ª edição, Coimbra, Coimbra Editora.

POCAR, Valerio; RONFANI, Paola (2008), *La famiglia e il diritto*, Roma, Bari, Editori Laterza.

PORTUGAL, Sílvia (2006), *Novas famílias, modos antigos. As redes sociais na produção de bem-estar*, Tese de Doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

SANTOS, Boaventura de Sousa [et al.] (1996), *Os tribunais nas sociedades contemporâneas. O caso português*, Porto, Edições Afrontamento.

TORRES, Anália; MENDES, Rita; LAPA, Tiago (2008), “Families in Europe”, in *Portuguese Journal of Social Science*, volume 7, n.º 1, 49-84.

WALL, Karin (org.) (2005), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

WALL, Karin; LOBO, Cristina (1997), “Famílias Monoparentais em Portugal”, in *Actas do III Congresso de Sociologia*.

Outras fontes

EUROSTAT (2011), *Statistics Database*, [Consult. a 20 de junho de 2011]. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes>.

INE (2011), *Estatísticas online*, [Consult. a 20 de junho de 2011]. Disponível em: www.ine.pt.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract

The odyssey of the transformation of Family Law (1974-2010): a view from the political sociology of law

The odyssey of the transformation and of the legal regulation of family, in Portugal, follows the European tendencies; its course, however, developed slightly later, particularly after the 25th April 1974. In the present text, we analyse, from 1974 to 2010, the connections between the socioeconomic transformation of the Portuguese families and the dominant political changes and options concerning such matters, as well as the resulting mutations in family law that occurred in Portugal. To conclude that the motivation for political change and the political-institutional actions increase more the transformation of family law than the mutations inside the family.

Keywords: Family transformation; Legal regulation of family; *Political sociology of law*.

Résumé

L'odyssée de la transformation du Droit de Famille (1974-2010) : une contribution de la sociologie politique du droit

L'odyssée de la transformation et régulation juridique de la famille au Portugal suivent les tendances européennes, ayant commencé son parcours, nonobstant, plus tardivement, notamment après le 25 Avril 1974. Dans le présent article, nous faisons l'analyse, dès 1974 jusqu'à 2010, des relations entre la transformation socioéconomique des familles portugaises et les changements et options politiques dominants en ces matières, et bien aussi les conséquentes mutations dans le droit de famille portugais. Pour conclure que le désir de changement politique et les actions politico-institutionnelles sont plus propulseurs de la transformation du droit de famille que les mutations dans les familles.

Mots-clés: Transformation de la famille; Régulation juridique de la famille; *Sociologie politique du droit*.

NOTÍCIA/NEWS

International Research Group for the Social Study of the Weekend: *Enhancing the comparative study of the social uses of time*

Recently, a group of British, French and Portuguese researchers joined in an effort to further develop, through the theoretical and empirical means of the social sciences, the understanding of the causes and implications of the transformations the *weekend* has gone through in the last few decades. By engaging in this debate, these researchers wish to enhance the comparative study of the production, appropriation and socially differentiated ways of using *time*, this way contributing to the recapture of one of the core subjects in the history of social sciences.

Despite some important reconfigurations the economy and the sphere of social practices have gone through, it's accurate to say that the weekend has remained a relevant and pervasive institution. This is the result of a long, complex and sometimes conflictive historical process leading to its shift from being merely "the end of the week" to being "the weekend", a separate time (and space) with its own specificities. In recent times, though, some important transformations seem to have taken their course. However to a greater or lesser extent, for many people the weekend is being eroded in the move towards greater "productivity", the maximisation of profit or "output". The weekend as the privileged time-space for social encounters, leisure and individual and collective expression of cultural demands is far from being universally taken for granted, so to say.

Notwithstanding, it seems the weekend continues to be a significant "organiser" of meanings and practices in people's everyday lives. If it is so, how is it significant and why? What do people actually *do* on Saturdays and Sundays these days? Is it possible that the weekend "as we used to know it" is somehow being lost? For whom and in what conditions?

The constitution of a research group focusing on these questions would allow the opportunity to address a number of contemporary social and political issues dealing with the changes and present configuration of time and especially with this specific time that's the weekend. Although it seems that there's a growing pressure

towards the erosion of the boundaries between the weekend and workdays, only a deepening of the theoretical and methodological debate and of comparative fieldwork research on these matters can actually allow us to assess the extent of this weekend “encroachment” and the persistent socially differentiated forms of producing and using this specific time-space configuration.

The inception workshop of this newly created research group, hosted by the Institute of Sociology in March 2011 at the Faculty of Arts of the University of Porto, with funding by the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT), was an opportunity to address these issues, by gathering around the table the outlooks, insights and work experiences of several researchers sharing an interest on the matters of social transformations and the uses of time. Subjects such as the historical formation of “week” and “weekend” as separated times; the historic linkage between the uses of time and religion; the transformations in religious practice and its times; the changing uses and perceptions of time in different social contexts, such as the ageing inner city and the rural community; the specific ways through which migrants use and perceive work time and spare time; the new patterns of organising the week and living the weekend precarious workers put forward; and the changes in leisure associated with economic restructuring and the emergence of new means of communication were all addressed at the group’s inception workshop in Porto, following the presentation of the results of some of the researches the participants are presently involved in¹.

The consolidation of an international interdisciplinary research group was the main corollary of the meeting. Although it has a set of core members, the structure of the group will remain informal and open to the participation of researchers interested in the study of the weekend and the general issue of time and its uses from a social science historically informed perspective – and basing on the results of field research, whenever possible. The comparative study of these subjects the constitution of an international research group of this kind will allow will be especially interesting for the assessment of the extent of the supposed transnational trend toward the deregulation of time and the subsequent dilution of the boundaries between the week and the weekend or, contrariwise, for the depiction of national, regional or local specific forms of “protecting” and maybe reinventing the uses of the weekend and of free time. And it’ll also surely be a great opportunity for theoretical and methodological crossover and innovation.

Porto, 30th June 2011

João Queirós²

¹ See http://isociologia.pt/App_Files/Documents/irgssweekend_3-4march2011_110301093136.pdf for some additional information on the March 2011 group meeting and the group’s core members.

² Instituto de Sociologia – Faculdade de Letras da Universidade do Porto. E-mail: jqueiros@letras.up.pt

RECENSÃO

Constituindo realidades: sobre *A força do direito* de Pierre Bourdieu

Márcio Cunha Carlomagno¹

Em sua obra *A força do direito*, o sociólogo francês Pierre Bourdieu trata sobre o campo do direito, suas características e suas implicações. O Direito é parte intrínseca do Estado e é primordial compreendê-lo para compreender a própria constituição do Estado. O texto se insere, portanto, dentro dos estudos de Bourdieu sobre a formação do Estado e se relaciona com outras teorias do próprio autor. Logo, o texto não deve ser lido de forma isolada, mas à luz da vasta obra do sociólogo francês. É isso o que pretende se realizar neste ensaio, para além do texto em foco e o relacionando em uma perspectiva analítica.

Bourdieu aponta os elementos para a constituição de uma “verdadeira ciência jurídica”. Entender o campo jurídico, para autor, passa por entender os conflitos internos que o constituem, pois ele é um reflexo direto das relações de força existentes em seu interior. O autor nega o formalismo, que afirma uma autonomia do campo jurídico, e também o instrumentalismo, que concebe o direito como uma ferramenta dos poderosos. Para Bourdieu, o campo jurídico tem uma autonomia relativa em relação às ideologias, que desistiram de lutar por este segmento. Portanto, as lutas que ocorrem se dão no centro do próprio campo, que (re)produz seu *corpus* independente das coações externas.

Uma vez que as batalhas são travadas no centro do campo judiciário, Bourdieu passa a analisar este campo, como um ambiente altamente concorrencial em que os agentes buscam o “monopólio do direito de decidir o direito” (Bourdieu, 2001: 169), isto é, ter reconhecida a capacidade de interpretar o *corpus* de textos da lei. A leitura do texto jurídico é uma forma de apropriar-se, pessoalmente, da força simbólica contida

¹ Pesquisador nas áreas de Ciência Política e Comunicação. Graduado em Comunicação Institucional (UTFPR) e graduando em Gestão Pública (UFPR). Atualmente vinculado à Universidade do Porto, em regime especial. E-mail: mccarlomagno@gmail.com.

na lei e no campo jurídico. Devido a isso, para resolver os conflitos internos desses intérpretes, o campo é composto em forma de instâncias hierárquicas.

Bourdieu também argumenta que, embora não generalizando, aqueles que estão no campo jurídico têm afinidades com os detentores do poder temporal (político ou econômico). A proximidade de interesses e a afinidade de hábitos favorecem uma similitude de visões de mundo, o que explica que as escolhas do corpo jurídico tem poucas possibilidades de desfavorecer os dominantes.

Fazendo um resgate histórico das tradições do campo, o sociólogo elenca uma série de exemplos que demonstram as oposições entre diferentes definições do trabalho jurídico, contrapondo as tradições romano-germanica, baseada na importância da magistratura e da academia, e a anglo-americana, baseada na jurisprudência. Também o lugar concedido ao campo jurídico é diferente, em cada contexto, remetendo ao tipo de relações de poder existentes em cada sociedade. Enquanto na França, a ação jurídica é limitada por influência do Estado, nos Estados Unidos os *lawyers* podem ocupar posições fora do campo jurídico, como na política e na administração pública.

Essas relações no campo jurídico são também relações de poder, e um dos fundamentos desse poder é a instituição do próprio campo. O campo jurídico institui em torno de si um monopólio, no tocante ao direito de acesso ao próprio campo, determinando que apenas os profissionais podem atuar nele. Estes produzem a necessidade de seus próprios serviços, como os únicos capazes de adotar postura correta perante a lei. Essa imposição de fronteiras àqueles que estão ou não preparados para “entrar no jogo” representa uma retirada de posse e de direitos do cidadão. Esse é obrigado a recorrer aos profissionais da área, que são os que sabem as regras escritas e não escritas.

Essa constituição de uma competência propriamente jurídica e de um poder específico serve, também, para controlar o acesso ao campo, determinando os conflitos que merecem entrar nesse campo e a sua forma. A forma como os conflitos devem se conformar aos padrões do campo é um elemento fulcral, pois é justamente através da forma de discurso que se confere, em parte, a legitimação do campo jurídico. A linguagem jurídica é marcada pelo efeito de neutralidade e de impessoalidade. Assim, os *lawyers* realizam construções passivas, que dão o efeito de universalização. A retórica da autonomia, da neutralidade e da universalidade, argumenta o autor, é a marca do campo.

Desse modo, a situação jurídica funciona, para as partes, como *lugar neutro*, que produz uma *neutralização das posturas*, onde o conflito se converte em diálogo de *experts*. Contudo, essa neutralidade é apenas percepção daqueles que recorrem a essa instância, não existindo de facto. Ao recorrer ao judiciário, os clientes renunciam administrar por si mesmo os conflitos, o que implica também na renúncia do uso da violência física.

Sobre a base essencial do campo, Bourdieu argumenta que a “estrutura dos sistemas simbólicos é a forma específica do discurso jurídico” (Bourdieu, 2001: 166). Bourdieu não aborda no texto em foco, mas um conceito importante deste autor é o “poder simbólico”, que é “o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer

ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo.” (Bourdieu, 1989: 14). O poder simbólico, dessa forma, diz respeito à produção de sentido e de significação às coisas. Em sua obra, Bourdieu analisa também o poder simbólico que a imprensa exerce, pois, apenas através da enunciação, consegue “fazer ver e fazer crer”, constituir realidades. A despeito disso, é o Estado, por meio da autoridade jurídica, que detém o monopólio da violência simbólica legítima, podendo assim constituir realidades.

Esse poder simbólico do campo jurídico, e portanto, do Estado, está inserido dentro da teorização que Bourdieu faz do Estado enquanto processo de concentração, celebrizada em sua obra *Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático*. O Estado possui o que o autor define como “metacapital”, pois exerce a concentração de diversos tipos de capital. O capital da força física legítima (com a polícia e o exército), o capital econômico (como regulador/interventor nos mercados), o capital da informação, e, essencial, o capital simbólico. O capital simbólico representa o uso da violência simbólica pelo campo jurídico. O direito, como campo regulador da sociedade, tem o poder de constituir a própria sociedade e seus campos de atuação, ou seja, um poder primário, constituidor, sobre os outros tipos de poder.

Esse capital simbólico diz respeito à capacidade de constituir realidades com a simples enunciação. Analisando as características do campo jurídico, o sociólogo define o “poder da nomeação” como uma dessas características. Este é o poder da enunciação criativa, em que se faz conhecer e reconhecer, confere existência plena. A própria constituição dos grupos primários passa pela força do direito, que confere às realidades uma instituição histórica, lhes dá legitimidade.

O capital simbólico só pode ser exercido pois é ignorado como arbitrário. A decisão judicial, desconhecida em sua arbitrariedade, e, portanto, reconhecida como legítima, é revestida de um ritual cerimonialístico destinado a exaltar a autoridade. O ato de interpretação, então, ascende ao estatuto de veredicto, verdade. Nesse tocante, pode-se estabelecer um paralelo muito evidente entre a análise de Bourdieu do campo jurídico e uma outra apreciação desse campo realizada por um conterrâneo seu, o francês Michel Foucault.

Articulando ideias que transpassam todo seu pensamento, e se repetem em obras como *Vigiar e Punir*, Foucault apresenta no livro *A verdade e as formas jurídicas* uma análise que vai ao encontro do escrito de Bourdieu. Foucault, no referido livro, para conceber um questionamento à ideia de “verdade”, analisa a história dos sistemas jurídicos, de seu surgimento e das diversas formas que adotou nos períodos históricos. Para o autor, “entre as práticas sociais em que a análise histórica permite localizar a emergência de novas formas de subjetividade, as práticas judiciárias estão entre as mais importantes” (Foucault, 1999: 11), pois “as práticas judiciárias [...] me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade” (Foucault, 1999: 11). Foucault demonstra que, o que era considerado como verdade em um dado sistema judicial, é alterado em outro sistema judicial. Em certo momento da história jurídica, relata Foucault, o simples testemunho era considerado como prova, como “verdade”,

o que já não é mais considerado nos sistemas modernos, que exigem comprovação material de algo para ser “verdadeiro”. A análise dos dois franceses é consonante, pois Bourdieu segue a mesma linha de raciocínio, demonstrando que as decisões judiciais são interpretações que são tomadas, ou se impõem, como verdade.

Bourdieu deixa de dialogar não apenas com Foucault, mas com diversos autores, construindo sua crítica ao direito e aos filósofos do direito a partir de uma perspectiva limitada. Criticando Hans Kelsen e outros autores da mesma linha, Bourdieu toma uma parte pelo todo. Isto é, a partir da crítica de uma corrente de pensamento do direito, vinculada a Kelsen, que defende uma teoria pura do direito, à parte de quaisquer influências externas, Bourdieu acaba por generalizar todo o campo do direito como se fosse tão somente a corrente kelseniana. Bourdieu ignora que, no direito assim como na sociologia ou em outros ramos das ciências humanas, existem diversas correntes, antagônicas. Ignora, por exemplo, a corrente da teoria crítica do direito, desenvolvida a partir da Teoria Tridimensional do Direito, do jurista brasileiro Miguel Reale, e empregada em grande parte dos cursos de direito em todo o mundo. A Teoria Tridimensional do Direito propõe três esferas existentes para explicar o processo penal, como relata o próprio Reale:

“[existem] três aspectos básicos, discerníveis em todo e qualquer momento da vida jurídica: (...) Onde quer que haja um fenômeno jurídico, há, sempre e necessariamente, um *fato* subjacente (econômico, geográfico, demográfico, de ordem técnica etc); um *valor*, que confere determinada significação a esse fato, inclinando ou determinando a ação dos homens no sentido de atingir ou preservar certa finalidade ou objetivo; e, finalmente, uma regra ou *norma*, que representa a relação ou medida que integra um daqueles elementos ao outro, o fato ao valor. (...) Desse modo, fatos, valores e normas se implicam e se exigem reciprocamente, o que se reflete também no momento em que o jurisperito (advogado, juiz ou administrador) interpreta uma norma ou regra de direito para dar-lhe aplicação.” (Reale, 2001: 60-61).

Essa perspectiva do campo judicial retira dele os elementos de campo hermético, os quais Bourdieu critica, e se aproxima à visão que o francês defende do campo, como território de construção social e de interpretação subjetiva.

Terminando de definir o campo, Bourdieu argumenta que “a prática e as disposições comuns do direito funcionam como categoria de percepção e de apreciação que estruturam a percepção e a apreciação dos conflitos ordinários” (Bourdieu, 2001: 193-194). O que nos remete à uma das características do conceito de poder simbólico do autor, que são *estruturas estruturantes que estruturam as estruturas estruturadas*. Ou seja, estruturas que têm a capacidade de estruturar e reestruturar estruturas já estruturadas. E é isso que Bourdieu captura sobre o campo jurídico, pois ele tem a capacidade de estruturar a si mesmo, de “pôr em formas e pôr formas” (Bourdieu, 2001: 219).

Como conclusão, pode-se sintetizar que o campo jurídico serve não apenas à manutenção da ordem social, mas à própria constituição desta. Isso se dá através do uso da violência simbólica, e este é um dos elementos que propiciam a constituição do Estado, integrando o conceito de “meta-capital”. Logo, o campo jurídico está intimamente ligado ao *establishment*, a ordem estabelecida. Como Bourdieu argumenta, a estrutura do jogo tem um princípio de transcendência, que determina a adaptação do campo jurídico ao novo estado das relações sociais, quando estas mudam, e que assegura a legitimação das formas estabelecidas. Além disso, o campo jurídico tem a capacidade de estruturar a si mesmo, e o faz definindo o porvir à imagem e semelhança do passado. É, portanto, um instrumento de conservação. O campo jurídico é uma instância de relações de poder, com a capacidade de definir outras relações de poder e um princípio construtor da própria realidade.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre (1989), “Sobre o poder simbólico”, in Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, pp. 7-16.

– (1997), “Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático”, in Pierre Bourdieu, *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*, Campinas, Papyrus Editora, pp. 91-123.

– (2001), “La fuerza del derecho: elementos para una sociología del campo jurídico”, in Pierre Bourdieu, *Poder, Derecho y Clases Sociales*, Bilbao, Editorial Desclee De Brouwer, pp. 165-233.

FOUCAULT, Michel (1999), *A verdade e as formas jurídicas*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Nau Editora.

REALE, Miguel (2001), *Lições preliminares de direito*, 25ª ed., São Paulo, Editora Saraiva.

NORMAS

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

1. Os artigos propostos para publicação na revista *Sociologia* são submetidos a avaliação de especialistas das áreas respectivas, em regime de anonimato. A decisão final de publicação é da responsabilidade do Conselho Editorial.
2. Os textos devem ser redigidos em páginas A4, a espaço e meio (norma também válida para as notas de rodapé e para as referências bibliográficas), tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato Word for Windows, PDF e HTML. No caso de serem enviados por correio, os artigos devem ainda ser impressos em duplicado e virem acompanhados de um CD com o ficheiro de texto, nos formatos supracitados.
3. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos e figuras. As recensões não deverão ultrapassar os 13.000 caracteres.
4. Outros textos, tais como projectos, materiais sociográficos, documentos, opiniões e recensões, devem observar os seguintes limites de páginas:
 - a) notícias, 1-2 páginas;
 - b) outros, 5 páginas.
5. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
6. As transcrições deverão abrir e encerrar com aspas. Os vocábulos noutras línguas que não a portuguesa devem ser formatados em itálico.
7. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em quadros, gráficos e figuras, identificados com numeração árabe contínua e respectivo título e fonte para cada um destes tipos de elementos.

8. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números, sem parêntesis. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do artigo.

9. A norma de citação adoptada deverá ser a anglo-saxónica (autor-data).

10. As referências bibliográficas deverão obedecer às seguintes orientações:

- a) Livro: Apelido, Nome próprio (ano), *Título do Livro*, Local de edição, Editor (ev. ref. da primeira edição);
- b) Artigo em publicação periódica: Apelido, Nome próprio (ano), “Título do artigo”, *in Nome da publicação periódica*, volume, número, páginas;
- c) Textos em colectâneas/Contribuições em monografias: Apelido, Nome próprio (ano), “Título do texto/contribuição”, *in* Nome próprio, Apelido (org.), *Título da Colectânea/Monografia*, Local de edição, Editor, páginas (ev. ref. da publicação original da contribuição).

11. Todos os originais entregues ao Conselho Editorial devem:

- a) conter a versão final do texto, pronta a publicar, devidamente revista de eventuais gralhas;
- b) quando incluírem materiais gráficos ou icónicos, fazer-se acompanhar dos respectivos originais em bom estado, com indicação dos locais no texto onde devem ser inseridos (o Conselho Editorial reserva-se o direito de não aceitar figuras ou gráficos cuja realização acarrete excessivas dificuldades);
- c) assinalar claramente as expressões a imprimir em itálico, ou a destacar por outra forma gráfica;
- d) vir acompanhados de:
 - o título completo do artigo traduzido em Inglês, Francês e Espanhol;
 - um resumo com um máximo de 650 caracteres/10 linhas e 3 ou 4 palavras-chave, os quais deverão ser traduzidos nos 3 idiomas acima mencionados;
 - a indicação dos dados de identificação do autor (formação e/ou situação profissional do(s) autor(es), instituições ou organizações em que desenvolve(m) actividade e elementos de contacto.

12. Os artigos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de Janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.
13. Os originais podem ser enviados por e-mail para revistasociologia@letras.up.pt ou revsociologiaflup@gmail.com ou por correio para a seguinte morada:

Direcção da revista *Sociologia*

Departamento de Sociologia

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Via Panorâmica, s/n

4150-564 Porto

Portugal

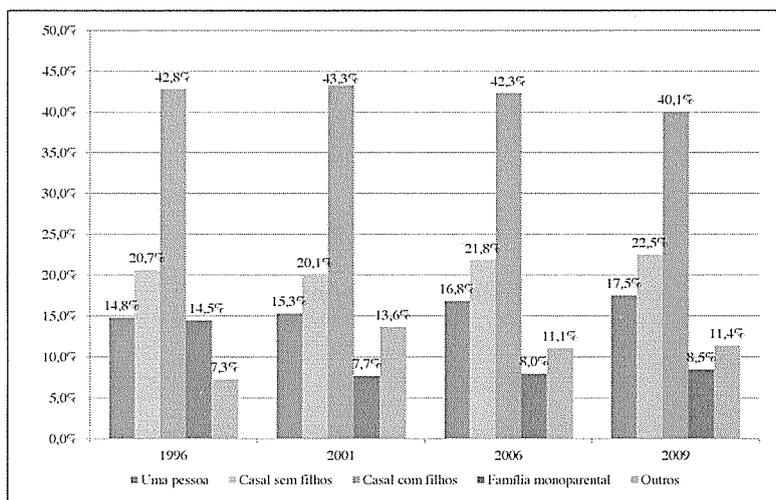
ERRATA

Por erro tipográfico, alguns dos gráficos apresentados no artigo “A odisseia da transformação do Direito da Família (1974-2010): um contributo da Sociologia Política do Direito”, da autoria de João Pedroso, Paula Casaleiro e Patrícia Branco, contêm gralhas de formatação. A revista *Sociologia* pede desculpa aos lesados, João Pedroso, Paula Casaleiro e Patrícia Branco.

A Direção.

Página 224

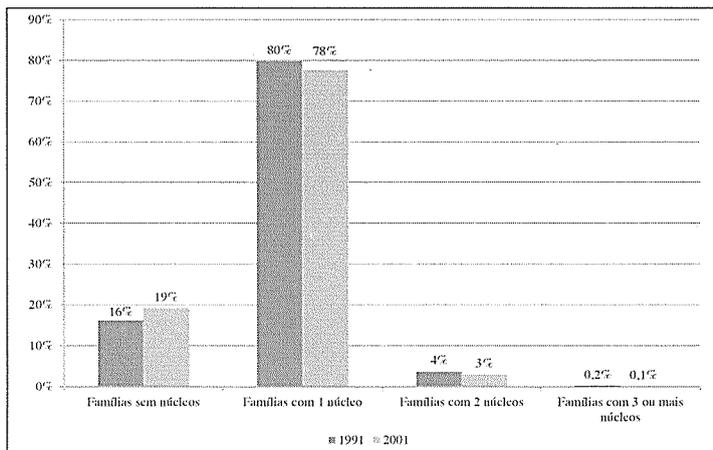
Gráfico 1 – Tipos de Família Clássica



Fonte: INE (2011).

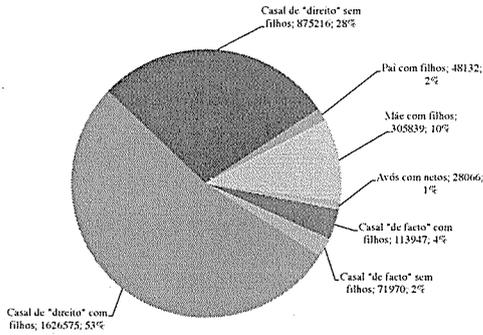
Página 225

Gráfico 2 – Núcleos Familiares, 2001



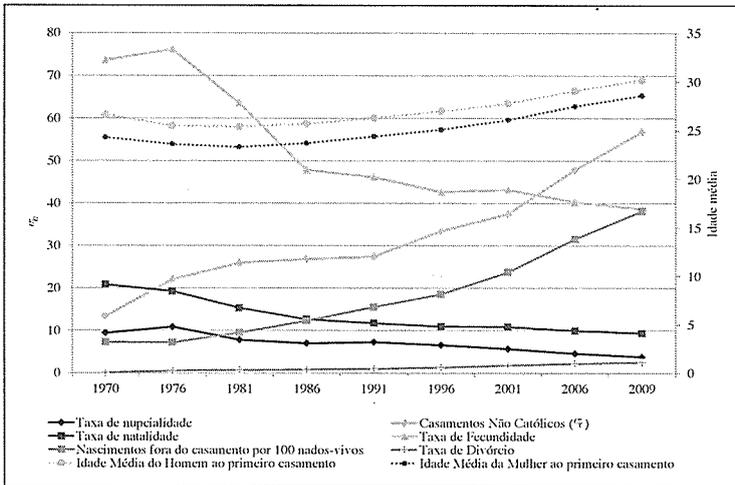
Fonte: INE (2011).

Gráfico 3 – Núcleos familiares segundo o tipo, 2001



Fonte: INE (2011).

Gráfico 5 – Indicadores sociodemográficos



Fontes: Barreto, António (org.) *et al.* (2000); INE (2011); Eurostat (2011).